

Volume 1

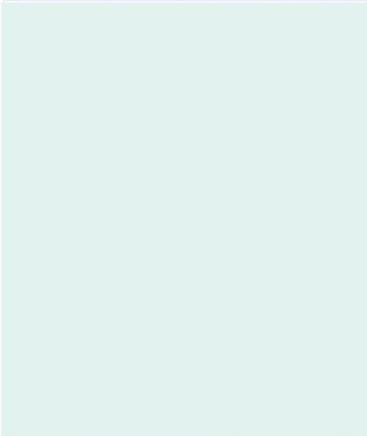


BARBACENA/MG

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL



Perfil Demográfico, Socioeconômico e Estatísticas da Rede Socioassistencial

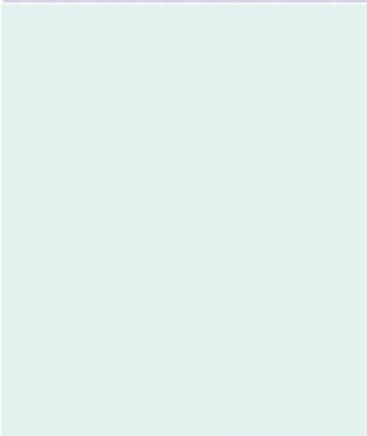


BARBACENA/MG

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

Perfil Demográfico, Socioeconômico e Estatísticas da Rede Socioassistencial





BARBACENA/MG

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL



Perfil Demográfico, Socioeconômico e Estatísticas da Rede Socioassistencial



Idealização e Apoio:



Prefeitura de Barbacena

SEMAS

Realização:

painel
Pesquisas e Consultoria



Painel Pesquisas e Consultoria

Ficha Técnica

Direção Executiva

Ermelinda Maria Uber

Gerente de Projetos

Margareth Victória Kolb

Coordenação Geral

Maria Helena Provenzano

Coordenação da Coleta de Dados

Deise de Souza Barros

Análise de Dados

Alan Patrick Xavier dos Santos

Fátima Mottin

William Spiess

Revisão da Análise Estatística

Deise de Souza Barros

Revisão Textual e Ortográfica

Lucas Amorim

Apoio Administrativo e Logística

Diana Maria Garbin

Lohane Renata de Castro Pereira

Identidade Visual e Diagramação

Isabela Bortoletto Bozzola

Prefeitura Municipal de Barbacena/MG

Gestão Municipal 2021/2024

Carlos Augusto Soares do Nascimento
Prefeito

Gustavo Ferreira de Souza
Secretário de Gabinete

Daniel Martins de Melo Neto
Secretário de Assistência Social

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS

Daniel Martins de Melo Neto
Secretário Municipal de Assistência Social

Patrícia Ribeiro de Medeiros
Diretora de Programas Sociais

Eriko de Paula Voigt
Diretor do Fundo de Assistência Social

Tamara Catarina Fiorino Ferreira
Assessora de Gabinete

Ariane Souza Silva
Assessora de Programas Sociais

Suellen Silva Pereira
Assessora de Contratos e Convênios

Fabrcia Tostes Sanches
Chefe do CREAS

Flávia Limpi Fortes
Chefe do CRAS São Pedro

Gean Antônio de Souza
Chefe do CRAS Nova Cidade

José Carlos Siqueira Dias
Chefe de Políticas Públicas Habitacionais

Luiz Gonzaga de Oliveira
Chefe de Políticas Públicas Setoriais

Luiz Henrique Alves Donato
Chefe do Cadastro Único

Maria Clara Fiúza da Cruz Machado
Chefe da Casa de Acolhimento Institucional

Raphaela Risutti da Silva
Chefe do Núcleo de Apoio ao Cidadão de Rua

Rosimary Alves Faria Ferreira
Chefe de Apoio aos Conselhos Socioassistenciais

Valéria Martin Campos
Chefe da Vigilância Socioassistencial

EQUIPE DO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

Valéria Martin Campos
Chefe da Vigilância Socioassistencial

Flávia Limpi Fortes
Chefe do CRAS São Pedro

Patrícia Ribeiro de Medeiros
Diretora de Programas Sociais

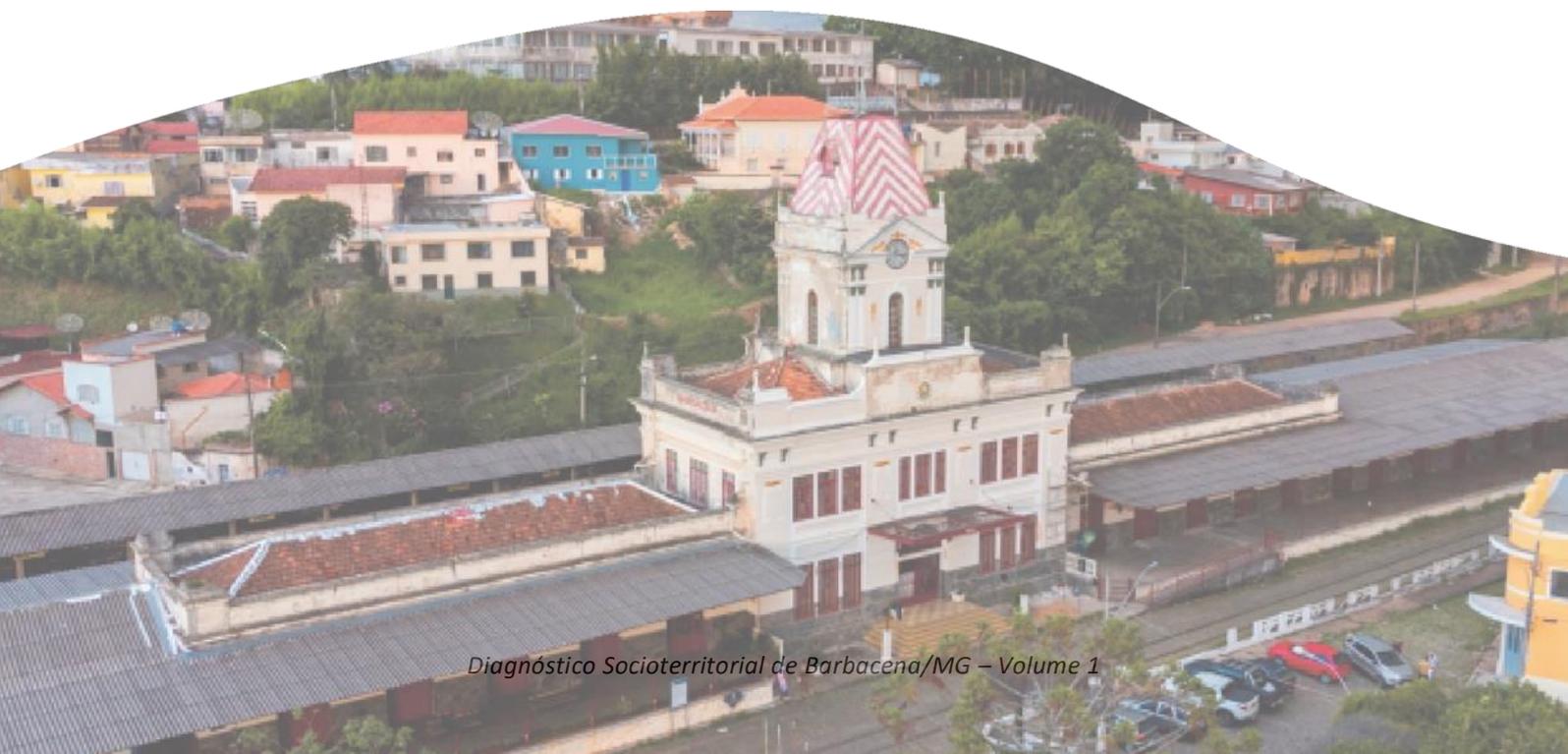
Gean Antônio de Souza
Chefe do CRAS Nova Cidade

Hendryws Rosberg Pedroza Cimino
Analista da Vigilância Socioassistencial

EPÍGRAFE

“A nobreza de nosso ato profissional está em acolher aquela pessoa por inteiro, em conhecer a sua história, em saber como chegou a esta situação e como é possível construir com ela formas de superação deste quadro.”

Maria Lucia Martinelli



PREFÁCIO

O diagnóstico socioterritorial é uma ferramenta importante para a elaboração de políticas públicas mais eficientes. Ele consiste na análise interpretativa de uma determinada realidade social, que possibilita conhecer as necessidades e demandas desse território e de seus cidadãos. O diagnóstico busca compilar as particularidades do território, suas características e as dimensões da vulnerabilidade e risco social dessas famílias.

Como principal instrumento da Vigilância Socioassistencial para identificação, dimensionamento e localização de problemas sociais específicos do município, é imprescindível sua presença no Plano Municipal de Assistência Social, sendo esta a base para a implementação efetiva e continuada de ações, projetos, programas, serviços e benefícios eventuais.

Ademais, é preciso conhecer para intervir, principalmente no que tange políticas públicas de desenvolvimento local. Os benefícios da utilização de diagnósticos socioterritoriais no planejamento e ação de Políticas Públicas são notáveis, sobretudo nos resultados de uma intervenção mais assertiva, graças ao conhecimento daquela realidade.

Por essa importância, o diagnóstico socioterritorial precisa ser bem entendido no seu conceito, nos seus objetivos e na sua estrutura para que consiga fornecer as bases para uma Política Pública mais eficiente. Desta forma, entende-se o diagnóstico socioterritorial como a análise interpretativa de uma determinada realidade social, que possibilita conhecer as necessidades e demandas desse território e de seus cidadãos; isto é, o diagnóstico busca compilar as particularidades do território, suas características e as dimensões da vulnerabilidade e risco social dessas famílias.

Nesse viés, o Diagnóstico Social permitirá o conhecimento sobre quais os serviços, ações, programas e projetos, benefícios, políticas públicas são disponibilizados para a população do município e, principalmente, se terá a oportunidade de escutar os munícipes para saber qual é sua avaliação sobre o acesso e a qualidade dos serviços e ações e sobre quais as necessidades dessa população.

O resultado da coleta de dados sistematizados do diagnóstico, permite uma intervenção com maior organização e racionalidade possível, pois identifica os problemas e as necessidades além das aspirações manifestadas pelos munícipes, assim como os fatores que influenciam de maneira positiva, negativa ou neutra, no alcançar dos objetivos propostos e na realização e implementação das ações a serem realizadas.

Salientamos que a execução do diagnóstico socioterritorial, além de exigência normativa que visa cumprir o pacto de aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social, é também anseio antigo expresso através de propostas das Conferências Municipais de Assistência Social, instância máxima do controle social, que finalmente está sendo realizado.

Por derradeiro, o Diagnóstico Socioterritorial de Barbacena, constituirá um marco na consolidação das políticas públicas, mormente, para a população mais vulnerável do município.

Daniel Martins de Mello Neto
Secretário Municipal de Assistência Social
Barbacena, 2023

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	13
2. NOTAS METODOLÓGICAS.....	15
2.1. DIVISÃO TERRITORIAL.....	15
2.2. IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO.....	17
2.3. COLETA E TRATAMENTO DE DADOS.....	17
2.4. TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....	18
3. DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE BARBACENA.....	19
4. PERFIL DEMOGRÁFICO.....	20
4.1. DENSIDADE DOMICILIAR.....	24
4.2. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 0 A 11 ANOS.....	25
4.3. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 12 A 17 ANOS.....	26
4.4. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 18 A 29 ANOS.....	27
4.5. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 30 A 59 ANOS.....	28
4.6. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 60 ANOS OU MAIS.....	29
4.7. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO.....	30
4.8. MAPA SOCIAL DO PERFIL DEMOGRÁFICO.....	31
5. PERFIL SOCIOECONÔMICO.....	32
5.1. RENDA NOMINAL <i>PER CAPITA</i>	33
5.2. RENDA <i>PER CAPITA</i> DOMICILIAR DE ATÉ 1/2 SALÁRIO-MÍNIMO.....	34
5.3. RENDA <i>PER CAPITA</i> DOMICILIAR DE ATÉ 1/4 DE SALÁRIO-MÍNIMO.....	35
5.4. RENDA <i>PER CAPITA</i> DOMICILIAR DE ATÉ 1/8 DE SALÁRIO-MÍNIMO.....	36
5.5. RAZÃO DE DEPENDÊNCIA TOTAL (RDT).....	37
5.6. RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS).....	38
5.7. MAPA SOCIAL DO PERFIL SOCIOECONÔMICO.....	42
6. MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO.....	43
6.1. EIXO ESTRATÉGICO DE DEFESA.....	44
6.2. EIXO ESTRATÉGICO DE PROMOÇÃO.....	45
6.3. EIXO ESTRATÉGICO DE CONTROLE.....	47
7. DIREITO À HABITAÇÃO E TRANSPORTE.....	48
7.1. DOMICÍLIOS SEM ENERGIA ELÉTRICA.....	49
7.2. DOMICÍLIOS SEM ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA REDE GERAL.....	50

7.3. DOMICÍLIOS SEM COLETA DE LIXO	51
7.4. COBERTURA DA REDE GERAL DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	52
7.5. PESSOAS CADASTRADAS EM PROGRAMAS HABITACIONAIS	53
7.6. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA CADASTRADAS NO TRANSPORTE COLETIVO GRATUITO	54
7.7. MAPA SOCIAL DO DIREITO À HABITAÇÃO E TRANSPORTE	55
8. DIREITO À VIDA E SAÚDE.....	56
8.1. SISTEMA DE INFORMAÇÕES DOS NASCIDOS VIVOS (SINASC)	57
8.1.1. TAXA DE NATALIDADE	57
8.1.2. GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA (DE ACORDO COM A OMS).....	58
8.1.3. NASCIDOS VIVOS PREMATUROS	60
8.1.4. NASCIDOS VIVOS COM BAIXO PESO AO NASCER	61
8.1.5. NASCIDOS VIVOS COM PRÉ-NATAL INSUFICIENTE	62
8.1.6. NASCIDOS VIVOS COM ANOMALIA CONGÊNITA.....	62
8.2. SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SISVAN)	63
8.3. SISTEMA DE INTERNAÇÕES HOSPITALARES (SIH)	65
8.4. CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)	68
8.4.1. PESSOAS ATENDIDAS PELO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	69
8.5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE MORTALIDADE (SIM)	70
8.5.1. TAXA DE MORTALIDADE	70
8.5.2. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	73
9. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	74
9.1. CADASTRO ÚNICO (CADÚNICO) PARA PROGRAMAS SOCIAIS	76
9.1.1. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO COM CADASTRO DESATUALIZADO	77
9.1.2. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO COM CADASTRO ATUALIZADO	78
9.1.3. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO COM RENDA <i>PER CAPITA</i> DE ATÉ 1/8 DE SM	81
9.1.4. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO COM RENDA <i>PER CAPITA</i> DE 1/8 A 1/4 DE SM	82
9.1.5. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO COM RENDA <i>PER CAPITA</i> DE 1/4 A 1/2 SM.....	83
9.1.6. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO COM RENDA <i>PER CAPITA</i> DE 1/2 A 1 SM	84
9.1.7. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO COM RENDA <i>PER CAPITA</i> DE MAIS DE 1 SM.....	85
9.1.8. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO QUE RECEBEM PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)	86
9.1.9. FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS INSCRITAS NO CADÚNICO	87
9.1.10. FAMÍLIAS MONOPARENTAIS MASCULINAS INSCRITAS NO CADÚNICO	88
9.1.11. FAMÍLIAS EXTENSAS INSCRITAS NO CADÚNICO	89
9.1.12. PESSOAS POR FAMÍLIA INSCRITAS NO CADÚNICO.....	90

9.1.13. CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSCRITAS NO CADÚNICO	96
9.1.14. PESSOAS IDOSAS INSCRITAS NO CADÚNICO	98
9.1.15. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU CONDIÇÃO INSCRITAS NO CADÚNICO	100
9.2. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC).....	102
9.2.1. BENEFICIÁRIOS DO BPC - PESSOA COM DEFICIÊNCIA (OU RMV POR INVALIDEZ).....	103
9.2.2. BENEFICIÁRIOS DO BPC - PESSOA IDOSA (OU RMV POR IDADE)	104
9.3. BENEFÍCIOS EVENTUAIS	105
9.3.1. PESSOAS BENEFICIÁRIAS DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	106
9.3.2. PESSOAS BENEFICIÁRIAS DE AUXÍLIO MORADIA	107
9.4. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS FAMÍLIAS	108
9.4.1. FAMÍLIAS ACOMPANHADAS PELO PAIF	109
9.5. SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV)	111
9.5.1. PESSOAS ACOMPANHADAS PELO SCFV	112
9.6. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO ÀS FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI).....	114
9.6.1. PESSOAS ACOMPANHADAS PELO PAEFI	115
9.7. CONSELHO TUTELAR.....	117
9.7.1. CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS PELO CONSELHO TUTELAR	118
9.8. CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	119
9.9. NÚCLEO DE APOIO AO CIDADÃO DE RUA	120
9.10. ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA (IGD).....	121
9.11. MAPA SOCIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	123
10. DIREITO À EDUCAÇÃO.....	125
10.1. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 5 ANOS OU MAIS NÃO ALFABETIZADA.....	126
10.2. PESSOAS NÃO ALFABETIZADAS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO.....	127
10.3. CENSO ESCOLAR DE 2022	128
10.3.1. ESCOLAS E INFRAESTRUTURA	129
10.3.2. ALUNOS MATRICULADOS	130
10.3.3. RENDIMENTO ESCOLAR	131
10.3.4. DOMICÍLIOS POR ESCOLA DO MUNICÍPIO	133
10.4. CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSCRITAS NO CADÚNICO QUE NÃO ESTÃO NA ESCOLA.....	134
10.5. MAPA SOCIAL DO DIREITO À EDUCAÇÃO.....	136
11. DIREITO À LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE	137
11.1. SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (SEJUSP).....	138
11.1.1. PESSOAS VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA SEJUSP.....	139

11.1.2. CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA SEJUSP	143
11.1.3. MULHERES VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA SEJUSP	146
11.1.4. PESSOAS IDOSAS VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA SEJUSP	149
11.1.5. AUTORES DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA SEJUSP	152
11.2. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	155
11.3. SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVO DE NOTIFICAÇÃO (SINAN)	156
11.3.1. AGRAVOS DE NOTIFICAÇÕES POR VIOLÊNCIA REGISTRADOS NO SINAN	157
11.4. MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA ATENDIDAS PELA CASA DA MULHER.....	159
11.5. ÓBITOS POR CAUSAS EXTERNAS.....	161
11.6. MAPA SOCIAL DO DIREITO À LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE	162
12. RANKING GERAL DE INDICADORES.....	163
13. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCS)	164
14. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	166
15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	170

1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico Socioterritorial ora exposto representa um marco inovador, resultado do empenho da administração de Barbacena/MG, que reconheceu a relevância de compilar dados relacionados ao desenvolvimento e aprimoramento da Política Municipal de Assistência Social. Este projeto abrange a análise da rede de atendimento e indicadores sociais, proporcionando uma visão estruturada e regional da realidade do Município. Seu propósito fundamental é subsidiar o planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Assistência Social nos anos subsequentes, desempenhando um papel crucial na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS). Além disso, configura-se como a principal ferramenta de gestão para as áreas técnicas responsáveis pelo aprimoramento da Assistência Social.

Essa iniciativa reflete uma tendência observada em âmbito nacional, conforme delineado nos documentos normativos fundamentais das políticas públicas, como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A necessidade de implementar sistemas de informação é respaldada pela urgência dos governos em utilizar tais instrumentos para o planejamento, formulação, avaliação e monitoramento das políticas públicas. A relevância desse empreendimento é acentuada pela abrangência dos dados coletados, sua centralização e apresentação em linguagem acessível. Dessa forma, a sociedade pode realizar uma análise da realidade do município, promovendo a transparência na gestão pública, fomentando o exercício da cidadania e fortalecendo o controle social.

O conhecimento e/ou reconhecimento da realidade local constituem uma base essencial para a concepção de intervenções que atendam às necessidades da população. Além disso, contribuem para a eficácia e assertividade das propostas, subsidiando o processo de tomada de decisões municipais e fundamentando os procedimentos dos gestores e técnicos das políticas públicas, evitando, assim, o desperdício de recursos.

Os dados apresentados neste documento visam traduzir a realidade do Município no ano de 2022, estabelecido como o recorte temporal acordado entre a empresa e a Comissão de Acompanhamento do projeto. Não se busca esgotar todas as informações disponíveis, mas sim criar um documento autêntico e de alta qualidade, passível de utilização nos anos subsequentes. Além disso, pretende-se que sirva de inspiração para novas pesquisas no município, ressaltando a importância de uma rotina qualificada de registros qualitativos e quantitativos sobre as ofertas de políticas públicas municipais.

Dessa forma, o projeto foi concebido com o propósito de retratar o panorama situacional por território, apresentando indicadores sociais construídos com o objetivo de identificar o número e o perfil daqueles sujeitos às vulnerabilidades sociais, bem como as demandas para a rede de proteção e programas socioassistenciais.

Nessa perspectiva, é importante introduzir primeiro o conceito de indicador social que, nas palavras de Jannuzzi (2004, p. 15), é definido como:

[...] uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Na concepção de Soligo (2012), o crescimento da visibilidade de inúmeras questões sociais – como distribuição de renda, miséria, criminalidade, qualidade da educação, violação de direitos, entre outras – reforça a importância e a necessidade dos dados estatísticos fazerem parte do monitoramento e planejamento, como subsídio para as ações governamentais e da sociedade civil, o que justifica a necessidade da produção das informações pertinentes neste estudo, além de ser uma forma de acompanhar as mudanças da realidade social da população.

Diante do exposto, este diagnóstico social foi desenvolvido a partir da exploração de pesquisas, análise de dados coletados da rede de atendimento e pesquisa quantitativa de percepção. Durante o projeto foram realizadas reuniões de planejamento e articulação, em conjunto com os membros da Comissão de Acompanhamento do diagnóstico, a empresa Painel Pesquisas e Consultoria e demais atores que compõem a rede de formulação, monitoramento e execução da política de assistência social, conferindo à sua elaboração um caráter construtivo e integrativo na concepção e estruturação das diretrizes para sua execução e finalização. Os resultados deste diagnóstico são apresentados em dois volumes, sendo:

- ✓ **Volume 01:** Perfil Demográfico, Socioeconômico e Estatísticas da Rede Socioassistencial;
- ✓ **Volume 02:** Resultados da Pesquisa Amostral de Percepção Socioterritorial, estratificada por região geográfica e realizada junto às famílias residentes em Barbacena, com a finalidade de mapear as características, perfil e demandas sociais dos residentes.

2. NOTAS METODOLÓGICAS

A seguir serão apresentadas e detalhadas as notas metodológicas referentes às etapas que embasaram a elaboração deste Volume, como a divisão territorial, a identificação e mapeamento da rede de atendimento, a coleta, o tratamento e a padronização dos dados coletados, as técnicas estatísticas utilizadas na análise e a forma de apresentação dos resultados.

2.1. DIVISÃO TERRITORIAL

A definição territorial das regiões geográficas é a primeira etapa deste importante projeto de pesquisa social, sendo imprescindível para a apresentação dos resultados, pois possibilita que eles sejam comparados entre si de modo a identificar as potencialidades, oportunidades e fragilidades existentes em cada espaço geográfico.

O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS apud SAQUET; SILVA, 2008, p.10-11).

A importância do conceito de território na perspectiva de Santos (apud SAQUET; SILVA, 2008) coaduna com a notoriedade do conceito para a Política Pública de Assistência Social, que objetiva tanto observar e conhecer o território ou os territórios (e microterritórios) geográficos em que atua, atentando para as especificidades de cada “chão”, quanto às relações vivenciadas nesses espaços. Isso equivale a dizer que a perspectiva, sob a qual o conceito de território foi utilizado neste diagnóstico, alternará entre as características do Município e as vivências estabelecidas entre os indivíduos e todo o universo coexistente.

Ressalta-se que um diagnóstico sério, conciso e capaz de produzir resultados transformadores para o subsídio e direcionamento assertivo de políticas públicas, requer uma metodologia de execução que contemple a territorialização pautada na realidade social do Município, já que os dados obtidos apenas pela média municipal mascaram as diferenças sociais e econômicas existentes entre os bairros e áreas, limitando e engessando as ações do poder público.

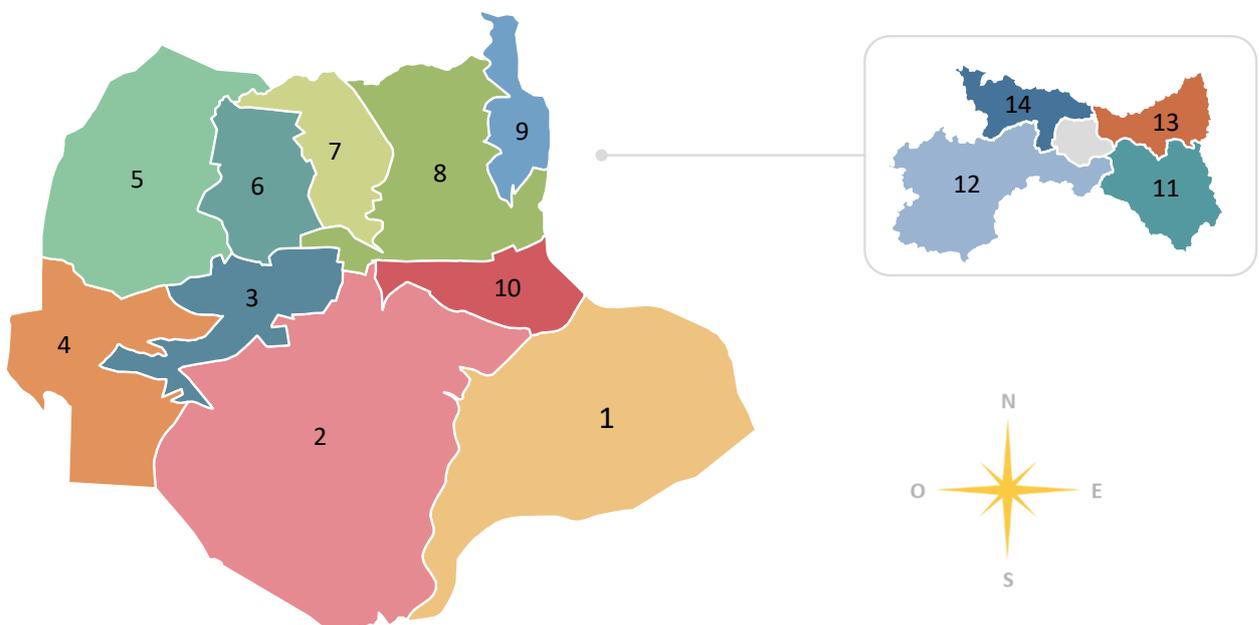
Considerando que a principal fonte para estudos e pesquisas do Brasil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão público responsável pela gestão de geociências, estatísticas sociais, demográficas e econômicas do país - cuja sistematização e divulgação dos dados oficiais é organizada por setor censitário¹ - a divisão territorial deste diagnóstico foi estruturada a partir dos bairros e localidades, respeitando a delimitação geográfica dos setores censitários do IBGE.

¹ Setor Censitário é unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo IBGE, com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil (IBGE, 2019).

Com o apoio da Comissão de Acompanhamento, a divisão territorial para fins deste diagnóstico resultou em **quatorze** unidades geográficas com perfil demográfico e socioeconômico similares entre si.

Nome da Região	Nº da Região	Bairros e Localidades	Situação
CRAS Nova Cidade	Região 1	Deputado José Bonifácio (Ipanema), Nova Cidade, Nova Suíça.	Urbana
Área Descoberta	Região 2	Aeroporto, Boa Morte, Bom Pastor, Centro, Do Campo, Dom Bosco, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora do Carmo, Roman, São Geraldo.	Urbana
	Região 3	Doutor Geraldo Xavier, Funcionários, Monsenhor Mario Quintão, Padre Cunha, Santa Cecília, São Sebastião, Urias Barbosa de Cardoso.	Urbana
CRAS Santa Maria ²	Região 4	Monte Mário, São Cristóvão, Valentim Prenassi.	Urbana
	Região 5	9 de Março, Floresta, João Paulo II, Nossa Senhora Aparecida, Santa Maria.	Urbana
	Região 6	Diniz, Grogotó.	Urbana
CRAS São Pedro	Região 7	Novo Horizonte, Santa Luzia, São Francisco, Vista Alegre.	Urbana
	Região 8	Pontilhão, Santa Efigênia, Santo Antônio, São Pedro.	Urbana
	Região 9	Água Santa.	Urbana
CRAS Nova Cidade	Região 10	Andaraí, Boa Vista, Caiçaras, Nossa Senhora da Penha, Vilela.	Urbana
Área Rural	Região 11	Correia de Almeida, Costas da Mantiqueira, Galego, Húngaro, José Luís, Mantiqueira do Palmital, São Sebastião das Torres.	Rural
	Região 12	Colônia Rodrigo da Silva, Faria, Padre Brito, Ponto Chique do Martelo.	Rural
	Região 13	Córrego das Areias, Graminha, Pinheiro Grosso, Senhora das Dores, Vargem dos Coxos, Vargem Grande.	Rural
	Região 14	Bananal, Barbacena, Serrão.	Rural

Mapa 1 - Visão geral da divisão territorial do Município



² Previsto na Lei Municipal nº 5002/2019.

2.2. IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO

Nesta etapa foi realizado, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico, o mapeamento de toda a rede que presta atendimento à população no Município, incluindo os programas e projetos existentes nas secretarias municipais, e demais instituições governamentais ou não governamentais. É por meio do mapeamento da rede que a coleta de dados primários é dirigida e seu corpo estrutural está detalhadamente apresentado no capítulo que trata deste assunto.

2.3. COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

Para a construção deste Volume foram coletados dados primários e secundários³ do período de janeiro a dezembro de 2022. Ressalta-se que o ano de informação, assim como a fonte de dados, estará sempre referenciado ao final de cada tabela. O quadro abaixo mostra a catalogação dos dados utilizados.

Quadro 1: Catalogação dos dados utilizados

Pesquisa documental de dados primários	<i>Fichas de atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar;</i>
	<i>Registros de Atendimento do PAIF, prestados pelo CRAS;</i>
	<i>Registros de Atendimento do PAEFI, prestados pelo CREAS;</i>
	<i>Registros de Atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);</i>
	<i>Informações das instituições não governamentais;</i>
	<i>Processos de apuração de atos infracionais e execução de MSE da Vara da Infância e Juventude;</i>
	<i>Dados complementares e de saúde mental da Secretaria Municipal de Saúde.</i>
Pesquisa documental de dados secundários	<i>Censo demográfico 2010 (IBGE) – Microdados e Agregados;</i>
	<i>Cadastro CadÚnico da Secretaria Municipal de Assistência Social</i>
	<i>Censo Escolar do Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP);</i>
	<i>Bases de dados do DATASUS (SIM, SINASC, SINAN) do Ministério da Saúde;</i>
	<i>RAIS - Ministério da Economia;</i>

³ Primários são dados brutos obtidos coletados pela Paineis Pesquisas junto aos entes públicos e instituições que compõem o mapeamento da rede de atendimento do Município, sendo que muitas delas encontram-se em fichas físicas. E secundários são dados já coletados, organizados, sistematizados e disponibilizados por órgãos e entidades oficiais, como o IBGE, DATASUS, entre outros.

2.4. TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Todos os dados coletados foram tratados e processados a partir de técnicas estatísticas, com o objetivo de traduzir e mensurar em números os aspectos da realidade social do Município. Para tanto, serão apresentados no formato de indicadores sociais, análises descritivas e complementares, em conjunto com tabelas, gráficos e infográficos, de modo a facilitar a sua visualização e compreensão.

Os indicadores são proporcionalmente calculados com base no total da população residente em cada região territorial - o que permite compará-las de forma equalizada – por meio de percentuais ou em taxas por habitantes, por mil ou cem mil. Sua classificação será apresentada em *Quantil - separatriz que divide o intervalo de frequência de uma população, ou de uma amostra, em partes iguais*. Os mais comuns têm nomes especiais, conforme o número de partes em que são divididos:

- *Percentil* para 100 grupos ou partes, cada uma com 1% dos dados;
- *Quintil* para 5 grupos ou partes, cada uma com 20% dos dados;
- *Quartil* para 4 grupos ou partes, cada uma com 25% dos dados;
- *Tercil* para 3 grupos ou partes, cada uma com 33,3% dos dados.

Assim, considerando o número de divisões territoriais, priorizou-se a utilização do *Quintil*⁴, ilustrado no quadro a seguir. Todavia, nas situações em que houver taxas ou percentuais iguais a "zero", os dados serão apresentados em divisões menores, para maior uniformidade na classificação dos grupos.

Quadro 2: Ilustração do método *Quintil*.

Primeiro Quintil	Segundo Quintil	Terceiro Quintil	Quarto Quintil	Quinto Quintil
É o agrupamento de até 20% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento de 20% a 40% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento de 40% a 60% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento de 60% a 80% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento dos valores acima de 80% da amostra ordenada
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

Também será apresentado o cálculo que mostra a diferença proporcional entre o maior e o menor indicador diferente de zero, com o objetivo de evidenciar seu intervalo. Para tanto, serão desprezados os indicadores iguais a 0 (zero).

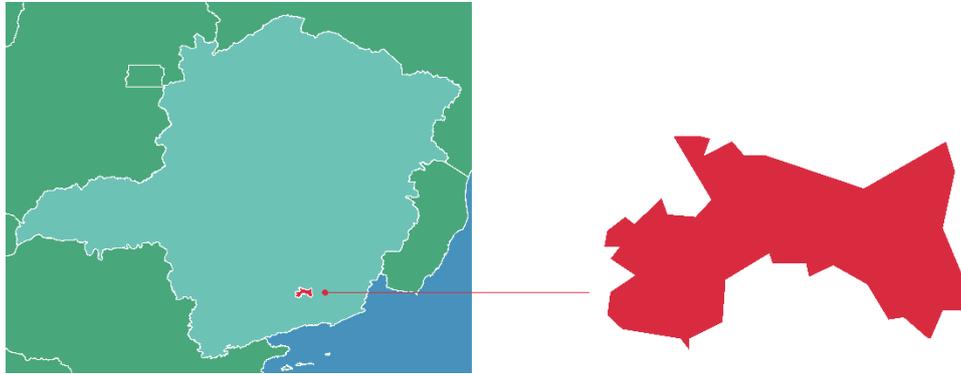
Fórmula para cálculo da diferença entre as regiões:	Fórmula para o cálculo da variação em torno da média:
$\text{Razão} = \frac{\text{Maior Indicador}}{\text{Menor Indicador}}$	$\text{Variação} = \frac{ \text{Indicador} - \text{Média} }{\text{Média}} * 100$

⁴ TRIOLA, MARIO FERREIRA. Introdução à Estatística. 7ª Edição. 1999 – Versão traduzida para a língua portuguesa.

3. DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE BARBACENA

Barbacena é um município brasileiro, situado em Minas Gerais, localizado na região Sudeste do país. Com distância de 169 km da capital Belo Horizonte, o Município possui área total de 759 km² e população total residente de 125.317 habitantes, uma densidade demográfica de 165,07 hab./km².

Figura 1: Mapa da localização do Município



Conhecida como Cidade das Rosas, Barbacena é rica em história, cultura e raízes que remontam ao século XVIII. Fundado em 14 de agosto de 1791, o Município desempenhou um papel fundamental durante o período colonial, sendo um importante centro econômico e cultural na região.

A história de Barbacena está intimamente ligada à exploração do ouro e diamantes, que impulsionaram o desenvolvimento local. A cidade, originada na nascente do Rio das Mortes e habitada pelos povos indígenas Puris, foi colonizada por bandeirantes vindos de São Paulo em busca de riquezas minerais. Ao longo dos anos, o Município enfrentou diversas transformações econômicas, passando por períodos de prosperidade e desafios.

Uma curiosidade marcante de Barbacena é a presença do Hospital Colônia, conhecido nacionalmente como "Colônia", que foi inicialmente construído para abrigar pacientes com hanseníase. A instituição ganhou notoriedade devido a denúncias de más condições de tratamento e tornou-se um símbolo dos desafios enfrentados no campo da saúde mental no Brasil. O fechamento do hospital, na década de 1980, marcou uma nova fase na história da cidade, que passou a buscar alternativas para a reinserção social dos pacientes.

Ao explorar a história de Barbacena, é possível apreciar não apenas as transformações econômicas e sociais, mas também a resiliência e a capacidade de adaptação da comunidade local ao longo dos séculos. A cidade continua a preservar seu patrimônio histórico, ao mesmo tempo em que busca soluções inovadoras para os desafios contemporâneos, refletindo a riqueza e a diversidade de sua trajetória.

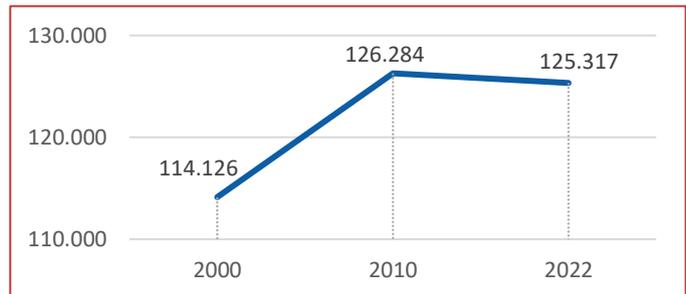
4. PERFIL DEMOGRÁFICO

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao censo demográfico, a população residente do município de Barbacena registrou um aumento de 10,7% entre os anos de 2000 e 2010, passando de 114.126 para 126.284 habitantes no período. Dados mais recentes, referentes ao ano de 2022, mostram que houve redução de 0,8% desde 2010, resultando em uma população residente de 125.317 habitantes.

Tabela 1: População residente por ano

Ano	População	Varição
2000	114.126	-
2010	126.284	+ 10,7%
2022	125.317	- 0,8%

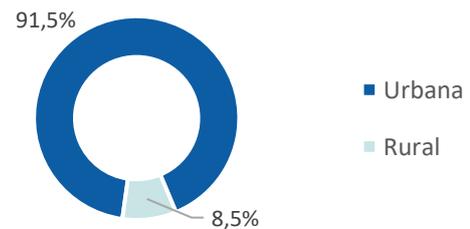
Fonte: IBGE, 2000/2010/2022.



Com relação à distribuição da população residente de Barbacena, 91,5% dos habitantes residem em áreas urbanas, enquanto apenas 8,5% vivem em áreas rurais. O percentual de população residente em áreas rurais de Barbacena é menor que o de Minas Gerais e que a média nacional.

Tabela 2: População residente por situação

Situação	Quant.	(%)
Urbana	115.568	91,5%
Rural	10.716	8,5%
Total	126.284	100,0%



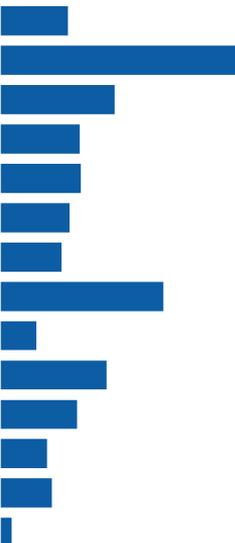
População na região rural	
Barbacena	8,5%
Minas Gerais	14,7%
Brasil	15,6%

Fonte: IBGE, 2010.

Levando em consideração a divisão territorial adotada neste Diagnóstico, o maior percentual da população residente está na Região 2 (20,4%), seguida da Região 8 (13,5%).

Tabela 3: População residente por região geográfica

Região	Quant.	(%)
Região 1	7.039	5,6%
Região 2	25.729	20,4%
Região 3	11.948	9,5%
Região 4	8.286	6,6%
Região 5	8.406	6,7%
Região 6	7.254	5,7%
Região 7	6.361	5,0%
Região 8	17.064	13,5%
Região 9	3.720	2,9%
Região 10	11.103	8,8%
Região 11	8.001	6,3%
Região 12	4.889	3,9%
Região 13	5.344	4,2%
Região 14	1.140	0,9%
Total	126.284	100,0%



Fonte: IBGE, 2010.

• População residente por naturalidade

Com relação à naturalidade, apenas 26,0% da população residente de Barbacena não é natural do Município. Quanto à Unidade da Federação, apenas 4,2% dos residentes não são naturais de Minas Gerais.

Tabela 4: Naturalidade em relação ao Município

Naturalidade	Quant.	(%)
Naturais de Barbacena	93.428	74,0%
Não naturais de Barbacena	32.856	26,0%
Total	126.284	100,0%

Fonte: IBGE, 2010.

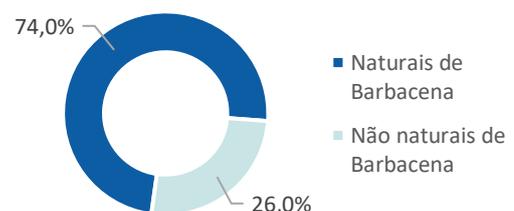
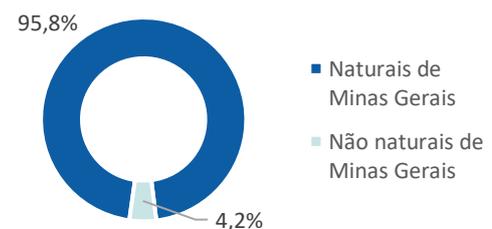


Tabela 5: Naturalidade em relação à UF

Naturalidade	Quant.	(%)
Naturais de Minas Gerais	120.973	95,8%
Não naturais de Minas Gerais	5.311	4,2%
Total	126.284	100,0%

Fonte: IBGE, 2010.

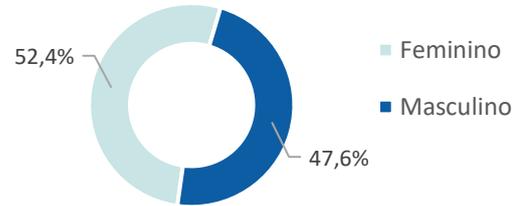


• População residente por sexo

De maneira geral, as estatísticas indicam uma equidade entre os sexos, com uma ligeira predominância da população feminina, que representa 52,4% da população residente, enquanto a população masculina corresponde a 47,6%.

Tabela 6: População residente por sexo

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	66.122	52,4%
Masculino	60.162	47,6%
Total	126.284	100,0%



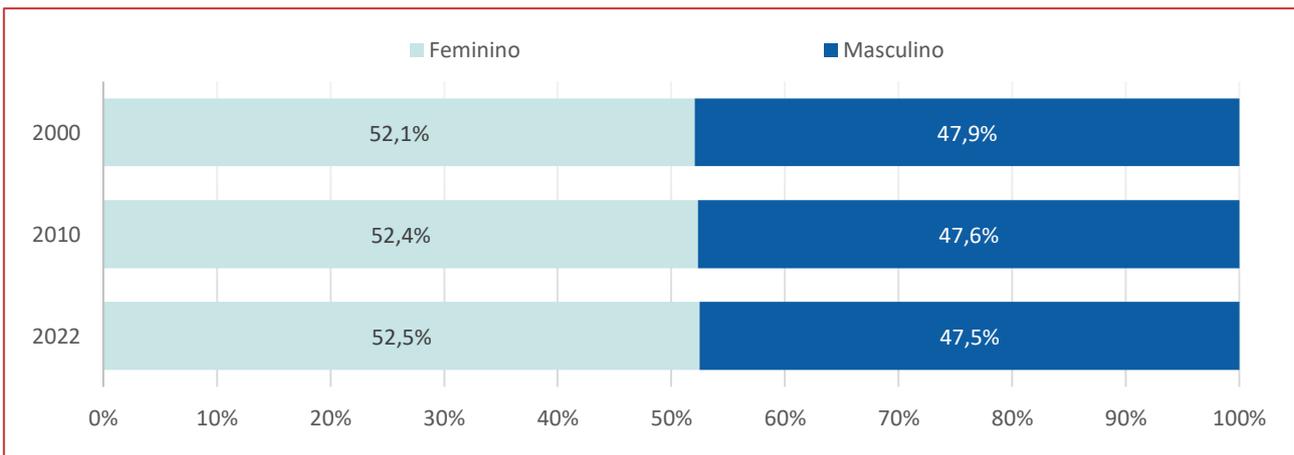
Fonte: IBGE, 2010.

Além disso, é possível perceber que essa proporção variou pouco ao longo dos anos. O percentual da população residente do sexo feminino aumentou de 52,1%, em 2000, para 52,4%, em 2010, e 52,5%, em 2022.

Tabela 7: População residente por sexo e ano

Ano	Feminino		Masculino		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
2000	59.429	52,1%	54.697	47,9%	114.126	100,0%
2010	66.122	52,4%	60.162	47,6%	126.284	100,0%
2022	65.786	52,5%	59.531	47,5%	125.317	100,0%

Fonte: IBGE, 2000/2010/2022.

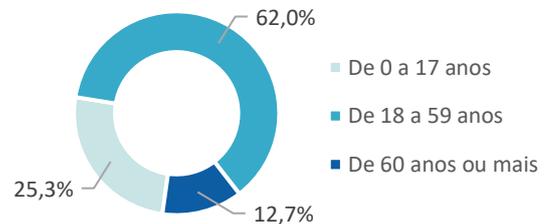


• População residente por faixa etária

Já com relação à estrutura etária, segundo os dados do censo demográfico de 2010, do total da população residente no Município, 25,3% são crianças ou adolescentes (de 0 a 17 anos), 62,0% são jovens ou adultos (de 18 a 59 anos) e 12,7% são pessoas idosas (de 60 anos ou mais).

Tabela 8: População residente por faixa etária

Faixa etária	Quant.	(%)
De 0 a 17 anos	31.891	25,3%
De 18 a 59 anos	78.131	62,0%
De 60 anos ou mais	15.996	12,7%
Total	126.284	100,0%



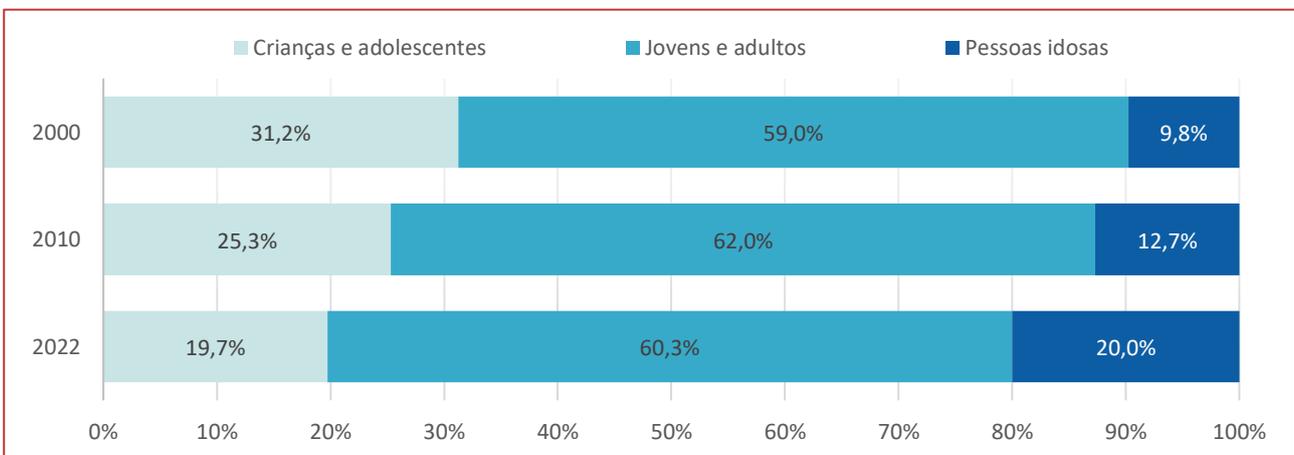
Fonte: IBGE, 2010.

Abrindo essa informação ao longo dos anos, é possível perceber uma grande mudança nos extremos da estrutura etária. A população de crianças e adolescentes diminuiu muito, passando de 31,2%, em 2000, para 19,7%, em 2022, enquanto a população idosa aumentou de 9,8% para 20,0%, no mesmo período. As faixas etárias da população, bem como o índice de envelhecimento e densidade domiciliar, serão exploradas nos indicadores apresentados a seguir.

Tabela 9: População residente por faixa etária e ano

Ano	Crianças e adolescentes		Jovens e adultos		Pessoas idosas		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
2000	35.649	31,2%	67.318	59,0%	11.159	9,8%	114.126	100,0%
2010	31.891	25,3%	78.131	62,0%	15.996	12,7%	126.284	100,0%
2022	24.712	19,7%	75.532	60,3%	25.073	20,0%	125.317	100,0%

Fonte: IBGE, 2000/2010/2022.



4.1. DENSIDADE DOMICILIAR

Região 5 e Região 2 se destacam com a maior e menor densidade domiciliar entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 11,6% e (-) 7,8%.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	População residente	Densidade Domiciliar
Região 2	8.759	25.729	2,94
Região 10	3.612	11.103	3,07
Região 8	5.486	17.064	3,11
Região 3	3.832	11.948	3,12
Região 6	2.255	7.254	3,22
Região 9	1.148	3.720	3,24
Região 4	2.533	8.286	3,27
Região 1	2.123	7.039	3,32
Região 12	1.432	4.889	3,41
Região 7	1.843	6.361	3,45
Região 14	330	1.140	3,45
Região 11	2.314	8.001	3,46
Região 13	1.535	5.344	3,48
Região 5	2.364	8.406	3,56
Município	39.566	126.284	3,19
IBGE (2022)	46.664	125.317	2,69

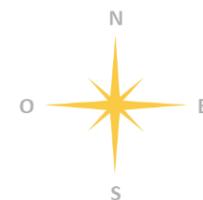
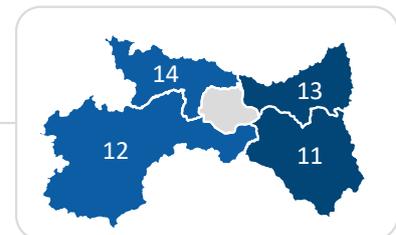
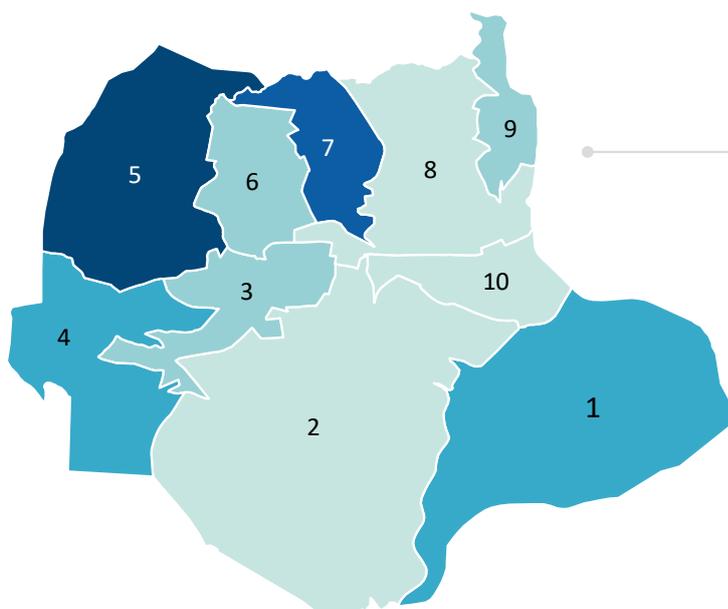
Definição: População total residente dividido pelo total de domicílios particulares ocupados.

Menor Valor	Região 2	2,94
Média	Barbacena	3,19
Maior Valor	Região 5	3,56

1,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010.



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

4.2. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 0 A 11 ANOS

Região 1 e Região 2 se destacam com o maior e menor percentual da população residente com idade de 0 a 11 anos entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 32,7% e (-) 29,4%.

Regiões geográficas	População residente	População de 0 a 11 anos	Indicador (%)
Região 2	25.729	2.772	10,8%
Região 12	4.889	641	13,1%
Região 3	11.948	1.620	13,6%
Região 10	11.103	1.622	14,6%
Região 8	17.064	2.568	15,0%
Região 6	7.254	1.093	15,1%
Região 4	8.286	1.410	17,0%
Região 11	8.001	1.363	17,0%
Região 14	1.140	201	17,6%
Região 7	6.361	1.128	17,7%
Região 13	5.344	1.021	19,1%
Região 9	3.720	736	19,8%
Região 5	8.406	1.690	20,1%
Região 1	7.039	1.427	20,3%
Município	126.284	19.292	15,3%
IBGE (2022)	125.317	15.821	12,6%

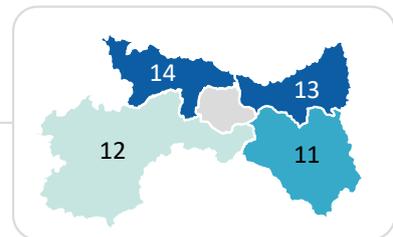
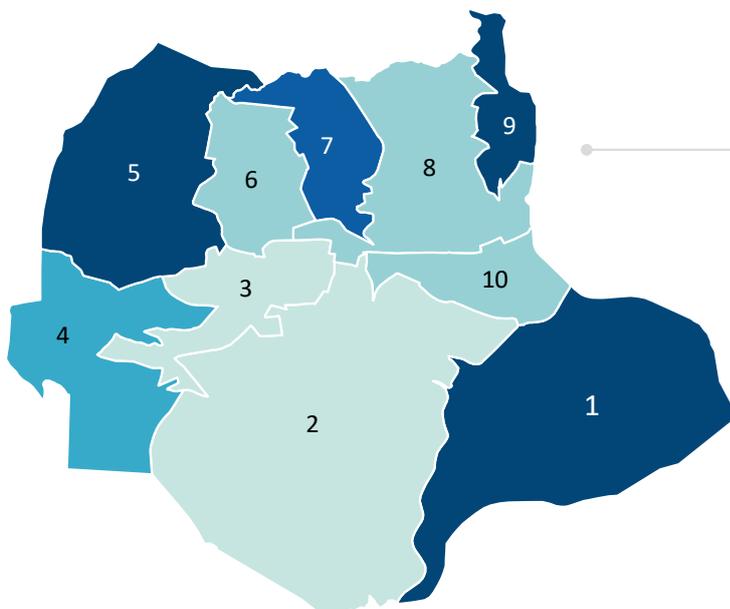
Definição: População com idade de 0 a 11 anos dividido pelo total da população residente, vezes 100

Menor Valor	Região 2	10,8%
Média	Barbacena	15,3%
Maior Valor	Região 1	20,3%

1,9 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010.



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

4.3. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 12 A 17 ANOS

Região 13 e Região 2 se destacam com o maior e menor percentual da população residente com idade de 12 a 17 anos entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 26,0% e (-) 20,0%.

Regiões geográficas	População residente	População de 12 a 17 anos	Indicador (%)
Região 2	25.729	2.050	8,0%
Região 3	11.948	1.094	9,2%
Região 12	4.889	458	9,4%
Região 8	17.064	1.611	9,5%
Região 10	11.103	1.069	9,6%
Região 6	7.254	742	10,2%
Região 4	8.286	876	10,6%
Região 11	8.001	857	10,7%
Região 9	3.720	414	11,1%
Região 14	1.140	128	11,2%
Região 7	6.361	737	11,6%
Região 1	7.039	835	11,9%
Região 5	8.406	1.052	12,5%
Região 13	5.344	676	12,6%
Município	126.284	12.599	10,0%
IBGE (2022)	125.317	8.891	7,1%

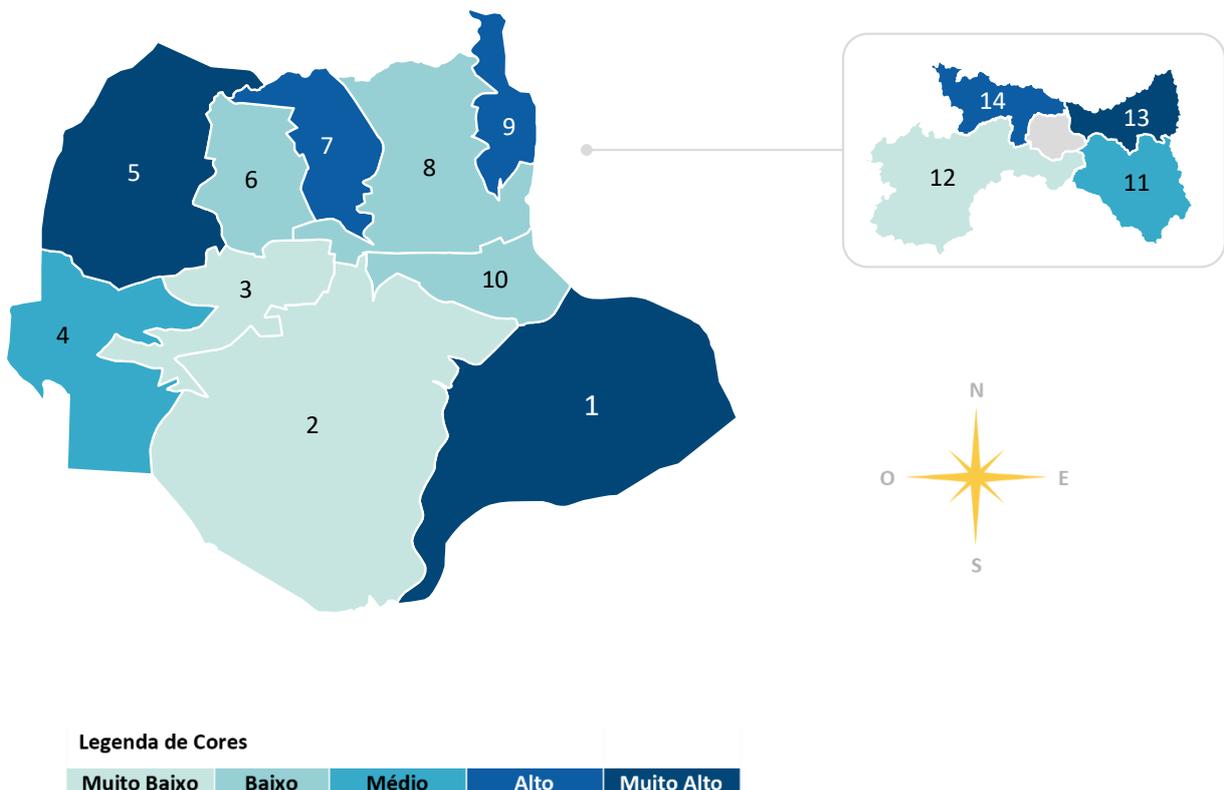
Definição: População com idade de 12 a 17 anos dividido pelo total da população residente, vezes 100

Menor Valor	Região 2	8,0%
Média	Barbacena	10,0%
Maior Valor	Região 13	12,6%

1,6 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010.



4.4. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 18 A 29 ANOS

Região 5 e Região 2 se destacam com o maior e menor percentual da população residente com idade de 18 a 29 anos entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 6,5% e (-) 5,5%.

Regiões geográficas	População residente	População de 18 a 29 anos	Indicador (%)
Região 2	25.729	4.837	18,8%
Região 12	4.889	922	18,9%
Região 3	11.948	2.312	19,4%
Região 11	8.001	1.550	19,5%
Região 1	7.039	1.374	19,5%
Região 14	1.140	224	19,6%
Região 10	11.103	2.228	20,1%
Região 6	7.254	1.457	20,1%
Região 13	5.344	1.100	20,6%
Região 7	6.361	1.316	20,7%
Região 4	8.286	1.716	20,7%
Região 8	17.064	3.552	20,8%
Região 9	3.720	781	21,0%
Região 5	8.406	1.779	21,2%
Município	126.284	25.148	19,9%
IBGE (2022)	125.317	21.259	17,0%

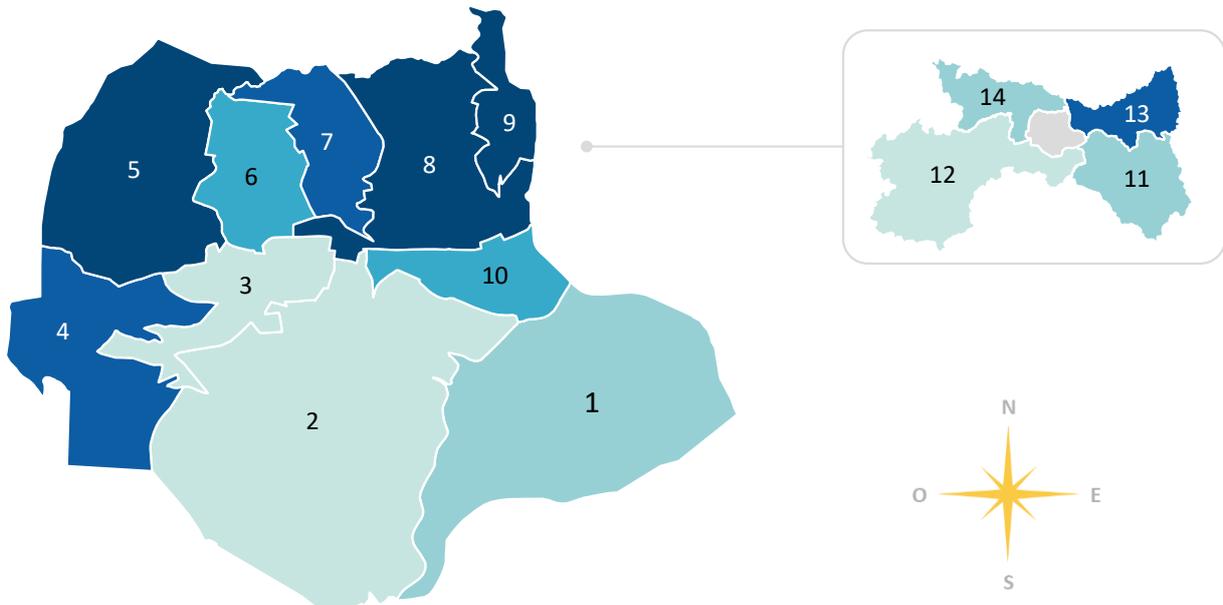
Definição: População com idade de 18 a 29 anos dividido pelo total da população residente, vezes 100

Menor Valor	Região 2	18,8%
Média	Barbacena	19,9%
Maior Valor	Região 5	21,2%

1,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010.



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

4.5. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 30 A 59 ANOS

Região 6 e Região 13 se destacam com o maior e menor percentual da população residente com idade de 30 a 59 anos entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 3,6% e (-) 9,5%.

Regiões geográficas	População residente	População de 30 a 59 anos	Indicador (%)
Região 13	5.344	2.030	38,0%
Região 5	8.406	3.209	38,2%
Região 14	1.140	451	39,6%
Região 9	3.720	1.514	40,7%
Região 1	7.039	2.881	40,9%
Região 7	6.361	2.608	41,0%
Região 4	8.286	3.427	41,4%
Região 12	4.889	2.048	41,9%
Região 8	17.064	7.218	42,3%
Região 3	11.948	5.063	42,4%
Região 11	8.001	3.411	42,6%
Região 10	11.103	4.792	43,2%
Região 2	25.729	11.174	43,4%
Região 6	7.254	3.157	43,5%
Município	126.284	52.983	42,0%
IBGE (2022)	125.317	54.273	43,3%

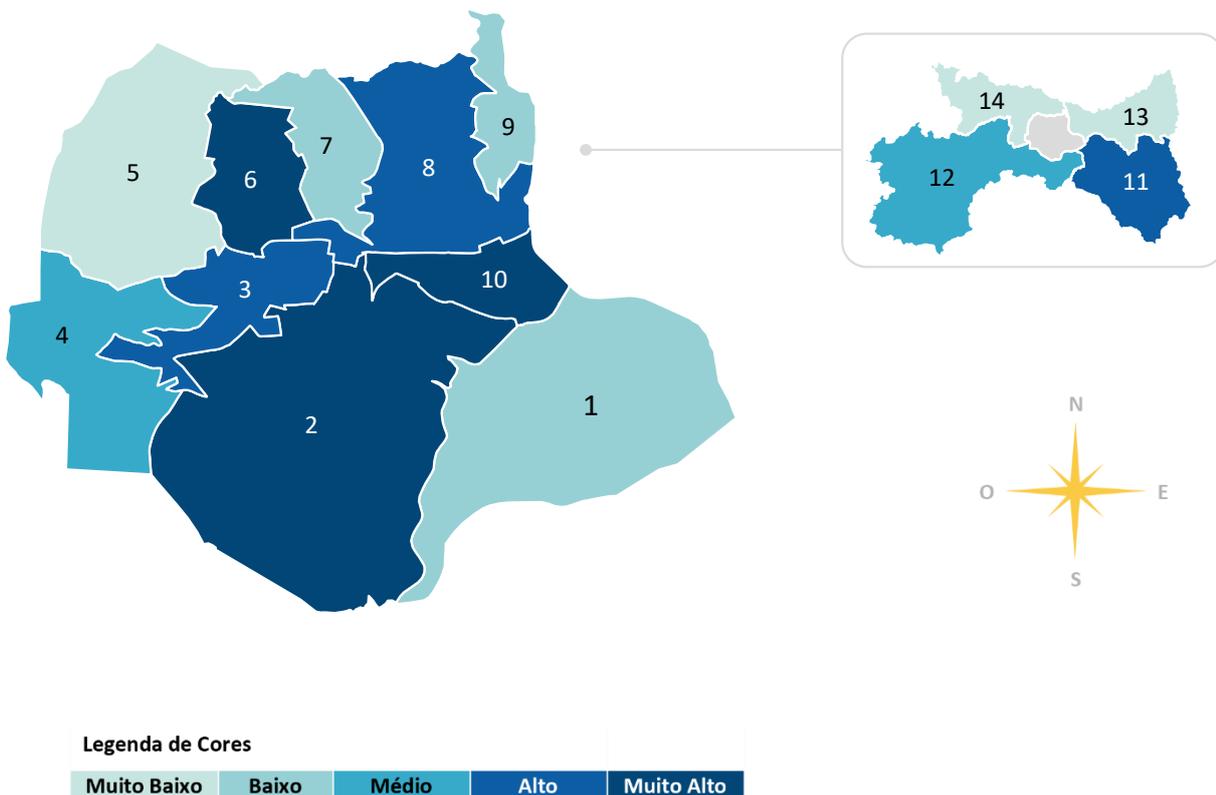
Definição: População com idade de 30 a 59 anos dividido pelo total da população residente, vezes 100

Menor Valor	Região 13	38,0%
Média	Barbacena	42,0%
Maior Valor	Região 6	43,5%

1,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010.



4.6. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 60 ANOS OU MAIS

Região 2 e Região 9 se destacam com o maior e menor percentual da população residente de 60 anos ou mais entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 49,6% e (-) 41,7%.

Regiões geográficas	População residente	População de 60 anos ou mais	Indicador (%)
Região 9	3.720	275	7,4%
Região 1	7.039	522	7,4%
Região 5	8.406	676	8,0%
Região 7	6.361	572	9,0%
Região 13	5.344	517	9,7%
Região 11	8.001	820	10,2%
Região 4	8.286	857	10,3%
Região 6	7.254	805	11,1%
Região 12	4.889	554	11,3%
Região 14	1.140	136	11,9%
Região 8	17.064	2.115	12,4%
Região 10	11.103	1.392	12,5%
Região 3	11.948	1.859	15,6%
Região 2	25.729	4.896	19,0%
Município	126.284	15.996	12,7%
IBGE (2022)	125.317	25.073	20,0%

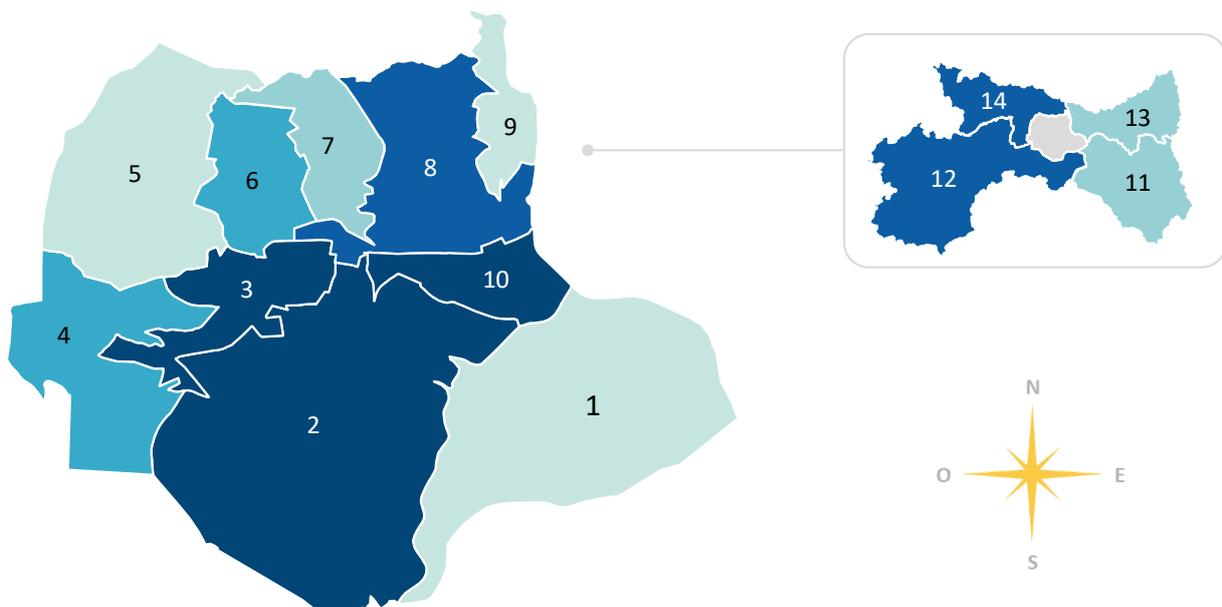
Definição: População com idade de 60 anos ou mais dividido pelo total da população residente, vezes 100

Menor Valor	Região 9	7,4%
Média	Barbacena	12,7%
Maior Valor	Região 2	19,0%

2,6 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010.



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

4.7. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO

Região 2 e Região 1 se destacam com o maior e menor índice de envelhecimento entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 107,5% e (-) 54,8%.

Regiões geográficas	População de 0 a 14 anos	População de 60 anos ou mais	Indicador (%)
Região 1	1.838	522	28,4%
Região 9	930	275	29,6%
Região 5	2.237	676	30,2%
Região 7	1.500	572	38,1%
Região 13	1.351	517	38,3%
Região 4	1.840	857	46,6%
Região 11	1.760	820	46,6%
Região 14	261	136	52,1%
Região 6	1.451	805	55,5%
Região 8	3.368	2.115	62,8%
Região 12	869	554	63,8%
Região 10	2.130	1.392	65,4%
Região 3	2.147	1.859	86,6%
Região 2	3.751	4.896	130,5%
Município	25.433	15.996	62,9%
IBGE (2022)	20.041	25.073	125,1%

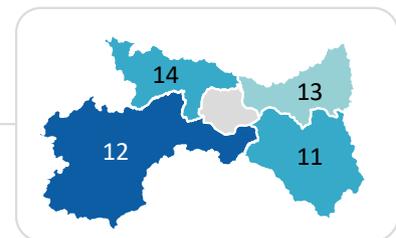
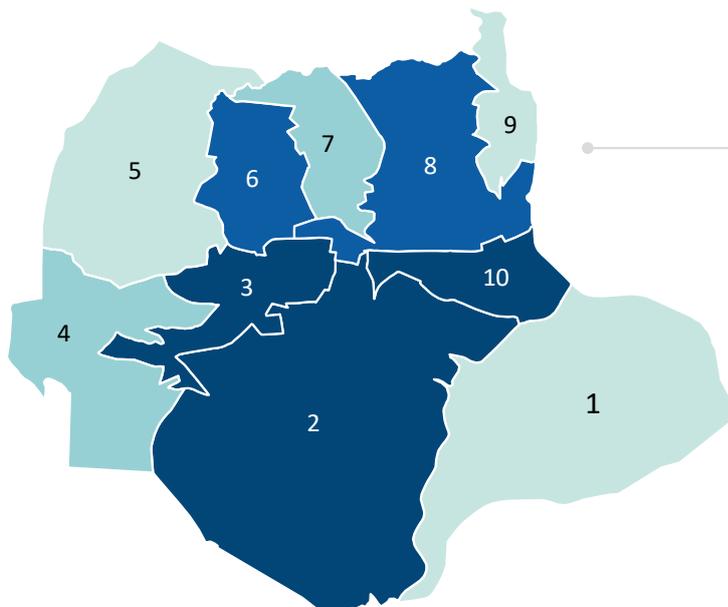
Definição: População de 60 anos ou mais dividido pelo total da população de 0 14 anos, vezes 100

Menor Valor	Região 1	28,4%
Média	Barbacena	62,9%
Maior Valor	Região 2	130,5%

4,6 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010.



Legenda de Cores

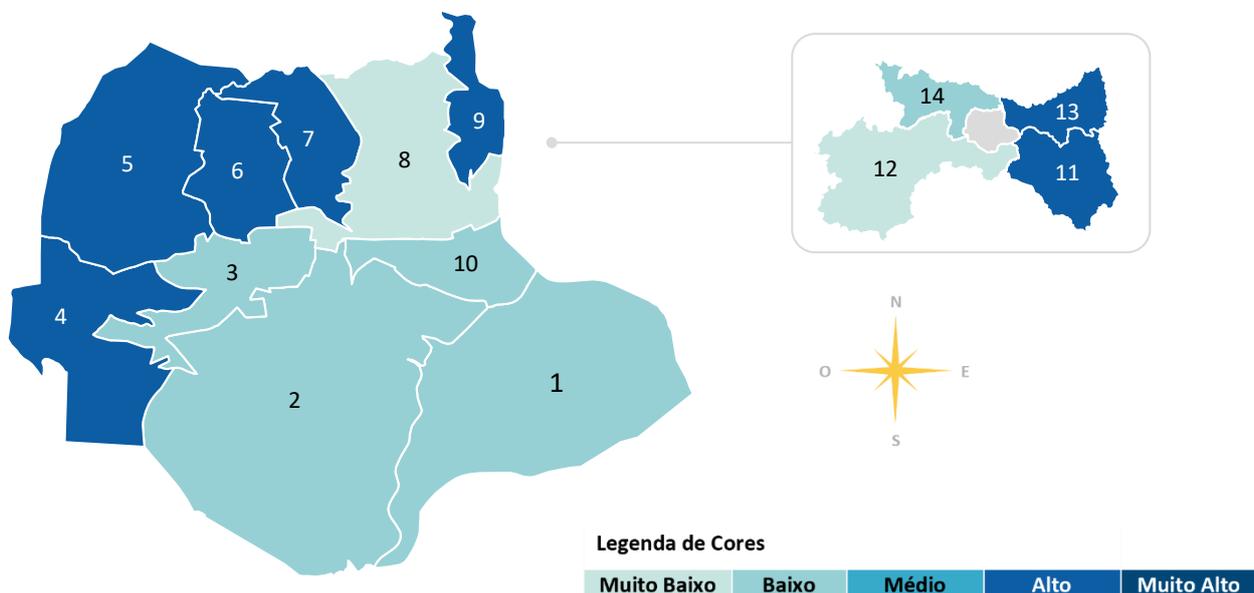
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

4.8. MAPA SOCIAL DO PERFIL DEMOGRÁFICO

Entre quatorze regiões, sete se destacam com quadro indicadores acima da média geral de Barbacena, dos sete analisados. As faixas etárias de maior atenção são as de crianças, adolescentes e jovens (0 a 29anos).

Classificação Quintil	Indicadores do Perfil Demográfico – 7 Indicadores								CLASSIFICAÇÃO TOTAL	
	Média Geral	3,19	15,3%	10,0%	19,9%	42,0%	12,7%	62,9%		
		>	>	>	>	>	>	>		
REGIÕES GEOGRÁFICAS	Densidade domiciliar	População residente com idade de 0 a 11 anos	População residente com idade de 12 a 17 anos	População residente com idade de 18 a 29 anos	População residente com idade de 30 a 59 anos	População residente com idade de 60 anos ou mais	Índice de envelhecimento	Contagem de Indicadores por região	Participação Percentual por região	
	8	3,11	15,0%	9,5%	20,8%	42,3%	12,4%	62,8%	2	28,6%
	12	3,41	13,1%	9,4%	18,9%	41,9%	11,3%	63,8%	2	28,6%
	10	3,07	14,6%	9,6%	20,1%	43,2%	12,5%	65,4%	3	42,9%
	3	3,12	13,6%	9,2%	19,4%	42,4%	15,6%	86,6%	3	42,9%
	14	3,45	17,6%	11,2%	19,6%	39,6%	11,9%	52,1%	3	42,9%
	1	3,32	20,3%	11,9%	19,5%	40,9%	7,4%	28,4%	3	42,9%
	2	2,94	10,8%	8,0%	18,8%	43,4%	19,0%	130,5%	3	42,9%
	9	3,24	19,8%	11,1%	21,0%	40,7%	7,4%	29,6%	4	57,1%
	4	3,27	17,0%	10,6%	20,7%	41,4%	10,3%	46,6%	4	57,1%
	7	3,45	17,7%	11,6%	20,7%	41,0%	9,0%	38,1%	4	57,1%
	11	3,46	17,0%	10,7%	19,5%	42,6%	10,2%	46,6%	4	57,1%
	6	3,22	15,1%	10,2%	20,1%	43,5%	11,1%	55,5%	4	57,1%
	13	3,48	19,1%	12,6%	20,6%	38,0%	9,7%	38,3%	4	57,1%
	5	3,56	20,1%	12,5%	21,2%	38,2%	8,0%	30,2%	4	57,1%

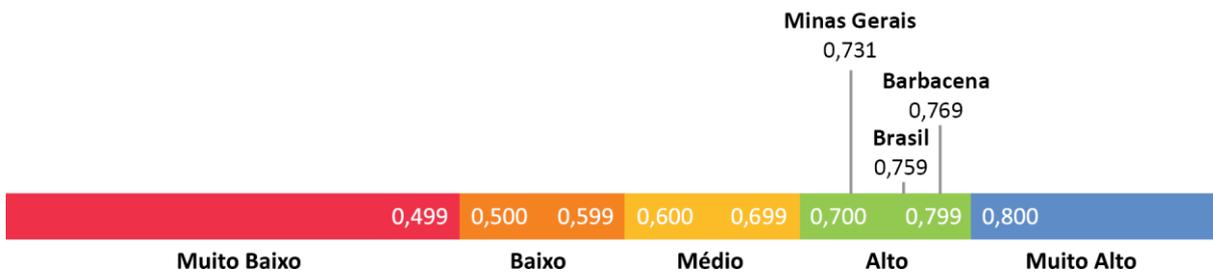
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023



5. PERFIL SOCIOECONÔMICO

Barbacena alcança a nota de 0,769 para o IDHM⁵, ocupando a 19ª posição no ranking entre os 853 Municípios do Estado de Minas Gerais e a 238ª posição entre os 5.565 Municípios brasileiros. O IDH é uma unidade de medida criada a partir de uma referência numérica que varia de 0 (zero) a 1 (um), com faixas de desenvolvimento pré-estabelecidas, sendo que quanto mais próxima do 1 (um) maior o índice de desenvolvimento humano. A nota de Barbacena é considerada “Alta” conforme representado na Figura abaixo.

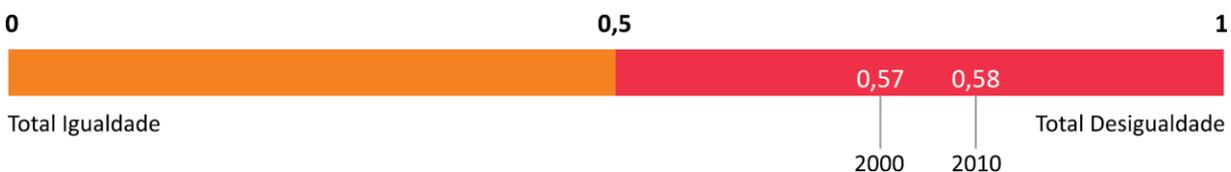
Figura 2: Representação em faixas de desenvolvimento do IDHM do Município



Fonte: Atlas Brasil, 2010.

Os valores da renda *per capita* mensal registrados, em 2000 e 2010, evidenciam que houve crescimento da renda no Município entre os anos mencionados. A renda *per capita* mensal no Município era de R\$ 560,59, em 2000, e de R\$ 854,27, em 2010. Outro índice comumente utilizado, principalmente na investigação sobre a distribuição de renda entre a população, é o índice de Gini⁶, que consiste em um número entre 0 (zero) a 1 (um), em que quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade. O índice de Gini no Município passou de 0,57, em 2000, para 0,58, em 2010, indicando, portanto, que houve aumento na desigualdade de renda.

Figura 3: Representação em escala de 0 a 1 do índice de Gini do Município



Fonte: Atlas Brasil, 2010.

⁵ Calculado pela Fundação João Pinheiro, IPEA e PNUD Brasil, considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda - mas sua metodologia foi adaptada ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais.

⁶ Índice usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

5.1. RENDA NOMINAL PER CAPITA

Região 2 e Região 13 se destacam com a maior e menor renda nominal *per capita* entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 85,3% e (-) 54,6%.

Regiões geográficas	População residente	Renda nominal total	Indicador (R\$)
Região 2	25.729	R\$ 30.957.270	R\$ 1.203,2
Região 3	11.948	R\$ 9.506.559	R\$ 795,7
Região 4	8.286	R\$ 4.863.665	R\$ 587,0
Região 14	1.140	R\$ 660.825	R\$ 579,7
Região 10	11.103	R\$ 6.390.232	R\$ 575,5
Região 12	4.889	R\$ 2.806.015	R\$ 573,9
Região 6	7.254	R\$ 4.026.132	R\$ 555,0
Região 8	17.064	R\$ 9.130.025	R\$ 535,0
Região 1	7.039	R\$ 2.783.085	R\$ 395,4
Região 7	6.361	R\$ 2.469.370	R\$ 388,2
Região 9	3.720	R\$ 1.343.992	R\$ 361,3
Região 11	8.001	R\$ 2.840.894	R\$ 355,1
Região 5	8.406	R\$ 2.670.293	R\$ 317,7
Região 13	5.344	R\$ 1.574.341	R\$ 294,6
Município	126.284	82.022.698	R\$ 649,5

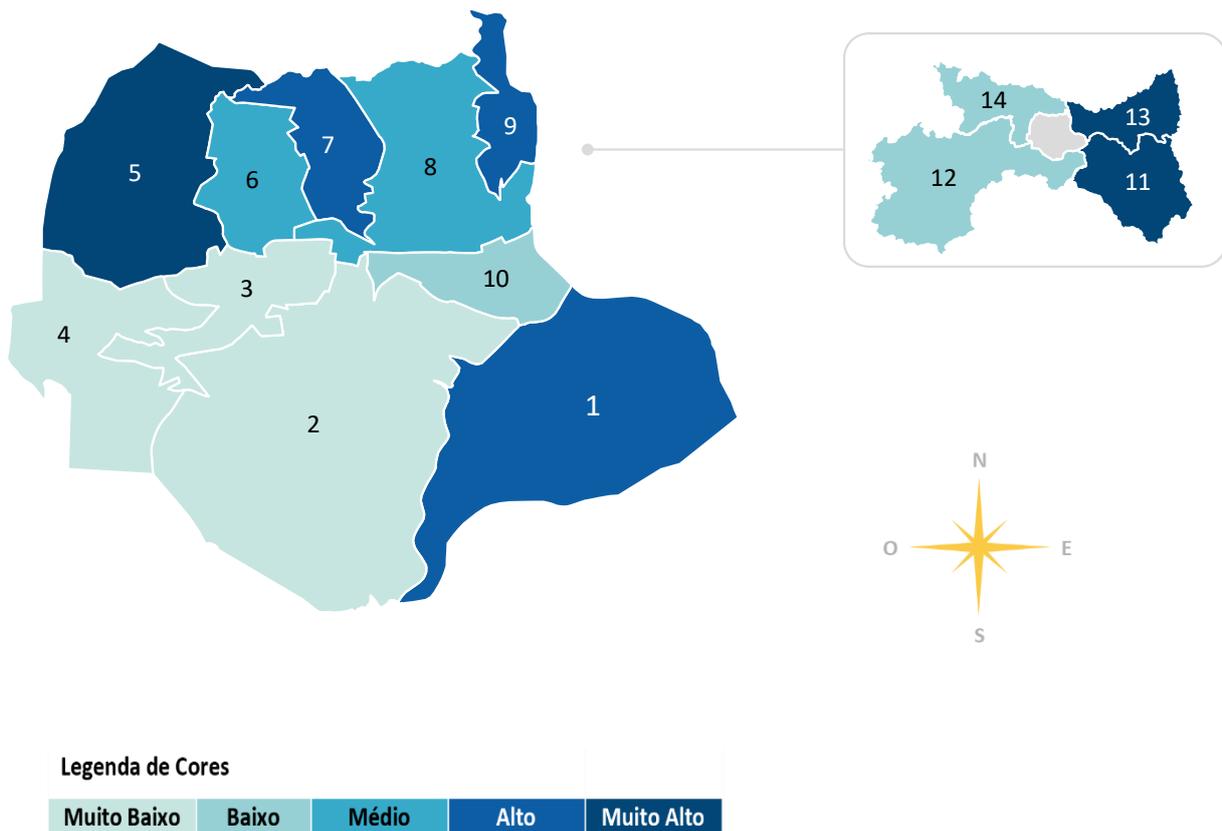
Definição: Renda nominal total dividido pelo total da população residente.

Menor Valor	Região 13	294,6
Média	Barbacena	649,5
Maior Valor	Região 2	1.203,2

4,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010.



5.2. RENDA PER CAPITA DOMICILIAR DE ATÉ 1/2 SALÁRIO-MÍNIMO

Região 13 e Região 2 se destacam com o maior e menor percentual de domicílios com renda *per capita* de até 1/2 salário-mínimo entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 104,1% e (-) 61,2%.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Renda <i>per capita</i> de até 1/2 SM	Indicador (%)
Região 2	8.759	828	9,5%
Região 3	3.832	633	16,5%
Região 6	2.255	433	19,2%
Região 8	5.486	1.167	21,3%
Região 10	3.612	773	21,4%
Região 4	2.533	682	26,9%
Região 12	1.432	438	30,6%
Região 7	1.843	631	34,2%
Região 14	330	118	35,8%
Região 9	1.148	419	36,5%
Região 1	2.123	801	37,7%
Região 5	2.364	994	42,0%
Região 11	2.314	1.008	43,6%
Região 13	1.535	767	50,0%
Município	39.566	9.692	24,5%

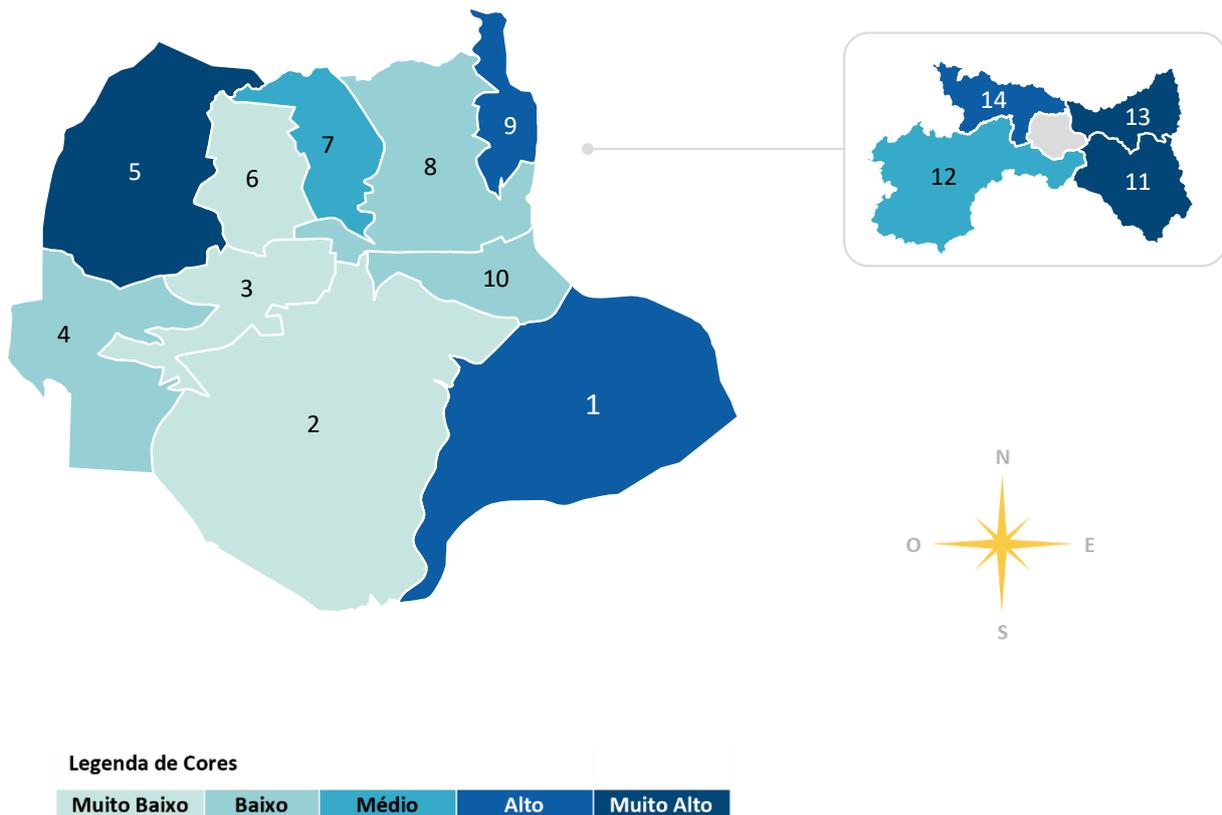
Definição: Domicílios com renda per capita de até ½ salário-mínimo dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

Menor Valor	Região 2	9,5%
Média	Barbacena	24,5%
Maior Valor	Região 13	50,0%

5,3 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010.



5.3. RENDA PER CAPITA DOMICILIAR DE ATÉ 1/4 DE SALÁRIO-MÍNIMO

Região 13 e Região 2 se destacam com o maior e menor percentual de domicílios com renda *per capita* de até 1/4 de salário-mínimo entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 163,2% e (-) 76,5%.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Renda <i>per capita</i> de até 1/4 SM	Indicador (%)
Região 2	8.759	143	1,6%
Região 6	2.255	84	3,7%
Região 3	3.832	146	3,8%
Região 10	3.612	156	4,3%
Região 8	5.486	251	4,6%
Região 4	2.533	200	7,9%
Região 9	1.148	112	9,8%
Região 7	1.843	188	10,2%
Região 12	1.432	158	11,0%
Região 14	330	39	11,8%
Região 1	2.123	264	12,4%
Região 5	2.364	323	13,7%
Região 11	2.314	350	15,1%
Região 13	1.535	275	17,9%
Município	39.566	2.689	6,8%

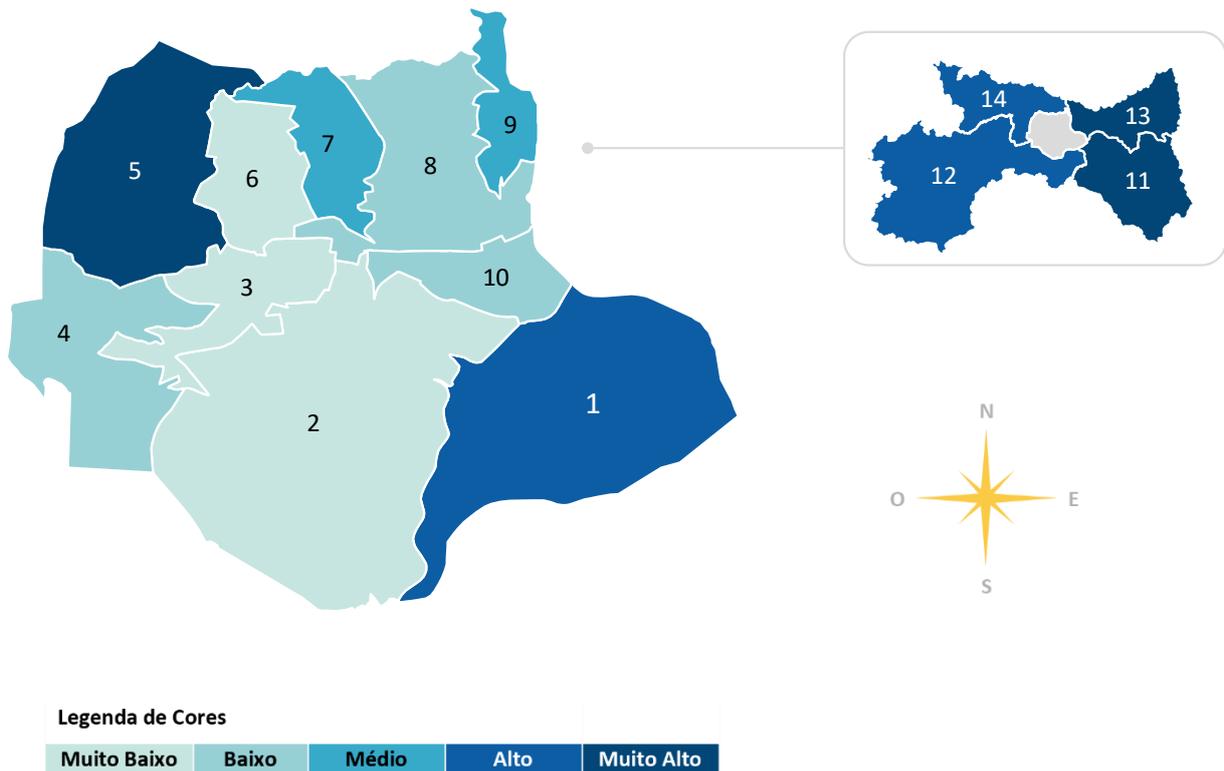
Definição: Domicílios com renda per capita de até ¼ de salário-mínimo dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

Menor Valor	Região 2	1,6%
Média	Barbacena	6,8%
Maior Valor	Região 13	17,9%

11,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010.



5.4. RENDA PER CAPITA DOMICILIAR DE ATÉ 1/8 DE SALÁRIO-MÍNIMO

Região 13 e Região 2 se destacam com o maior e menor percentual de domicílios com renda *per capita* de até 1/8 de salário-mínimo entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 210,0% e (-) 70,0%.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Renda <i>per capita</i> de até 1/8 SM	Indicador (%)
Região 2	8.759	26	0,3%
Região 14	330	1	0,3%
Região 6	2.255	11	0,5%
Região 8	5.486	29	0,6%
Região 10	3.612	21	0,6%
Região 3	3.832	26	0,7%
Região 4	2.533	26	1,0%
Região 12	1.432	17	1,2%
Região 9	1.148	18	1,6%
Região 7	1.843	30	1,6%
Região 11	2.314	52	2,2%
Região 5	2.364	55	2,3%
Região 1	2.123	55	2,6%
Região 13	1.535	48	3,1%
Município	39.566	415	1,0%

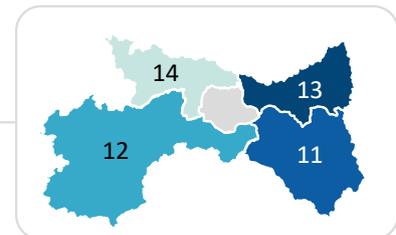
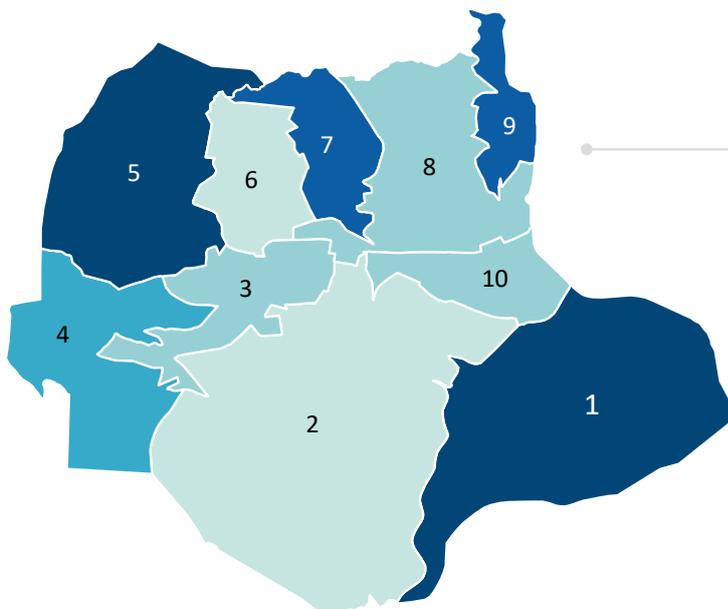
Definição: Domicílios com renda per capita de até 1/8 de salário-mínimo dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

Menor Valor	Região 2	0,3%
Média	Barbacena	1,0%
Maior Valor	Região 13	3,1%

10,3 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010.



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

5.5. RAZÃO DE DEPENDÊNCIA TOTAL (RDT)⁷

Região 13 e Região 12 se destacam com a maior e menor razão de dependência total entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 9,6% e (-) 9,2%.

Regiões geográficas	População de 15 a 59 anos	População de 0 a 14 e de 60 anos ou mais	Indicador (%)
Região 12	3.200	1.423	44,5%
Região 6	4.998	2.256	45,1%
Região 10	7.581	3.522	46,5%
Região 8	11.581	5.483	47,3%
Região 11	5.421	2.580	47,6%
Região 9	2.515	1.205	47,9%
Região 4	5.589	2.697	48,3%
Região 7	4.289	2.072	48,3%
Região 1	4.679	2.360	50,4%
Região 3	7.942	4.006	50,4%
Região 2	17.082	8.647	50,6%
Região 5	5.493	2.913	53,0%
Região 14	743	397	53,4%
Região 13	3.476	1.868	53,7%
Município	84.589	41.429	49,0%

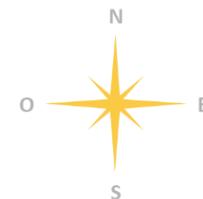
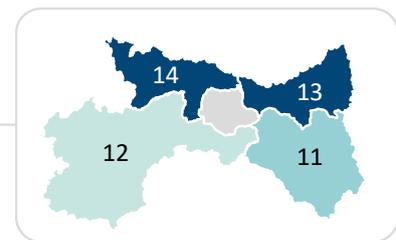
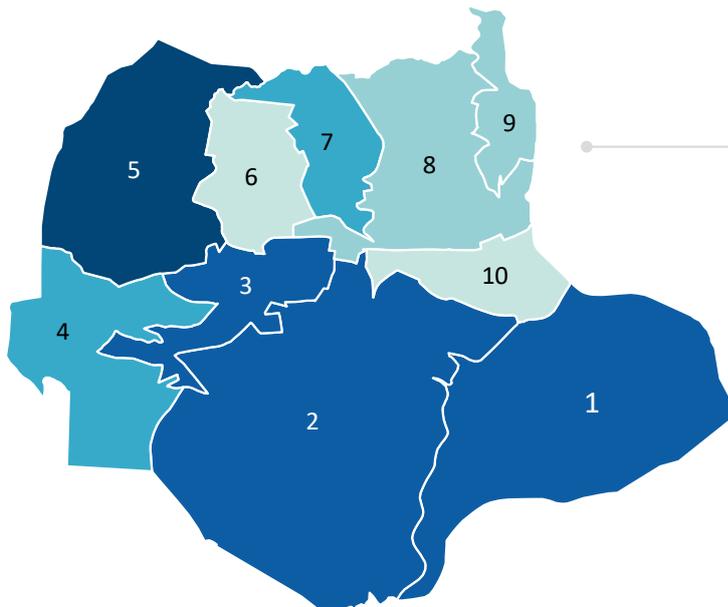
Definição: População de 0 a 14 e de 60 anos ou mais dividido pelo total da população de 15 a 59 anos, vezes 100

Menor Valor	Região 12	44,5%
Média	Barbacena	49,0%
Maior Valor	Região 13	53,7%

1,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010.



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

⁷ Razão de Dependência Total (RDT) é a relação entre a população de 0 a 14 e de 60 anos ou mais (população economicamente inativa) e a população de 15 a 59 anos (população economicamente ativa).

5.6. RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS)

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um relatório que contém informações socioeconômicas relevantes e é obrigatoriamente solicitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego a pessoas jurídicas e outros empregadores. Essa exigência foi estabelecida pelo Decreto nº 76.900 em 23 de dezembro de 1975, com o objetivo de fornecer dados essenciais sobre o mercado de trabalho e auxiliar na formulação de políticas públicas.

A RAIS é uma ferramenta importante para a gestão governamental e serve como uma fonte confiável de informações para análises estatísticas e estudos socioeconômicos. Ela coleta dados sobre a quantidade de trabalhadores empregados, remuneração, tipo de contrato de trabalho, níveis de escolaridade, entre outras informações relevantes para compreender a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro.

Além de fornecer um panorama do emprego formal no país, a RAIS desempenha um papel crucial na elaboração e implementação de programas sociais e de políticas públicas relacionadas ao trabalho e ao emprego. Os dados coletados também são utilizados para a geração de estatísticas oficiais sobre emprego, contribuindo para o monitoramento do mercado de trabalho, o planejamento estratégico e a tomada de decisões em diversos setores.

No presente capítulo, serão fornecidos dados referentes ao trabalho formal no Município durante o ano de 2021, pois os dados para o ano de 2022 não foram divulgados até o momento. Em 2021, Barbacena contava com 40.448 trabalhadores formais, o que resulta em uma taxa de empregabilidade formal de 37,9% quando comparada à população com 14 anos ou mais (idade legal para trabalho, sendo entre 14 e 16 anos apenas na condição de aprendiz).

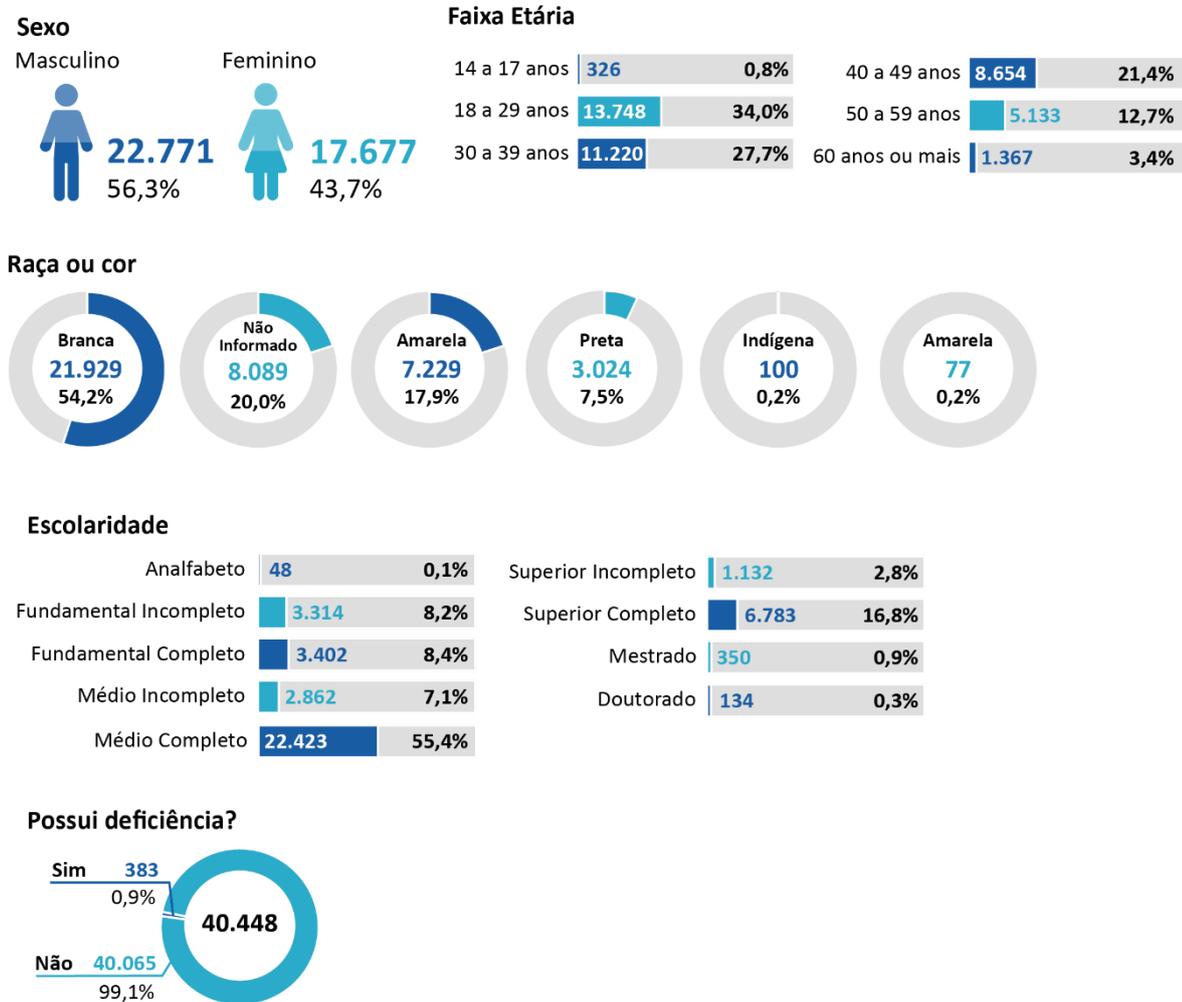
Figura 4: Taxa de empregabilidade formal



Fontes: IBGE, 2022; Ministério da Cidadania - RAIS e CAGED, 2021.

No perfil dos trabalhadores formais residentes de Barbacena, destacam-se o sexo masculino (56,3%), a faixa etária de 18 a 29 anos (34,0%) e a raça ou cor branca (54,2%). É importante destacar que em 20,0% dos casos a raça ou cor não foi informada. Quanto ao grau de instrução, 55,4% dos trabalhadores possuem Ensino Médio Completo. Apenas 0,9% dos contratados possuem algum tipo de deficiência, sendo deficiência física a mais comum.

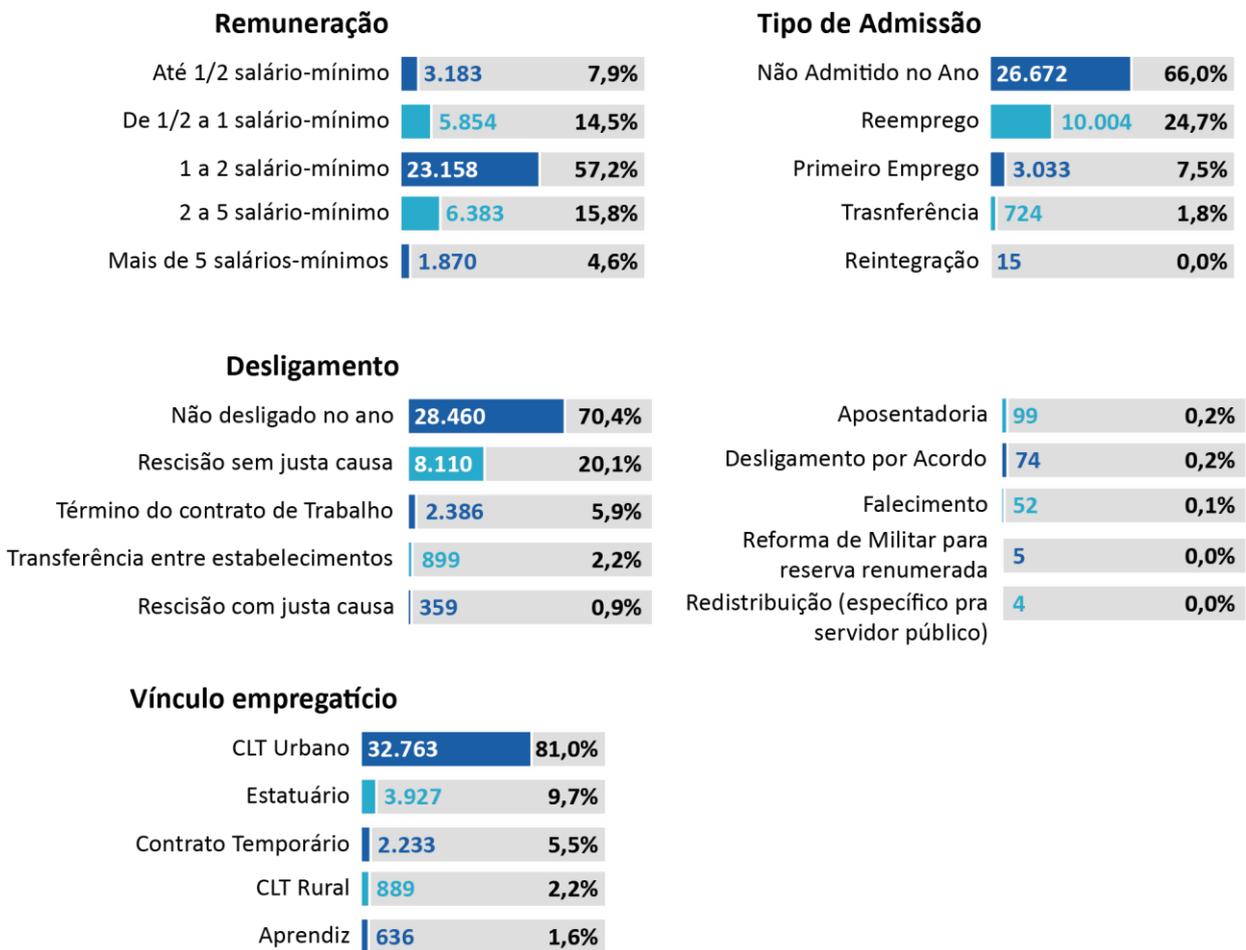
Figura 5: Perfil dos trabalhadores formais



Fonte: Ministério da Cidadania - RAIS e CAGED, 2021.

Com relação à remuneração e vínculo empregatício, a maioria dos contratados recebe de 1 a 2 salários-mínimos mensais (57,2%) e trabalham sob regime de CLT urbano (81,0%). 66,0% dos trabalhadores não foram admitidos no ano de referência, além disso, 70,4% não foram desligados durante o ano.

Figura 6: Perfil dos contratos de trabalho



Fonte: Ministério da Cidadania - RAIS e CAGED, 2021.

Os subsetores econômicos que mais contratam no Município são os de serviços em geral (26,6%) e de comércio atacadista ou varejista (25,0%). Abrindo por ocupação (de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO), os principais destaques são vendedor de comércio varejista (6,9%), alimentador de linha de produção (4,7%) e auxiliar de escritório (4,1%).

Tabela 10: Contratados por subsetor

Subsetor	Quant.	(%)
Serviços em geral	10.715	26,6%
Comércio atacadista ou varejista	10.124	25,0%
Industria extrativista ou de transformação	6.600	16,3%
Administração Pública	6.131	15,2%
Construção Civil	2.902	7,2%
Atividades de ensino e aprendizagem	2.447	6,0%
Agricultura e relacionados	1.031	2,5%
Atividades financeiras, seguros e relacionadas	498	1,2%
Total	40.448	100,0%

Fonte: Ministério da Cidadania. RAIS e CAGED, 2021.

Tabela 11: Contratados por ocupação

Ocupação	Quant.	(%)
Vendedor de Comercio Varejista	2.799	6,9%
Alimentador de Linha de Produção	1.908	4,7%
Auxiliar de Escritório, em geral	1.657	4,1%
Faxineiro	1.365	3,4%
Praça da Aeronáutica	1.293	3,2%
Assistente Administrativo	1.115	2,8%
Operador de Caixa	1.074	2,7%
Técnico de Enfermagem	865	2,1%
Servente de Obras	858	2,1%
Repositor de Mercadorias	611	1,5%
Atendente de lojas e mercados	591	1,5%
Montador de Máquinas	589	1,5%
Pedreiro	576	1,4%
Motorista de Caminhão	560	1,4%
Atendente de Lanchonete	522	1,3%
Recepcionista, em geral	459	1,1%
Médico Clínico	449	1,1%
Trabalhador Agropecuário, em geral	448	1,1%
Cozinheiro Geral	443	1,1%
Soldador	423	1,0%
Continuo	414	1,0%
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	389	1,0%
Total	19.408*	48,0%

Fonte: Ministério da Cidadania. RAIS e CAGED, 2021.

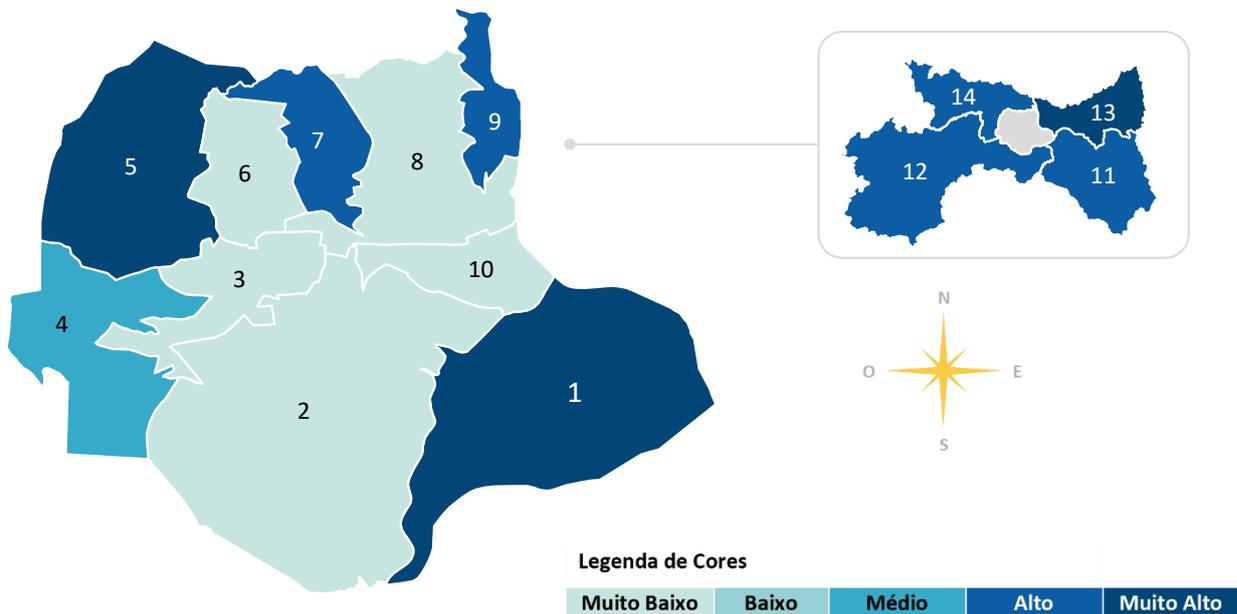
Nota (*): Os 21.040 contratos restantes (52,0%) estão agrupados em 803 ocupações diferentes que representam, cada uma, menos de 1% do total geral.

5.7. MAPA SOCIAL DO PERFIL SOCIOECONÔMICO

As regiões 1, 5 e 13 se destacam com a maior contagem de indicadores acima da média geral de Barbacena. Nessas três regiões todos os indicadores analisados estão com maior concentração de famílias de “Baixa Renda” e maior “Razão Dependência Total”.

Classificação Quintil	Indicadores do Perfil Socioeconômico – 5 Indicadores						CLASSIFICAÇÃO TOTAL	
	Média Geral	649,5	24,5%	6,8%	1,0%	49,0%		
		<	>	>	>	>	Contagem de Indicadores por região	Participação Percentual por região
REGIÕES GEOGRÁFICAS	Renda nominal per capita	Renda per capita domiciliar de até 1/2 salário-mínimo	Renda per capita domiciliar de até 1/4 de salário-mínimo	Renda per capita domiciliar de até 1/8 de salário-mínimo	Razão de Dependência Total (RDT)			
Quintil 1	2	1203,2	9,5%	1,6%	0,3%	50,6%	1	20,0%
	3	795,7	16,5%	3,8%	0,7%	50,4%	1	20,0%
	10	575,5	21,4%	4,3%	0,6%	46,5%	1	20,0%
	6	555,0	19,2%	3,7%	0,5%	45,1%	1	20,0%
	8	535,0	21,3%	4,6%	0,6%	47,3%	1	20,0%
Quintil 2	4	587,0	26,9%	7,9%	1,0%	48,3%	3	60,0%
Quintil 3	14	579,7	35,8%	11,8%	0,3%	53,4%	4	80,0%
	12	573,9	30,6%	11,0%	1,2%	44,5%	4	80,0%
	7	388,2	34,2%	10,2%	1,6%	48,3%	4	80,0%
	9	361,3	36,5%	9,8%	1,6%	47,9%	4	80,0%
	11	355,1	43,6%	15,1%	2,2%	47,6%	4	80,0%
Quintil 4	1	395,4	37,7%	12,4%	2,6%	50,4%	5	100,0%
	5	317,7	42,0%	13,7%	2,3%	53,0%	5	100,0%
	13	294,6	50,0%	17,9%	3,1%	53,7%	5	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023



6. MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO

Inicialmente, o levantamento da estrutura de atendimento no município de Barbacena baseou-se em fontes oficiais. Ao longo do projeto e da coleta de dados, a Comissão de Acompanhamento validou as instituições, órgãos e entidades identificadas, resultando no atual delineamento da Rede de Atendimento.

Os dados foram obtidos a partir de cadastros e sites oficiais de diversas fontes, incluindo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Prefeitura Municipal de Barbacena e suas Secretarias Municipais, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Governo Federal, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Além disso, considerou-se a participação de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) atuantes no município.

A classificação das instituições mapeadas foi realizada com base em três Eixos Estratégicos de Ação, conforme apresentado no organograma a seguir. Este processo visa proporcionar uma visão abrangente e estruturada da rede de atendimento em Barbacena.

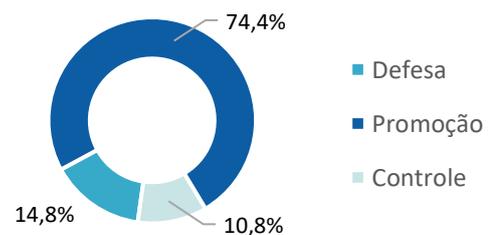
Organograma 1: Classificação da rede de atendimento



Em Barbacena foram mapeadas 223 instituições que compõem a Rede de Atendimento, classificadas dentro dos Eixos Estratégicos de Ação conforme tabela abaixo. Cada um dos Eixos será detalhado nos capítulos seguintes.

Tabela 12: Instituições por Eixo Estratégico de Ação

Eixos Estratégico de Ação	Quant.	(%)
Defesa	33	14,8%
Promoção	166	74,4%
Controle	24	10,8%
Total de instituições	223	100,0%



6.1. EIXO ESTRATÉGICO DE DEFESA

Este eixo representa **14,8%** do total de instituições que compõem o Mapeamento da Rede, e é caracterizado pela garantia do acesso às instâncias públicas e mecanismos jurídicos de proteção legal dos direitos humanos, compostos pelos órgãos públicos judiciais; Ministério Público, especialmente as promotorias de justiça, as procuradorias gerais de justiça; defensorias públicas; Advocacia Geral da União e as procuradorias gerais dos estados; polícias; conselhos tutelares; ouvidorias e entidades de defesa de direitos humanos incumbidas de prestar proteção jurídico-social.

Quadro 3: Instituições do Eixo Estratégico de Defesa

Descrição	Quant.
Conselho Tutelar	1
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em Barbacena	10
Vara Cível	2
Vara Criminal e de Execuções Criminais	1
Vara de Família, Sucessões e Precatórias Criminais	1
Juizado Especial de Barbacena	1
Grupo Jurisdicional de Barbacena	1
Central de Conciliação	1
Central e Serviço Social e Psicologia	1
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania	1
Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário	1
Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais em Barbacena	1
Ministério Público de Barbacena	12
Promotoria de Justiça	9
Secretaria das Promotorias de Justiça Cível	1
Secretaria das Promotorias de Justiça Criminal	1
Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde da Macrorregião Sanitária Centro Sul	1
Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais em Barbacena	2
Vara do Trabalho	2
Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais em Barbacena	7
Delegacia Regional de Polícia Civil	1
Delegacia de Polícia Civil de Plantão	1
Delegacia de Polícia Civil	1
Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher	1
13ª Cia Militar de Trânsito	1
13ª Cia Militar Ambiental	1
9º Batalhão da Polícia Militar	1
Total de instituições, órgãos ou entidades	33

6.2. EIXO ESTRATÉGICO DE PROMOÇÃO

Este eixo representa **74,4%** do total de instituições mapeadas, e é caracterizado pela promoção e efetivação dos direitos humanos, por meio da política de atendimento desenvolvida estrategicamente de maneira transversal e intersetorial, de modo a articular todas as políticas públicas em favor da proteção integral. Assim, neste eixo são considerados os atores envolvidos na execução de serviços e programas em três frentes de atuação: voltadas para as políticas sociais, afetos aos fins da política de atendimento; as de execução de medidas de proteção de direitos humanos; e as de execução de medidas socioeducativas e assemelhadas.

Quadro 4: Instituições do Eixo Estratégico de Promoção

Descrição	Quant.
Unidades de Atendimento	132
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	2
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	1
Centro de Saúde / Unidade Básica	22
Hospital Geral	5
Hospital Especializado	4
Unidade de Vigilância em Saúde	2
Centro de Atenção Psicossocial	3
Posto de Saúde	6
Unidades educacionais*	84
Unidades de acolhimento/casa da acolhida	2
Sistema Nacional de Emprego - SINE	1
Secretarias Municipais	14
Secretaria Municipal do Gabinete do Prefeito - SEGAB	1
Secretaria Municipal de Governo - SEGOV	1
Advocacia Geral do Município - AGM	1
Controladoria Geral do Município - CGEM	1
Consultoria Geral do Município - CGM	1
Guarda Civil Municipal - GCM	1
Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA	1
Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Cultura -SEDEC	1
Secretaria Municipal de Fazenda - SEFAZ	1
Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS	1
Secretaria Municipal de Obras Públicas - SEMOP	1
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEPLAN	1
Secretaria Municipal de Saúde - SESAP	1
Secretaria Municipal de Trânsito e Mobilidade Urbana	1

Organizações da Sociedade Civil	20
Associação Creche Escola Irmãos do Caminho	1
Associação de Mães e Amigos do Autista de Barbacena - AMA	1
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barbacena - APAE	1
Associação Família de Maria - Instituto Padre Cunha	1
Associação Mary Jane Wilson	1
Associação São Miguel Arcanjo	1
Centro de Educação Infantil Sagrada Família	1
Coral Araújo de Barbacena - CAB	1
Fundação João XXIII	1
Inspetoria Madre Mazzarello - Instituto Maria Imaculada	1
Instituto Beneficente Padre Mestre Corrêa de Almeida	1
Instituto José Luíz Ferreira	1
Instituto Onda Gomes	1
Obras Passionistas São Paulo da Cruz	1
Obras Sociais Nossa Senhora de Fátima	1
Obras Sociais Santo Antônio	1
Unidade de Acolhimento Confraria das Mães Cristãs	1
Unidade de Acolhimento Instituto Mauro e Alcides Ferreira	1
Unidade de Acolhimento Lar Frederico Ozanan	1
Unidade de Acolhimento Lar São Caetano	1
Total de instituições, órgãos ou entidades	166

Nota (*): Fonte: Censo Escolar. INEP, 2022. Foram consideradas todas as unidades educacionais em atividade, independentes de sua vinculação administrativa (privada, pública municipal, estadual ou federal).

6.3. EIXO ESTRATÉGICO DE CONTROLE

Este eixo representa **10,8%** do total de instituições que compõem o Mapeamento da Rede, e é caracterizado pelo controle social no planejamento, acompanhamento, e monitoramento das ações de promoção e defesa dos direitos fundamentais. Tal controle é realizado pelos conselhos de direito, conselhos setoriais e órgãos de controle interno e externo definidos pela Constituição Federal. Os Conselhos são instâncias públicas colegiadas, onde se assegura a paridade da participação de órgãos governamentais, de entidades sociais e da sociedade civil.

Quadro 5: Instituições do Eixo Estratégico de Controle

Descrição	Quant.
Conselho de Direito	3
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)	1
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMDE)	1
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM)	1
Conselhos Setoriais	21
Conselho Administrativo de Reserva Biológica de Pinheiro Grosso	1
Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável	1
Conselho de Proteção e Defesa dos Animais	1
Conselho Municipal da Juventude	1
Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação	1
Conselho Municipal de Alimentação Escolar	1
Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS	1
Conselho Municipal de Cultura	1
Conselho Municipal de Defesa Civil	1
Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente	1
Conselho Municipal de Desporto	1
Conselho Municipal de Educação	1
Conselho Municipal de Emprego e Renda	1
Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS	1
Conselho Municipal de Política Ambiental	1
Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - CMPIR	1
Conselho Municipal de Saúde e Fundo da Saúde	1
Conselho Municipal de Segurança Alimentar - COMSEA	1
Conselho Municipal de Turismo	1
Conselho Municipal do Idoso - CMID	1
Conselho Municipal Sobre Drogas	1
Total de instituições, órgãos ou entidades	24

7. DIREITO À HABITAÇÃO E TRANSPORTE

O direito à habitação e o direito ao transporte são fundamentais no contexto dos direitos humanos, sendo reconhecidos internacionalmente como componentes essenciais para garantir uma vida digna e plena. Ambos são intrinsecamente ligados à noção de dignidade humana e têm repercussões significativas no acesso a outras dimensões dos direitos fundamentais.

O direito à habitação, consagrado em diversos instrumentos internacionais, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, reconhece a importância de assegurar a todos o direito a um padrão de vida adequado, que engloba moradia adequada. A habitação digna não se limita apenas a um abrigo físico, mas também inclui condições de salubridade, acessibilidade, segurança e privacidade.

No que tange ao transporte, o direito a uma mobilidade adequada está relacionado à capacidade das pessoas de se deslocarem de maneira eficiente e acessível. A mobilidade é fundamental para o pleno exercício de diversos direitos, como o acesso a emprego, educação, saúde e participação na vida comunitária. A falta de acesso aos meios de transporte adequados pode resultar em exclusão social e econômica, afetando desproporcionalmente grupos vulneráveis.

Ambos os direitos, habitação e transporte, estão interconectados e influenciam diretamente a qualidade de vida das pessoas. Políticas públicas devem ser desenvolvidas e implementadas de forma a garantir o pleno exercício desses direitos, promovendo a inclusão social e reduzindo as disparidades existentes. É imperativo que o Estado, em conformidade com seus compromissos internacionais, adote medidas efetivas para assegurar o acesso universal a moradia digna e a meios de transporte adequados, promovendo, assim, uma sociedade mais justa e equitativa.

7.1. DOMICÍLIOS SEM ENERGIA ELÉTRICA

Região 12 e Região 4 se destacam com a maior e menor taxa de domicílios sem energia elétrica entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 308,3% e (-) 83,3%.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Domicílios sem energia elétrica	Indicador (por mil dom.)
Região 14	330	-	-
Região 4	2.533	1	0,4
Região 8	5.486	3	0,5
Região 3	3.832	3	0,8
Região 7	1.843	2	1,1
Região 2	8.759	10	1,1
Região 10	3.612	6	1,7
Região 6	2.255	6	2,7
Região 5	2.364	9	3,8
Região 11	2.314	10	4,3
Região 9	1.148	5	4,4
Região 1	2.123	12	5,7
Região 13	1.535	14	9,1
Região 12	1.432	14	9,8
Município	39.566	95	2,4

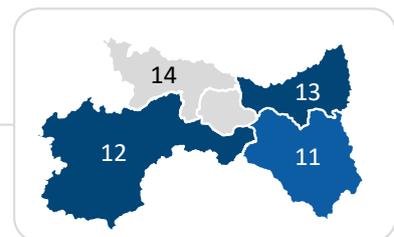
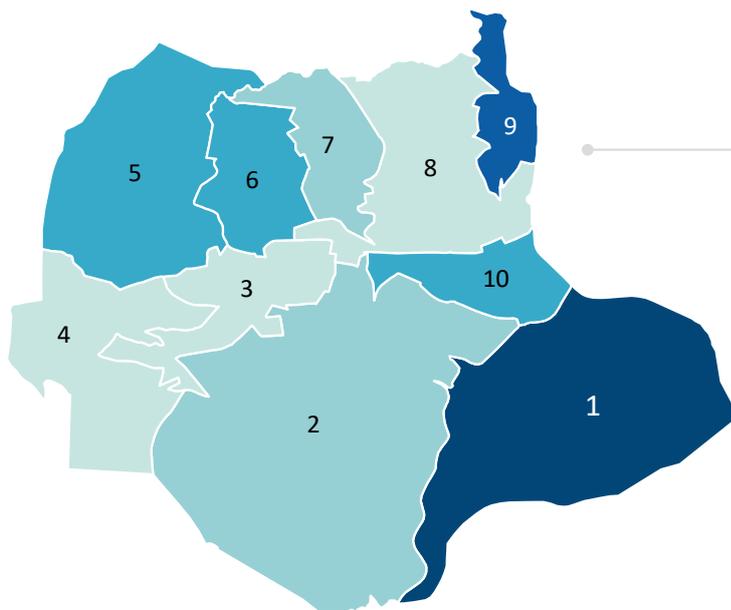
Definição: Domicílios sem energia elétrica dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

Menor Valor	Região 4	0,4
Média	Barbacena	2,4
Maior Valor	Região 12	9,8

24,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010.



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

7.2. DOMICÍLIOS SEM ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA REDE GERAL

Região 14 e Região 7 se destacam com o maior e menor percentual de domicílios sem abastecimento de água entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 1.328,6% e (-) 96,4%.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Domicílios sem água	Indicador (%)
Região 7	1.843	1	0,1%
Região 10	3.612	9	0,2%
Região 8	5.486	21	0,4%
Região 6	2.255	9	0,4%
Região 3	3.832	19	0,5%
Região 1	2.123	12	0,6%
Região 9	1.148	13	1,1%
Região 2	8.759	167	1,9%
Região 4	2.533	51	2,0%
Região 5	2.364	103	4,4%
Região 12	1.432	115	8,0%
Região 13	1.535	139	9,1%
Região 11	2.314	306	13,2%
Região 14	330	132	40,0%
Município	39.566	1.097	2,8%

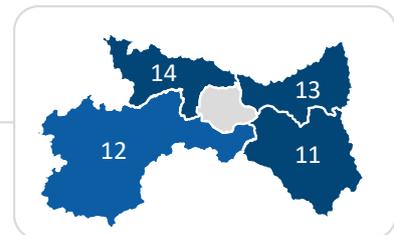
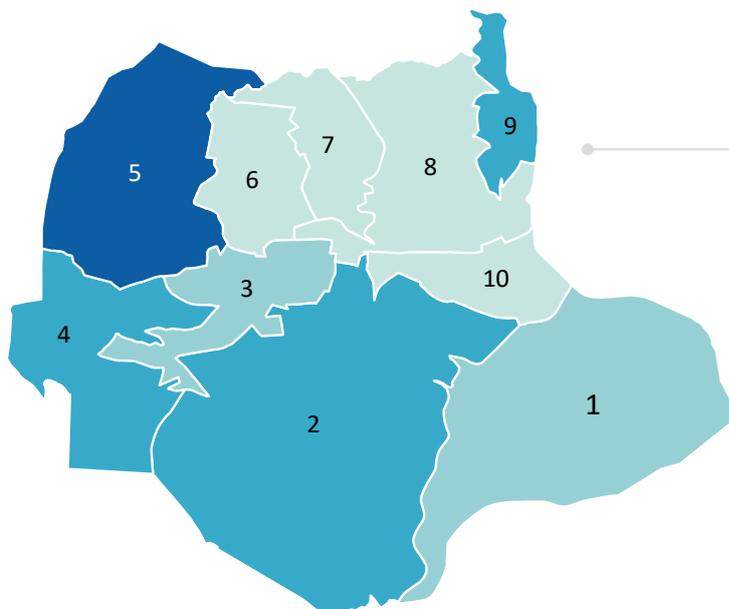
Definição: Domicílios sem abastecimento de água da rede geral dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

Menor Valor	Região 7	0,1%
Média	Barbacena	2,8%
Maior Valor	Região 14	40,0%

400,0 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010.



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

7.3. DOMICÍLIOS SEM COLETA DE LIXO

Região 12 e Região 3 se destacam com a maior e menor taxa de domicílios sem coleta de lixo entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 928,6% e (-) 85,7%.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Domicílios sem coleta de lixo	Indicador (por mil dom.)
Região 9	1.148	-	-
Região 6	2.255	-	-
Região 3	3.832	1	0,3
Região 10	3.612	1	0,3
Região 5	2.364	1	0,4
Região 8	5.486	3	0,5
Região 2	8.759	5	0,6
Região 4	2.533	2	0,8
Região 1	2.123	4	1,9
Região 7	1.843	5	2,7
Região 13	1.535	7	4,6
Região 11	2.314	19	8,2
Região 14	330	4	12,1
Região 12	1.432	31	21,6
Município	39.566	83	2,1

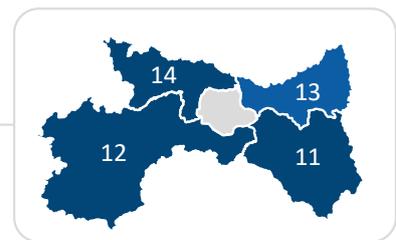
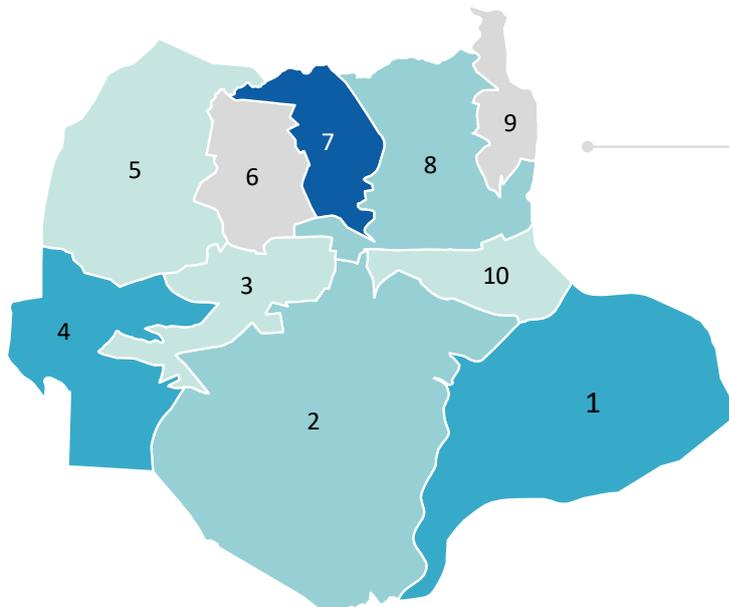
Definição: Domicílios sem coleta de lixo dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

Menor Valor	Região 3	0,3
Média	Barbacena	2,1
Maior Valor	Região 12	21,6

72,0 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010.



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

7.4. COBERTURA DA REDE GERAL DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO⁸

Região 10 e Região 14 se destacam com o maior e menor percentual de domicílios cobertos pela rede geral de esgotamento sanitário entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 14,1% e (-) 79,0%.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Domicílios com rede de esgoto	Indicador (%)
Região 10	3.612	3.571	98,9%
Região 3	3.832	3.787	98,8%
Região 2	8.759	8.549	97,6%
Região 7	1.843	1.790	97,1%
Região 9	1.148	1.091	95,0%
Região 8	5.486	5.132	93,5%
Região 6	2.255	2.105	93,3%
Região 4	2.533	2.361	93,2%
Região 1	2.123	1.928	90,8%
Região 5	2.364	1.984	83,9%
Região 13	1.535	704	45,9%
Região 11	2.314	822	35,5%
Região 12	1.432	423	29,5%
Região 14	330	60	18,2%
Município	39.566	34.307	86,7%

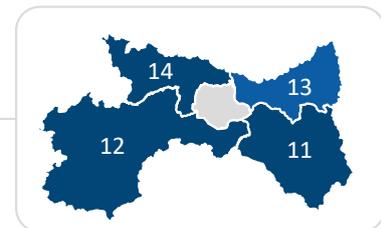
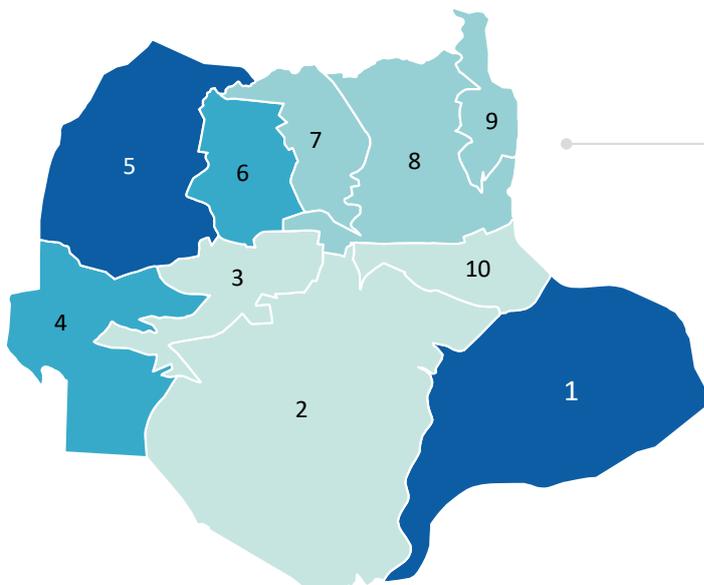
Definição: Domicílios com ligação de esgoto sanitário da rede geral ou dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

Menor Valor	Região 14	18,2%
Média	Barbacena	86,7%
Maior Valor	Região 10	98,9%

5,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010.



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

⁸ Este indicador é inversamente proporcional, ou seja, quanto menor o valor, maior a demanda.

7.5. PESSOAS CADASTRADAS EM PROGRAMAS HABITACIONAIS

Região 5 e Região 11 se destacam com a maior e menor taxa de pessoas cadastradas em programas habitacionais entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 294,4% e (-) 98,9%.

Regiões geográficas	População residente	Residentes cadastrados	Indicador (por mil hab.)
Região 11	8.001	1	0,1
Região 12	4.889	7	1,4
Região 13	5.344	8	1,5
Região 2	25.729	89	3,5
Região 9	3.720	17	4,6
Região 4	8.286	51	6,2
Região 3	11.948	74	6,2
Região 8	17.064	106	6,2
Região 10	11.103	77	6,9
Região 7	6.361	95	14,9
Região 6	7.254	119	16,4
Região 14	1.140	20	17,5
Região 1	7.039	136	19,3
Região 5	8.406	298	35,5
Não informado	-	44	-
Município	126.284	1.142	9,0

Definição: pessoas cadastradas em programas habitacionais dividido pelo total da população residente, vezes 1000

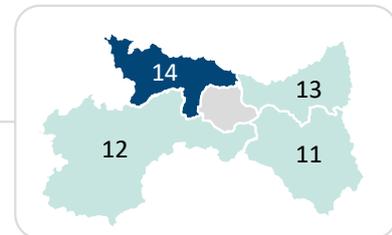
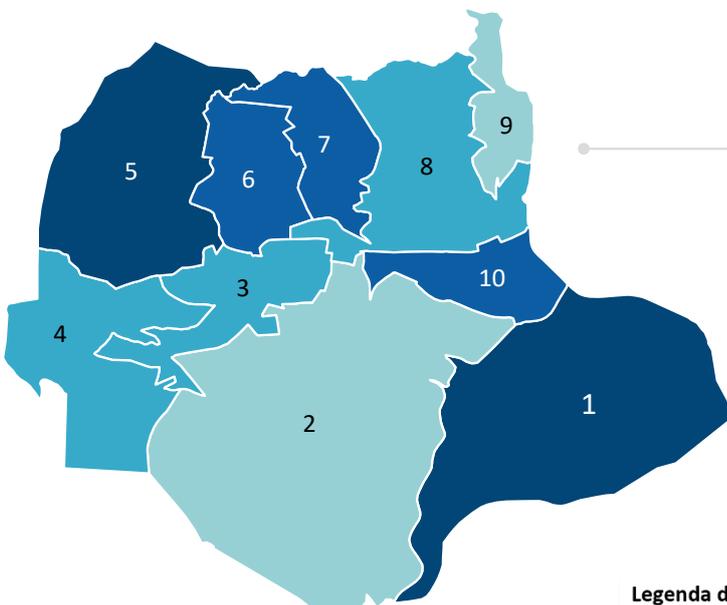
Menor Valor	Região 11	0,1
Média	Barbacena	9,0
Maior Valor	Região 5	35,5

355,0 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010; Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.

Programa?



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

7.6. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA CADASTRADAS NO TRANSPORTE COLETIVO GRATUITO

Região 1 e Região 2 se destacam com a maior e menor taxa de pessoas com deficiência cadastradas no transporte coletivo gratuito entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 122,9% e (-) 72,5%.

Regiões geográficas	População residente	Transporte gratuito	Indicador (por mil hab.)
Região 2	25.729	77	3,0
Região 12	4.889	30	6,1
Região 3	11.948	83	6,9
Região 11	8.001	82	10,2
Região 10	11.103	117	10,5
Região 4	8.286	89	10,7
Região 9	3.720	40	10,8
Região 13	5.344	66	12,4
Região 7	6.361	84	13,2
Região 6	7.254	98	13,5
Região 8	17.064	231	13,5
Região 14	1.140	17	14,9
Região 5	8.406	190	22,6
Região 1	7.039	171	24,3
Não informado	-	4	-
Município	126.284	1.379	10,9

Definição: Pessoas com deficiência cadastradas no transporte coletivo gratuito dividido pelo total da população residente, vezes 1000

Menor Valor	Região 2	3,0
Média	Barbacena	10,9
Maior Valor	Região 1	24,3

8,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010; Secretaria de Trânsito e Mobilidade Urbana (SETRAM), 2022.

Sexo

Masculino



735

53,3%

Feminino

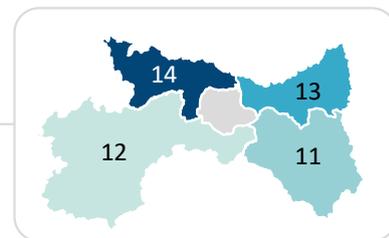
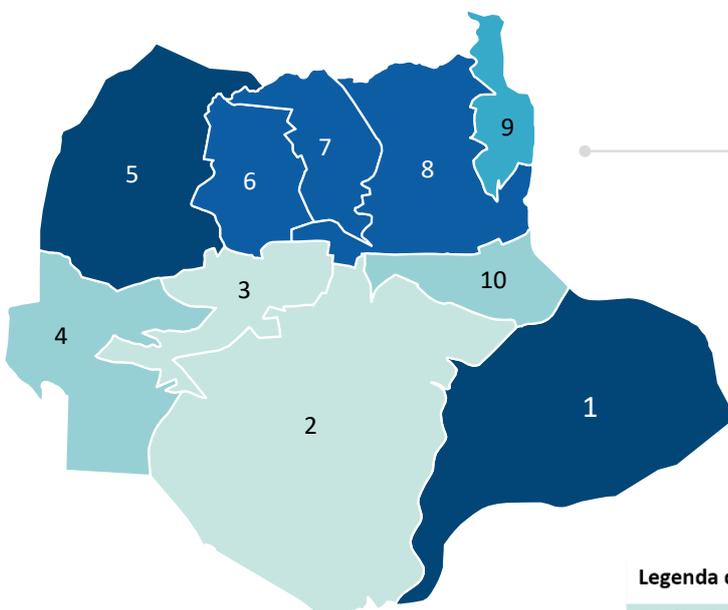


644

46,7%

Faixa Etária

0 a 17 anos	446	32,4%	40 a 49 anos	196	14,2%
18 a 29 anos	133	9,6%	50 a 59 anos	270	19,6%
30 a 39 anos	124	9,0%	60 anos ou mais	210	15,2%



Legenda de Cores

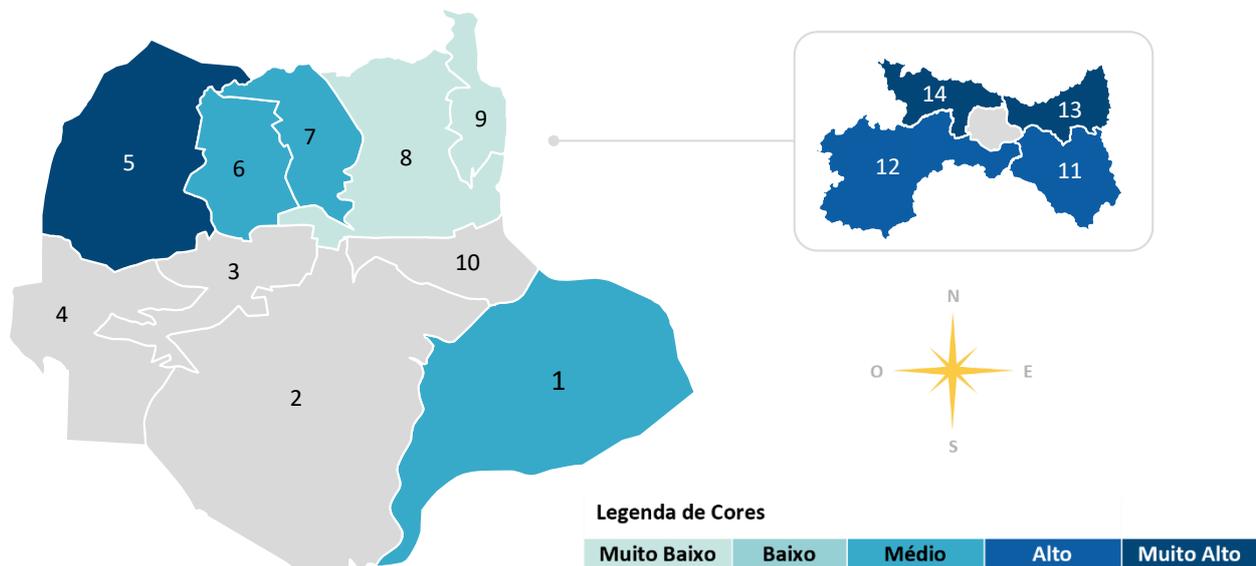
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

7.7. MAPA SOCIAL DO DIREITO À HABITAÇÃO E TRANSPORTE

Quanto ao Direito à Habitação e Transporte, dos seis indicadores analisados, as regiões 5, 13 e 14 apresentam cinco indicadores acima da média geral dos seis analisados. Entre as três Regiões a região 5 de situação urbana, apresenta o maior indicador (35,5 por mil famílias) de inscritos para o “Programa Habitação de Interesse Social”.

Classificação Quintil	Indicadores do Direito à Habitação e Transporte – 6 Indicadores								
	Média Geral	2,4	2,8%	2,1	86,7%	9,0	10,9	CLASSIFICAÇÃO TOTAL	
	>	>	>	<	>	>	Contagem de Indicadores por região	Participação Percentual por região	
REGIÕES GEOGRÁFICAS	Domicílios sem energia elétrica	Domicílios sem abastecimento de água da rede geral	Domicílios sem coleta de lixo	Cobertura da rede geral de esgotamento sanitário	Residentes cadastrados em programas habitacionais	Pessoas com deficiência cadastradas no transporte gratuito			
4	0,4	2,0%	0,8	93,2%	6,2	10,7	-	-	
3	0,8	0,5%	0,3	98,8%	6,2	6,9	-	-	
2	1,1	1,9%	0,6	97,6%	3,5	3,0	-	-	
10	1,7	0,2%	0,3	98,9%	6,9	10,5	-	-	
8	0,5	0,4%	0,5	93,5%	6,2	13,5	1	16,7%	
9	4,4	1,1%	-	95,0%	4,6	10,8	1	16,7%	
7	1,1	0,1%	2,7	97,1%	14,9	13,2	3	50,0%	
6	2,7	0,4%	-	93,3%	16,4	13,5	3	50,0%	
1	5,7	0,6%	1,9	90,8%	19,3	24,3	3	50,0%	
11	4,3	13,2%	8,2	35,5%	0,1	10,2	4	66,7%	
12	9,8	8,0%	21,6	29,5%	1,5	6,5	4	66,7%	
5	3,8	4,4%	0,4	83,9%	35,5	22,6	5	83,3%	
14	-	40,0%	12,1	18,2%	17,5	14,9	5	83,3%	
13	9,1	9,1%	4,6	45,9%	1,5	12,4	5	83,3%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023



8. DIREITO À VIDA E SAÚDE

O direito à vida e à saúde é consagrado como um princípio fundamental, sendo assegurado pela Constituição Federal de 1988. Este direito, refletindo preceitos humanitários e fundamentais, constitui um dos pilares do ordenamento jurídico nacional e encontra respaldo em diversos instrumentos normativos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, assegura a todos os cidadãos o direito à vida, reconhecendo-o como inviolável, e estabelece que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantindo, mediante políticas sociais e econômicas, o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A garantia do direito à vida e à saúde implica não apenas a ausência de intervenções arbitrárias, mas também a implementação de políticas públicas efetivas que visem a promoção da qualidade de vida da população. O Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Constituição, é a materialização desse compromisso estatal, sendo responsável por prover assistência médica integral e universal, promovendo ações preventivas, curativas e de reabilitação.

Além disso, o Brasil é signatário de tratados internacionais que reforçam a importância do direito à vida e à saúde, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Estes documentos destacam a necessidade de adoção de medidas progressivas para assegurar o pleno exercício desses direitos, respeitando os princípios da igualdade e da não discriminação.

Contudo, apesar dos avanços normativos, o efetivo acesso à saúde ainda é um desafio no Brasil, especialmente em regiões mais carentes. Questões como a falta de estrutura, recursos insuficientes e desigualdades sociais persistem como obstáculos à plena realização desses direitos fundamentais. Assim, a constante vigilância e aprimoramento das políticas públicas são essenciais para garantir a concretização do direito à vida e à saúde, assegurando que todos os cidadãos brasileiros possam desfrutar desses direitos de forma equitativa e digna.

Neste capítulo serão apresentados os dados referentes aos diversos sistemas que registram e sistematizam as informações sobre os atendimentos realizados no Município dentro das atenções que compõe o Sistema Único de Saúde (SUS). Faz-se necessário ressaltar que a Secretaria Municipal de Saúde (SESAP) de Barbacena não disponibilizou os dados solicitados para o Diagnóstico, impossibilitando a apresentação dessas informações no formato de indicador por região geográfica e, conseqüentemente, a elaboração do Mapa Social; O mesmo se aplica ao capítulo 11.3. Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

8.1. SISTEMA DE INFORMAÇÕES DOS NASCIDOS VIVOS (SINASC)

O Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) foi implementado no Brasil a partir de 1990 com o objetivo de coletar e reunir dados abrangentes sobre os nascimentos ocorridos em todo o território nacional. Esse sistema abrange uma ampla gama de variáveis importantes relacionadas aos nascimentos, fornecendo informações valiosas para análise e planejamento em saúde pública. O SINASC coleta dados essenciais, como a duração da gestação, o peso do recém-nascido, a idade da mãe, o local de ocorrência do parto e o tipo de parto realizado. Essas informações são vitais para compreender o perfil dos nascidos vivos no país, além de identificar situações de risco e subsidiar o desenvolvimento de ações e políticas voltadas para a melhoria do atendimento a gestantes e recém-nascidos.

Desde a sua criação, o SINASC tem desempenhado um papel fundamental na obtenção de estatísticas confiáveis e atualizadas sobre os nascimentos no Brasil. Esses dados são essenciais para o cálculo de indicadores relevantes, tais como o percentual de partos cesáreos, o percentual de prematuridade e o percentual de recém-nascidos com baixo peso. Essas informações permitem o monitoramento de tendências, a identificação de áreas de atenção prioritária e a formulação de políticas direcionadas para melhorar a saúde materno-infantil.

8.1.1. TAXA DE NATALIDADE

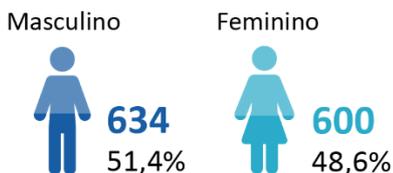
Durante o ano de 2022, foram registrados 1.234 nascimentos de bebês que sobreviveram ao parto, provenientes de mães residentes no município de Barbacena, o que corresponde a uma taxa de natalidade de 9,8 nascidos vivos a cada mil habitantes. Dentre os nascidos vivos, 48,6% são do sexo feminino enquanto 51,4% são do sexo masculino.

Figura 7: Taxa de natalidade



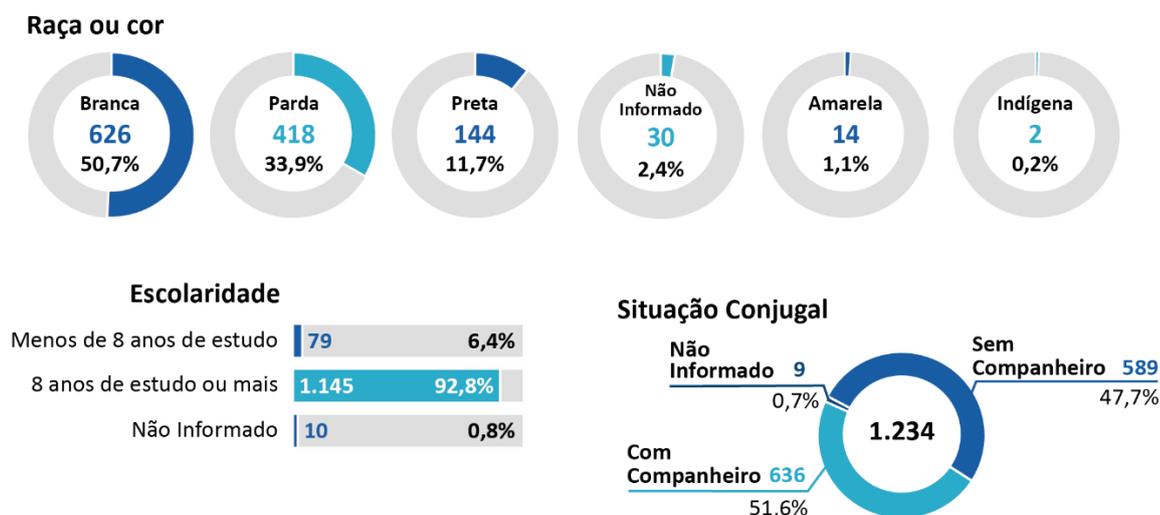
Fontes: IBGE, 2022; Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2022.

Sexo



Com relação ao perfil das mães de nascidos vivos, a raça ou cor predominante é a branca (50,7%), seguida da parda (33,9%). Apenas 6,4% delas possuem menos de 8 anos de estudo e 47,7% não possuem companheiro.

Figura 8: Perfil das mães de nascidos vivos



Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2022.

8.1.2. GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA (DE ACORDO COM A OMS)

Para a análise da faixa etária das mães de nascidos vivos é importante ressaltar que, no Brasil, de acordo com o Sistema Único de Saúde (SUS), a classificação da gestação de acordo com a idade da mãe segue as seguintes categorias:

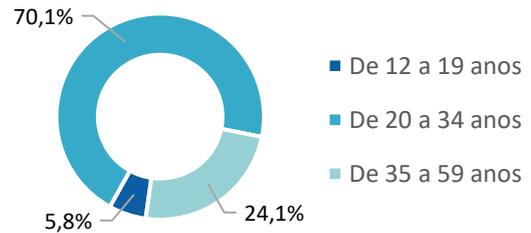
- **Gestante adolescente:** Refere-se a mulheres grávidas com idade entre 10 e 19 anos. O SUS dá uma atenção especial às gestantes adolescentes devido aos riscos sociais e de saúde associados a essa faixa etária.
- **Gestante adulta:** Inclui mulheres grávidas com idade entre 20 e 34 anos. Essa faixa etária é considerada como a idade reprodutiva ideal em termos de saúde materna e infantil.
- **Gestante com idade materna avançada:** Refere-se a mulheres grávidas com idade a partir de 35 anos. Gestantes com idade materna avançada estão mais propensas a complicações durante a gravidez e o parto, e podem necessitar de cuidados adicionais.

É importante ressaltar que essas categorias são utilizadas para monitorar a saúde materno-infantil e adaptar as políticas e programas de saúde de acordo com as necessidades específicas de cada faixa etária. O objetivo é garantir uma assistência adequada e individualizada a todas as gestantes, independentemente da idade, para promover uma gravidez saudável e um parto seguro.

No perfil das mães de nascidos vivos de Barbacena em 2022 destaca-se a faixa etária de 20 a 34 anos (gestante adulta), representando 70,1% do total de gestações. Ainda assim, foram registrados 72 casos de gravidez na adolescência, 5,8% do total.

Tabela 13: Faixa etária das mães de nascidos vivos

Faixa etária	Quant.	(%)
De 12 a 19 anos	72	5,8%
De 20 a 34 anos	865	70,1%
De 35 a 59 anos	297	24,1%
Total	1.234	100,0%



Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2022.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a gravidez na adolescência como a ocorrência de uma gestação em uma mulher com idade entre 12 e 19 anos. Este é um fenômeno global que afeta diversos países e culturas. A OMS reconhece que a gravidez nessa fase da vida pode ter implicações significativas para a saúde física, emocional e social das adolescentes, assim como para seus filhos. A prevenção da gravidez na adolescência e o apoio às adolescentes grávidas são aspectos importantes para promover a saúde e o bem-estar dessas jovens, garantindo que elas tenham oportunidades adequadas de desenvolvimento pessoal, educacional e profissional.

Figura 9: Gravidez na adolescência (de acordo com a OMS)



Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2022.

8.1.3. NASCIDOS VIVOS PREMATUROS

O Sistema Único de Saúde considera o nascimento prematuro quando ocorre antes das 37 semanas completas de gestação. Essa classificação é importante porque o nascimento prematuro está associado a riscos e complicações tanto para o recém-nascido quanto para a mãe. Os principais riscos envolvidos no nascimento prematuro incluem: complicações respiratórias, problemas de desenvolvimento, complicações neurológicas, baixo peso ao nascer, infecções e complicações metabólicas. Os nascidos vivos prematuros são classificados de acordo com a idade gestacional em três categorias: prematuro extremo, prematuro moderado e prematuro leve. Essas categorias são definidas da seguinte forma:

- **Prematuro extremo:** Refere-se aos bebês nascidos vivos com idade gestacional menor que 28 semanas. Esses bebês apresentam maior fragilidade e necessitam de cuidados intensivos especializados devido à sua imaturidade em vários sistemas do corpo.
- **Prematuro moderado:** Inclui bebês nascidos vivos com idade gestacional entre 28 e 31 semanas. Esses bebês também são considerados prematuros e requerem atenção e cuidados específicos para lidar com as possíveis complicações decorrentes da prematuridade.
- **Prematuro leve:** Refere-se aos bebês nascidos vivos com idade gestacional entre 32 e 36 semanas. Embora sejam menos prematuros em comparação com os grupos anteriores, esses bebês ainda têm um risco aumentado de complicações e podem precisar de cuidados especiais, dependendo das circunstâncias individuais.

A classificação por idade gestacional auxilia na avaliação dos riscos associados ao nascimento prematuro e na adequação dos cuidados e intervenções necessários para cada caso. É importante ressaltar que cada bebê é único e pode apresentar necessidades específicas, independentemente da categoria de prematuridade à qual pertença. Assim, o acompanhamento médico adequado é fundamental para garantir a saúde e o bem-estar desses bebês.

No ano de 2022, foram registrados 155 nascimentos de bebês prematuros, o que corresponde a 12,6% do total de nascidos vivos. Entre esses bebês prematuros, 82,5% apresentaram idade gestacional de 32 a 36 semanas, sendo classificados como prematuros leves. Os prematuros moderados, com idade gestacional de 28 a 31 semanas, representaram 12,3% do total. Já os prematuros extremos, com idade gestacional de até 27 semanas correspondem a 5,2% dos casos.

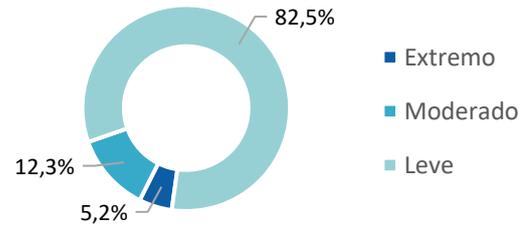
Figura 10: Nascidos vivos prematuros



Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2022.

Tabela 14: Tempo de gestação dos nascidos vivos prematuros

Tempo	Quant.	(%)
Menos de 28 semanas	8	5,2%
De 28 a 31 semanas	19	12,3%
De 32 a 36 semanas	128	82,5%
Total	155	100,0%



Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2022.

8.1.4. NASCIDOS VIVOS COM BAIXO PESO AO NASCER

Outro importante fator de risco que afeta o desenvolvimento saudável dos recém-nascidos é o baixo peso ao nascer. Considera-se que um bebê tem baixo peso ao nascer quando seu peso é inferior a 2.500 gramas. Esse fator de risco está associado a uma série de complicações de saúde, tanto a curto prazo quanto a longo prazo. Bebês com baixo peso ao nascer têm maior probabilidade de enfrentar dificuldades respiratórias, problemas de crescimento e desenvolvimento, além de apresentarem maior risco de desenvolver doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, na idade adulta.

Diversos fatores podem contribuir para o baixo peso ao nascer, incluindo fatores maternos, como desnutrição, tabagismo, consumo de álcool e uso de drogas, bem como fatores socioeconômicos, acesso limitado aos cuidados pré-natais adequados, mencionados anteriormente, e condições de vida desfavoráveis. O acompanhamento pré-natal adequado, o acesso a uma dieta balanceada, o controle de doenças maternas e a conscientização sobre hábitos saudáveis durante a gestação desempenham um papel fundamental na prevenção e no manejo do baixo peso ao nascer, buscando garantir um começo de vida mais saudável para os bebês.

Dentre os 1.234 nascidos vivos do Município no ano de referência, 130 nasceram com baixo peso, um percentual de 10,5% do total de nascimentos.

Figura 11: Nascidos vivos com baixo peso

Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2022.

8.1.5. NASCIDOS VIVOS COM PRÉ-NATAL INSUFICIENTE

As consultas de pré-natal são um componente fundamental da assistência à gestante, garantindo uma gravidez saudável e o bem-estar tanto da mãe quanto do bebê. Seguindo as orientações do Sistema Único de Saúde, é recomendado que as mulheres realizem, no mínimo, sete consultas de pré-natal ao longo da gestação. Dos 1.234 bebês nascidos vivos no Município em 2022, 298 deles receberam menos de 7 consultas de pré-natal durante a gestação, o que representa um percentual de 24,1% das gestações com pré-natal insuficiente.

Figura 12: Nascidos vivos com pré-natal insuficiente



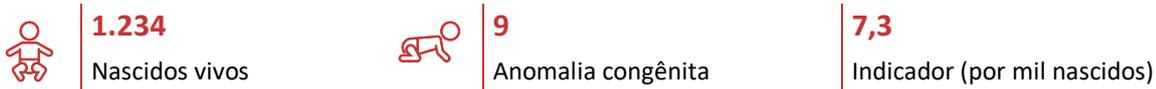
Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2022.

8.1.6. NASCIDOS VIVOS COM ANOMALIA CONGÊNITA

Anomalias congênitas são condições médicas presentes desde o nascimento, resultantes de perturbações no desenvolvimento embrionário. Podem afetar órgãos, sistemas ou partes do corpo, variando em gravidade. Exemplos incluem malformações estruturais e anomalias genéticas. As causas são diversas, como fatores genéticos, exposição a substâncias teratogênicas e problemas durante o desenvolvimento embrionário. O diagnóstico é realizado durante a gravidez ou após o nascimento, por meio de exames e testes específicos. O tratamento varia conforme a condição e pode envolver cirurgia, medicamentos e terapias. Suporte emocional e educacional são fundamentais.

No ano de 2022, em Barbacena, ocorreram 9 casos de nascidos vivos com anomalia congênita entre os 1.234 nascimentos registrados. Isso representa uma taxa de 7,3 nascidos vivos com anomalia congênita a cada 1.000 nascidos vivos.

Figura 13: Nascidos vivos com anomalia congênita



Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2022.

8.2. SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SISVAN)

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) é uma ferramenta crucial no contexto da saúde pública, destinada a monitorar e avaliar a situação nutricional da população. O SISVAN opera como um instrumento de coleta, processamento e análise de dados relacionados à alimentação e nutrição, permitindo uma visão abrangente do estado nutricional dos indivíduos.

Essa plataforma visa subsidiar a formulação e o aprimoramento de políticas públicas voltadas para a promoção da saúde e o combate à desnutrição, obesidade e outras questões relacionadas à alimentação. O SISVAN atua em diversas frentes, coletando informações sobre consumo alimentar, antropometria, morbidade relacionada à nutrição, aleitamento materno, entre outros indicadores relevantes.

Um dos pilares do SISVAN é a coleta de dados antropométricos, que incluem medidas como peso, altura e perímetro cefálico, permitindo a avaliação do crescimento e desenvolvimento infantil. Essas informações são fundamentais para identificar grupos populacionais em situação de vulnerabilidade nutricional, subsidiando ações direcionadas para essas comunidades.

A alimentação balanceada é essencial para o desenvolvimento e funcionamento adequado do organismo em todas as fases da vida, desde a infância até a idade adulta e idosa. Uma nutrição adequada fornece os nutrientes essenciais, como vitaminas, minerais, proteínas, carboidratos e gorduras, necessários para o crescimento, reparação celular, manutenção do sistema imunológico e funcionamento adequado dos órgãos.

O sistema também busca promover a integração entre os diferentes níveis de atenção à saúde, permitindo uma abordagem mais efetiva e coordenada no enfrentamento de problemas nutricionais. Além disso, a disponibilidade de dados confiáveis e atualizados contribui para a elaboração de estratégias preventivas e corretivas, consolidando o papel do SISVAN como uma ferramenta valiosa na promoção da saúde e na prevenção de agravos nutricionais na população brasileira.

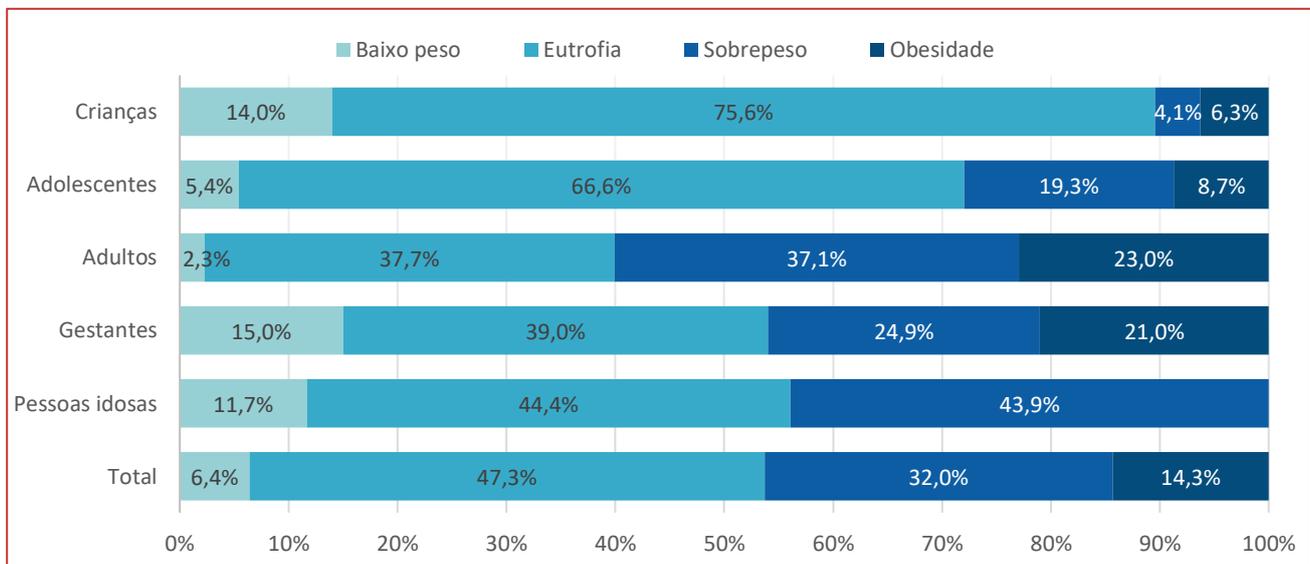
A seguir serão apresentadas as informações sobre o estado nutricional, de acordo com as classificações de Índice de Massa Corporal (IMC), das pessoas acompanhadas nos equipamentos de saúde, durante o ano de 2022, por fase de vida (crianças, adolescentes, adultos, gestantes e pessoas idosas).

De maneira geral, considerando todas as pessoas acompanhadas, 6,4% possuem baixo peso, 47,3% eutrofia (estado nutricional adequado), 32,0% sobrepeso e 14,3% obesidade. Abrindo por fase da vida é possível observar que, apesar de 75,6% das crianças possuírem estado nutricional adequado, 14,0% estão em situação de baixo peso. Já entre os adolescentes o percentual de sobrepeso é maior (19,3%) e o menor percentual de eutrofia ocorre entre os adultos (37,7%).

Tabela 15: Estado nutricional das pessoas acompanhadas por IMC e fase da vida

IMC X Fase da vida	Baixo peso		Eutrofia		Sobrepeso		Obesidade		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Crianças	267	14,0%	1.441	75,6%	79	4,1%	120	6,3%	1.907	12,3%
Adolescentes	103	5,4%	1.264	66,6%	366	19,3%	165	8,7%	1.898	12,2%
Adultos	182	2,3%	3.036	37,7%	2.992	37,1%	1.850	23,0%	8.060	51,9%
Gestantes	65	15,0%	169	39,0%	108	24,9%	91	21,0%	433	2,8%
Pessoas idosas	377	11,7%	1.432	44,4%	1.417	43,9%	-	-	3.226	20,8%
Total	994	6,4%	7.342	47,3%	4962	32,0%	2226	14,3%	15.524	100,0%

Fonte: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), 2022.



8.3. SISTEMA DE INTERNAÇÕES HOSPITALARES (SIH)

O Sistema de Internações Hospitalares (SIH) é um instrumento utilizado para o registro e processamento das informações relacionadas às internações realizadas pelo Sistema Único de Saúde. Ele é gerenciado pelo Departamento de Informática do SUS (DATASUS), que faz parte do Ministério da Saúde.

O SIH desempenha um papel crucial na coleta de dados sobre as internações hospitalares, permitindo o acompanhamento e a análise de diversos indicadores de saúde. Além disso, o SIH contribui para a formulação de políticas de saúde e a distribuição de recursos, pois fornece informações essenciais para a avaliação do desempenho do SUS e a identificação de áreas que necessitam de melhorias.

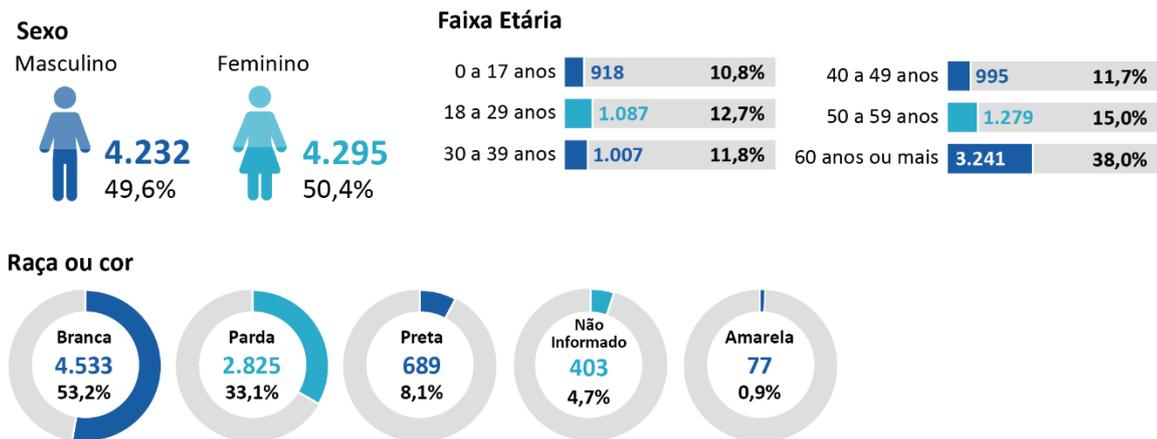
Durante o ano de 2022 foram registradas 8.527 internações hospitalares no município de Barbacena, uma taxa de 6,8% da população residente. No perfil das pessoas que passaram por internação hospitalar destacam-se o sexo feminino (50,4%), a faixa etária de 60 anos ou mais (38,0%) e a raça ou cor branca (53,2%)

Figura 14: Residentes que passaram por internação hospitalar



Fontes: IBGE, 2022; Sistema de Internações Hospitalares (SIH), 2022.

Figura 15: Perfil dos residentes que passaram por internação hospitalar



Fonte: Sistema de Internações Hospitalares (SIH), 2022.

Com relação à causa das internações hospitalares, destacam-se doenças do aparelho circulatório (12,8%), transtornos mentais e comportamentais (12,4%), neoplasias (12,0%), gravidez, parto e puerpério (11,5%) e doenças do aparelho respiratório (10,0%).

Tabela 16: Causa das internações hospitalares

Causa	Quant.	(%)
Doenças do aparelho circulatório	1.092	12,8%
Transtornos mentais e comportamentais	1.060	12,4%
Neoplasias (tumores)	1.024	12,0%
Gravidez, parto e puerpério	982	11,5%
Doenças do aparelho respiratório	856	10,0%
Doenças do aparelho digestivo	716	8,4%
Lesões, envenenamento e outras consequências de causas externas	679	8,0%
Doenças do aparelho geniturinário	510	6,0%
Doenças infecciosas e parasitárias	386	4,5%
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	183	2,1%
Causas mal definidas	181	2,1%
Fatores que influenciam o contato com os serviços de saúde	157	1,8%
Doenças do sistema nervoso	148	1,7%
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	118	1,4%
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	118	1,4%
Afecções originadas no período perinatal	116	1,4%
Doenças do olho e anexos	98	1,1%
Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	54	0,6%
Doenças do sangue, órgãos hematopoiéticos e transtornos imunitários	42	0,5%
Doenças do ouvido e da apófise mastoide	7	0,1%
Total	8.527	100,0%

Fonte: Sistema de Internações Hospitalares (SIH), 2022.

Analisando a descrição das causas de internações, destacam-se transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool (4,3%), parto espontâneo cefálico (3,0%), esquizofrenia residual (2,8%), pneumonia bacteriana não especificada (2,1%) e insuficiência cardíaca congestiva (2,0%).

Tabela 17: Descrição das internações hospitalares

Descrição	Quant.	(%)	
Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool	364	4,3%	
Parto espontâneo cefálico	252	3,0%	
Esquizofrenia residual	240	2,8%	
Pneumonia bacteriana não especificada	183	2,1%	
Insuficiência cardíaca congestiva	167	2,0%	
Outros tipos de parto único espontâneo	149	1,7%	
Neoplasia maligna do cólon, não especificado	139	1,6%	
Infarto agudo do miocárdio não especificado	133	1,6%	
Angina instável	120	1,4%	
Acidente vascular cerebral não especificado	115	1,3%	
Infecção do trato urinário de localização não especificada	111	1,3%	
Infecção por coronavírus de localização não especificada	104	1,2%	
Pneumonia não especificada	104	1,2%	
Septicemia não especificada	104	1,2%	
Neoplasia maligna do estômago, não especificado	90	1,1%	
Hérnia inguinal unilateral sem obstrução ou gangrena	89	1,0%	
Esterilização	83	1,0%	
Apendicite aguda sem outra especificação	75	0,9%	
Neoplasia maligna do reto	75	0,9%	
Retardo mental grave	72	0,8%	
Infecção bacteriana não especificada	69	0,8%	
Neoplasia maligna da mama, não especificada	68	0,8%	
Esquizofrenia paranoide	63	0,7%	
Parto por cesariana, não especificada	62	0,7%	
Colecistite aguda	60	0,7%	
Gangrena não classificada em outra parte	60	0,7%	
Outras pneumonias bacterianas	59	0,7%	
Outras colecistites	58	0,7%	
Trabalho de parto precipitado	58	0,7%	
Insuficiência respiratória aguda	56	0,7%	
Transtorno mental devido a lesão e disfunção cerebral	55	0,6%	
Total	3.437*	40,3%	

Fonte: Sistema de Internações Hospitalares (SIH), 2022.

Nota (*): As 5.090 internações restantes (59,7%) estão agrupadas em 1.244 descrições diferentes que representam, cada uma, menos de 0,5% do total geral.

8.4. CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são serviços essenciais no contexto da saúde mental no Brasil, integrando a rede de atenção psicossocial do Sistema Único de Saúde (SUS). Esses centros têm como principal propósito oferecer suporte a indivíduos que enfrentam transtornos mentais graves e persistentes, com ênfase na promoção da reinserção social e autonomia.

Uma característica fundamental dos CAPS é a abordagem integral e interdisciplinar. Eles contam com equipes multiprofissionais, compostas por profissionais como psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros, colaborando de maneira integrada para fornecer um cuidado abrangente e personalizado aos usuários.

Além do tratamento dos sintomas, os CAPS têm um papel significativo na redução do isolamento social das pessoas atendidas. Buscam estratégias que favoreçam a inclusão social, incentivando a participação ativa na comunidade e em atividades sociais.

Esses centros também desempenham um papel crucial na implementação de ações preventivas e de reabilitação psicossocial. Isso envolve não apenas abordar os aspectos clínicos, mas também promover habilidades sociais, estimular o autocuidado e desenvolver estratégias para enfrentar desafios do cotidiano.

Os CAPS operam em diferentes regimes, podendo oferecer atendimento durante o dia, à noite ou até mesmo em regime 24 horas, dependendo das demandas e necessidades específicas dos usuários. A flexibilidade de horários visa adaptar os serviços de acordo com as particularidades de cada situação.

Além disso, a articulação efetiva com outros serviços de saúde é uma característica importante dos CAPS. Isso inclui a integração com Unidades Básicas de Saúde (UBS), hospitais gerais e serviços de emergência, garantindo uma atenção contínua e coordenada aos indivíduos atendidos.

O Centro de Atenção Psicossocial do município de Barbacena atendeu 1.455 pessoas durante o ano de 2022, uma taxa 11,5 atendimentos a cada mil habitantes. No perfil dos residentes atendidos destaca-se o sexo feminino (62,1%).

8.4.1. PESSOAS ATENDIDAS PELO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Região 14 e Região 12 se destacam com a maior e menor taxa de pessoas atendidas pelo Centro de Atenção Psicossocial entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 189,6% e (-) 72,2%.

Regiões geográficas	População residente	Atendidos pelo CAPS	Indicador (por mil hab.)
Região 12	4.889	15	3,2
Região 11	8.001	39	4,9
Região 2	25.729	176	6,8
Região 4	8.286	57	6,9
Região 13	5.344	38	7,1
Região 3	11.948	96	8,0
Região 9	3.720	30	8,1
Região 7	6.361	95	14,9
Região 5	8.406	126	15,0
Região 6	7.254	110	15,2
Região 8	17.064	271	15,9
Região 10	11.103	183	16,5
Região 1	7.039	124	17,6
Região 14	1.140	38	33,3
Não informado	-	57	-
Município	126.284	1.455	11,5

Definição: Pessoas atendidas pelo Centro de Atenção Psicossocial dividido pelo total da população residente, vezes 1000

Menor Valor	Região 12	3,2
Média	Barbacena	11,5
Maior Valor	Região 14	33,3

10,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010; Secretaria Municipal de Saúde (SESAP), 2022.

Sexo

Masculino

Feminino



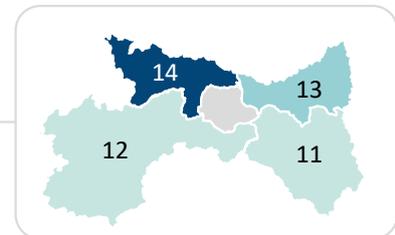
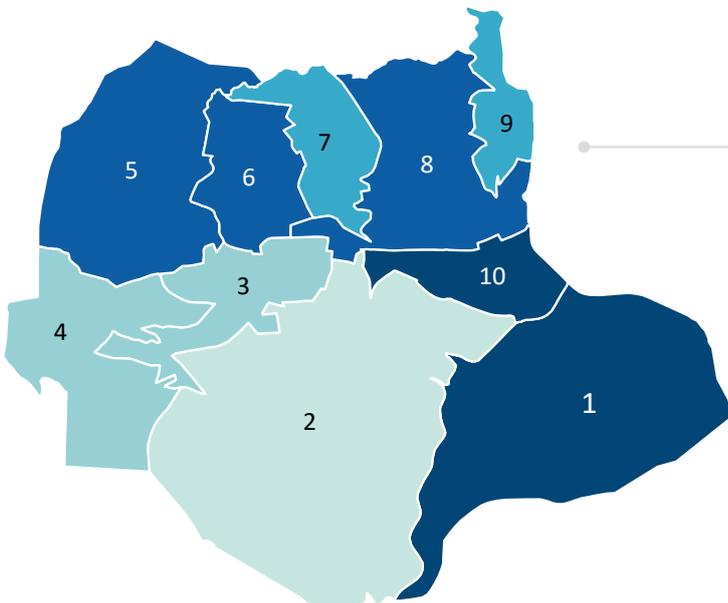
551
37,9%



904
62,1%

Legenda de Cores

Muito Baixo Baixo Médio Alto Muito Alto



8.5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE MORTALIDADE (SIM)

O Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) é uma base de dados fundamental no país. Este sistema tem como objetivo principal coletar e compilar informações tanto quantitativas quanto qualitativas sobre óbitos que ocorrem em território nacional.

Desde a sua criação, o SIM tem desempenhado um papel fundamental na captura e organização de dados relacionados à mortalidade, abrangendo todas as faixas etárias, incluindo crianças e adolescentes. Essa abordagem abrangente e padronizada tem sido essencial para fornecer informações precisas e atualizadas que são utilizadas para embasar a tomada de decisões em diversos níveis de gestão da saúde pública.

8.5.1. TAXA DE MORTALIDADE

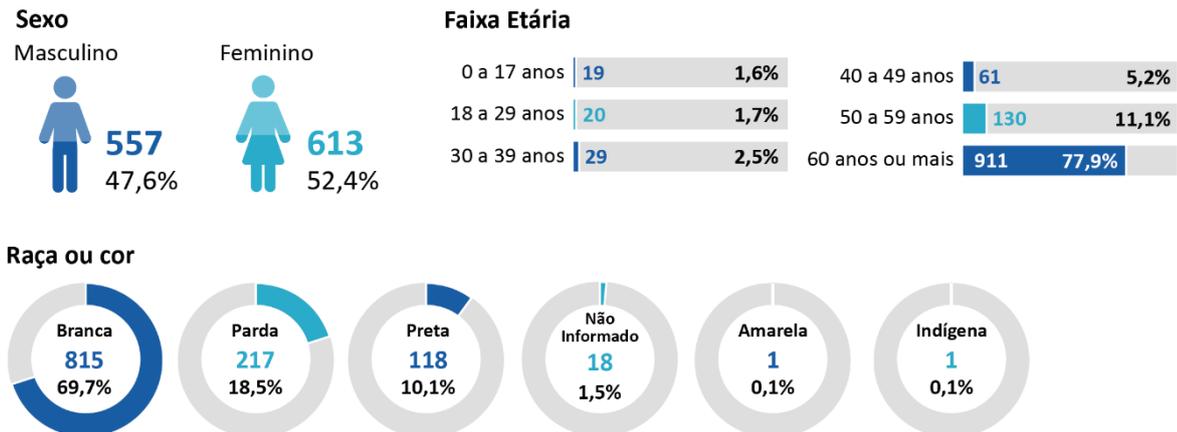
Durante o ano de 2022 foram registrados 1.170 óbitos de residentes do município de Barbacena, uma taxa de 9,3 óbitos a cada mil habitantes. No perfil das pessoas que vieram a óbito destacam-se o sexo feminino (52,4%), a faixa etária de 60 anos ou mais (77,9%) e a raça ou cor branca (69,7%).

Figura 16: Taxa de mortalidade



Fontes: IBGE, 2022; Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2022.

Figura 17: Perfil dos óbitos registrados



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2022.

Com relação à causa dos óbitos destacam-se as doenças do aparelho circulatório (28,6%), seguidas de doenças do aparelho respiratório (15,9%) e neoplasias (14,9%). Os 85 óbitos que foram resultado de causas externas de morbidade e mortalidade serão mais profundamente explorados no capítulo dedicado ao Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade.

Tabela 18: Causa dos óbitos registrados

Causa	Quant.	(%)
Doenças do aparelho circulatório	335	28,6%
Doenças do aparelho respiratório	186	15,9%
Neoplasias (tumores)	174	14,9%
Doenças infecciosas e parasitárias	95	8,1%
Causas externas de morbidade e de mortalidade	85	7,3%
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	68	5,8%
Doenças do aparelho digestivo	54	4,6%
Doenças do sistema nervoso	45	3,8%
Doenças do aparelho geniturinário	44	3,8%
Transtornos mentais e comportamentais	38	3,2%
Causas mal definidas	12	1,0%
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	9	0,8%
Doenças do sangue, órgãos hematopoiéticos e transtornos imunitários	8	0,7%
Afecções originadas no período perinatal	7	0,6%
Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	7	0,6%
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	3	0,3%
Total	1.170	100,0%

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2022.

Analisando a descrição das causas dos óbitos destaca-se a pneumonia não especificada (7,2%), seguida de infarto agudo do miocárdio (5,6%), infecção por coronavírus (4,5%), outras formas de doença pulmonar obstrutiva crônica (3,7%) e hipertensão essencial (3,5%).

Tabela 19: Descrição da causa dos óbitos registrados

Descrição	Quant.	(%)
Pneumonia não especificada	84	7,2%
Infarto agudo do miocárdio não especificado	65	5,6%
Infecção por coronavírus de localização não especificada	53	4,5%
Outras formas especificadas de doença pulmonar obstrutiva crônica	43	3,7%
Hipertensão essencial (primária)	41	3,5%
Diabetes mellitus não especificado - sem complicações	34	2,9%
Acidente vascular cerebral não especificado	31	2,6%
Doença de Alzheimer não especificada	28	2,4%
Septicemia não especificada	28	2,4%
Infecção do trato urinário de localização não especificada	27	2,3%
Outras doenças cerebrovasculares especificadas	25	2,1%
Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool	21	1,8%
Neoplasia maligna dos brônquios ou pulmões, não especificado	20	1,7%
Cirrose hepática alcoólica	19	1,6%
Insuficiência cardíaca não especificada	19	1,6%
Queda no mesmo nível por escorregão, tropeção ou passo em falsos	19	1,6%
Pneumonia bacteriana não especificada	16	1,4%
Neoplasia maligna do pâncreas, não especificado	15	1,3%
Sequelas de acidente vascular cerebral não especificado	15	1,3%
Hemorragia intracerebral não especificada	14	1,2%
Insuficiência cardíaca congestiva	13	1,1%
Neoplasia maligna do cólon, não especificado	13	1,1%
Doença não especificada do coração	12	1,0%
Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de fumo	12	1,0%
Diabetes mellitus não especificado - com complicações renais	11	0,9%
Pneumonite devida a alimento ou vômito	11	0,9%
Mieloma múltiplo	10	0,9%
Neoplasia maligna da mama, não especificada	10	0,9%
Cardiomiopatia não especificada	9	0,8%
Doença renal hipertensiva com insuficiência renal	9	0,8%
Neoplasia maligna da próstata	9	0,8%
Neoplasia maligna do estômago, não especificado	9	0,8%
Outras causas mal definidas e as não especificadas de mortalidade	9	0,8%
Doença cardíaca hipertensiva com insuficiência cardíaca (congestiva)	8	0,7%
Insuficiência renal crônica não especificada	7	0,6%
Neoplasia maligna do esôfago, não especificado	7	0,6%
Total	776*	66,3%

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2022.

Nota (*): Os 394 óbitos restantes (33,7%) estão agrupados em 265 descrições diferentes que representam, cada uma, menos de 0,5% do total geral.

8.5.2. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

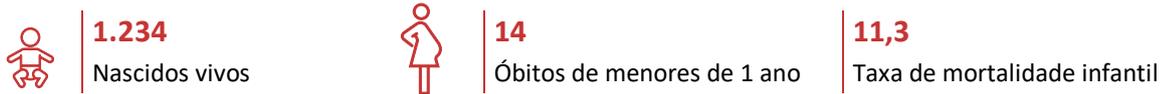
A taxa de mortalidade infantil é um indicador demográfico que representa o número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade a cada mil nascidos vivos em um determinado período e local. Essa métrica é essencial para avaliar a qualidade do sistema de saúde, as condições socioeconômicas e o bem-estar da população.

Uma taxa de mortalidade infantil elevada geralmente está associada a problemas de acesso a cuidados de saúde adequados, falta de saneamento básico, desnutrição, condições de vida precárias e outros fatores socioeconômicos. Países em desenvolvimento, muitas vezes, enfrentam desafios significativos nesses aspectos, resultando em taxas mais altas de mortalidade infantil. A mortalidade infantil é dividida em três classificações:

- **Neonatal precoce:** Refere-se aos óbitos que ocorrem nos primeiros 6 dias de vida do recém-nascido;
- **Neonatal tardia:** Inclui óbitos que ocorrem entre o 7º e o 27º dia de vida do bebê;
- **Pós-neonatal:** Abrange óbitos que ocorrem após os primeiros 28 dias até completar um ano de vida.

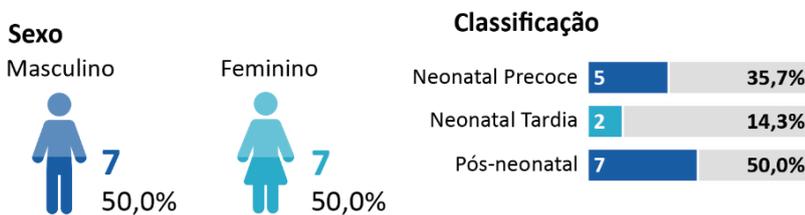
Em 2022, Barbacena registrou 14 óbitos de menores de 1 ano, resultando em uma taxa de mortalidade infantil de 11,3 óbitos a cada mil nascidos vivos. Dos 14 óbitos registrados, 7 são do sexo feminino e os outros 7 do sexo masculino. Com relação à classificação, destaca-se a mortalidade pós-neonatal (50,0%).

Figura 18: Taxa de mortalidade infantil



Fontes: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2022; Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2022.

Figura 19: Perfil e classificação de mortalidade infantil



Fontes: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2022; Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2022.

9. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O final dos anos 80 é marcado pela redemocratização do país, tendo como marco fundamental a promulgação da Constituição Federal de 1988, considerada o marco legal para as políticas de participação popular no Brasil. É nesse contexto de reconhecimento dos direitos sociais que se dá a inclusão pelos dispositivos constitucionais para a implementação de uma nova seguridade social no país, sendo essa alicerçada no tripé Saúde, Previdência e Assistência Social. Trata-se, portanto, de um pilar dentro do sistema de proteção social brasileiro no âmbito da seguridade social, cuja gestão e operacionalização Intersetorial é competência conjunta das três esferas de governo – federal, estadual/distrital e municipal – compreendendo o atendimento dos usuários de mandatários de serviços e atenções socioassistenciais, a partir de uma visão que pressupõe o diagnóstico dos riscos e situações de vulnerabilidade, tendo como referência a disposição territorial das famílias. São os artigos 203 e 204 da CF/88 que transformam e redefinem o perfil histórico da Assistência Social, qualificando-a como política pública. Buscando a regulamentação dos referidos artigos, após anos de luta, discussão, e negociação de vários projetos e emendas, a Lei Orgânica da Assistência Social foi sancionada, pelo então presidente Itamar Franco, em 7 de dezembro de 1993, projetando a atribuição de caráter legal aos serviços socioassistenciais. Portanto, a Lei 8.742/93 pretendeu regulamentar as conquistas do âmbito assistencial, asseguradas pela Constituição Federal, para a proteção daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade ou risco social.

A consolidação da Assistência Social como direito fundamental e a política pública se pautam, conjuntamente, nas diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), na NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33/2012 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e na implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), cuja gestão e operacionalização é de competência conjunta das três esferas de governo – federal, estadual/distrital e municipal, cada qual com sua responsabilidade, não deixando de se observar o princípio da descentralização administrativa ocorrida com a aprovação na PNAS em 2004. Neste cenário de conquistas, evidenciamos a aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Essa normativa possibilitou a padronização em todo território nacional dos serviços de Proteção Social Básica e Especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Cabe ainda, citar a Lei nº 12.435 sancionada em 2011 pela presidenta Dilma Rousseff, que complementa a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre a organização do setor e institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Além das provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência

para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais. Nessa perspectiva, sua construção está fundamentada em três vertentes distintas – a das pessoas, a de suas circunstâncias de vida, e a da família a qual estão inseridas, aos quais têm por objetivo a garantia à segurança de sobrevivência, de rendimento e autonomia, de acolhimento, de convívio e vivência familiar. A aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais representou uma conquista importante para a Assistência Social brasileira alcançando um novo patamar, estabelecendo tipologias que, sem dúvidas, corroboram para ressignificar a oferta e a garantia do direito socioassistencial. Para isso atua nas proteções desdobradas em proteção social básica e especial de média e de alta complexidade.

O **Serviço de Proteção Social Básica** realiza serviços, programas e projetos de prevenção de risco e assistência básica para pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade social. Sua execução está vinculada aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e tem como público-alvo a população que vive em situações de vulnerabilidade social, de pobreza, de privação ou precariedade de renda, ou sujeitos à fragilização de seus vínculos relacionais ou de pertencimento social. Em Barbacena são oferecidos os seguintes serviços: Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos (SCFV).

O **Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade** oferece atendimento socioassistencial à indivíduos e famílias em situação de risco ou de violações de direitos. Sua execução está vinculada ao CREAS para pessoas cujos vínculos familiares ainda não foram totalmente rompidos, mas que em virtude de sua complexidade requerem acompanhamento sistemático, estruturação técnico operacional especializada ou atenção individualizada.

O **Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade** é a modalidade voltada para indivíduos e famílias em situações de extrema vulnerabilidade e risco pessoal ou social. Ele visa oferecer atendimento especializado, com abordagem multidisciplinar, para casos que demandam intervenções mais intensivas e específicas. Este serviço é destinado a pessoas em situação de abandono, violência, exploração, abuso, entre outras condições graves, buscando promover a autonomia e a reinserção social, além de prevenir a perpetuação dessas situações adversas. O atendimento é realizado por equipes especializadas, visando proporcionar um suporte mais adequado e eficaz diante das complexidades apresentadas pelos usuários.

9.1. CADASTRO ÚNICO (CADÚNICO) PARA PROGRAMAS SOCIAIS

O CadÚnico é um instrumento de responsabilidade compartilhada entre governo federal, estadual, distrital e municipal, para seleção, cadastro e inclusão de famílias de baixa renda em programas socioassistenciais e de transferência de renda como o Programa Bolsa Família (PBF) da Tarifa Social de Energia Elétrica, Minha Casa Minha Vida, Benefício de Prestação Continuada (BPC), dentre outros. Neste cadastro são registradas informações socioeconômicas das famílias e pessoas incluídas, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

Com a implementação do SUAS, o CadÚnico foi integrado à política da assistência social como porta de entrada para as famílias acessarem outras políticas públicas, e seu banco de dados pode ser consultado e extraído por meio da ferramenta do CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único). A seguir serão apresentados os dados de pessoas e famílias residentes de Paranaguá inscritas no CadÚnico.

Durante o ano de 2022, Barbacena contava com 20.596 famílias inscritas no Cadastro Único CadÚnico, representando 44,1% do total de domicílios particulares ocupados no município, de acordo com o censo demográfico do IBGE do mesmo ano. Em relação à situação cadastral, 84,3% das famílias possuem cadastros atualizados, ou seja, foram retificados em algum momento nos três anos anteriores ao período de referência (2022, 2021 e 2020). É importante ressaltar que, apesar de apresentar o indicador de famílias inscritas no CadÚnico com cadastro desatualizado, toda a análise subsequente levará em consideração apenas os cadastros atualizados.

Figura 20: Total de famílias inscritas no CadÚnico

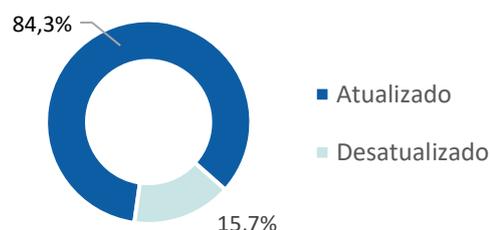


Fonte: IBGE, 2022; CECAD, 2022.

Tabela 20: Situação cadastral das famílias no CadÚnico

Situação	Quant.	(%)
Atualizado	17.372	84,3%
Desatualizado	3.224	15,7%
Total	20.596	100,0%

Fonte: CECAD, 2022.



9.1.1. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO COM CADASTRO DESATUALIZADO

Região 1 e Região 14 se destacam com o maior e menor percentual de famílias inscritas no CadÚnico com cadastro desatualizado entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 60,5% e (-) 55,6%.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Famílias inscritas no CadÚnico	Indicador (%)
Região 14	330	12	3,6%
Região 4	2.533	130	5,1%
Região 9	1.148	68	5,9%
Região 10	3.612	238	6,6%
Região 3	3.832	255	6,7%
Região 12	1.432	104	7,3%
Região 2	8.759	666	7,6%
Região 11	2.314	190	8,2%
Região 7	1.843	165	9,0%
Região 8	5.486	497	9,1%
Região 6	2.255	206	9,1%
Região 5	2.364	225	9,5%
Região 13	1.535	179	11,7%
Região 1	2.123	275	13,0%
Não informado	-	14	-
Município	39.566	3.224	8,1%

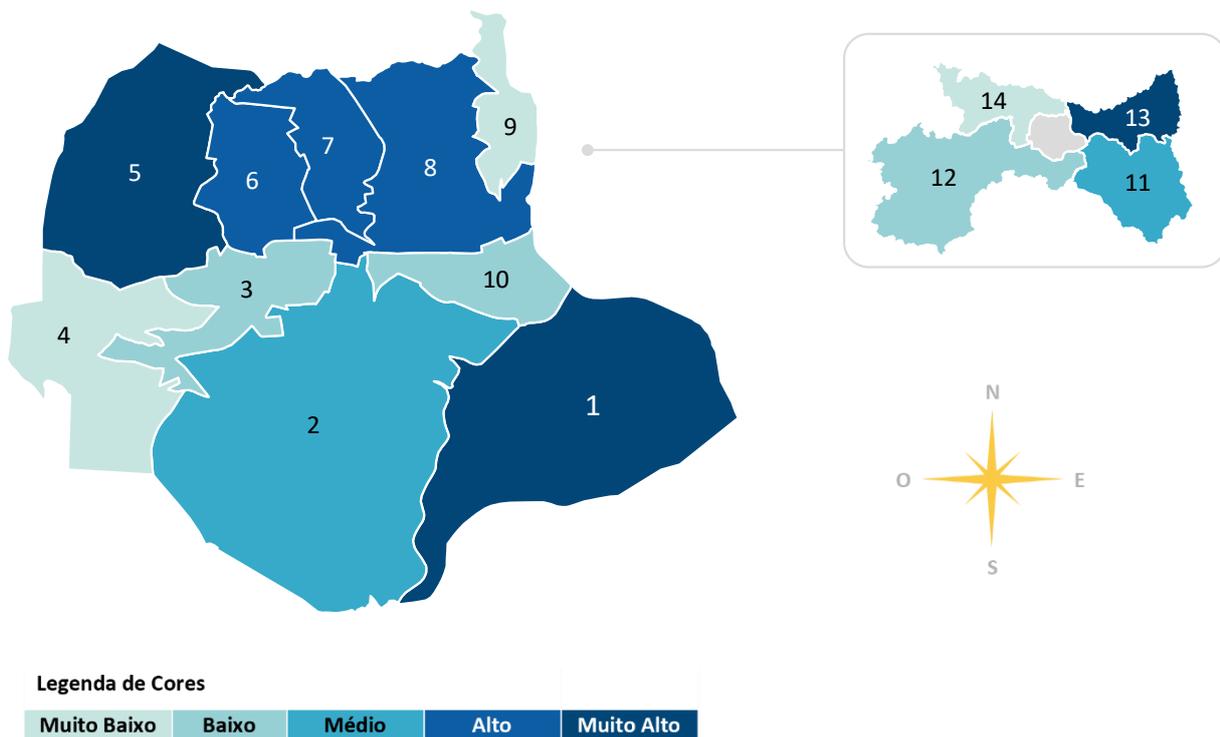
Definição: Famílias inscritas no CadÚnico com cadastro desatualizado dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

Menor Valor	Região 14	3,6%
Média	Barbacena	8,1%
Maior Valor	Região 1	13,0%

3,6 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010; CECAD, 2022.



9.1.2. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO COM CADASTRO ATUALIZADO

Região 1 e Região 14 se destacam com o maior e menor percentual de famílias inscritas no CadÚnico com cadastro atualizado entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 91,8% e (-) 59,9%.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Famílias inscritas no CadÚnico	Indicador (%)
Região 14	330	58	17,6%
Região 2	8.759	1.899	21,7%
Região 4	2.533	722	28,5%
Região 9	1.148	360	31,4%
Região 12	1.432	534	37,3%
Região 3	3.832	1.492	38,9%
Região 10	3.612	1.508	41,7%
Região 11	2.314	1.047	45,2%
Região 8	5.486	2.855	52,0%
Região 13	1.535	867	56,5%
Região 6	2.255	1.371	60,8%
Região 7	1.843	1.139	61,8%
Região 5	2.364	1.692	71,6%
Região 1	2.123	1.787	84,2%
Não informado	-	41	-
Município	39.566	17.372	43,9%

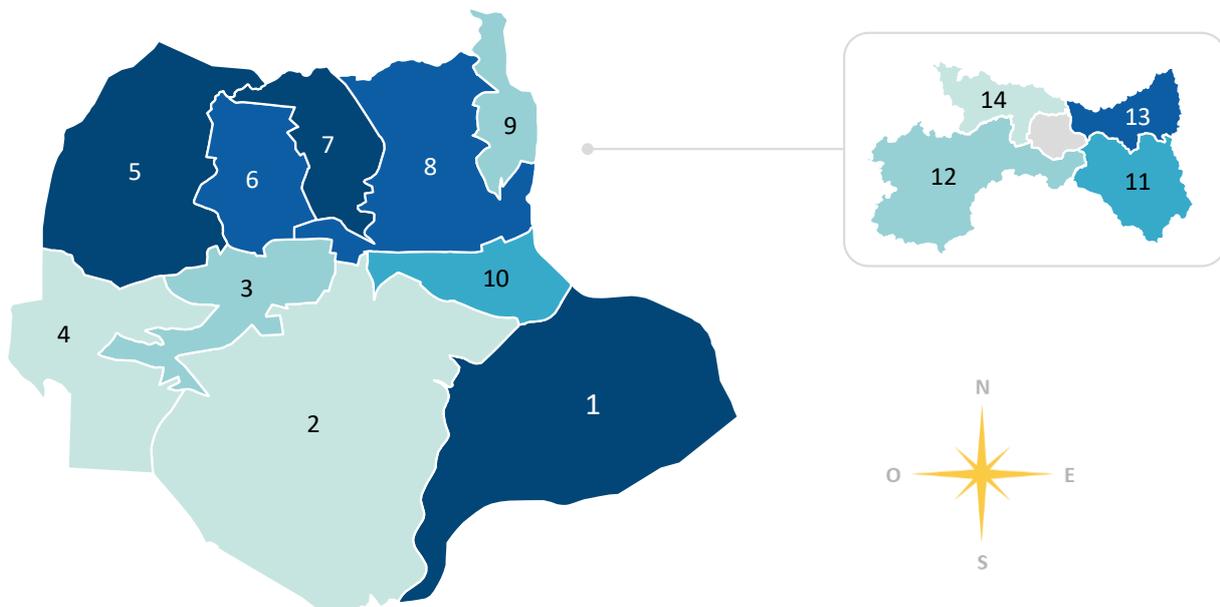
Definição: Famílias inscritas no CadÚnico com cadastro atualizado dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

Menor Valor	Região 14	17,6%
Média	Barbacena	43,9%
Maior Valor	Região 1	84,2%

4,8 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010; CECAD, 2022.



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

A partir daqui serão exploradas algumas características das famílias inscritas no CadÚnico no Município. Com relação à renda, 39,4% das famílias inscritas possuem renda *per capita* de até 1/8 de salário-mínimo. Para a análise da renda familiar foi adotado o valor de salário-mínimo vigorado em 2022, ano de referência do Diagnóstico, portanto as faixas de renda correspondem à R\$ 151,50, R\$ 303,00, R\$ 606,00 e R\$ 1.212,00, respectivamente. Além disso, 45,8% das famílias inscritas no CadÚnico são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF).

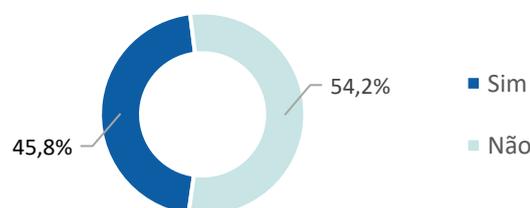
Tabela 21: Faixa de renda *per capita* das famílias inscritas no CadÚnico

Faixa de renda <i>per capita</i>	Quant.	(%)
Até 1/8 de salário-mínimo	6.855	39,4%
De 1/8 a 1/4 de salário-mínimo	1.190	6,9%
De 1/4 a 1/2 salário-mínimo	2.531	14,6%
De 1/2 a 1 salário-mínimo	3.567	20,5%
Mais de 1 salário-mínimo	3.229	18,6%
Total	17.372	100,0%

Fonte: CECAD, 2022.

Tabela 22: Famílias inscritas no CadÚnico que recebem PBF

Recebe PBF?	Quant.	(%)
Sim	7.961	45,8%
Não	9.411	54,2%
Total	17.372	100,0%



Fonte: CECAD, 2022.

A análise do perfil das famílias inscritas no CadÚnico foi dividida em dois tópicos: com relação ao responsável familiar e com relação à estrutura familiar. Quanto ao responsável, as famílias foram classificadas como monoparentais, podendo ser estas monoparentais femininas ou masculinas, ou bi parentais.

Uma família monoparental é aquela em que apenas um dos pais assume a responsabilidade principal pela criação e sustento dos filhos. Isso pode ocorrer devido a divórcio, separação, abandono, morte do cônjuge ou escolha consciente de ter e criar filhos sem a presença do outro genitor desde o início. A diferença entre uma família monoparental masculina e feminina refere-se ao gênero do progenitor que assume a responsabilidade principal. Na família monoparental masculina, o pai é o único responsável pela criação e sustento dos filhos. Já na família monoparental feminina, é a mãe que desempenha esse papel.

Ambos os tipos de famílias monoparentais podem enfrentar desafios semelhantes, como equilibrar as responsabilidades familiares e profissionais, lidar com questões emocionais e financeiras, e garantir o bem-estar dos filhos. É importante notar que as dinâmicas familiares podem variar amplamente, e o

sucesso de uma família monoparental depende de vários fatores, como o apoio social, emocional e econômico disponível para a família.

Segundo essa classificação é possível perceber que mais da metade (51,9%) das famílias inscritas no CadÚnico em Barbacena são monoparentais femininas. Por outro lado, as monoparentais masculinas representam 17,5% do total de famílias.

Tabela 23: Classificação com relação ao responsável familiar

Classificação familiar	Quant.	(%)
Monoparentais femininas	9.013	51,9%
Monoparentais masculinas	3.048	17,5%
Bi parentais	5.241	30,2%
Não informado	70	0,4%
Total	17.372	100,0%

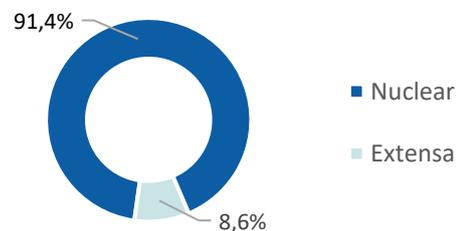
Fonte: CECAD, 2022.

Já com relação à estrutura familiar, as famílias foram classificadas como nuclear ou extensa. A família nuclear é um tipo de unidade familiar composta pelos pais e seus filhos, vivendo juntos como uma unidade independente. Geralmente, consiste em um casal, seja por laços matrimoniais ou união estável, e os filhos biológicos ou adotivos. Por outro lado, a família extensa é caracterizada por uma composição mais ampla, incluindo não apenas os pais e filhos, mas também outros parentes, como avós, tios, primos, entre outros. Essa estrutura pode envolver diversos membros da família que vivem juntos ou mantêm fortes laços e apoio mútuo, formando uma rede mais ampla de relações familiares.

Neste sentido, a maioria das famílias inscritas no CadÚnico é considerada nuclear, sendo apenas 8,6% das famílias inscritas classificadas como extensas. Todas as informações descritas até aqui serão apresentadas de maneira mais detalhada e por região geográfica nos indicadores a seguir.

Tabela 24: Classificação com relação à estrutura familiar

Classificação familiar	Quant.	(%)
Família nuclear	15.874	91,4%
Família extensa	1.498	8,6%
Total	17.372	100,0%



Fonte: CECAD, 2022.

9.1.3. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO COM RENDA *PER CAPITA* DE ATÉ 1/8 DE SM

Região 14 e Região 8 se destacam com o maior e menor percentual de famílias inscritas no CadÚnico com renda *per capita* de até 1/8 de salário-mínimo entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 27,0% e (-) 13,4%.

Regiões geográficas	Famílias no CadÚnico	Renda de até 1/8 de SM	Indicador (%)
Região 8	2.855	973	34,1%
Região 9	360	127	35,3%
Região 4	722	266	36,8%
Região 5	1.692	625	36,9%
Região 2	1.899	712	37,5%
Região 10	1.508	571	37,9%
Região 6	1.371	541	39,5%
Região 3	1.492	597	40,0%
Região 7	1.139	464	40,7%
Região 13	867	381	43,9%
Região 1	1.787	814	45,6%
Região 11	1.047	482	46,0%
Região 12	534	249	46,6%
Região 14	58	29	50,0%
Não informado	41	24	-
Município	17.372	6.855	39,4%

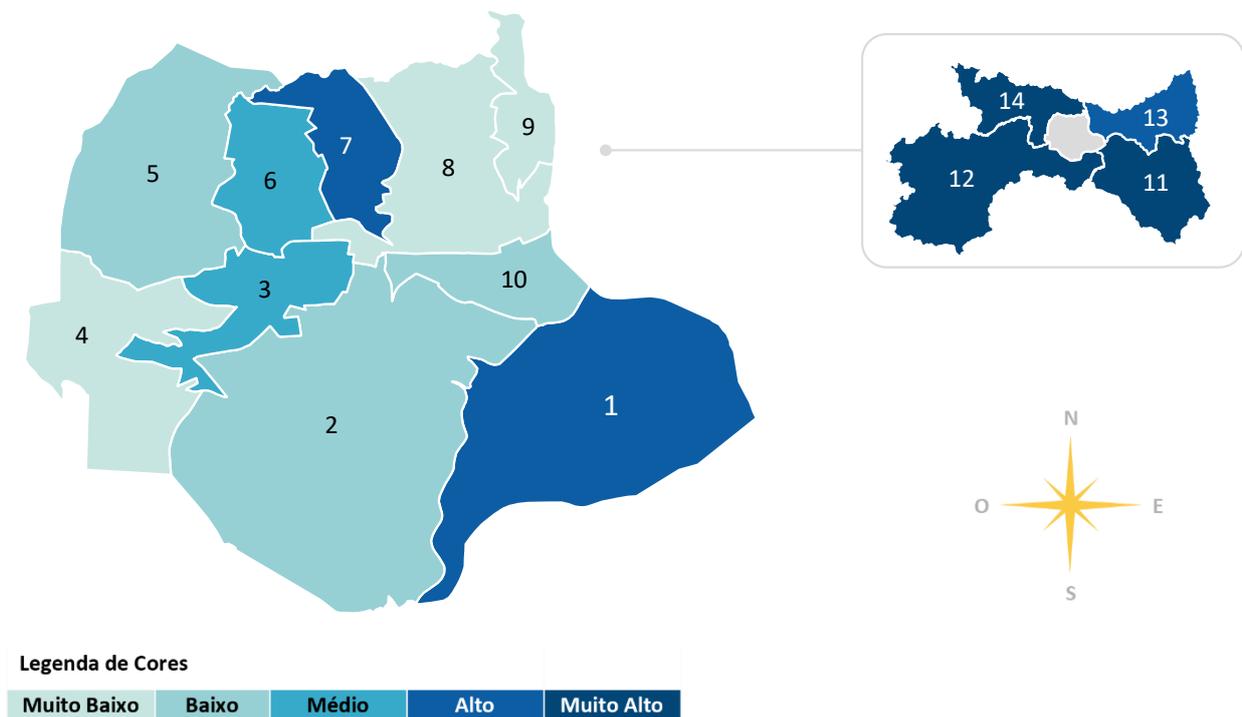
Definição: Famílias inscritas no CadÚnico com renda per capita de até 1/8 de SM dividido pelo total de famílias inscritas no CadÚnico, vezes 100

Menor Valor	Região 8	34,1%
Média	Barbacena	39,4%
Maior Valor	Região 14	50,0%

1,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: CECAD, 2022.



9.1.4. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO COM RENDA *PER CAPITA* DE 1/8 A 1/4 DE SM

Região 11 e Região 14 se destacam com o maior e menor percentual de famílias inscritas no CadÚnico com renda *per capita* de 1/8 a 1/4 de salário-mínimo entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 34,8% e (-) 50,7%.

Regiões geográficas	Famílias no CadÚnico	Renda de 1/8 a 1/4 de SM	Indicador (%)
Região 14	58	2	3,4%
Região 2	1.899	104	5,5%
Região 8	2.855	170	5,9%
Região 10	1.508	90	6,0%
Região 7	1.139	72	6,3%
Região 1	1.787	119	6,7%
Região 12	534	36	6,7%
Região 9	360	25	6,9%
Região 3	1.492	104	7,0%
Região 4	722	56	7,8%
Região 6	1.371	107	7,8%
Região 5	1.692	135	8,0%
Região 13	867	70	8,1%
Região 11	1.047	97	9,3%
Não informado	41	3	-
Município	17.372	1.190	6,9%

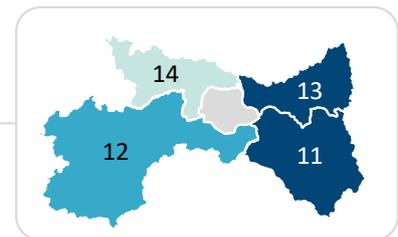
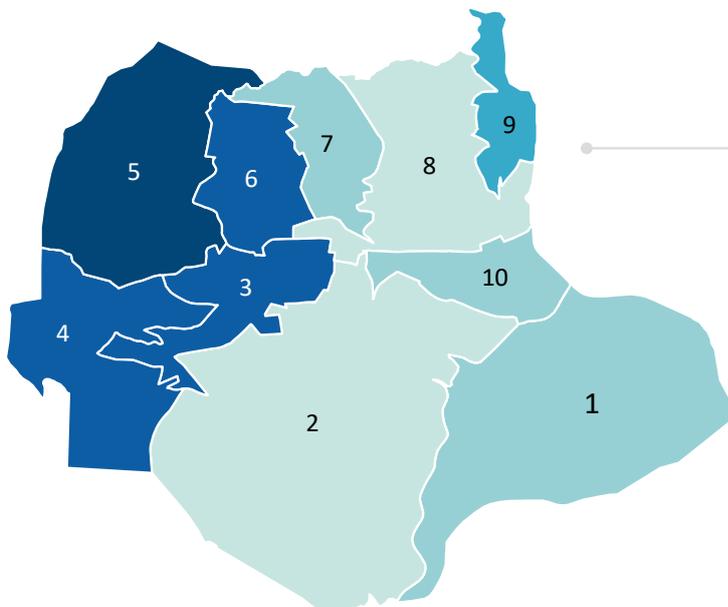
Definição: Famílias inscritas no CadÚnico com renda per capita de 1/8 a 1/4 de salário-mínimo dividido pelo total de famílias inscritas no CadÚnico, vezes 100

Menor Valor	Região 14	3,4%
Média	Barbacena	6,9%
Maior Valor	Região 11	9,3%

2,7 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: CECAD, 2022.



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

9.1.5. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO COM RENDA PER CAPITA DE 1/4 A 1/2 SM

Região 13 e Região 2 se destacam com o maior e menor percentual de famílias inscritas no CadÚnico com renda *per capita* de 1/4 a 1/2 salário-mínimo entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 23,3% e (-) 15,8%.

Regiões geográficas	Famílias no CadÚnico	Renda de 1/4 a 1/2 SM	Indicador (%)
Região 2	1.899	234	12,3%
Região 1	1.787	244	13,7%
Região 4	722	99	13,7%
Região 14	58	8	13,8%
Região 3	1.492	207	13,9%
Região 10	1.508	211	14,0%
Região 11	1.047	152	14,5%
Região 8	2.855	422	14,8%
Região 12	534	79	14,8%
Região 7	1.139	174	15,3%
Região 9	360	55	15,3%
Região 5	1.692	262	15,5%
Região 6	1.371	223	16,3%
Região 13	867	156	18,0%
Não informado	41	5	-
Município	17.372	2.531	14,6%

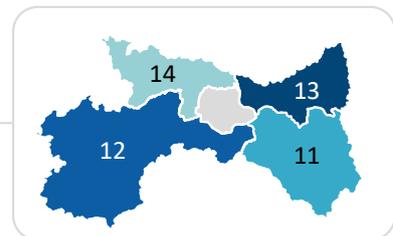
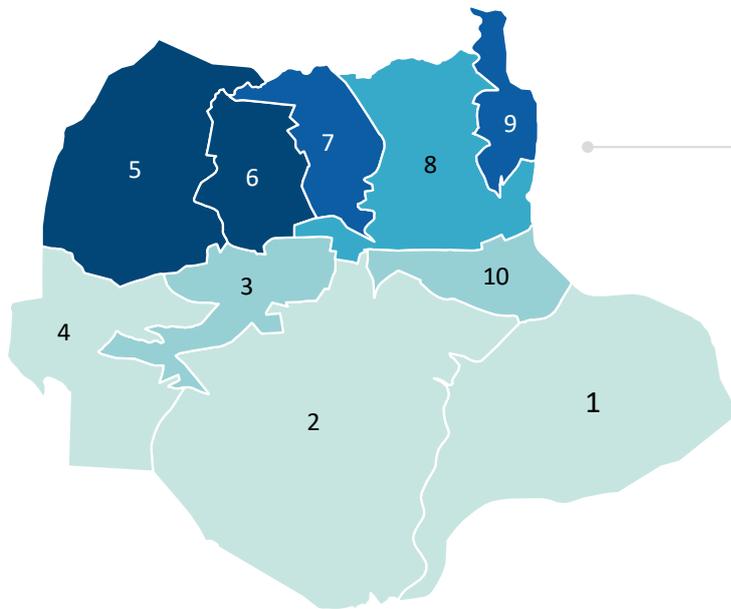
Definição: Famílias inscritas no CadÚnico com renda per capita de 1/4 a 1/2 salário-mínimo dividido pelo total de famílias inscritas no CadÚnico, vezes 100

Menor Valor	Região 2	12,3%
Média	Barbacena	14,6%
Maior Valor	Região 13	18,0%

1,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: CECAD, 2022.



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

9.1.6. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO COM RENDA *PER CAPITA* DE 1/2 A 1 SM

Região 9 e Região 12 se destacam com o maior e menor percentual de famílias inscritas no CadÚnico com renda *per capita* de 1/2 a 1 salário-mínimo entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 15,1% e (-) 20,5%.

Regiões geográficas	Famílias no CadÚnico	Renda de 1/2 a 1 SM	Indicador (%)
Região 12	534	87	16,3%
Região 13	867	144	16,6%
Região 11	1.047	177	16,9%
Região 14	58	10	17,2%
Região 3	1.492	294	19,7%
Região 2	1.899	376	19,8%
Região 10	1.508	300	19,9%
Região 6	1.371	280	20,4%
Região 1	1.787	370	20,7%
Região 5	1.692	364	21,5%
Região 7	1.139	252	22,1%
Região 4	722	165	22,9%
Região 8	2.855	659	23,1%
Região 9	360	85	23,6%
Não informado	41	4	-
Município	17.372	3.567	20,5%

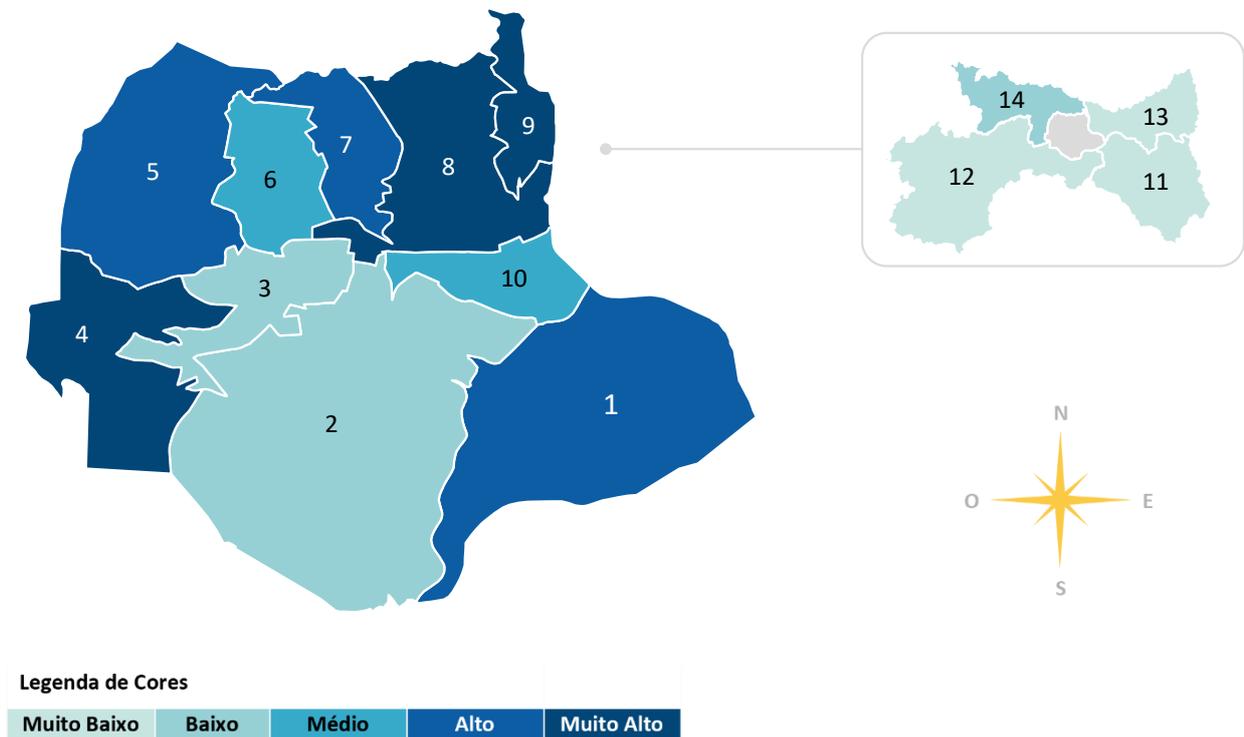
Definição: Famílias inscritas no CadÚnico com renda per capita de 1/2 a 1 salário-mínimo dividido pelo total de famílias inscritas no CadÚnico, vezes 100

Menor Valor	Região 12	16,3%
Média	Barbacena	20,5%
Maior Valor	Região 9	23,6%

1,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: CECAD, 2022.



9.1.7. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO COM RENDA *PER CAPITA* DE MAIS DE 1 SM

Região 2 e Região 11 se destacam com o maior e menor percentual de famílias inscritas no CadÚnico com renda *per capita* de mais de 1 salário-mínimo entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 33,9% e (-) 28,5%.

Regiões geográficas	Famílias no CadÚnico	Renda de mais de 1 SM	Indicador (%)
Região 11	1.047	139	13,3%
Região 13	867	116	13,4%
Região 1	1.787	240	13,4%
Região 14	58	9	15,5%
Região 7	1.139	177	15,5%
Região 12	534	83	15,5%
Região 6	1.371	220	16,0%
Região 5	1.692	306	18,1%
Região 4	722	136	18,8%
Região 9	360	68	18,9%
Região 3	1.492	290	19,4%
Região 8	2.855	631	22,1%
Região 10	1.508	336	22,3%
Região 2	1.899	473	24,9%
Não informado	41	5	-
Município	17.372	3.229	18,6%

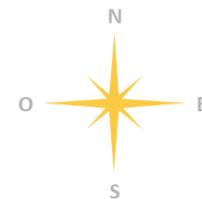
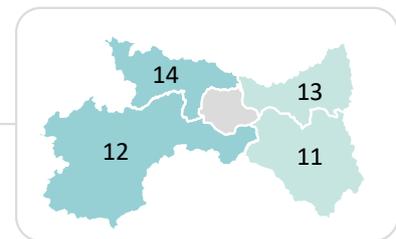
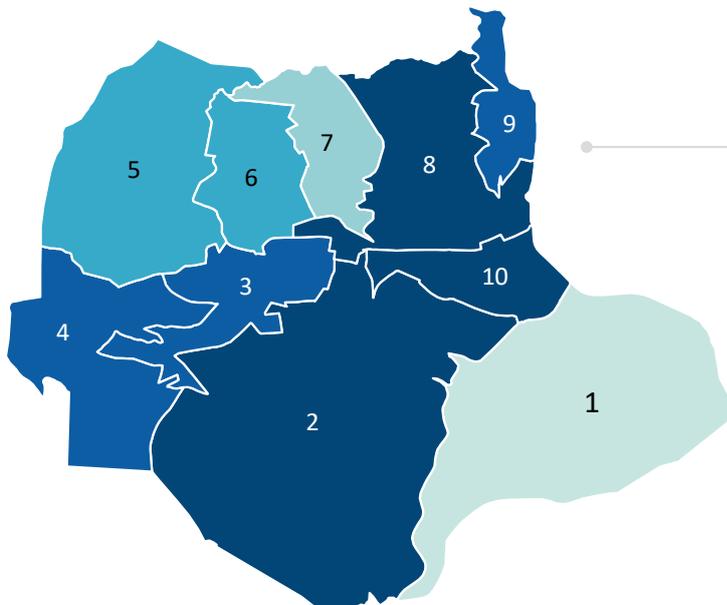
Definição: Famílias inscritas no CadÚnico com renda per capita de mais de 1 salário-mínimo dividido pelo total de famílias inscritas no CadÚnico, vezes 100

Menor Valor	Região 11	13,3%
Média	Barbacena	18,6%
Maior Valor	Região 2	24,9%

1,9 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: CECAD, 2022.



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

9.1.8. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO QUE RECEBEM PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)

Região 12 e Região 2 se destacam com o maior e menor percentual de famílias inscritas no CadÚnico que recebem auxílio do Programa Bolsa Família (PBF) entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 21,0% e (-) 14,6%.

Regiões geográficas	Famílias no CadÚnico	Famílias que recebem PBF	Indicador (%)
Região 2	1.899	743	39,1%
Região 8	2.855	1.124	39,4%
Região 10	1.508	648	43,0%
Região 9	360	159	44,2%
Região 4	722	322	44,6%
Região 5	1.692	755	44,6%
Região 3	1.492	686	46,0%
Região 7	1.139	536	47,1%
Região 6	1.371	657	47,9%
Região 1	1.787	932	52,2%
Região 13	867	465	53,6%
Região 14	58	32	55,2%
Região 11	1.047	579	55,3%
Região 12	534	296	55,4%
Não informado	41	27	-
Município	17.372	7.961	45,8%

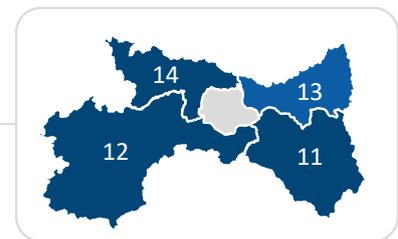
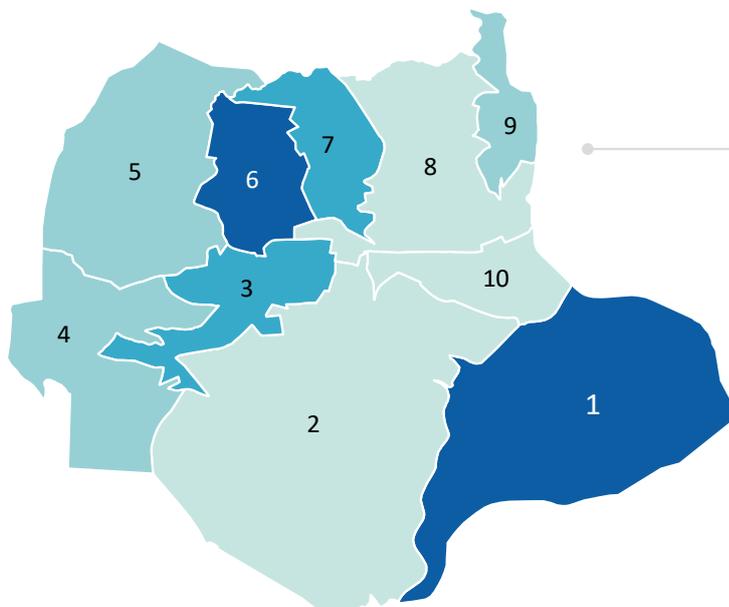
Definição: Famílias inscritas no CadÚnico que recebem PBF dividido pelo total de famílias inscritas no CadÚnico, vezes 100

Menor Valor	Região 2	39,1%
Média	Barbacena	45,8%
Maior Valor	Região 12	55,4%

1,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: CECAD, 2022.



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

9.1.9. FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS INSCRITAS NO CADÚNICO

Região 6 e Região 14 se destacam com o maior e menor percentual de famílias monoparentais femininas inscritas no CadÚnico entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 15,4% e (-) 30,3%.

Regiões geográficas	Famílias no CadÚnico	Famílias monoparentais femininas	Indicador (%)
Região 14	58	21	36,2%
Região 13	867	326	37,6%
Região 11	1.047	432	41,3%
Região 12	534	224	41,9%
Região 5	1.692	866	51,2%
Região 2	1.899	980	51,6%
Região 9	360	186	51,7%
Região 7	1.139	590	51,8%
Região 8	2.855	1.524	53,4%
Região 10	1.508	807	53,5%
Região 1	1.787	976	54,6%
Região 3	1.492	816	54,7%
Região 4	722	424	58,7%
Região 6	1.371	821	59,9%
Não informado	41	20	-
Município	17.372	9.013	51,9%

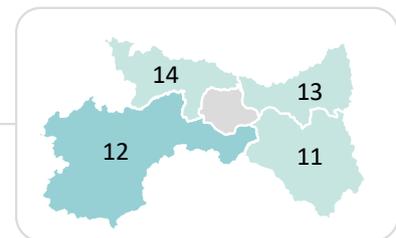
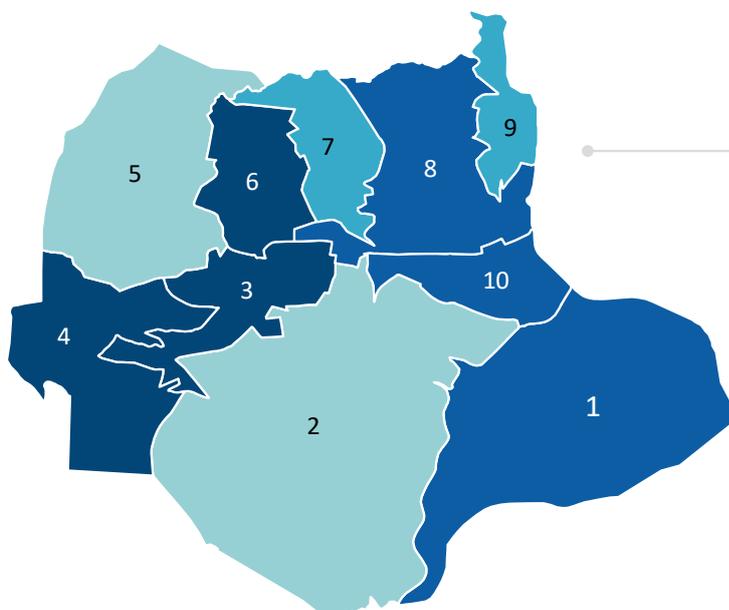
Definição: Famílias monoparentais femininas inscritas no CadÚnico dividido pelo total de famílias inscritas no CadÚnico, vezes 100

Menor Valor	Região 14	36,2%
Média	Barbacena	51,9%
Maior Valor	Região 6	59,9%

1,7 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: CECAD, 2022.



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

9.1.10. FAMÍLIAS MONOPARENTAIS MASCULINAS INSCRITAS NO CADÚNICO

Região 2 e Região 11 se destacam com o maior e menor percentual de famílias monoparentais masculinas inscritas no CadÚnico entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 52,0% e (-) 50,3%.

Regiões geográficas	Famílias no CadÚnico	Famílias monoparentais masculinas	Indicador (%)
Região 11	1.047	91	8,7%
Região 6	1.371	194	14,2%
Região 4	722	106	14,7%
Região 7	1.139	168	14,7%
Região 9	360	56	15,6%
Região 8	2.855	465	16,3%
Região 1	1.787	303	17,0%
Região 13	867	148	17,1%
Região 14	58	10	17,2%
Região 12	534	93	17,4%
Região 5	1.692	303	17,9%
Região 10	1.508	279	18,5%
Região 3	1.492	320	21,4%
Região 2	1.899	506	26,6%
Não informado	41	6	-
Município	17.372	3.048	17,5%

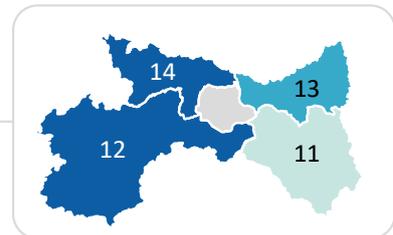
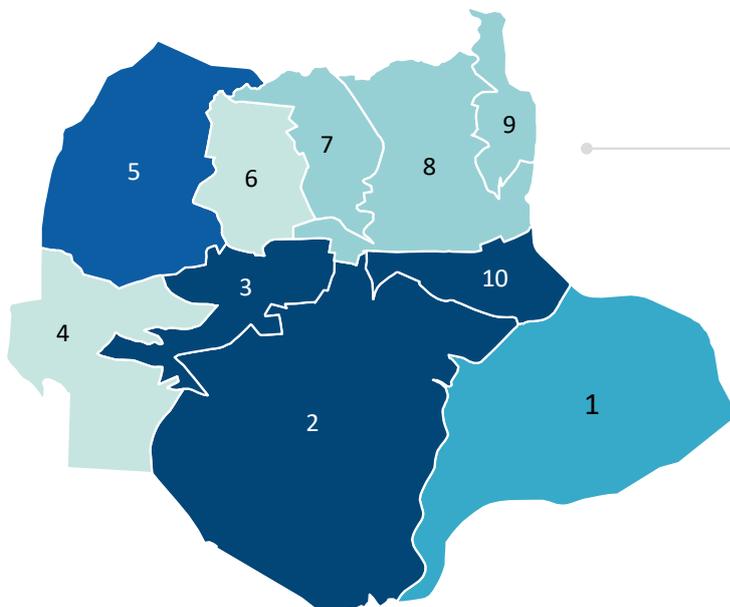
Definição: Famílias monoparentais masculinas inscritas no CadÚnico dividido pelo total de famílias inscritas no CadÚnico, vezes 100

Menor Valor	Região 11	8,7%
Média	Barbacena	17,5%
Maior Valor	Região 2	26,6%

3,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: CECAD, 2022.



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

9.1.11. FAMÍLIAS EXTENSAS INSCRITAS NO CADÚNICO

Região 3 e Região 12 se destacam com o maior e menor percentual de famílias extensas inscritas no CadÚnico entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 17,4% e (-) 25,6%.

Regiões geográficas	Famílias no CadÚnico	Famílias extensas	Indicador (%)
Região 12	534	34	6,4%
Região 11	1.047	70	6,7%
Região 14	58	4	6,9%
Região 1	1.787	127	7,1%
Região 13	867	62	7,2%
Região 9	360	28	7,8%
Região 7	1.139	93	8,2%
Região 10	1.508	132	8,8%
Região 6	1.371	121	8,8%
Região 5	1.692	151	8,9%
Região 4	722	67	9,3%
Região 2	1.899	179	9,4%
Região 8	2.855	275	9,6%
Região 3	1.492	151	10,1%
Não informado	41	4	-
Município	17.372	1.498	8,6%

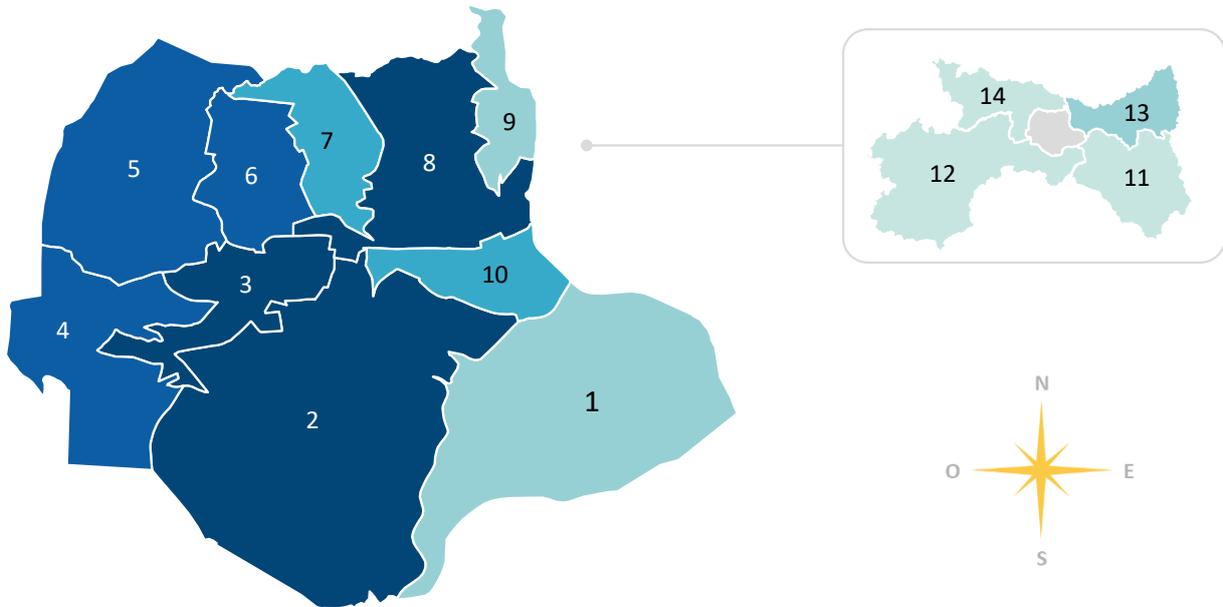
Definição: Famílias extensas inscritas no CadÚnico dividido pelo total de famílias inscritas no CadÚnico, vezes 100

Menor Valor	Região 12	6,4%
Média	Barbacena	8,6%
Maior Valor	Região 3	10,1%

1,6 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: CECAD, 2022.



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

9.1.12. PESSOAS POR FAMÍLIA INSCRITAS NO CADÚNICO

Região 11 e Região 2 se destacam com a maior e menor taxa de pessoas por família inscritas no CadÚnico entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 12,5% e (-) 16,7%.

Regiões geográficas	Famílias inscritas no CadÚnico	Pessoas inscritas no CadÚnico	Pessoas por família
Região 2	1.899	3.807	2,00
Região 3	1.492	3.349	2,24
Região 10	1.508	3.389	2,25
Região 4	722	1.706	2,36
Região 8	2.855	6.783	2,38
Região 9	360	895	2,49
Região 6	1.371	3.425	2,50
Região 7	1.139	2.851	2,50
Região 12	534	1.337	2,50
Região 1	1.787	4.536	2,54
Região 5	1.692	4.309	2,55
Região 14	58	154	2,66
Região 13	867	2.307	2,66
Região 11	1.047	2.850	2,72
Não informado	41	94	-
Município	17.372	41.792	2,41

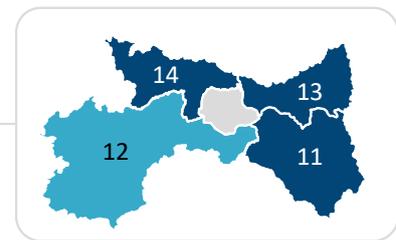
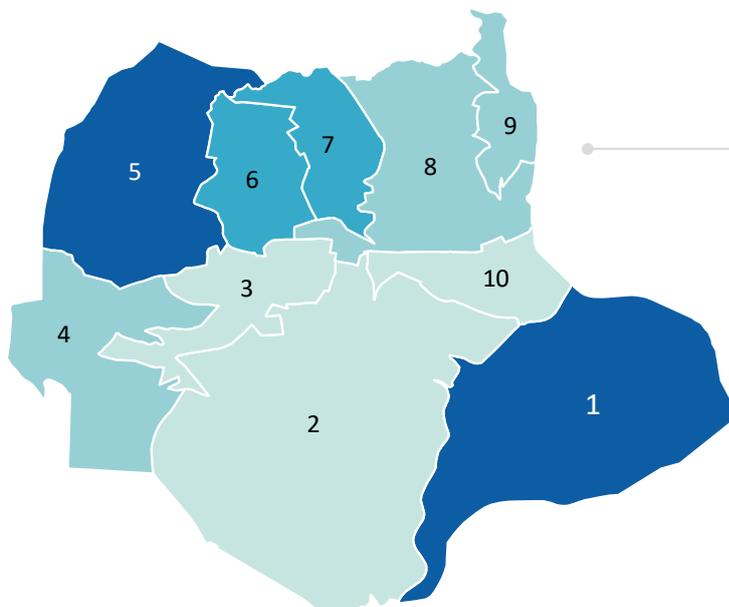
Definição: Pessoas inscritas no CadÚnico dividido pelo total de famílias inscritas no CadÚnico

Menor Valor	Região 2	2,00
Média	Barbacena	2,41
Maior Valor	Região 11	2,72

1,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: CECAD, 2022.



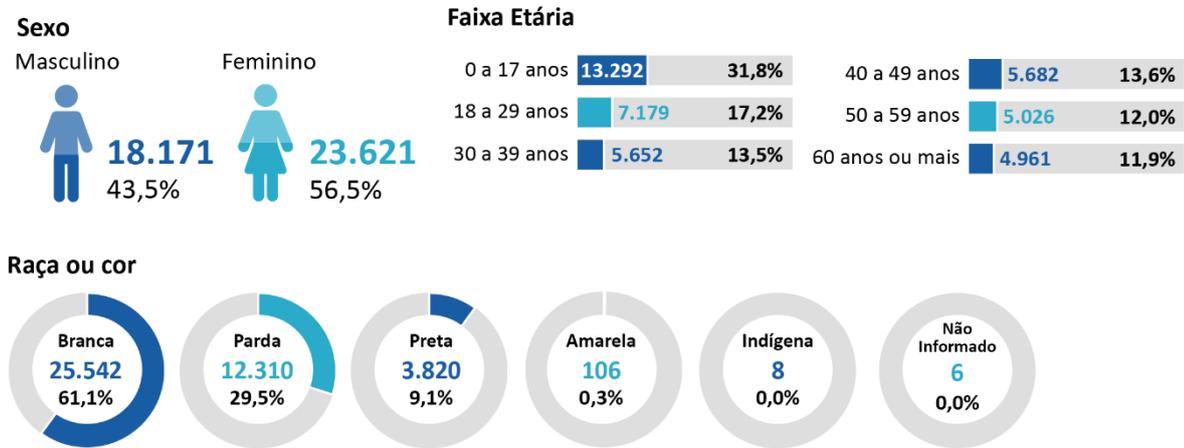
Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

• Pessoas inscritas no CadÚnico com relação ao perfil

No perfil dos inscritos no CadÚnico, destaca-se o sexo feminino, representando 56,5% do total de pessoas, a faixa etária de 0 a 17 anos (crianças e adolescentes), com 31,8%, e a raça ou cor branca (61,1%).

Figura 21: Perfil das pessoas inscritas no CadÚnico



Fonte: CECAD, 2022.

Quanto à naturalidade, 79,1% das pessoas inscritas no CadÚnico são naturais de Barbacena, além de 16,6% que são naturais de outros municípios do estado de Minas Gerais. Dos que não são naturais de Minas Gerais destacam-se os migrantes do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Apenas 57 inscritos (0,1%) são imigrantes estrangeiros.

Tabela 25: Local de nascimento das pessoas inscritas no CadÚnico

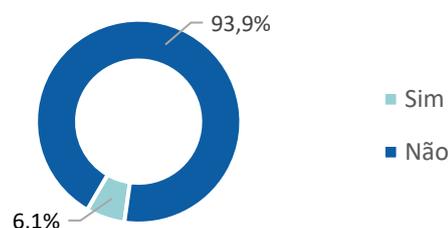
Local de nascimento	Quant.	(%)
Barbacena	33.009	79,1%
Outros municípios de Minas Gerais	6.938	16,6%
Rio de Janeiro (RJ)	682	1,6%
São Paulo (SP)	644	1,5%
Bahia (BA)	83	0,2%
Outros estados brasileiros	379	0,9%
Outro país	57	0,1%
Total	41.792	100,0%

Fonte: CECAD, 2022.

Cerca de 6 a cada 100 pessoas inscritas no CadÚnico possuem algum tipo de deficiência ou condição, com relação aos tipos de deficiência, destacam-se a deficiência mental ou intelectual (36,2%) e a deficiência física (33,3%). É importante lembrar que a mesma pessoa pode possuir mais de um tipo de deficiência.

Tabela 26: Pessoas com deficiência inscritas no CadÚnico

Possui deficiência?	Quant.	(%)
Sim	2.565	6,1%
Não	39.227	93,9%
Total	41.792	100,0%



Fonte: CECAD, 2022.

Tabela 27: Tipo de deficiência ou condição dos inscritos no CadÚnico

Tipo de deficiência	Quant.	(%)
Deficiência mental ou intelectual	929	36,2%
Deficiência física	855	33,3%
Transtorno/doença mental	572	22,3%
Baixa visão	284	11,1%
Surdez severa/profunda	127	5,0%
Cegueira	100	3,9%
Surdez severa/moderada	92	3,6%
Síndrome de down	60	2,3%
Total	2.565	*

Fonte: CECAD, 2022.

Nota (*): A mesma pessoa pode possuir mais de um tipo de deficiência ou condição.

• Pessoas inscritas no CadÚnico com relação à educação

Com relação à educação, 65,7% das pessoas inscritas no CadÚnico relataram que não frequentam a escola atualmente, mas já frequentaram no passado. Já dos que estão frequentando a escola, **28,9%**, a maioria acessa a rede pública de ensino. 5,4% das pessoas não frequentaram a escola em nenhum momento da vida. É importante ressaltar que, para a análise dos dados referentes à educação, foram consideradas apenas as pessoas 4 anos de idade ou mais (idade escolar obrigatória).

Tabela 28: Pessoas no CadÚnico com relação à frequência escolar

Frequenta a escola?	Quant.	(%)
Sim, rede pública	10.271	26,3%
Sim, rede particular	1.016	2,6%
Não, mas já frequentou	25.657	65,7%
Nunca frequentou	2.090	5,4%
Total	39.034	100,0%

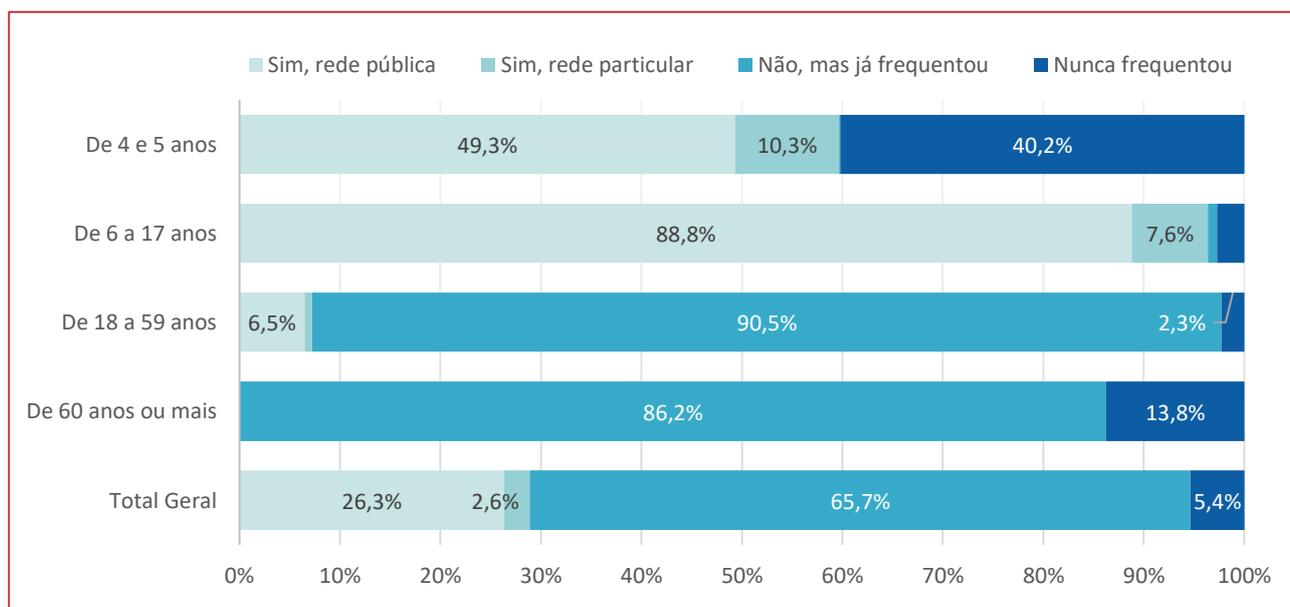
Fonte: CECAD, 2022.

Analisando por faixa etária, notamos que, entre as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos cadastrados no CadÚnico, 242 nunca frequentaram a escola. Esse número é ainda mais expressivo entre os de 4 e 5 anos, alcançando 40,2% do total de inscritos nessa categoria. É fundamental ressaltar que a Lei Nº 12.796, de 4 de abril de 2013, estipula como obrigação dos pais ou responsáveis realizar a matrícula na educação básica a partir dos 4 anos de idade.

Tabela 29: Pessoas inscritas no CadÚnico com relação à frequência escolar, por faixa etária

Faixa etária	Sim, na rede pública		Sim, na rede particular		Não, mas já frequentou		Nunca frequentou		Total Geral	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
De 4 e 5 anos	774	49,3%	162	10,3%	2	0,1%	631	40,2%	1.569	4,0%
De 6 a 17 anos	7.964	88,8%	677	7,6%	82	0,9%	242	2,7%	8.965	23,0%
De 18 a 59 anos	1.531	6,5%	177	0,8%	21.297	90,5%	534	2,3%	23.539	60,3%
De 60 anos ou mais	2	0,0%	-	0,0%	4.276	86,2%	683	13,8%	4.961	12,7%
Total Geral	10.271	26,3%	1.016	2,6%	25.657	65,7%	2.090	5,4%	39.034	100,0%

Fonte: CECAD, 2022.



Sobre o grau de instrução, 37,0% das pessoas inscritas no CadÚnico possuem Ensino Fundamental incompleto, seguidas de 24,4% que completaram o Ensino Médio. 18,0% não possuem instrução formal.

Tabela 30: Grau de instrução das pessoas inscritas no CadÚnico

Grau de instrução	Quant.	(%)
Sem instrução	7045	18,0%
Ensino fundamental incompleto	14437	37,0%
Ensino fundamental completo	3248	8,3%
Ensino médio incompleto	2730	7,0%
Ensino médio completo	9532	24,4%
Ensino superior incompleto ou mais	1675	4,3%
Não informado	367	0,9%
Total	39.034	100,0%

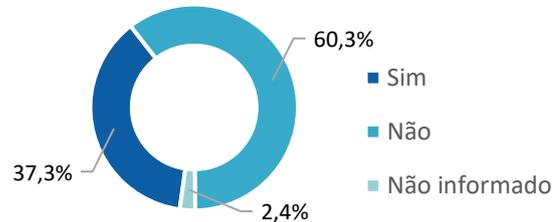
Fonte: CECAD, 2022.

• **Pessoas inscritas no CadÚnico com relação ao trabalho**

Por fim serão analisados os dados referentes ao trabalho. Nesta etapa serão consideradas apenas as pessoas inscritas no CadÚnico com 14 anos de idade ou mais (idade mínima de contratação formal, sendo, com 14 ou 15 anos, apenas na condição de aprendiz). Dos 31.488 inscritos nesta faixa etária apenas 37,3% afirmou ter realizado atividade de trabalho formal no período de referência, o que indica grande taxa de desemprego.

Tabela 31: pessoas no CadÚnico que estavam trabalhando

Está trabalhando?	Quant.	(%)
Sim	11740	37,3%
Não	18995	60,3%
Não informado	753	2,4%
Total	31.488	100,0%



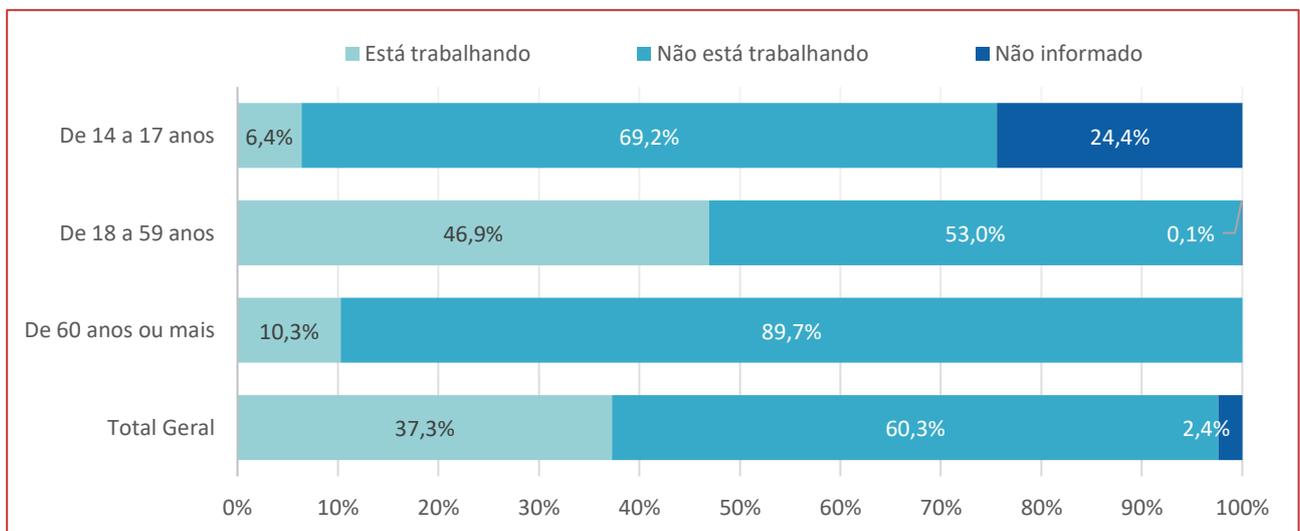
Fonte: CECAD, 2022.

Abrindo as informações por faixa etária é possível observar que apenas 190 adolescentes afirmaram ter realizado atividade de trabalho (formal ou informal), porém, a grande taxa de respostas classificadas como “não informado” preocupa, pois pode ser um indício de trabalho infantil.

Tabela 32: Pessoas inscritas no CadÚnico que estavam trabalhando, por faixa etária

Faixa etária	Está trabalhando		Não está trabalhando		Não informado		Total Geral	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
De 14 a 17 anos	190	6,4%	2.069	69,2%	729	24,4%	2.988	9,5%
De 18 a 59 anos	11.041	46,9%	12.474	53,0%	24	0,1%	23.539	74,8%
De 60 anos ou mais	509	10,3%	4.452	89,7%	-	-	4.961	15,8%
Total Geral	11.740	37,3%	18.995	60,3%	753	2,4%	31.488	100,0%

Fonte: CECAD, 2022.



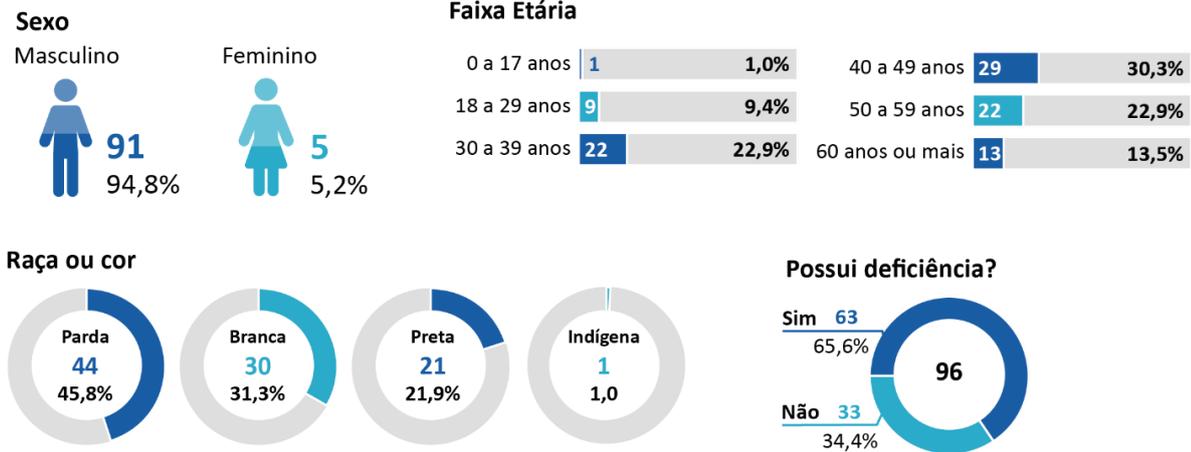
• **Pessoas em situação de rua inscritas no CadÚnico**

O CadÚnico registrou 96 pessoas em situação de rua, sendo que, destas, 94,8% são do sexo masculino, 30,3% possuem de 40 a 49 anos de idade e 45,8% possuem raça ou cor parda. Além disso, 65,6% dormem na rua enquanto 34,4% não dormem na rua (dorme em albergue, pensão, casa de passagem etc.). Foi registrada uma criança ou adolescente em situação de rua.

Figura 22: Pessoas em situação de rua inscritas no CadÚnico



Figura 23: Perfil das pessoas em situação de rua inscritas no CadÚnico



9.1.13. CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSCRITAS NO CADÚNICO

Região 1 e Região 2 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes inscritas no CadÚnico entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 16,7% e (-) 23,9%.

Regiões geográficas	Pessoas no CadÚnico	Crianças e adolescentes no CadÚnico	Indicador (%)
Região 2	3.807	921	24,2%
Região 10	3.389	994	29,3%
Região 8	6.783	2.007	29,6%
Região 3	3.349	1.005	30,0%
Região 14	154	48	31,2%
Região 9	895	285	31,8%
Região 12	1.337	426	31,9%
Região 11	2.850	924	32,4%
Região 13	2.307	752	32,6%
Região 4	1.706	564	33,1%
Região 7	2.851	975	34,2%
Região 6	3.425	1.185	34,6%
Região 5	4.309	1.496	34,7%
Região 1	4.536	1.684	37,1%
Não informado	94	26	-
Município	41.792	13.292	31,8%

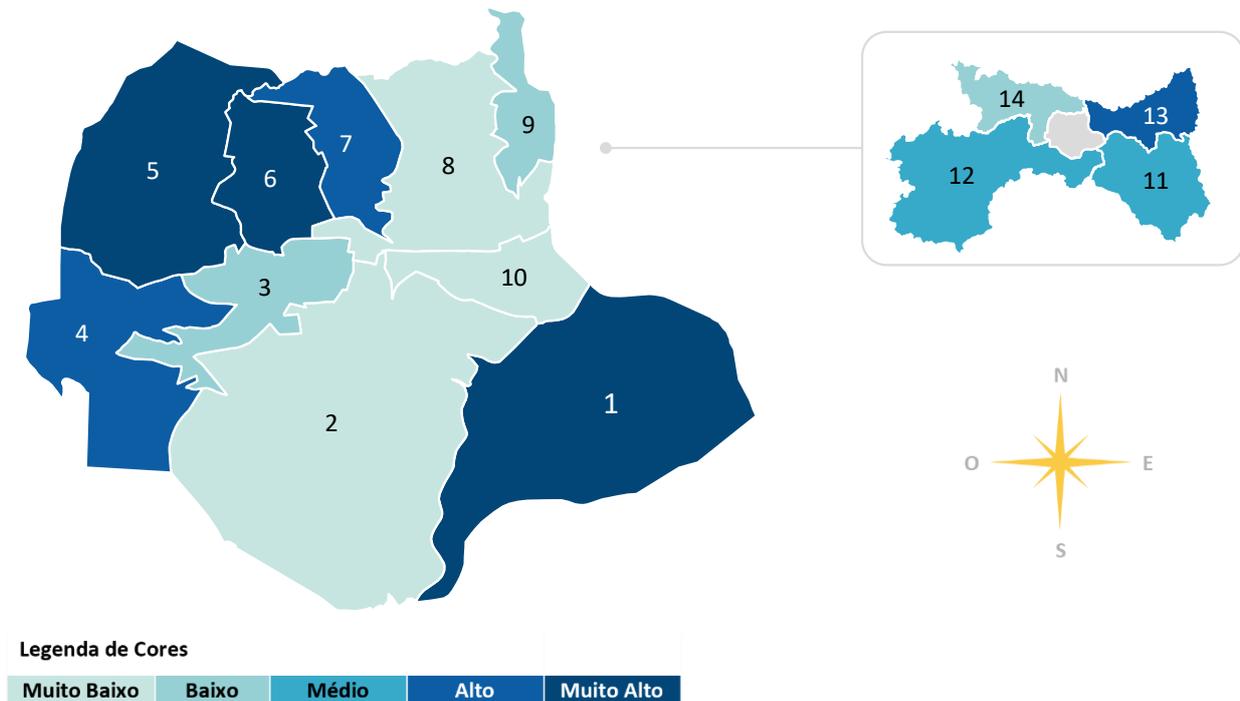
Definição: Crianças e adolescentes inscritas no CadÚnico dividido pelo total de pessoas inscritas no CadÚnico, vezes 100

Menor Valor	Região 2	24,2%
Média	Barbacena	31,8%
Maior Valor	Região 1	37,1%

1,5 vezes

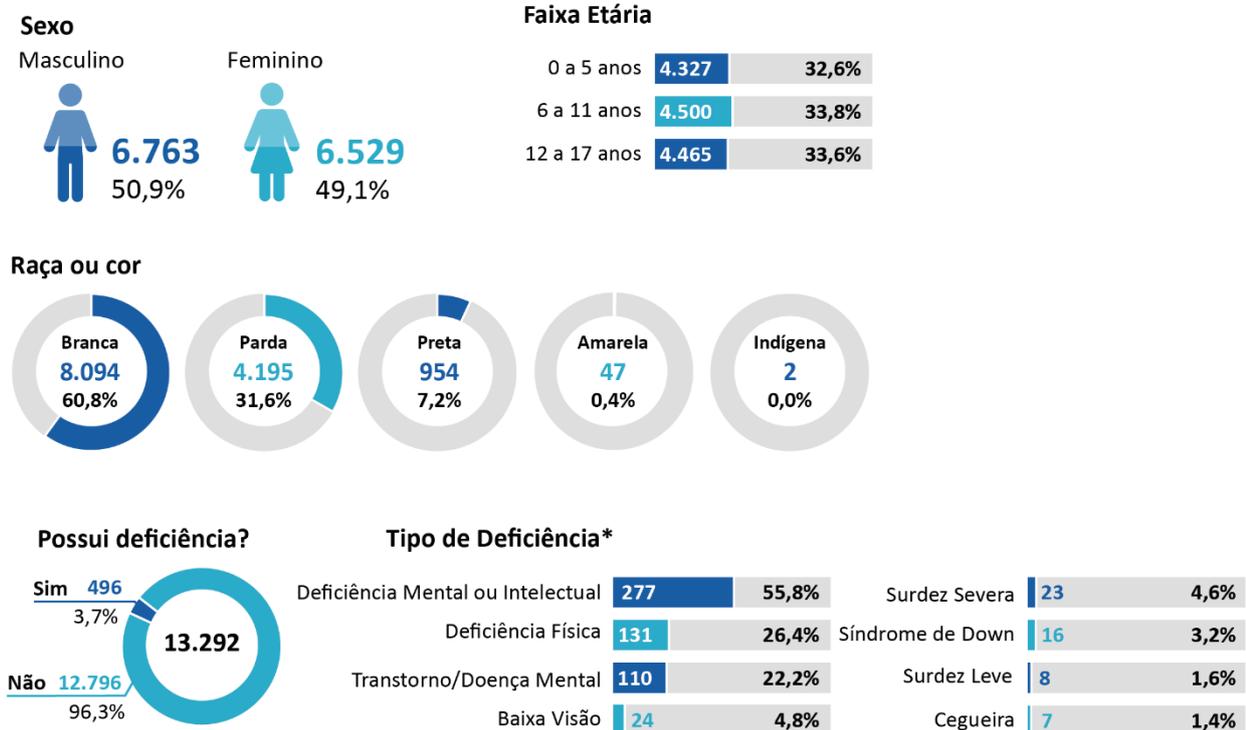
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: CECAD, 2022.



No perfil das crianças e adolescentes inscritas no CadÚnico destacam-se o sexo masculino (50,9%), a faixa etária de 6 a 11 anos (33,8%) e a raça ou cor branca (60,8%). Apenas 3,7% dessas crianças e adolescentes possuem algum tipo de deficiência ou condição, sendo deficiência mental ou intelectual a mais comum (55,8%).

Figura 24: Perfil das crianças e adolescentes inscritas no CadÚnico



Fonte: CECAD, 2022.

Nota (*): A mesma pessoa pode possuir mais de um tipo de deficiência.

9.1.14. PESSOAS IDOSAS INSCRITAS NO CADÚNICO

Região 2 e Região 11 se destacam com o maior e menor percentual de pessoas idosas inscritas no CadÚnico entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 58,0% e (-) 27,7%.

Regiões geográficas	Pessoas no CadÚnico	Pessoas idosas no CadÚnico	Indicador (%)
Região 11	2.850	245	8,6%
Região 13	2.307	206	8,9%
Região 1	4.536	414	9,1%
Região 5	4.309	404	9,4%
Região 9	895	85	9,5%
Região 7	2.851	274	9,6%
Região 6	3.425	350	10,2%
Região 12	1.337	146	10,9%
Região 4	1.706	212	12,4%
Região 8	6.783	903	13,3%
Região 14	154	21	13,6%
Região 3	3.349	476	14,2%
Região 10	3.389	497	14,7%
Região 2	3.807	716	18,8%
Não informado	94	12	-
Município	41.792	4.961	11,9%

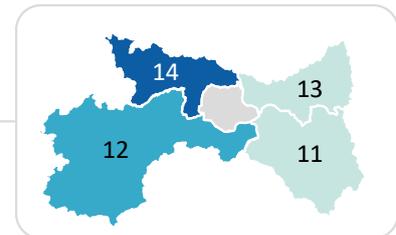
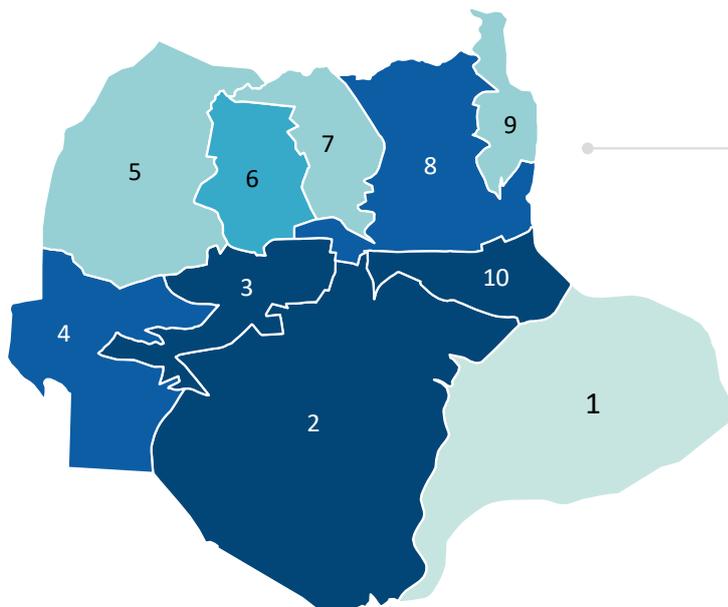
Definição: Pessoas idosas inscritas no CadÚnico dividido pelo total de pessoas inscritas no CadÚnico, vezes 100

Menor Valor	Região 11	8,6%
Média	Barbacena	11,9%
Maior Valor	Região 2	18,8%

2,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: CECAD, 2022.

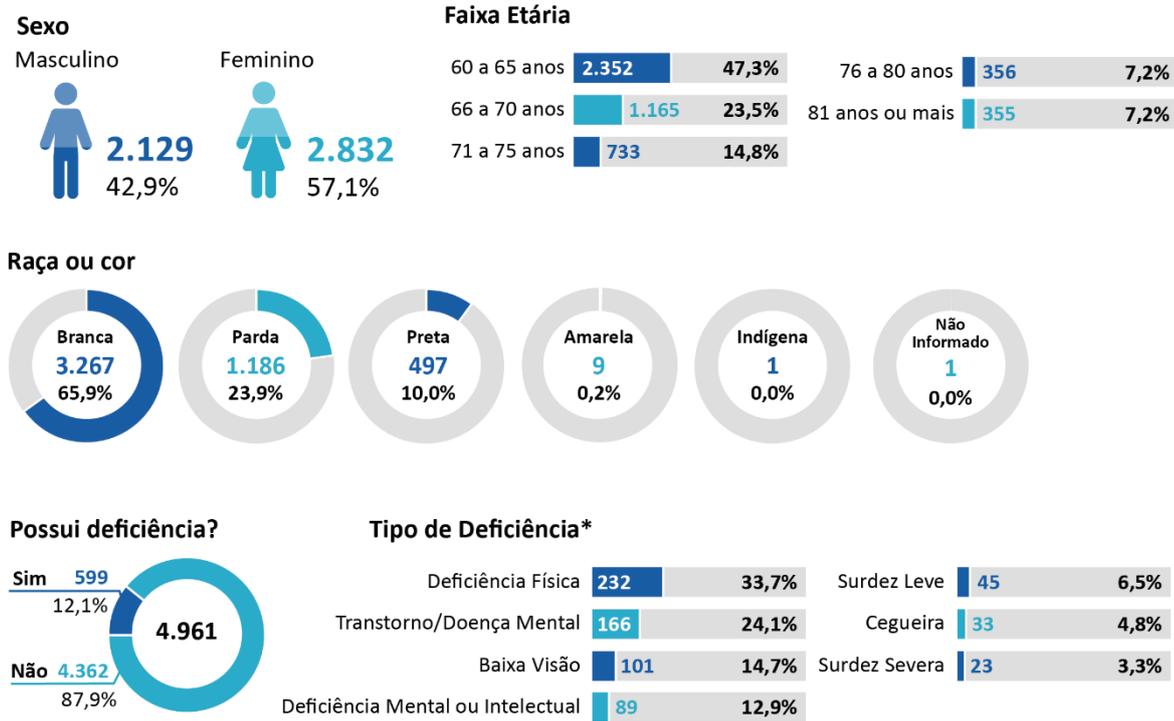


Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

No perfil das pessoas idosas inscritas no CadÚnico destacam-se o sexo feminino (57,1%), a faixa etária de 60 a 65 anos (47,3%) e a raça ou cor branca (65,9%). 12,1% desses idosos possuem algum tipo de deficiência, sendo deficiência física a mais comum (33,7%).

Figura 25: Perfil das pessoas idosas inscritas no CadÚnico



Fonte: CECAD, 2022.

Nota (*): A mesma pessoa pode possuir mais de um tipo de deficiência.

9.1.15. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU CONDIÇÃO INSCRITAS NO CADÚNICO

Região 2 e Região 7 se destacam com o maior e menor percentual de pessoas com deficiência ou condição inscritas no CadÚnico entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 49,2% e (-) 34,4%.

Regiões geográficas	Pessoas no CadÚnico	Pessoas com deficiência ou condição	Indicador (%)
Região 7	2.851	113	4,0%
Região 1	4.536	235	5,2%
Região 9	895	49	5,5%
Região 5	4.309	241	5,6%
Região 13	2.307	130	5,6%
Região 6	3.425	194	5,7%
Região 8	6.783	397	5,9%
Região 11	2.850	170	6,0%
Região 3	3.349	210	6,3%
Região 12	1.337	91	6,8%
Região 4	1.706	121	7,1%
Região 10	3.389	246	7,3%
Região 14	154	13	8,4%
Região 2	3.807	346	9,1%
Não informado	94	9	-
Município	41.792	2.565	6,1%

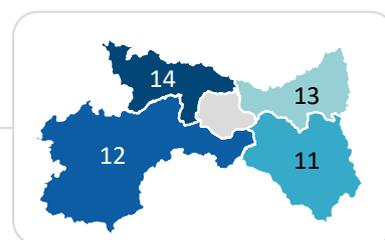
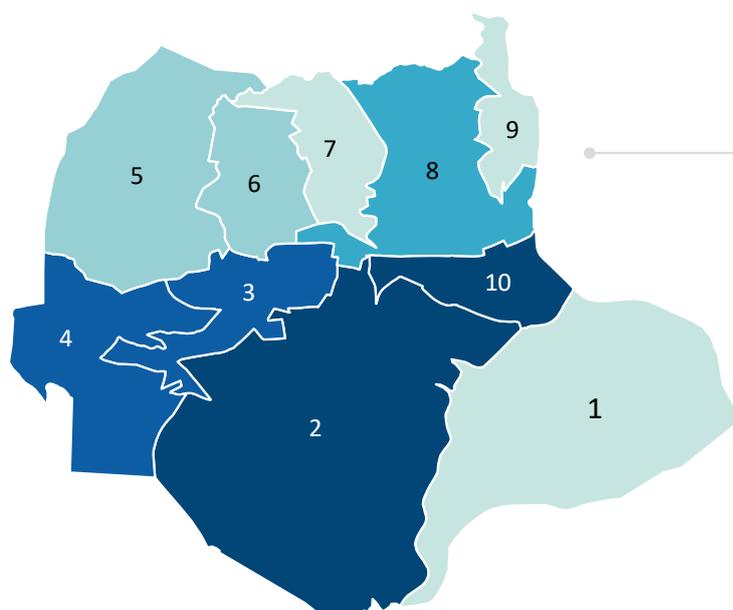
Definição: Pessoas com deficiência ou condição inscritas no CadÚnico dividido pelo total de pessoas inscritas no CadÚnico, vezes 100

Menor Valor	Região 7	4,0%
Média	Barbacena	6,1%
Maior Valor	Região 2	9,1%

2,3 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: CECAD, 2022.

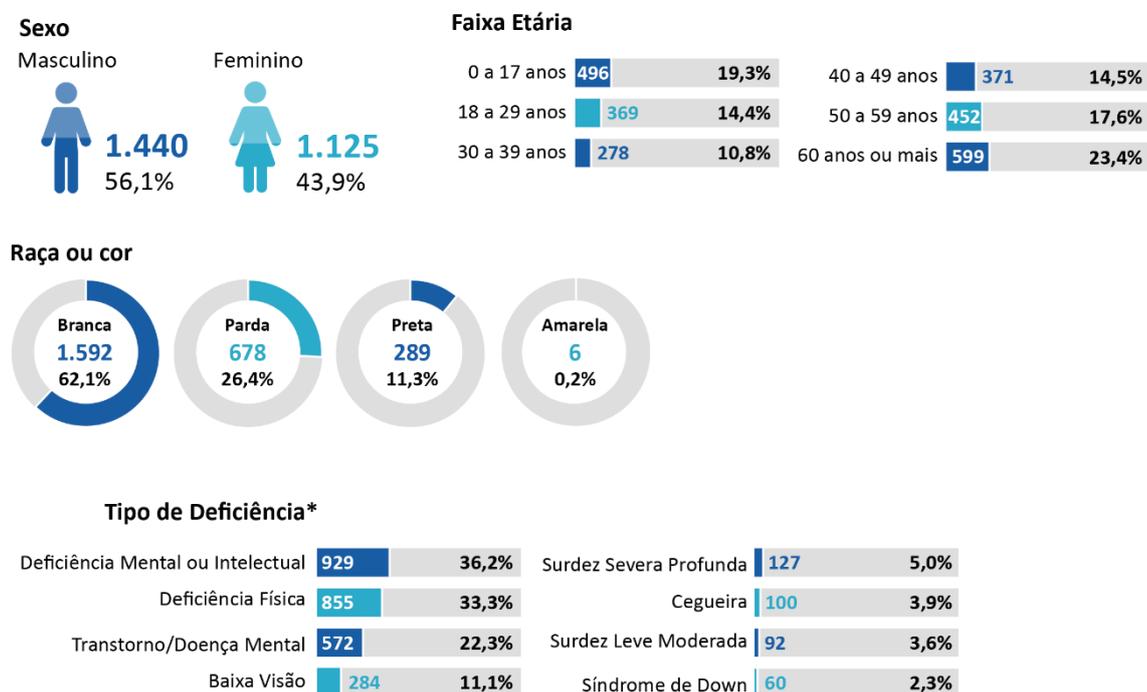


Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

No perfil das pessoas com deficiência ou condição inscritas no CadÚnico destacam-se o sexo masculino (56,1%), a faixa etária de 60 anos ou mais (23,4%) e a raça ou cor branca (62,1%). Com relação ao tipo de deficiência ou condição destacam-se a deficiência mental ou intelectual (36,2%) e a deficiência física (33,3%).

Figura 26: Perfil das pessoas com deficiência inscritas no CadÚnico



Fonte: CECAD, 2022.

Nota (*): A mesma pessoa pode possuir mais de um tipo de deficiência.

9.2. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é uma política pública de assistência social, criada com o intuito de prover amparo financeiro a pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o BPC representa um instrumento essencial na promoção da inclusão social e na garantia de condições mínimas de subsistência para indivíduos em situação de extrema pobreza.

O benefício é concedido a brasileiros que possuam idade igual ou superior a 65 anos, bem como àqueles que apresentem incapacidade para a vida independente e para o trabalho, de acordo com critérios estabelecidos pela legislação. A análise e concessão do BPC são realizadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mediante avaliação da renda per capita familiar e da condição socioeconômica do requerente.

A concessão do BPC implica no pagamento de um salário-mínimo mensal ao beneficiário, proporcionando-lhe recursos essenciais para a satisfação de suas necessidades básicas, tais como alimentação, habitação e cuidados com a saúde. Vale ressaltar que o benefício não configura um seguro previdenciário, uma vez que não exige contribuições prévias por parte do beneficiário, sendo uma prestação assistencial destinada a suprir carências de ordem social.

É relevante destacar que o BPC desempenha um papel crucial na mitigação da desigualdade e na promoção da dignidade humana, assegurando a inclusão e a proteção social para segmentos da população que enfrentam condições adversas. A sua continuidade e efetividade dependem não apenas da legislação vigente, mas também de políticas e ações governamentais que visem aprimorar as condições de vida dos beneficiários e fomentar o acesso a oportunidades que promovam a autonomia e o bem-estar.

Durante o ano de 2022, o município de Barbacena contava com 2.628 beneficiários do BPC com benefício ativo. Com relação à espécie do benefício são 65,0% beneficiários do BPC para pessoas com deficiência e 32,1% do BPC para pessoas idosas, além de 2,9% que ainda são beneficiários da antiga Renda Mensal Vitalícia (RMV). Todas as informações a respeito desses beneficiários serão apresentadas nos indicadores a seguir.

Tabela 33: Beneficiários do BPC por espécie

Benefício	Quant.	(%)
BPC - Pessoa com Deficiência	1.707	65,0%
RMV por Invalidez (Urbano)	63	2,4%
RMV por Invalidez (Rural)	14	0,5%
BPC - Pessoa Idosa	843	32,1%
RMV por Idade (Urbano)	1	0,0%
Total	2.628	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.

9.2.1. BENEFICIÁRIOS DO BPC - PESSOA COM DEFICIÊNCIA (OU RMV POR INVALIDEZ)

Região 5 e Região 2 se destacam com a maior e menor taxa de beneficiários do BPC - Pessoa com Deficiência (ou RMV por invalidez) entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 50,7% e (-) 39,4%.

Regiões geográficas	População residente	Beneficiários	Indicador (por mil hab.)
Região 2	25.729	221	8,6
Região 4	8.286	78	9,4
Região 3	11.948	118	9,9
Região 9	3.720	37	9,9
Região 10	11.103	144	13,0
Região 12	4.889	66	13,8
Região 7	6.361	88	14,3
Região 8	17.064	244	14,3
Região 11	8.001	126	15,7
Região 14	1.140	20	17,5
Região 13	5.344	101	18,9
Região 6	7.254	143	19,7
Região 1	7.039	139	19,7
Região 5	8.406	180	21,4
Não informado	-	79	-
Município	126.284	1.784	14,1

Definição: Beneficiárias do BPC – Pessoa com Deficiência (ou RMV por invalidez) dividido pelo total da população residente, vezes 1000

Menor Valor	Região 2	8,6
Média	Barbacena	14,1
Maior Valor	Região 5	21,4

2,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010; Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.

Sexo

Masculino



1.004
56,3%

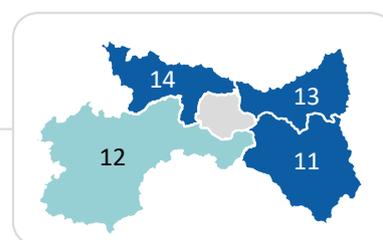
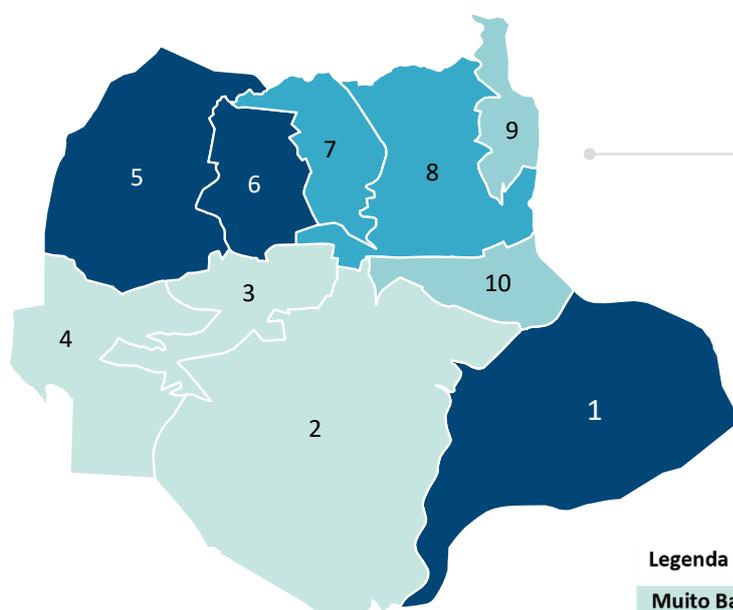
Feminino



780
43,7%

Faixa Etária

0 a 17 anos	360	20,2%	40 a 49 anos	223	12,5%
18 a 29 anos	325	18,2%	50 a 59 anos	301	16,9%
30 a 39 anos	194	10,9%	60 anos ou mais	381	21,3%



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

9.2.2. BENEFICIÁRIOS DO BPC - PESSOA IDOSA (OU RMV POR IDADE)

Região 1 e Região 2 se destacam com o maior e menor percentual de beneficiários do BPC – Pessoa Idosa (ou RMV por idade) entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 111,5% e (-) 43,6%.

Regiões geográficas	População de 65 anos ou mais	Beneficiários	Indicador (%)
Região 2	3.513	154	4,4%
Região 9	183	9	4,9%
Região 3	1.322	87	6,6%
Região 4	528	35	6,7%
Região 8	1.376	107	7,8%
Região 12	355	28	7,9%
Região 13	360	30	8,3%
Região 14	93	8	8,6%
Região 10	914	81	8,9%
Região 11	550	50	9,1%
Região 6	505	59	11,7%
Região 5	431	61	14,2%
Região 7	367	53	14,4%
Região 1	327	54	16,5%
Não informado	-	28	-
Município	10.824	844	7,8%

Definição: Beneficiários do BPC – Pessoa Idosa (ou RMV por idade) dividido pelo total da população de 65 anos ou mais, vezes 100

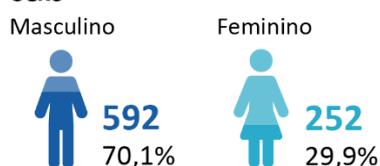
Menor Valor	Região 2	4,4%
Média	Barbacena	7,8%
Maior Valor	Região 1	16,5%

3,7 vezes

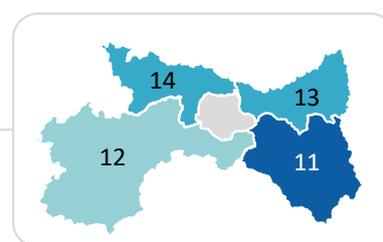
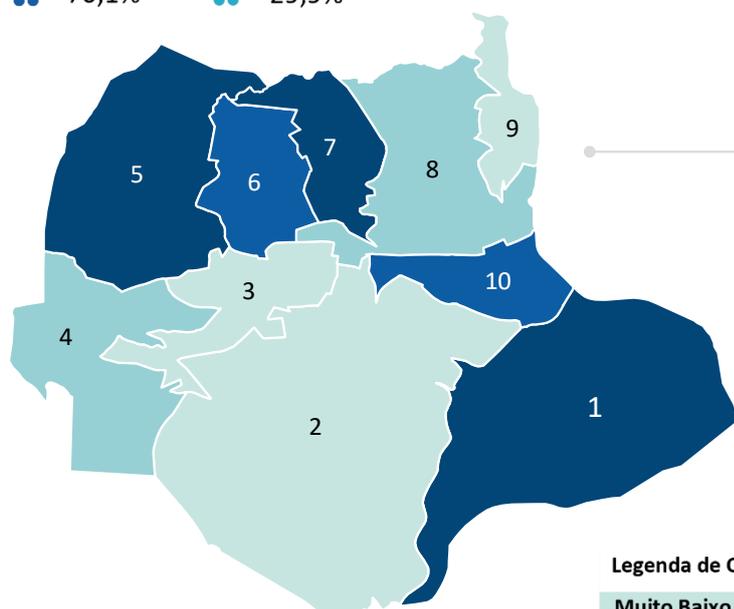
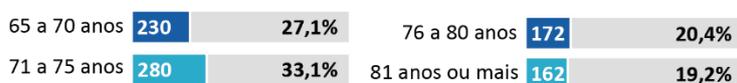
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010; Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.

Sexo



Faixa Etária



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

9.3. BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Os Benefícios Eventuais representam disposições da Política de Assistência Social voltadas para a proteção de indivíduos e famílias diante de situações de vulnerabilidade social de natureza eventual. Essas prestações estão devidamente estipuladas na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e são implementadas pelos municípios e pelo Distrito Federal.

Estes benefícios visam atender demandas emergenciais e transitórias que impactam negativamente a condição de vida de cidadãos e grupos familiares em situação de fragilidade social. Tais situações podem envolver eventos imprevisíveis como desastres naturais, calamidades públicas, situações de desabrigo temporário, entre outros eventos que gerem vulnerabilidade social temporária.

É relevante ressaltar que a concessão dos Benefícios Eventuais é pautada pela necessidade de assegurar a dignidade e a subsistência das pessoas em momentos críticos. Estes benefícios incluem auxílios como cestas básicas, kits de higiene, ajuda financeira temporária, entre outros recursos que são disponibilizados de forma pontual e emergencial.

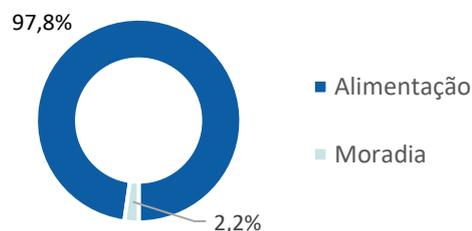
Cabe aos órgãos responsáveis pela Assistência Social a identificação, análise e concessão desses benefícios, garantindo uma resposta rápida e eficaz às demandas emergenciais da população em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, os Benefícios Eventuais desempenham um papel significativo no amparo social, proporcionando suporte imediato e minimizando os impactos adversos dessas circunstâncias na vida dos indivíduos e famílias mais vulneráveis.

Segundo os dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), o município de Barbacena ofertou, em 2022, os auxílios alimentação e moradia. Ao todo foram 892 beneficiários, sendo 872 de auxílio alimentação (97,8%) e 20 de auxílio moradia (2,2%). A seguir serão apresentados esses indicadores, por região geográfica.

Tabela 34: Benefício eventual oferecido

Benefício	Quant.	(%)
Auxílio alimentação	872	97,8%
Auxílio moradia	20	2,2%
Total	892	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.



9.3.1. PESSOAS BENEFICIÁRIAS DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Região 1 e Região 2 se destacam com a maior e menor taxa de pessoas beneficiárias de auxílio alimentação entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 371,0% e (-) 87,0%.

Regiões geográficas	População residente	Beneficiários	Indicador (por mil hab.)
Região 2	25.729	24	0,9
Região 3	11.948	12	1,0
Região 11	8.001	13	1,6
Região 14	1.140	2	1,8
Região 4	8.286	17	2,1
Região 7	6.361	28	4,4
Região 13	5.344	27	5,1
Região 9	3.720	23	6,2
Região 10	11.103	80	7,2
Região 8	17.064	130	7,6
Região 6	7.254	57	7,9
Região 12	4.889	39	8,0
Região 5	8.406	92	10,9
Região 1	7.039	229	32,5
Não informado	-	99	-
Município	126.284	872	6,9

Definição: Pessoas beneficiárias de auxílio alimentação dividido pelo total da população residente, vezes 1000

Menor Valor	Região 2	0,9
Média	Barbacena	6,9
Maior Valor	Região 1	32,5

36,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010; Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.

Sexo

Masculino



68

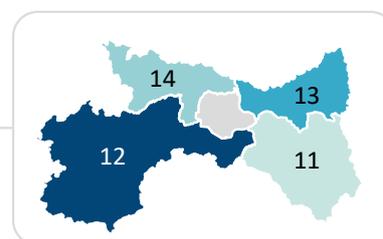
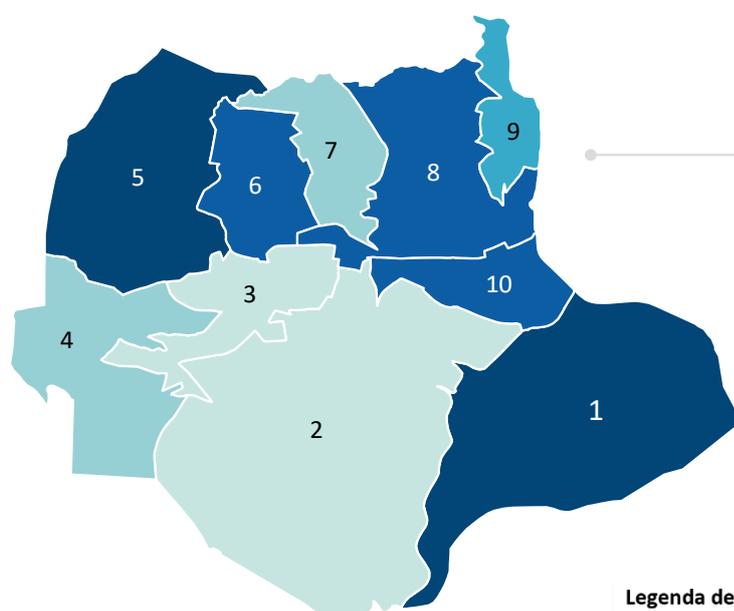
7,8%

Feminino



804

92,2%



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

9.3.2. PESSOAS BENEFICIÁRIAS DE AUXÍLIO MORADIA

Região 1 e Região 8 se destacam com a maior e menor taxa de pessoas beneficiárias de auxílio moradia entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 200,0% e (-) 50,0%.

Regiões geográficas	População residente	Beneficiários	Indicador (por mil hab.)
Região 4	8.286	-	-
Região 9	3.720	-	-
Região 12	4.889	-	-
Região 14	1.140	-	-
Região 8	17.064	1	0,1
Região 2	25.729	3	0,1
Região 11	8.001	1	0,1
Região 6	7.254	1	0,1
Região 7	6.361	1	0,2
Região 3	11.948	2	0,2
Região 10	11.103	2	0,2
Região 5	8.406	3	0,4
Região 13	5.344	2	0,4
Região 1	7.039	4	0,6
Município	126.284	20	0,2

Definição: Pessoas beneficiárias de auxílio moradia dividido pelo total da população residente, vezes 1000

Menor Valor	Região 8	0,1
Média	Barbacena	0,2
Maior Valor	Região 1	0,6

6,0 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010; Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.

Sexo

Masculino

Feminino



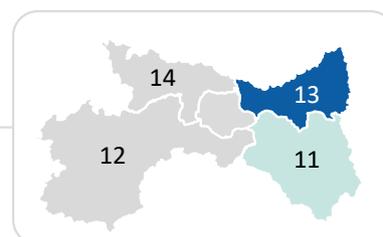
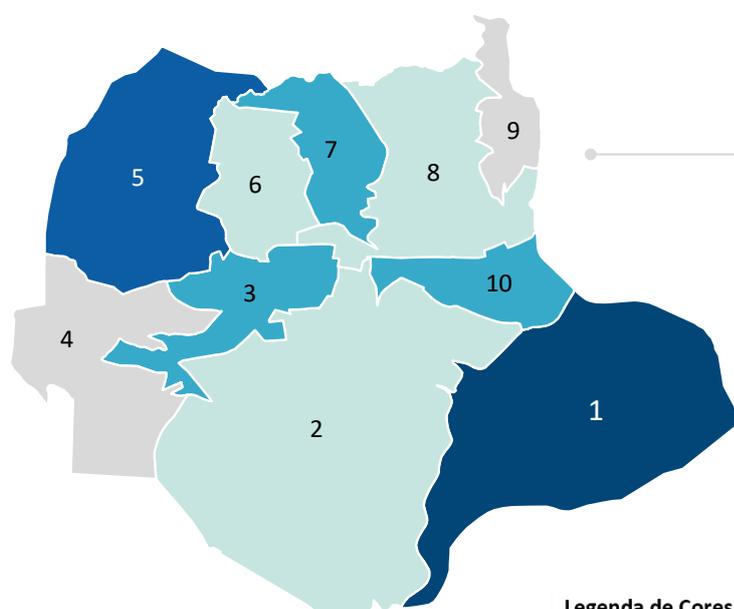
5

25,0%



15

75,0%



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

9.4. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS FAMÍLIAS

Dentro da Política de Assistência Social, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) desempenha um papel fundamental na proteção social básica. Ele envolve um trabalho social contínuo com famílias, visando fortalecer sua função protetiva, prevenir a ruptura dos vínculos familiares, promover o acesso aos direitos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

O PAIF é oferecido e executado pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)⁹, que são unidades responsáveis pela articulação de ações e serviços socioassistenciais no território. Esses centros têm como público-alvo a população que se encontra em situações de vulnerabilidade social, vivendo em condições de pobreza, privação ou precariedade de renda, além daqueles sujeitos à fragilização de seus vínculos relacionais ou de pertencimento social.

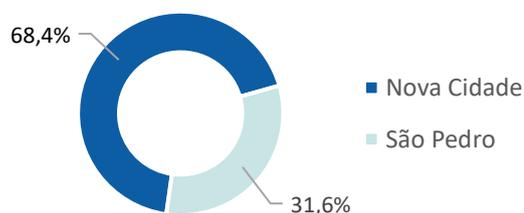
Além do apoio às famílias, o PAIF busca promover ações de caráter preventivo, orientando e capacitando os indivíduos e grupos familiares para que possam exercer seus direitos de forma plena. Entre as atividades desenvolvidas pelos CRAS, destacam-se o acolhimento, o acompanhamento psicossocial, o desenvolvimento de habilidades e potencialidades, a oferta de oficinas e palestras educativas, a promoção de acesso a benefícios sociais e a articulação com outros serviços da rede socioassistencial.

É importante ressaltar que o PAIF é uma estratégia essencial no enfrentamento das desigualdades sociais e na promoção da inclusão social. Ao fortalecer as famílias, contribui-se para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todos tenham oportunidades de desenvolvimento e bem-estar.

No ano de 2022, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias do município de Barbacena acompanhou ao todo 430 famílias, sendo 294 (68,4%) acompanhadas pelo CRAS Nova Cidade e 136 (31,6%) pelo CRAS São Pedro. A seguir será apresentado o indicador por região geográfica, bem como algumas informações sobre o perfil das famílias acompanhadas.

Tabela 35: Famílias acompanhadas pelo PAIF, por CRAS

CRAS	Quant.	(%)
CRAS Nova Cidade	294	68,4%
CRAS São Pedro	136	31,6%
Total	430	100,0%



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.

⁹ Unidades públicas territoriais estrategicamente alocadas em região de vulnerabilidade social, responsável por organizar e coordenar a rede de serviços socioassistenciais – por meio da oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), do Serviço de Convivência Familiar e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), da inserção das famílias no cadastro dos programas de transferência da renda, e do acolhimento, orientação e encaminhamento da população para as demais políticas públicas sociais.

9.4.1. FAMÍLIAS ACOMPANHADAS PELO PAIF

Região 1 e Região 2 se destacam com a maior e menor taxa de famílias acompanhadas pelo PAIF entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 384,4% e (-) 71,6%.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Família no PAIF	Indicador (por mil dom.)
Região 2	8.759	27	3,1
Região 3	3.832	15	3,9
Região 4	2.533	11	4,3
Região 11	2.314	11	4,8
Região 7	1.843	11	6,0
Região 14	330	2	6,1
Região 8	5.486	50	9,1
Região 13	1.535	14	9,1
Região 9	1.148	11	9,6
Região 12	1.432	20	14,0
Região 6	2.255	34	15,1
Região 10	3.612	60	16,6
Região 5	2.364	52	22,0
Região 1	2.123	112	52,8
Município	39.566	430	10,9

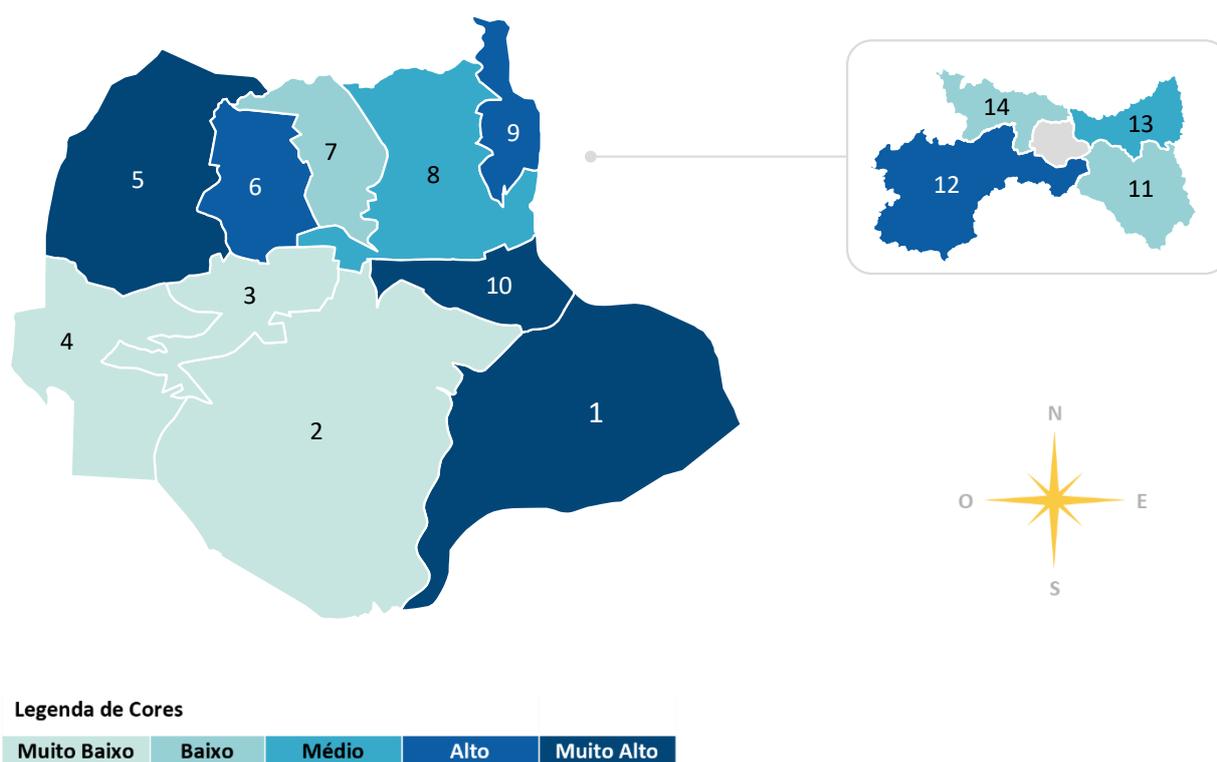
Definição: Famílias acompanhadas pelo PAIF dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 1000

Menor Valor	Região 2	3,1
Média	Barbacena	10,9
Maior Valor	Região 1	52,8

17,0 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010; Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.



Com relação à estrutura das famílias acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias, 53,3% possuem crianças ou adolescentes, 13,7% possuem pessoas idosas (de 60 anos ou mais) e 10,0% possuem pessoas com algum tipo de deficiência.

Tabela 36: Estrutura das famílias acompanhadas pelo PAIF

CRAS	Quant.	(%)	
Famílias com crianças e adolescentes	229	53,3%	
Famílias com pessoas idosas	59	13,7%	
Famílias com pessoas com deficiência	43	10,0%	
Total	430	-	

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.

Nota (*): A mesma família pode se enquadrar em mais de uma categoria, bem como não se enquadrar em nenhuma delas.

Quanto ao perfil das famílias acompanhadas, 22,3% são beneficiárias do Programa Bolsa Família, 18,6% estão em situação de extrema pobreza e 9,5% possuem algum membro familiar beneficiário do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Não foram registradas famílias com adolescentes em cumprimento ou egressos de Medidas Socioeducativas (MSE), nem famílias com crianças e adolescentes em situação de rua ou em situação de trabalho infantil.

Tabela 37: Perfil das famílias acompanhadas pelo PAIF

Perfil	Quant.	(%)	
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF)	96	22,3%	
Famílias em situação de extrema pobreza	80	18,6%	
Famílias com membros beneficiários do BPC	41	9,5%	
Famílias com pessoas dependentes de substância ilícitas	17	4,0%	
Família com vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência	15	3,5%	
Família com vivência de violência e/ou negligência	13	3,0%	
Famílias com criança e adolescente fora da escola	7	1,6%	
Família com pessoas em cumprimento de pena privativa de liberdade	3	0,7%	
Famílias com crianças e adolescentes em Serviço de Acolhimento	3	0,7%	
Famílias beneficiárias do PBF, em descumprimento de condicionalidades	2	0,5%	
Famílias em situação de isolamento	2	0,5%	
Família com adolescentes em cumprimento de MSE em meio aberto	-	-	
Famílias com adolescentes egressos de medidas socioeducativas	-	-	
Famílias com crianças e adolescentes em situação de rua	-	-	
Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	-	-	
Total	430	*	

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.

Nota (*): A mesma família pode se enquadrar em mais de uma categoria, bem como não se enquadrar em nenhuma delas.

9.5. SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é uma complementação ao trabalho social realizado com as famílias acompanhadas pelo PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) e PAEFI (Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos), oferecendo uma variedade de atividades artísticas, lúdicas, culturais, esportivas e outras, de acordo com a faixa etária dos participantes.

O SCFV tem como diretriz fundamental o princípio estabelecido pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que preconiza que 50% do público atendido pelo serviço seja composto por pessoas em situação prioritária. Essa situação prioritária é definida como: isolamento social, trabalho infantil, vivência de violência e/ou negligência, estar fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos, situação de acolhimento (cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, egressos de medidas socioeducativas), situação de abuso e/ou exploração sexual, com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), crianças e adolescentes em situação de rua, e vulnerabilidade relacionada a pessoas com deficiência.

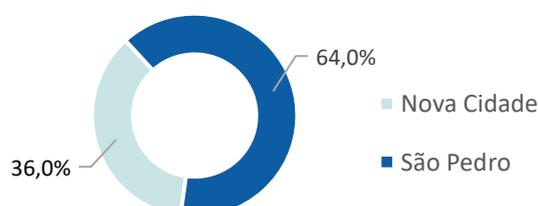
O serviço pode ser prestado por unidades públicas ou privadas, podendo ser conveniadas ou não. O monitoramento e acompanhamento dessas unidades são realizados por meio do Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC). Esse sistema permite o registro e controle das informações relacionadas às atividades desenvolvidas, ao público atendido e aos resultados alcançados.

O SCFV desempenha um papel importante na promoção do desenvolvimento integral e na prevenção de situações de vulnerabilidade social. Por meio das atividades oferecidas, busca-se fortalecer os vínculos familiares e comunitários, estimular o protagonismo, a socialização, a autonomia e o desenvolvimento de habilidades e potencialidades dos participantes. Além disso, o serviço contribui para a ampliação do acesso aos direitos sociais, culturais e esportivos, promovendo a inclusão social e o exercício da cidadania.

No ano de 2022, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do município de Barbacena acompanhou ao todo 453 pessoas, sendo 163 (36,0%) acompanhadas pelo CRAS Nova Cidade e 290 (64,0%) pelo CRAS São Pedro. A seguir será apresentado o indicador por região geográfica, bem como algumas informações sobre o perfil das pessoas acompanhadas.

Tabela 38: Pessoas acompanhadas pelo SCFV, por CRAS

CRAS	Quant.	(%)
CRAS Nova Cidade	163	36,0%
CRAS São Pedro	290	64,0%
Total	453	100,0%



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.

9.5.1. PESSOAS ACOMPANHADAS PELO SCFV

Região 1 e Região 13 se destacam com a maior e menor taxa de pessoas acompanhadas pelo SCFV entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 441,7% e (-) 94,4%.

Regiões geográficas	População residente	Pessoas no SCFV	Indicador (por mil hab.)
Região 14	1.140	-	-
Região 13	5.344	1	0,2
Região 12	4.889	1	0,2
Região 5	8.406	2	0,2
Região 4	8.286	2	0,2
Região 11	8.001	3	0,4
Região 2	25.729	12	0,5
Região 3	11.948	12	1,0
Região 6	7.254	11	1,5
Região 7	6.361	11	1,7
Região 10	11.103	39	3,5
Região 9	3.720	22	5,9
Região 8	17.064	200	11,7
Região 1	7.039	137	19,5
Município	126.284	453	3,6

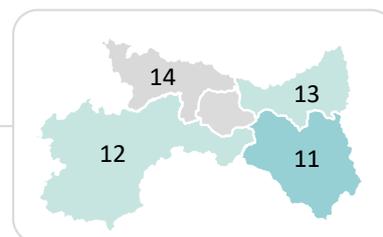
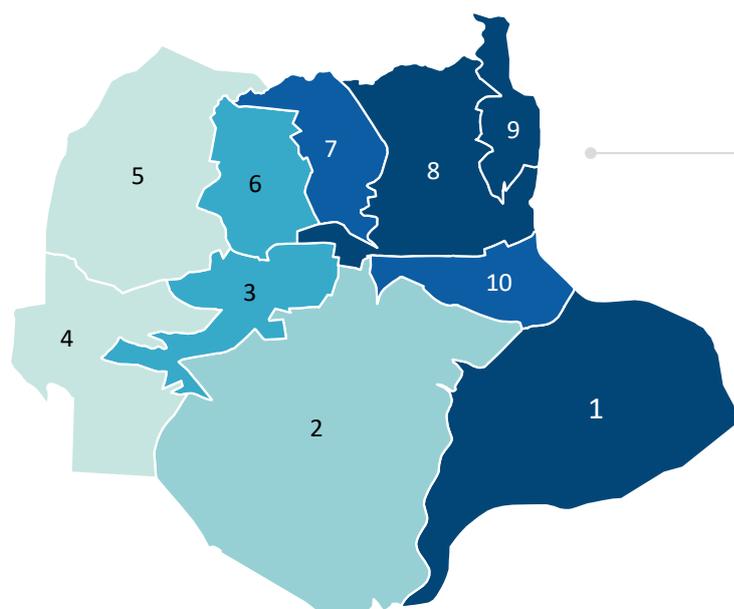
Definição: Pessoas acompanhadas pelo SCFV dividido pelo total da população residente, vezes 1000

Menor Valor	Região 13	0,2
Média	Barbacena	3,6
Maior Valor	Região 1	19,5

97,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010; Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.

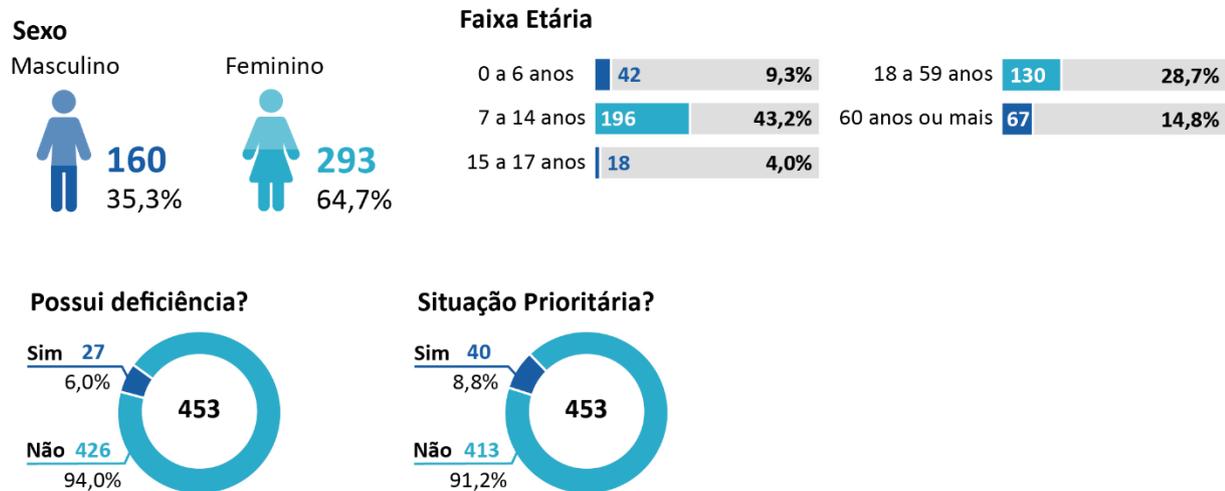


Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

No perfil das pessoas acompanhadas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos destacam-se o sexo feminino (64,7%) e a faixa etária de 7 a 14 anos (43,2%). Apenas 6,0% dos acompanhados possuem algum tipo de deficiência e apenas 8,8% são acompanhados em situação prioritária. Os tipos de situação prioritária não foram informados.

Figura 27: Perfil das pessoas acompanhadas pelo SCFV



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.

9.6. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO ÀS FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI)

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) é uma parte importante da proteção social de média complexidade, oferecido para pessoas e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade, ameaça ou violação de direitos. Diferente do PAIF, o PAEFI atende casos que demandam um nível maior de atenção e intervenção.

O PAEFI, que é realizado pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), oferece serviços de orientação e acompanhamento, com o objetivo principal de preservar e fortalecer os vínculos familiares. Devido à complexidade das situações enfrentadas pelos indivíduos e famílias atendidas, esse serviço requer um acompanhamento sistemático e uma estrutura técnico-operacional especializada, que pode incluir a atenção individualizada quando necessário.

Os profissionais que atuam no PAEFI possuem expertise em lidar com casos que envolvem violações de direitos, situações de violência, abuso, negligência, abandono, entre outras problemáticas. Eles fornecem suporte, orientação e acompanhamento tanto para os indivíduos como para as famílias, visando restabelecer a proteção e promover o bem-estar dos envolvidos.

O trabalho desenvolvido pelo PAEFI envolve a articulação com outros serviços e órgãos do sistema de garantia de direitos, como a rede de proteção social, a saúde, a educação, a segurança pública, entre outros. Isso permite uma abordagem integrada e uma atuação conjunta para enfrentar as questões complexas enfrentadas pelas famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade.

É importante ressaltar que o PAEFI desempenha um papel fundamental na garantia dos direitos e na promoção da proteção social. Ele busca intervir de forma efetiva nas situações de risco, visando não apenas mitigar os problemas existentes, mas também promover a autonomia, a dignidade e a qualidade de vida das pessoas atendidas.

No ano de 2022, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos do município de Barbacena acompanhou ao todo 729 pessoas, uma taxa de 5,8 pessoas a cada mil habitantes. A seguir será apresentado o indicador por região geográfica, bem como algumas informações sobre o perfil das pessoas acompanhadas.

Figura 28: Pessoas acompanhadas pelo PAEFI



Fontes: IBGE, 2010; Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.

9.6.1. PESSOAS ACOMPANHADAS PELO PAEFI

Região 5 e Região 11 se destacam com a maior e menor taxa de pessoas acompanhadas pelo PAEFI entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 25,9% e (-) 72,4%.

Regiões geográficas	População residente	Pessoas no PAEFI	Indicador (por mil hab.)
Região 14	1.140	-	-
Região 11	8.001	13	1,6
Região 9	3.720	8	2,2
Região 12	4.889	12	2,5
Região 13	5.344	20	3,7
Região 2	25.729	101	3,9
Região 10	11.103	44	4,0
Região 3	11.948	57	4,8
Região 4	8.286	40	4,8
Região 8	17.064	93	5,5
Região 6	7.254	50	6,9
Região 7	6.361	44	6,9
Região 1	7.039	51	7,2
Região 5	8.406	61	7,3
Não informado	-	135	-
Município	126.284	729	5,8

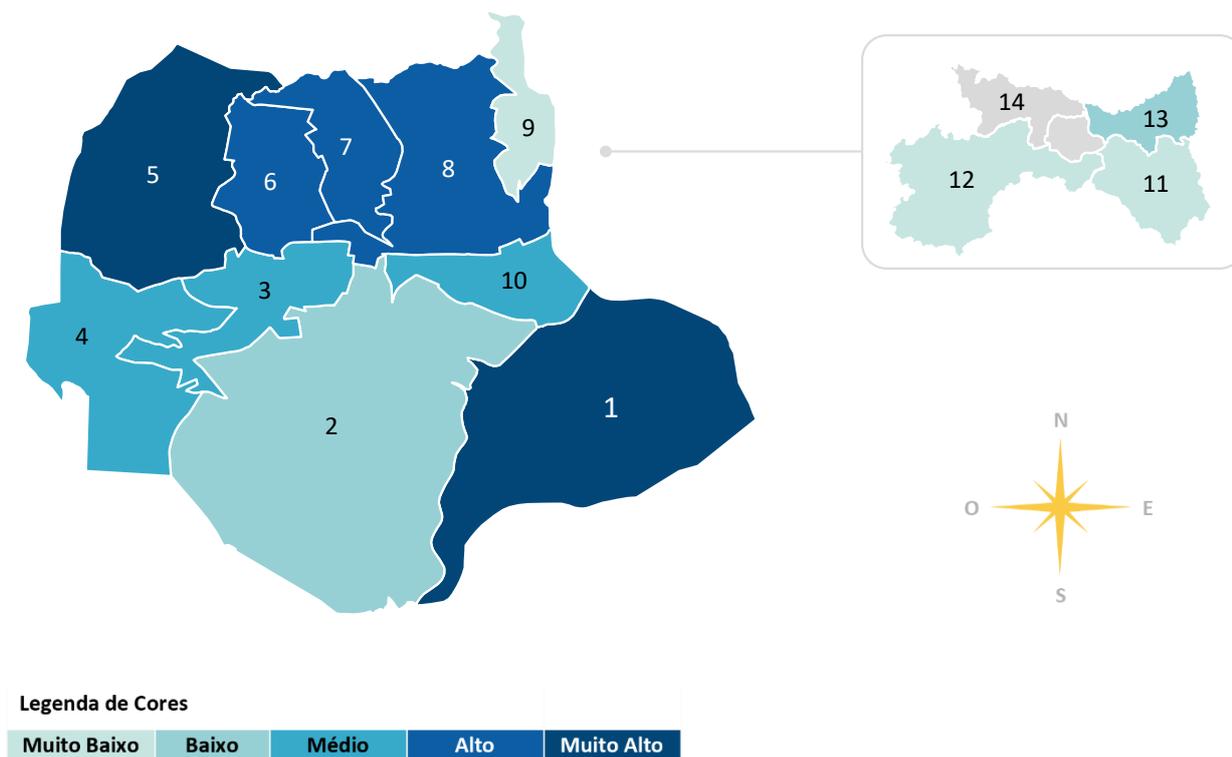
Definição: Pessoas acompanhadas pelo PAEFI dividido pelo total da população residente, vezes 1000

Menor Valor	Região 11	1,6
Média	Barbacena	5,8
Maior Valor	Região 5	7,3

4,6 vezes

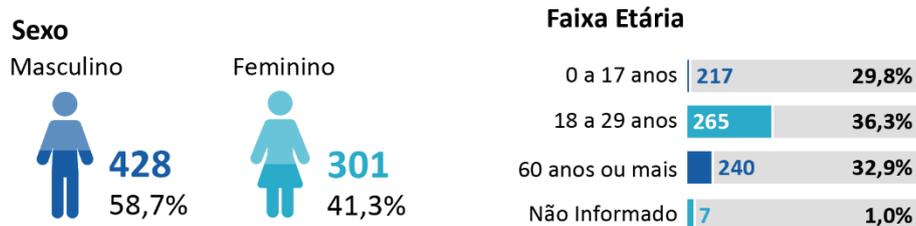
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010; Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.

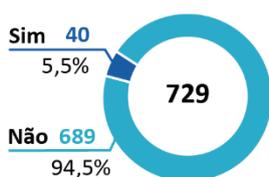


No perfil das pessoas acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos destacam-se o sexo masculino (58,7%) e a faixa etária de 18 a 59 anos (36,3%). Apenas 5,5% dos acompanhados possuem algum tipo de deficiência.

Figura 29: Perfil das pessoas acompanhadas pelo PAEFI



Possui deficiência?



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.

Com relação ao motivo do acompanhamento destaca-se os casos de negligência ou abandono (43,9%), seguidos das situações de violência física (14,3%), pessoa em situação de rua (11,5%) e violência psicológica (10,7%).

Tabela 39: Motivo do acompanhamento pelo PAEFI

Motivo	Quant.	(%)
Negligência ou abandono	320	43,9%
Violência física	104	14,3%
Situação de rua	84	11,5%
Violência psicológica	78	10,7%
Violência sexual	70	9,6%
Uso de drogas	52	7,1%
Violência patrimonial	46	6,3%
Vulnerabilidade socioeconômica	41	5,6%
Outros	11	1,5%
Ambiente familiar impróprio/violento	9	1,2%
Maus tratos	4	0,5%
Trabalho infantil	3	0,4%
Cumprimento de Medida Socioeducativa	2	0,3%
Discriminação por orientação sexual	2	0,3%
Exploração sexual comercial	1	0,1%
Uso abusivo de álcool	1	0,1%
Violência não especificada	1	0,1%
Total	729	*

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.

Nota (*): A mesma pessoa pode ser acompanhada por mais de um motivo.

9.7. CONSELHO TUTELAR

O Conselho Tutelar desempenha um papel essencial na tutela e proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Este órgão, estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), atua como um agente diligente, intervindo em casos nos quais os direitos desses indivíduos possam encontrar-se sob ameaça ou violação.

Composto por membros eleitos pela comunidade, o Conselho Tutelar opera de maneira autônoma e independente, servindo como fiscalizador das políticas públicas destinadas à infância e adolescência. Sua competência abrange não apenas a esfera jurídica, mas também aspectos sociais, educacionais e de saúde.

Dentre as incumbências do Conselho Tutelar, destaca-se o atendimento e aconselhamento a crianças, adolescentes e suas famílias, visando encontrar soluções para situações de vulnerabilidade e risco. Adicionalmente, o órgão possui a prerrogativa de aplicar medidas protetivas, como encaminhar casos ao Ministério Público, requisitar serviços públicos e, em casos mais extremos, solicitar o acolhimento institucional.

A proximidade do Conselho Tutelar com a comunidade é um elemento crucial para o êxito de sua atuação. Tal proximidade propicia uma compreensão mais aprofundada das realidades locais, facilitando a identificação de problemáticas e a implementação de ações preventivas. A interação entre o Conselho Tutelar e outros setores da sociedade, como instituições educacionais, unidades de saúde e organizações não governamentais, fortalece ainda mais a eficácia do trabalho em prol dos direitos infantojuvenis.

Apesar da importância do Conselho Tutelar, é imperativo salientar os desafios enfrentados por este órgão, tais como a escassez de recursos e a sobrecarga de demandas. A conscientização da sociedade acerca da relevância da atuação do Conselho Tutelar e o respaldo efetivo por parte das instâncias governamentais são fundamentais para assegurar sua efetividade e eficiência.

Estima-se que o Conselho Tutelar de Barbacena atendeu 3.265 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, um percentual de 10,2% da população residente nesta faixa etária. Dentre os atendidos destacam-se os adolescentes de 12 a 17 anos (59,1%). A seguir será apresentado o indicador por região geográfica. Infelizmente não foram disponibilizadas mais informações do perfil dos atendidos ou os motivos, e a periodicidade dos atendimentos.

Tabela 40: Faixa etária das crianças e adolescentes

Faixa etária	Quant.	(%)
De 0 a 5 anos	238	7,3%
De 6 a 11 anos	906	27,7%
De 12 a 17 anos	1.928	59,1%
Não informado	193	5,9%
Total	3.265	100,0%

Fonte: Conselho Tutelar de Barbacena.

9.7.1. CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS PELO CONSELHO TUTELAR¹⁰

Região 14 e Região 12 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes atendidas pelo Conselho Tutelar entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 224,5% e (-) 75,5%.

Regiões geográficas	População de 0 a 17 anos	Atendidas pelo Conselho Tutelar	Indicador (%)
Região 12	1.099	28	2,5%
Região 11	2.220	77	3,5%
Região 9	1.150	66	5,7%
Região 13	1.697	99	5,8%
Região 2	4.822	394	8,2%
Região 4	2.286	188	8,2%
Região 10	2.691	286	10,6%
Região 8	4.179	452	10,8%
Região 3	2.714	295	10,9%
Região 7	1.865	205	11,0%
Região 5	2.742	360	13,1%
Região 1	2.262	345	15,3%
Região 6	1.835	315	17,2%
Região 14	329	109	33,1%
Não informado	-	46	-
Município	31.891	3.265	10,2%

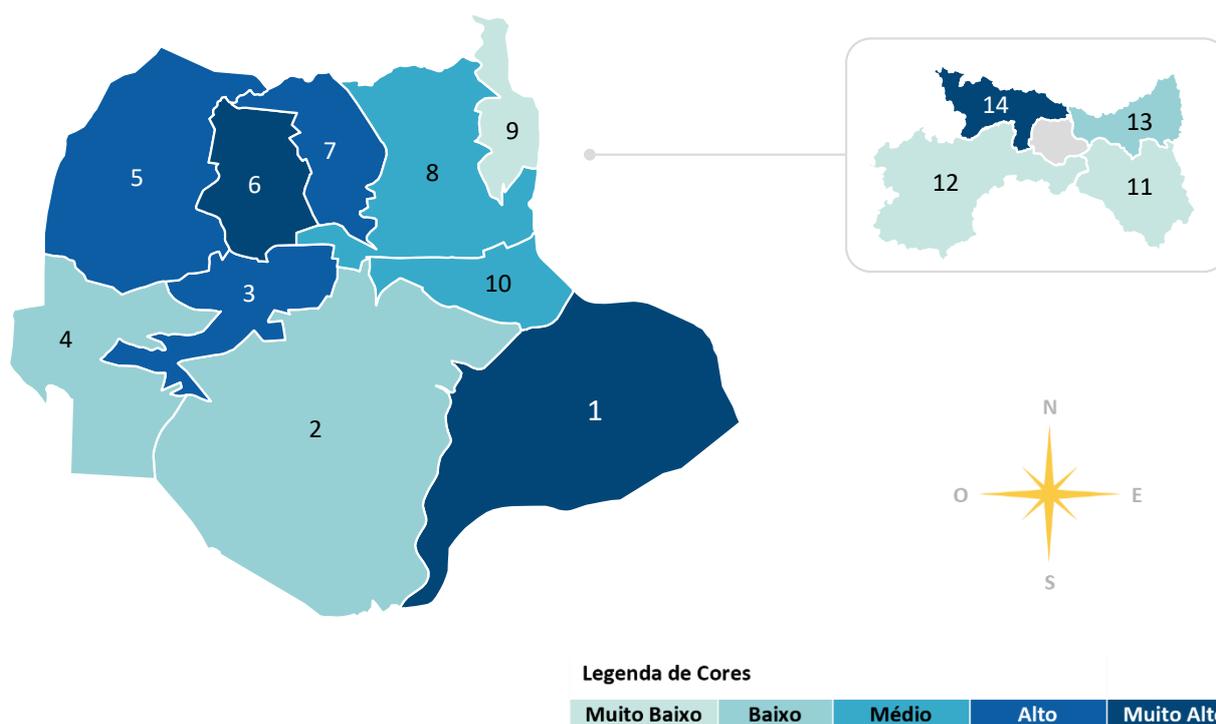
Definição: Crianças e adolescentes atendidas pelo Conselho Tutelar dividido pelo total da população de 0 a 17 anos, vezes 100

Menor Valor	Região 12	2,5%
Média	Barbacena	10,2%
Maior Valor	Região 14	33,1%

13,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010; Conselho Tutelar de Barbacena.

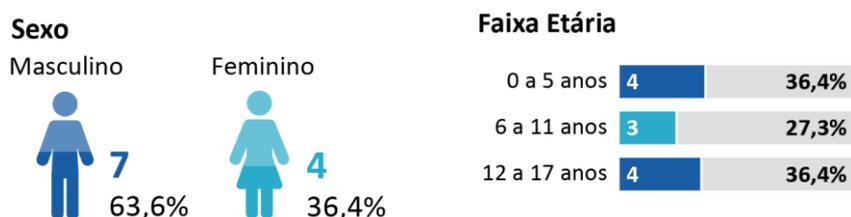


¹⁰ Infelizmente não foi possível identificar o período de atendimento referente aos dados coletados. Ainda assim, o indicador é relevante ao evidenciar de quais Regiões o Conselho Tutelar recebe maior demanda percentual.

9.8. CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

No ano de 2022, o município de Barbacena contava com 11 crianças ou adolescentes em acolhimento institucional, todos na Casa de Acolhimento Institucional de Barbacena. No perfil das crianças e adolescentes em acolhimento institucional destaca-se o sexo masculino (63,6%) e existe uma distribuição homogênea entre as faixas etárias.

Figura 30: Perfil das crianças e adolescentes em acolhimento institucional



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.

Quanto ao motivo de acolhimento das crianças e adolescentes, destacam-se os casos de negligência ou abandono e uso de substâncias psicoativas por parte dos pais ou responsáveis. Outra característica recorrente entre os pais ou responsáveis por essas crianças são o envolvimento em ocorrências criminosas e a violência intrafamiliar.

Tabela 41: Motivo de acolhimento

Motivo	Quant.	(%)
Negligência ou abandono	5	45,5%
Uso de álcool e/ou outras drogas dos pais ou responsáveis	3	27,3%
Outro	3	27,3%
Total	11	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.

Tabela 42: Perfil dos pais ou responsáveis

Perfil	Quant.	(%)
Envolvimento em ocorrências criminosas	8	72,7%
Dependência de substâncias lícitas	4	36,4%
Dependência de substâncias ilícitas	4	36,4%
Violência intrafamiliar	4	36,4%
Cumprimento de pena privativa de liberdade	4	36,4%
Transtorno psíquico	3	27,3%
Total	11	*

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.

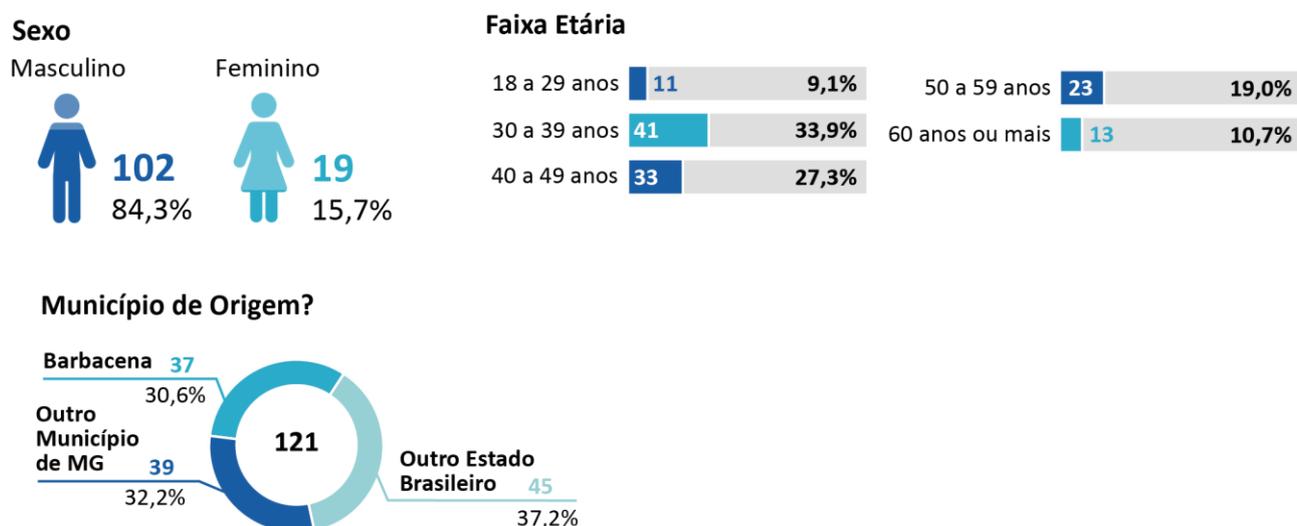
Nota (*): O mesmo pai ou responsável pode se enquadrar em mais de uma categoria, bem como não se enquadrar em nenhuma delas.

9.9. NÚCLEO DE APOIO AO CIDADÃO DE RUA

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) do município de Barbacena oferece diversos serviços de apoio e acolhimento institucional de pessoas em situação de rua através do Núcleo de Apoio ao Cidadão de Rua, que tem por objetivo oferecer um atendimento integral que garanta condições de estadia, convívio, endereço de referência, alimentação e higienização. O equipamento busca acolher de forma humanizada e com privacidade pessoas em situação de rua, desabrigo por abandono, migração, ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.

Durante o ano de 2022, a instituição acolheu 121 pessoas em situação de rua. No perfil das pessoas acolhidas destacam-se o sexo masculino (84,3%) e a faixa etária de 30 a 39 anos (33,9%). Apenas 30,6% das pessoas em situação de rua acolhidas são naturais de Barbacena, sendo 32,2% vindas de outros municípios de Minas Gerais e 37,2% vindas de outros estados brasileiros.

Figura 31: Perfil das pessoas acolhidas pelo Núcleo de Apoio ao Cidadão de Rua



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.

9.10. ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA (IGD)

O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Programa Bolsa Família e Cadastro Único é um indicador que mede os resultados obtidos pela gestão municipal ou estadual nas atividades relacionadas ao Bolsa Família e Cadastro Único obtidos em um mês.

Cada vez que se desenvolvem ações integradas ao Programa e ao Cadastro, os Municípios alcançam um IGD mais elevado. Ele também associa a gestão por resultados aos recursos financeiros a serem transferidos para estados e municípios, que devem ser utilizados para melhoria da gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único. A finalidade dessa regra é melhorar a qualidade dos serviços prestados às famílias beneficiárias.

Com base nesse índice, que varia de 0 a 1, são calculados os repasses financeiros que o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome realiza aos municípios para ajudar na gestão do Cadastro Único e do Bolsa Família.

O cálculo do IGD é composto por 4 fatores:

- Taxa de atualização cadastral e de acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação;
- Adesão ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
- Prestação de contas pelos Fundos de Assistência Social; e
- Parecer dos Conselhos de Assistência Social das contas do uso dos recursos.

O índice pode melhorar com a atualização dos dados do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SigPBF) e com o acompanhamento das famílias em fase de suspensão na repercussão de condicionalidades.

Somente estados e municípios que assinarem o Termo de Adesão ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único se tornarão elegíveis ao recebimento de recursos financeiros para apoio à gestão descentralizada.

O repasse desses recursos é realizado pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS). Se o IGD-M do município alcançasse o máximo, ou seja, fosse igual a 1, o município receberia R\$ 49.624,00 mensalmente

O último repasse realizado para o município de **Barbacena/MG** foi de **R\$ 11.587,64**, com base no índice de **0,73** do IGD-M referente ao mês de dezembro de 2022.

Fator	Barbacena	Brasil
Acompanhamento da atualização cadastral	78,8%	80,5%
Acompanhamento das condicionalidades da Educação	68,2%	67,0%
Acompanhamento das condicionalidades de Saúde	64,7%	73,0%
Fator de operação	72,6%	75,1%

Fonte: aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3

Os valores financeiros calculados com base no IGD-M e repassados ao Município em 2023 somam o montante de **R\$ 123.348,65**. Destaca-se que com a soma do superávit de 2021, o exercício de 2022, BL (GBF FNAS) fechou com um total de **R\$ 627.908,57**.

Índice de Gestão Descentralizada SUAS

Execução Financeira	ID CRAS Médio	Fator de operação
1,00	0,67	0,84

Fonte: aplicacoes.mds.gov.br/suasweb/restrito

Os valores financeiros calculados com base no IGDSUAS repassados ao município em 2022 somam montante de R\$ 8.960,76. Destaca-se que com a soma do superávit de 2021, o exercício de 2022, BL (GBF FNAS) fechou com um total de R\$ 191.574,11.

Com relação aos valores de investimento público municipal, estadual e federal na Política de Assistência Social, da receita total do Município, 68,3% são recursos próprios (municipais), 3,3% do Fundação Estatal de Atenção à Saúde (FEAS) e 28,4% do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

Resumo executivo	Quant.	(%)
Recursos próprios a serem alocados no fundo (anual)	R\$ 5.485.821,41	68,3%
Recursos a serem transferidos do FEAS (anual)	R\$ 264.607,20	3,3%
Valor total previsto a ser repassado pelo FNAS (anual)	R\$ 2.284.620,44	28,4%
Total de recursos do fundo municipal para o exercício	R\$ 8.035.049,05	100,0%

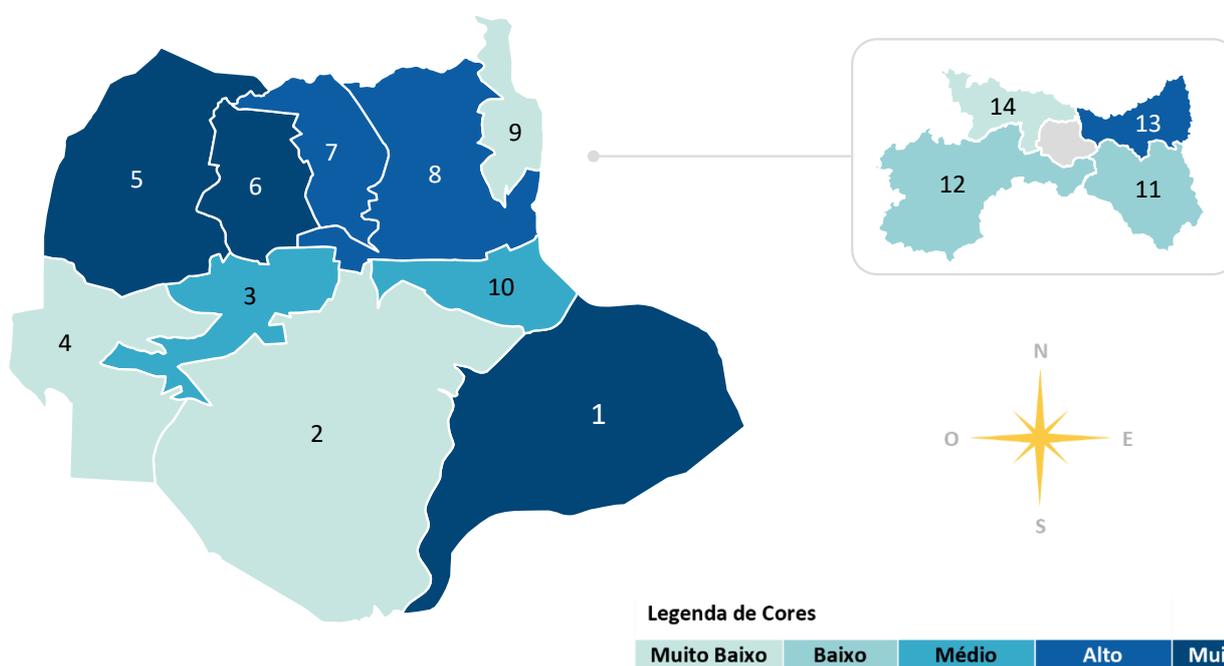
Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.

9.11. MAPA SOCIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Dos 23 indicadores da Política de Assistência Social apresentados, as Regiões 1, 5 e 6 mostram com a maior contagem de indicadores acima da média geral, portanto, essas regiões são as prioritárias de atenção da gestão da Assistência Social. Na segunda posição de prioridade estão as regiões 7, 8 e 13 com 11 e 12 indicadores acima da média geral de Barbacena.

Mapa Social dos Indicadores da Política de Assistência Social – 23 Indicadores – PARTE 1/2														
Classificação Quintil	Média Geral	8,1%	43,9%	39,4%	6,9%	14,6%	20,5%	18,6%	45,8%	51,9%	17,5%	8,6%	2,41	31,8%
	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>
REGIÕES GEOGRÁFICAS	Famílias inscritas no CadÚnico com cadastro desatualizado	Famílias inscritas no CadÚnico com cadastro atualizado	Famílias inscritas no CadÚnico com renda per capita de até 1/8 de SM	Famílias inscritas no CadÚnico com renda per capita de 1/8 a 1/4 de SM	Famílias inscritas no CadÚnico com renda per capita de 1/4 a 1/2 SM	Famílias inscritas no CadÚnico com renda per capita de 1/2 a 1 SM	Famílias inscritas no CadÚnico com renda per capita de mais de 1 SM	Famílias inscritas no CadÚnico que recebem PBF	Famílias monoparentais femininas inscritas no CadÚnico	Famílias monoparentais masculinas inscritas no CadÚnico	Famílias extensas inscritas no CadÚnico	Pessoas por família inscritas no CadÚnico	Crianças e adolescentes inscritas no CadÚnico	
9	5,9%	31,4%	35,3%	6,9%	15,3%	23,6%	18,9%	44,2%	51,7%	15,6%	7,8%	2,49	31,8%	
2	7,6%	21,7%	37,5%	5,5%	12,3%	19,8%	24,9%	39,1%	51,6%	26,6%	9,4%	2,00	24,2%	
14	3,6%	17,6%	50,0%	3,4%	13,8%	17,2%	15,5%	55,2%	36,2%	17,2%	6,9%	2,66	31,2%	
4	5,1%	28,5%	36,8%	7,8%	13,7%	22,9%	18,8%	44,6%	58,7%	14,7%	9,3%	2,36	33,1%	
12	7,3%	37,3%	46,6%	6,7%	14,8%	16,3%	15,5%	55,4%	41,9%	17,4%	6,4%	2,50	31,9%	
11	8,2%	45,2%	46,0%	9,3%	14,5%	16,9%	13,3%	55,3%	41,3%	8,7%	6,7%	2,72	32,4%	
10	6,6%	41,7%	37,9%	6,0%	14,0%	19,9%	22,3%	43,0%	53,5%	18,5%	8,8%	2,25	29,3%	
3	6,7%	38,9%	40,0%	7,0%	13,9%	19,7%	19,4%	46,0%	54,7%	21,4%	10,1%	2,24	30,0%	
13	11,7%	56,5%	43,9%	8,1%	18,0%	16,6%	13,4%	53,6%	37,6%	17,1%	7,2%	2,66	32,6%	
7	9,0%	61,8%	40,7%	6,3%	15,3%	22,1%	15,5%	47,1%	51,8%	14,7%	8,2%	2,50	34,2%	
8	9,1%	52,0%	34,1%	5,9%	14,8%	23,1%	22,1%	39,4%	53,4%	16,3%	9,6%	2,38	29,6%	
6	9,1%	60,8%	39,5%	7,8%	16,3%	20,4%	16,0%	47,9%	59,9%	14,2%	8,8%	2,50	34,6%	
5	9,5%	71,6%	36,9%	8,0%	15,5%	21,5%	18,1%	44,6%	51,2%	17,9%	8,9%	2,55	34,7%	
1	13,0%	84,2%	45,6%	6,7%	13,7%	20,7%	13,4%	52,2%	54,6%	17,0%	7,1%	2,54	37,1%	

Mapa Social dos Indicadores da Política de Assistência Social – 23 Indicadores – PARTE 2/2													
Classificação Quintil	Média Geral	11,9%	6,1%	14,1	7,8%	6,9	0,2	10,9	3,6	5,8	10,2%	CLASSIFICAÇÃO TOTAL	
		>	>	>	>	>	>	>	>	>	>		
REGIÕES GEOGRÁFICAS	Pessoas idosas inscritas no CadÚnico	Pessoas com deficiência ou condição inscritas no CadÚnico	Beneficiários do BPC - Pessoa com Deficiência (ou RMV por invalidez)	Beneficiários do BPC - Pessoa Idosa (ou RMV por idade)	Pessoas beneficiárias de auxílio alimentação	Pessoas beneficiárias de auxílio moradia	Famílias acompanhadas pelo PAIF	Pessoas acompanhadas pelo SCFV	Pessoas acompanhadas pelo PAEFI	Crianças e adolescentes atendidas pelo Conselho Tutelar	Contagem de Indicadores por região	Participação Percentual por região	
	9	9,5%	5,5%	9,9	4,9%	6,2	0,0	9,6	5,9	2,2	5,7%	5	21,7%
	2	18,8%	9,1%	8,6	4,4%	0,9	0,1	3,1	0,5	3,9	8,2%	5	21,7%
	14	13,6%	8,4%	17,5	8,6%	1,8	0,0	6,1	0,0	0,0	33,1%	8	34,8%
	4	12,4%	7,1%	9,4	6,7%	2,1	0,0	4,3	0,2	4,8	8,2%	8	34,8%
	12	10,9%	6,8%	13,8	7,9%	8,0	0,0	14,0	0,2	2,5	2,5%	9	39,1%
	11	8,6%	6,0%	15,7	9,1%	1,6	0,1	4,8	0,4	1,6	3,5%	9	39,1%
	10	14,7%	7,3%	13,0	8,9%	7,2	0,2	16,6	3,5	4,0	10,6%	10	43,5%
	3	14,2%	6,3%	9,9	6,6%	1,0	0,2	3,9	1,0	4,8	10,9%	10	43,5%
	13	8,9%	5,6%	18,9	8,3%	5,1	0,4	9,1	0,2	3,7	5,8%	11	47,8%
	7	9,6%	4,0%	14,3	14,4%	4,4	0,2	6,0	1,7	6,9	11,0%	12	52,2%
	8	13,3%	5,9%	14,3	7,8%	7,6	0,1	9,1	11,7	5,5	10,8%	12	52,2%
	6	10,2%	5,7%	19,7	11,7%	7,9	0,1	15,1	1,5	6,9	17,2%	16	69,6%
	5	9,4%	5,6%	21,4	14,2%	10,9	0,4	22,0	0,2	7,3	13,1%	16	69,6%
	1	9,1%	5,2%	19,7	16,5%	32,5	0,6	52,8	19,5	7,2	15,3%	16	69,6%



10. DIREITO À EDUCAÇÃO

O Direito à Educação é um princípio fundamental consagrado em diversos instrumentos internacionais de direitos humanos, refletindo o reconhecimento da importância intrínseca da educação para o pleno desenvolvimento do indivíduo e para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 26, proclama que "toda pessoa tem direito à educação" e que a educação deve ser orientada para o pleno desenvolvimento da personalidade humana e para o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. Outros documentos, como o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, também reforçam a importância do Direito à Educação como um elemento crucial para a realização de outros direitos fundamentais.

No âmbito nacional, muitas constituições reconhecem explicitamente o Direito à Educação como um direito fundamental, atribuindo-lhe status de garantia constitucional. Essa consagração reflete o compromisso do Estado em assegurar o acesso equitativo e a qualidade da educação para todos os cidadãos.

O Direito à Educação não se limita apenas ao acesso à escola, mas também abrange aspectos como a igualdade de oportunidades, a não discriminação, a liberdade de escolha, a adequação dos métodos pedagógicos e a promoção de um ambiente educacional inclusivo. Além disso, impõe ao Estado a responsabilidade de adotar medidas progressivas para garantir a universalização do ensino, eliminando barreiras econômicas, sociais e culturais que possam impedir o pleno exercício desse direito.

A implementação efetiva do direito à educação demanda a formulação de políticas públicas adequadas, o investimento em infraestrutura educacional, a capacitação de profissionais da educação e a promoção de práticas inclusivas. Além disso, a participação ativa da sociedade civil no monitoramento e na avaliação das políticas educacionais é crucial para assegurar a eficácia dessas medidas.

10.1. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 5 ANOS OU MAIS NÃO ALFABETIZADA

Região 11 e Região 2 se destacam com o maior e menor percentual da população residente com idade de 5 anos ou mais não alfabetizada entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 118,3% e (-) 53,3%.

Regiões geográficas	População de 5 anos ou mais	População de 5 anos ou mais não alfabetizada	Indicador (%)
Região 2	24.732	704	2,8%
Região 10	10.488	463	4,4%
Região 6	6.826	312	4,6%
Região 3	11.356	531	4,7%
Região 8	16.074	842	5,2%
Região 4	7.756	477	6,2%
Região 12	4.374	308	7,0%
Região 1	6.468	469	7,3%
Região 9	3.411	261	7,7%
Região 7	5.913	488	8,3%
Região 14	1.079	92	8,5%
Região 5	7.742	710	9,2%
Região 13	4.961	529	10,7%
Região 11	7.466	979	13,1%
Município	118.646	7.165	6,0%

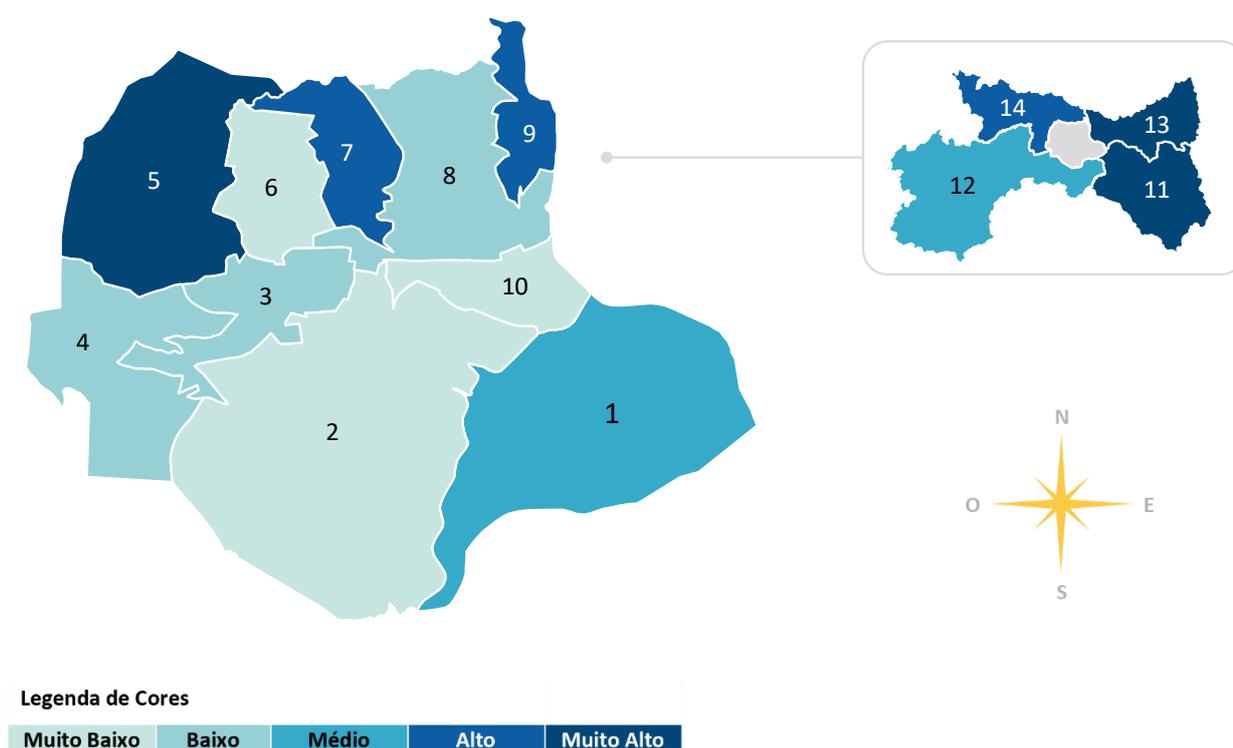
Definição: População de 5 anos ou mais não alfabetizada dividido pelo total da população de 5 anos ou mais, vezes 100

Menor Valor	Região 2	2,8%
Média	Barbacena	6,0%
Maior Valor	Região 11	13,1%

4,7 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010.



10.2. PESSOAS NÃO ALFABETIZADAS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO

Região 11 e Região 2 se destacam com o maior e menor percentual de pessoas não alfabetizadas responsáveis pelo domicílio entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 156,7% e (-) 67,2%.

Regiões geográficas	Responsáveis pelo domicílio	Responsáveis analfabetos	Indicador (%)
Região 2	8.763	196	2,2%
Região 3	3.835	134	3,5%
Região 6	2.256	85	3,8%
Região 10	3.615	205	5,7%
Região 8	5.491	330	6,0%
Região 4	2.535	174	6,9%
Região 7	1.852	135	7,3%
Região 1	2.128	175	8,2%
Região 9	1.148	100	8,7%
Região 5	2.365	244	10,3%
Região 12	1.439	194	13,5%
Região 14	330	47	14,2%
Região 13	1.537	236	15,4%
Região 11	2.318	398	17,2%
Município	39.612	2.653	6,7%

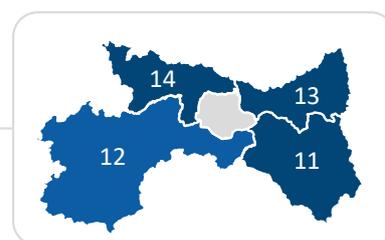
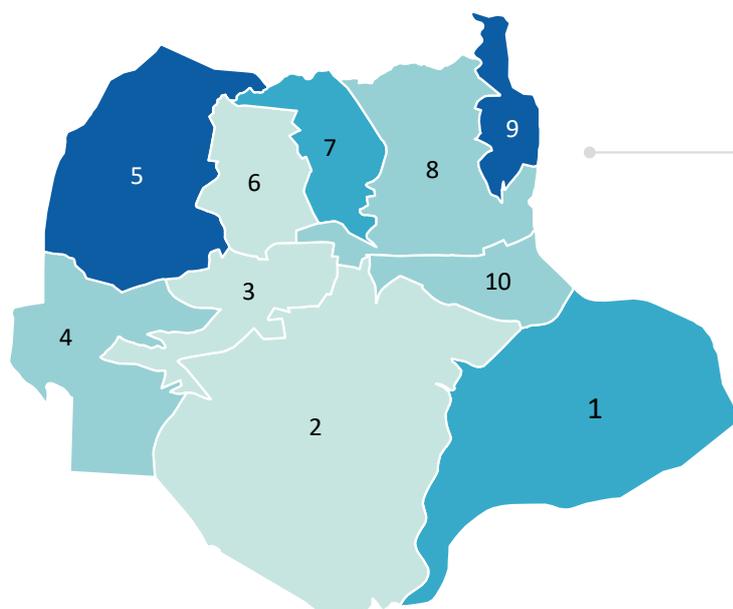
Definição: Pessoas não alfabetizadas responsáveis pelo domicílio dividido pelo total de responsáveis pelo domicílio, vezes 100

Menor Valor	Região 2	2,2%
Média	Barbacena	6,7%
Maior Valor	Região 11	17,2%

7,8 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010.



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

10.3. CENSO ESCOLAR DE 2022

O Censo Escolar, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação, é o principal instrumento de levantamento e fonte de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional. Além dos dados fornecidos pelas escolas públicas e privadas, abrange diferentes modalidades de ensino, como a educação básica regular, especial, de jovens e adultos, e profissional.

O Censo escolar desempenha um papel fundamental na obtenção de informações sobre a realidade educacional do país. Por meio desse levantamento, é possível obter um panorama abrangente da situação da educação, desde o número de matrículas até informações relacionadas ao rendimento escolar, ao espaço físico e à infraestrutura das escolas, ao transporte de alunos, à alimentação oferecida nas instituições e às funções desempenhadas pelos docentes, entre outros aspectos relevantes.

Os dados coletados durante o Censo Escolar são essenciais para embasar políticas públicas, planejamento educacional e tomada de decisões por parte das autoridades responsáveis pela educação no país. Com base nessas informações, é possível identificar desafios, necessidades e tendências no sistema educacional, permitindo a implementação de medidas efetivas para a melhoria da qualidade da educação.

Além dos aspectos mencionados anteriormente, o Censo também pode fornecer dados sobre a inclusão de pessoas com deficiência e pessoas idosas no sistema educacional, a oferta de recursos pedagógicos e tecnológicos, a formação e qualificação dos professores, entre outros indicadores relevantes para compreender e promover avanços na educação brasileira.

10.3.1. ESCOLAS E INFRAESTRUTURA

De acordo com os dados do censo escolar, o Município contava, em 2022, com 84 escolas em atividade, sendo 6 rurais (cinco municipais e uma privada) e 78 urbanas. Das escolas na região urbana, destaca-se a predominância da rede privada. O Município conta com duas escolas da rede federal.

Tabela 43: Escolas do Município por dependência administrativa e localização

Dependência Administrativa	Urbana		Rural		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Municipal	19	22,7%	5	5,9%	24	28,6%
Estadual	18	21,4%	-	-	18	21,4%
Federal	2	2,4%	-	-	2	2,4%
Privada	39	46,4%	1	1,2%	40	47,6%
Total Geral	78	92,9%	6	7,1%	84	100,0%

Fonte: INEP - Censo Escolar, 2022.

Com relação à infraestrutura, apenas 32,1% das escolas do Município possuem auditório e apenas 33,3% das escolas municipais possuem pátio coberto.

Tabela 44: Infraestrutura das escolas

Infraestrutura	Municipal		Estadual		Federal		Privada		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Água potável	23	95,8%	18	100,0%	2	100,0%	40	47,6%	83	98,8%
Cozinha	24	100,0%	18	100,0%	2	100,0%	31	36,9%	75	89,3%
Refeitório	23	95,8%	18	100,0%	2	100,0%	24	28,6%	67	79,8%
Pátio descoberto	23	95,8%	16	88,9%	2	100,0%	29	34,5%	70	83,3%
Parque infantil	14	58,3%	1	5,6%	-	-	28	33,3%	43	51,2%
Pátio coberto	8	33,3%	4	22,2%	2	100,0%	26	31,0%	40	47,6%
Quadra esportiva	15	62,5%	14	77,8%	2	100,0%	22	26,2%	53	63,1%
Área verde	16	66,7%	10	55,6%	1	50,0%	24	28,6%	51	60,7%
Auditório	1	4,2%	6	33,3%	2	100,0%	18	21,4%	27	32,1%
Total Geral	24	100,0%	18	100,0%	2	100,0%	40	47,6%	84	100,0%

Fonte: INEP - Censo Escolar, 2022.

10.3.2. ALUNOS MATRICULADOS

De acordo com os dados do censo escolar, referentes ao ano de 2022, o município de Barbacena contava com 29.786 alunos matriculados na educação básica, um percentual de 23,8% quando comparado com o total da população residente. A maior parte dos alunos está concentrado nas escolas particulares (40,2%).

Figura 32: Percentual de alunos matriculados



Fontes: IBGE, 2022; INEP - Censo Escolar, 2022.

Tabela 45: Matrículas por dependência administrativa

Dependência	Quant.	(%)
Municipal	6.644	22,3%
Estadual	9.938	33,4%
Federal	1.228	4,1%
Privada	11.976	40,2%
Total	29.786	100,0%

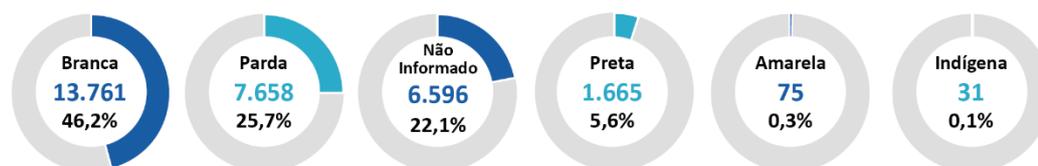
Fonte: INEP - Censo Escolar, 2022.

Quanto ao perfil dos alunos matriculados na educação básica do Município, pode-se observar uma distribuição homogênea com relação aos sexos, sendo 49,8% dos alunos do sexo feminino e 50,2% do sexo masculino. Chama a atenção que o maior percentual dos alunos tem idade de 18 anos ou mais.

Figura 33: Perfil dos alunos matriculados



Raça ou cor



Fonte: INEP - Censo Escolar, 2022.

10.3.3. RENDIMENTO ESCOLAR

A seguir serão apresentados os dados de aprovação, reprovação e abandono escolar do município de Barbacena, comparando os resultados com as taxas do Estado de Minas Gerias e do Brasil.

As taxas de aprovação do Município são maiores que a média nacional em todas as etapas de ensino, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, porém, a taxa de aprovação é menor que a média estadual. As piores taxas de aprovação são registradas nos anos finais do Ensino Fundamental (93,1%) e no Ensino Médio (90,9%).

A taxa de reprovação no Ensino Médio é menor que a média estadual e nacional. A situação se inverte nos anos finais do Ensino Fundamental.

Tabela 46: Taxa de Aprovação em 2022, por etapa de ensino

APROVAÇÃO	Ensino Fundamental	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	Ensino Médio
Barbacena	95,4%	97,6%	93,1%	90,9%
Minas Gerais	95,7%	98,6%	92,4%	85,8%
Brasil	94,2%	96,0%	92,1%	86,6%

Fonte: INEP: Rendimento Escolar, 2022.

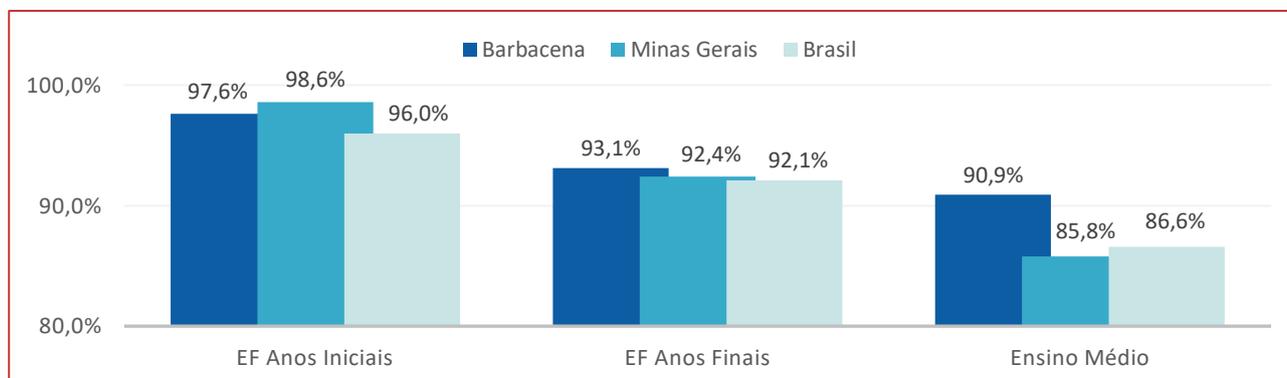
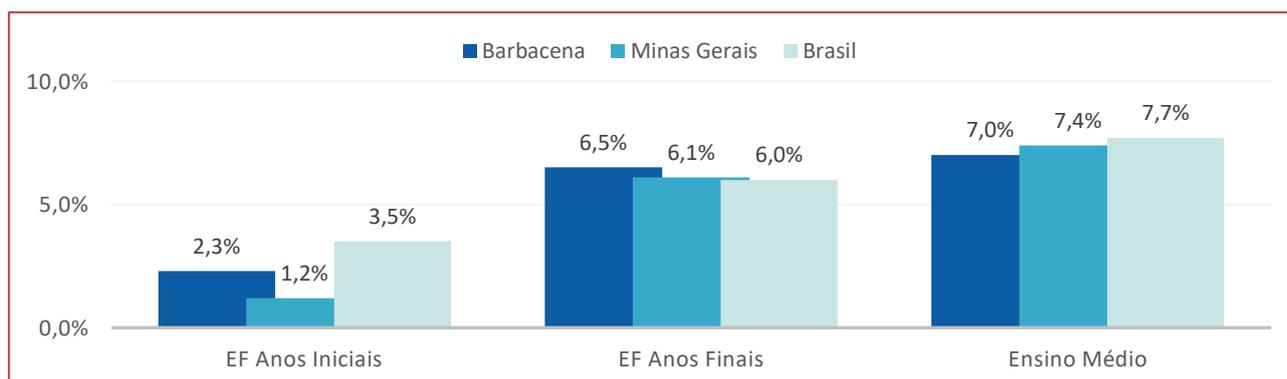


Tabela 47: Taxa de Reprovação em 2022, por etapa de ensino

REPROVAÇÃO	Ensino Fundamental	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	Ensino Médio
Barbacena	4,3%	2,3%	6,5%	7,0%
Minas Gerais	3,5%	1,2%	6,1%	7,4%
Brasil	4,7%	3,5%	6,0%	7,7%

Fonte: INEP: Rendimento Escolar, 2022.

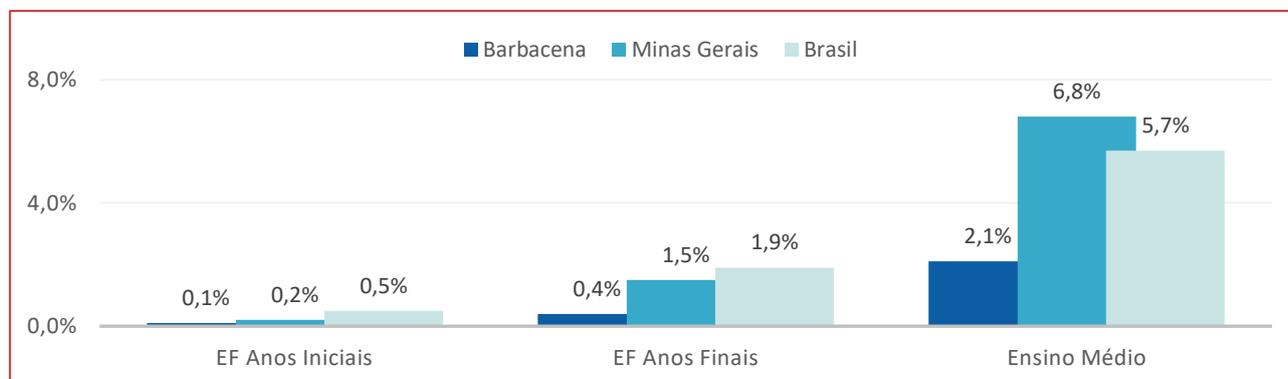


Já no que diz respeito ao abandono escolar, as taxas do Município são menores que a do estado de Minas Gerais e que a média nacional em todas as etapas de ensino.

Tabela 48: Taxa de Abandono em 2022, por etapa de ensino

ABANDONO	Ensino Fundamental	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	Ensino Médio
Barbacena	0,3%	0,1%	0,4%	2,1%
Minas Gerais	0,8%	0,2%	1,5%	6,8%
Brasil	1,1%	0,5%	1,9%	5,7%

Fonte: INEP: Rendimento Escolar, 2022.



10.3.4. DOMICÍLIOS POR ESCOLA DO MUNICÍPIO

Região 11 e Região 2 se destacam com a maior e menor taxa de domicílios por escola do Município entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 145,6% e (-) 40,0%.

Regiões geográficas	Escolas em atividade	Domicílios particulares ocupados	Domicílios por escola
Região 2	31	8.759	282,5
Região 3	12	3.832	319,3
Região 14	1	330	330,0
Região 12	3	1.432	477,3
Região 13	3	1.535	511,7
Região 10	7	3.612	516,0
Região 6	4	2.255	563,8
Região 9	2	1.148	574,0
Região 5	4	2.364	591,0
Região 1	3	2.123	707,7
Região 8	7	5.486	783,7
Região 4	3	2.533	844,3
Região 7	2	1.843	921,5
Região 11	2	2.314	1.157,0
Município	84	39.566	471,0

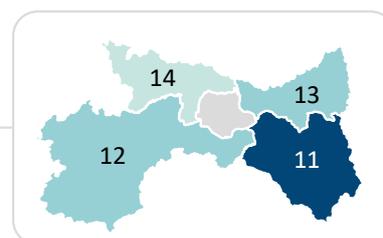
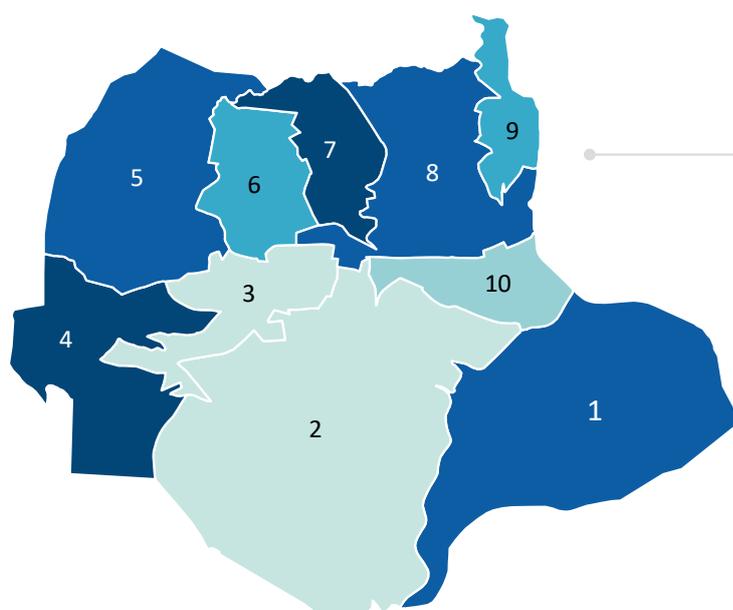
Definição: Domicílios particulares ocupados dividido pelo total de escolas em atividade no Município, vezes 1

Menor Valor	Região 2	282,5
Média	Barbacena	471,0
Maior Valor	Região 11	1.157,0

4,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: INEP: Censo Escolar, 2022; IBGE, 2010.



Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

10.4. CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSCRITAS NO CADÚNICO QUE NÃO ESTÃO NA ESCOLA

Região 1 e Região 14 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos inscritas no CadÚnico que não estão na escola entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 129,7% e (-) 81,1%.

Regiões geográficas	População de 4 a 17 anos	Crianças e adolescentes fora da escola	Indicador (%)
Região 14	284	2	0,7%
Região 9	914	14	1,5%
Região 2	4.039	69	1,7%
Região 4	1.876	44	2,3%
Região 10	2.191	63	2,9%
Região 3	2.260	68	3,0%
Região 12	906	30	3,3%
Região 13	1.409	53	3,8%
Região 7	1.511	57	3,8%
Região 8	3.412	133	3,9%
Região 11	1.795	76	4,2%
Região 5	2.214	99	4,5%
Região 6	1.511	90	6,0%
Região 1	1.814	154	8,5%
Não informado	-	5	-
Município	26.136	957	3,7%

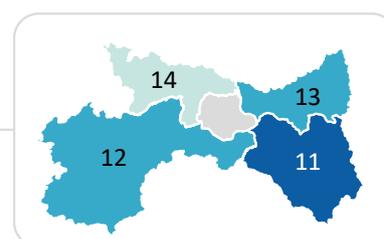
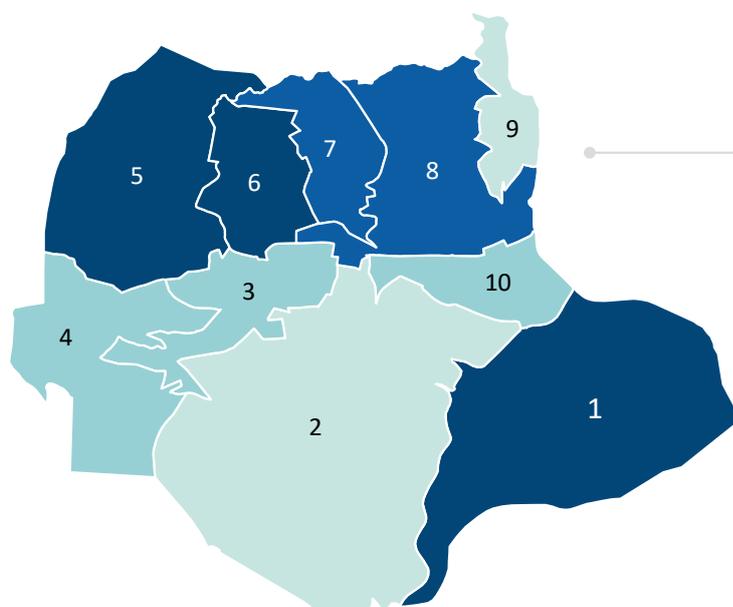
Definição: Crianças e adolescentes de 4 a 17 anos inscritas no CadÚnico que não estão na escola dividido pelo total da população de 4 a 17 anos, vezes 100

Menor Valor	Região 14	0,7%
Média	Barbacena	3,7%
Maior Valor	Região 1	8,5%

12,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010; CECAD, 2022.

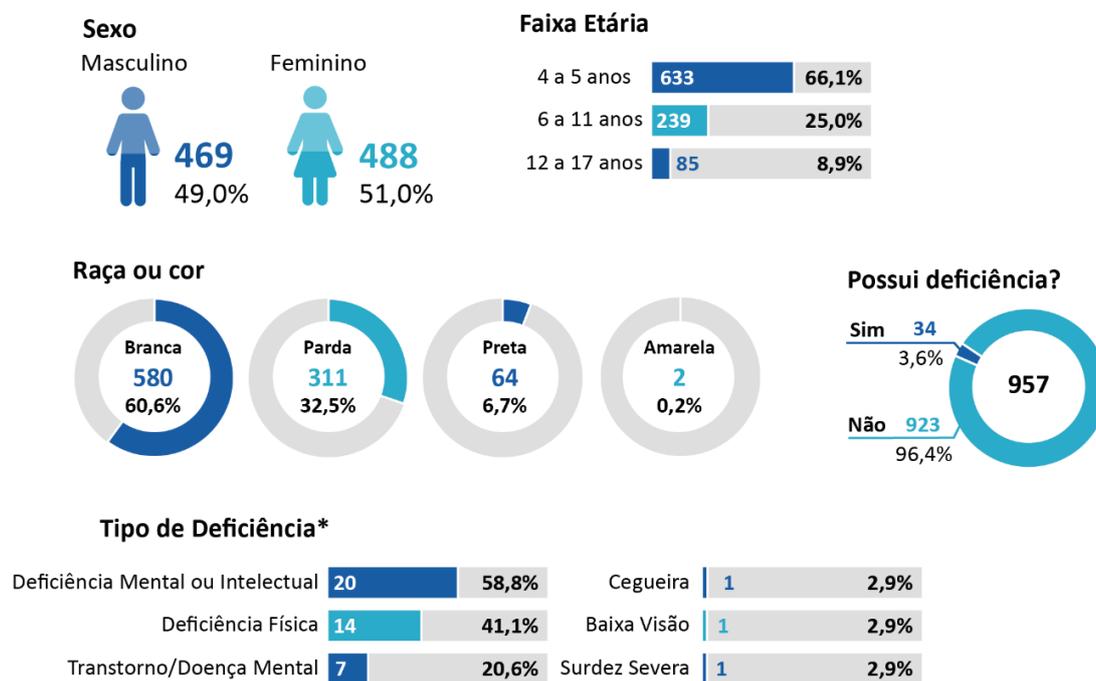


Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

No perfil das crianças e adolescentes de 4 a 17 anos que não estão na escola destaca-se o sexo feminino (51,0%), a faixa etária de 4 a 5 anos (66,1%) e a raça ou cor branca (60,6%). Apenas 3,6% destas crianças e adolescentes possuem algum tipo de deficiência ou condição, sendo deficiência mental ou intelectual a mais comum (58,8%).

Figura 34: Perfil das crianças e adolescentes inscritas no CadÚnico que não estão na escola



Fonte: CECAD, 2022.

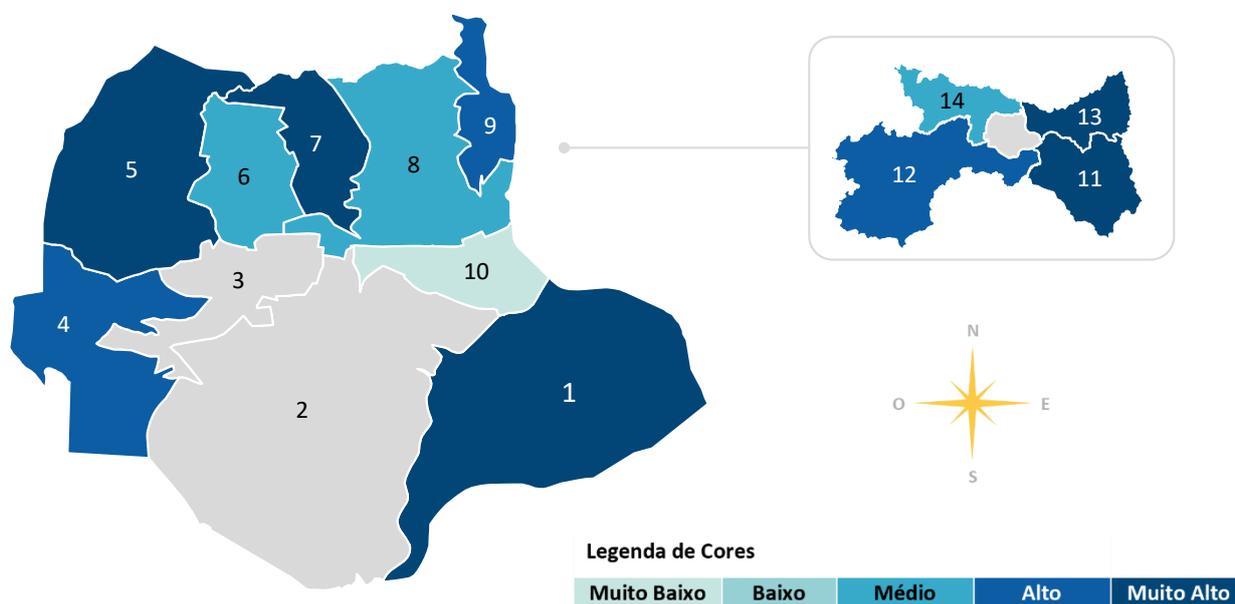
Nota (*): A mesma pessoa pode possuir mais de um tipo de deficiência.

10.5. MAPA SOCIAL DO DIREITO À EDUCAÇÃO

O mapa social do Direito à Educação ratifica algumas das regiões já citadas anteriormente como prioritárias de atenção do gestor público. Neste Direito se destacam com a maior contagem acima da média geral do Município, as regiões 1, 5, 7, 11 e 13 como as mais de maior vulnerabilidade.

Classificação Quintil	Indicadores do Direito à Educação – 4 Indicadores						
	Média Geral	6,0%	6,7%	471,0	3,7%	CLASSIFICAÇÃO TOTAL	
	>	>	>	>			
REGIÕES GEOGRÁFICAS	População residente com idade de 5 anos ou mais não alfabetizada	Pessoas não alfabetizadas responsáveis pelo domicílio	Domicílios por escola do Município	Crianças e adolescentes inscritas no CadÚnico que não estão na escola	Contagem de Indicadores por região	Participação Percentual por região	
	2	2,8%	2,2%	282,5	1,7%	-	-
	3	4,7%	3,5%	319,3	3,0%	-	-
	10	4,4%	5,7%	516,0	2,9%	1	25,0%
	6	4,6%	3,8%	563,8	6,0%	2	50,0%
	8	5,2%	6,0%	783,7	3,9%	2	50,0%
	14	8,5%	14,2%	330,0	0,7%	2	50,0%
	4	6,2%	6,9%	844,3	2,3%	3	75,0%
	12	7,0%	13,5%	477,3	3,3%	3	75,0%
	9	7,7%	8,7%	574,0	1,5%	3	75,0%
	7	8,3%	7,3%	921,5	3,8%	4	100,0%
	5	9,2%	10,3%	591,0	4,5%	4	100,0%
	13	10,7%	15,4%	511,7	3,8%	4	100,0%
	1	7,3%	8,2%	707,7	8,5%	4	100,0%
	11	13,1%	17,2%	1157,0	4,2%	4	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023



11. DIREITO À LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE

O Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade representa um dos pilares fundamentais dos direitos humanos, intrinsecamente ligado à concepção de uma sociedade justa e equitativa. Esse conjunto de prerrogativas visa assegurar a autonomia e integridade do indivíduo, reconhecendo-o como detentor de uma esfera de autonomia inalienável.

O direito à liberdade compreende a garantia de que cada pessoa tem o direito de agir conforme sua vontade, desde que não prejudique o bem-estar ou os direitos alheios. Reflete a ideia de que a coação arbitrária, a opressão e a privação injustificada da liberdade são incompatíveis com uma ordem social justa. O Estado e demais instituições têm o dever de respeitar e proteger esse direito, proporcionando um ambiente propício ao exercício das escolhas individuais.

O respeito, por sua vez, é intrínseco à dignidade humana. Envolve o reconhecimento da igualdade inerente a todos os seres humanos, independentemente de suas características individuais. Manifesta-se na promoção de relações sociais pautadas na consideração mútua, na tolerância e na aceitação da diversidade. O respeito é, portanto, um elemento vital na construção de uma sociedade que valorize a dignidade de cada indivíduo.

A dignidade, enquanto princípio norteador, fundamenta-se na ideia de que cada ser humano possui um valor intrínseco e inalienável. Trata-se de um atributo inerente à condição humana, que transcende quaisquer diferenças ou circunstâncias. A preservação da dignidade humana implica o repúdio a tratamentos degradantes, discriminação e demais práticas que atentem contra a integridade física, psicológica ou moral do indivíduo.

A conjugação desses direitos constitui a base essencial para a construção de uma sociedade justa, que promova a coexistência pacífica e respeitosa entre seus membros. Cabe aos sistemas legais e às instituições assegurar a proteção efetiva desses direitos, contribuindo para o desenvolvimento de uma ordem social que honre a humanidade em sua plenitude.

11.1. SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (SEJUSP)

A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (SEJUSP) é um órgão governamental responsável por coordenar e executar políticas públicas relacionadas à justiça e segurança no estado de Minas Gerais. Sua atuação abrange uma ampla gama de áreas, visando assegurar a ordem pública, promover a prevenção e combate à criminalidade, bem como garantir o cumprimento das leis e a proteção dos direitos dos cidadãos.

A SEJUSP desempenha um papel crucial na integração e coordenação das forças de segurança pública, como as polícias civil e militar, bombeiros e demais órgãos vinculados à área. Além disso, a secretaria está envolvida na gestão do sistema prisional, buscando assegurar condições dignas aos detentos e promovendo a ressocialização dos apenados.

No âmbito da justiça, a SEJUSP desempenha funções relacionadas à administração e modernização dos serviços judiciais, colaborando para a eficiência e celeridade do sistema judiciário no estado. Adicionalmente, a secretaria pode estar envolvida em iniciativas voltadas para a mediação e conciliação de conflitos, contribuindo para a pacificação social.

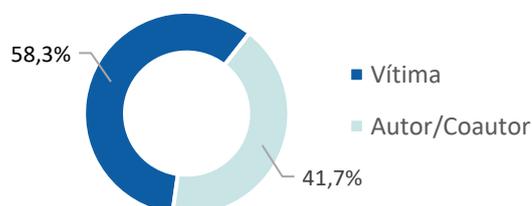
A SEJUSP opera em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente e em sintonia com as políticas públicas definidas pelo governo estadual. Seu compromisso é promover um ambiente seguro e justo, buscando o equilíbrio entre a preservação da ordem pública e o respeito aos direitos individuais, contribuindo para o bem-estar e a qualidade de vida da população mineira.

Durante o ano de 2022 foram registradas 4.044 ocorrências envolvendo residentes de Barbacena, sendo 2.357 de vítimas (58,3%) e 1.687 de autores (41,7%). As informações sobre o perfil das vítimas, autores e relação vítima/autor, bem como o fato comunicado nas ocorrências, serão apresentadas nos indicadores a seguir

Tabela 49: Ocorrências registradas na SEJUSP

Envolvimento	Quant.	(%)
Vítima	2.357	58,3%
Autor/Coautor	1.687	41,7%
Total	4.044	100,0%

Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), 2022.



11.1.1. PESSOAS VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA SEJUSP

Região 1 e Região 14 se destacam com a maior e menor taxa de pessoas vítimas de ocorrências registradas na SEJUSP entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 69,5% e (-) 81,3%.

Regiões geográficas	População residente	Vítimas de ocorrências	Indicador (por mil hab.)
Região 14	1.140	4	3,5
Região 11	8.001	30	3,7
Região 12	4.889	43	8,8
Região 13	5.344	52	9,7
Região 10	11.103	147	13,2
Região 3	11.948	177	14,8
Região 2	25.729	391	15,2
Região 4	8.286	159	19,2
Região 5	8.406	178	21,2
Região 9	3.720	81	21,8
Região 8	17.064	376	22,0
Região 7	6.361	147	23,1
Região 6	7.254	184	25,4
Região 1	7.039	223	31,7
Não informado	-	165	-
Município	126.284	2.357	18,7

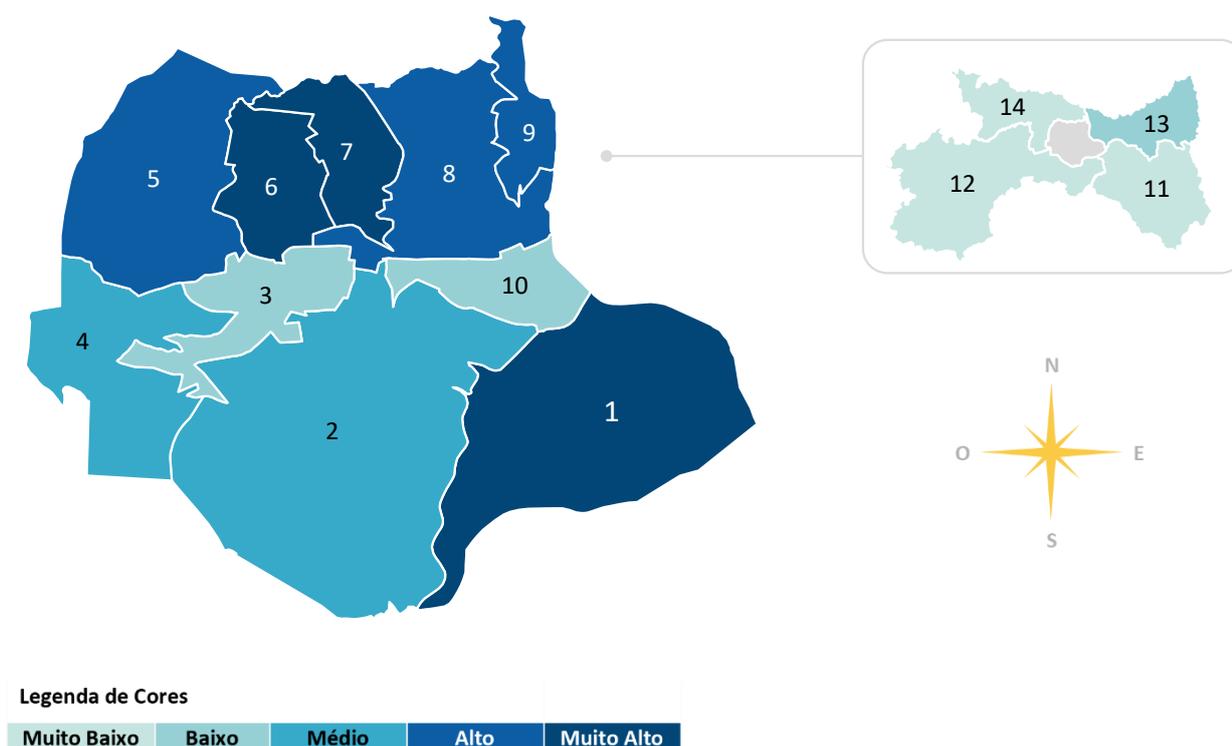
Definição: Pessoas vítimas de ocorrências registradas na SEJUSP dividido pelo total da população residente, vezes 1000

Menor Valor	Região 14	3,5
Média	Barbacena	18,7
Maior Valor	Região 1	31,7

9,1 vezes

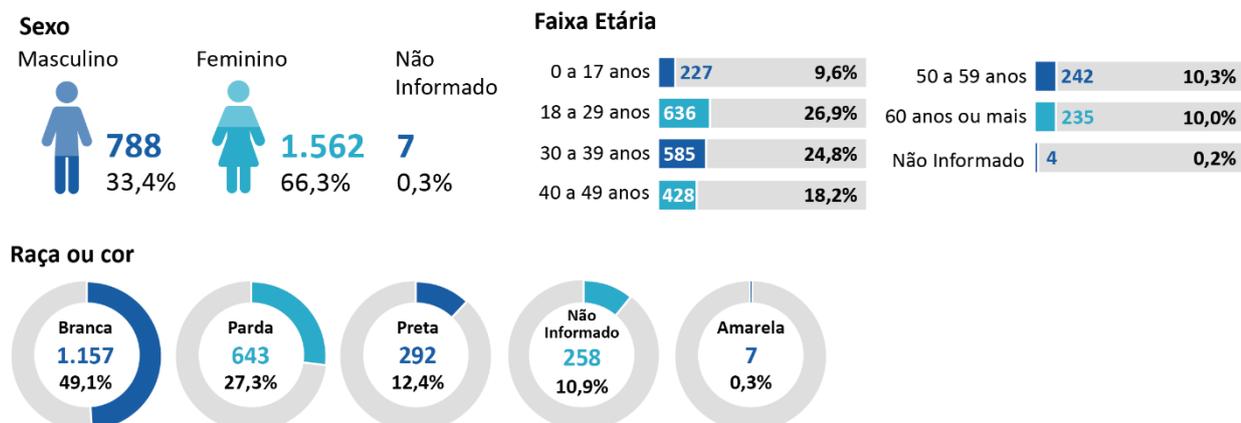
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010; Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), 2022.



No perfil dos residentes de Barbacena que foram vítimas de ocorrências registradas na SEJUSP durante o ano de 2022, destacam-se o sexo feminino (66,3%), a faixa etária de 18 a 29 anos (26,9%) e a raça ou cor branca (49,1%).

Figura 35: Perfil das pessoas vítimas de ocorrências registradas na SEJUSP



Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), 2022.

Sobre a data de ocorrência das notificações, é possível perceber uma distribuição homogênea entre os meses do ano, com destaque nos meses de março (10,5%) e julho (10,0%).

Tabela 50: Mês das ocorrências registradas

Mês	Quant.	(%)
Janeiro	192	8,1%
Fevereiro	183	7,8%
Março	247	10,5%
Abril	208	8,8%
Maio	159	6,7%
Junho	172	7,3%
Julho	235	10,0%
Agosto	215	9,1%
Setembro	179	7,6%
Outubro	212	9,0%
Novembro	153	6,5%
Dezembro	202	8,6%
Total	2.357	100,0%

Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), 2022.

Em apenas 19,3% dos casos não existe algum tipo de relação entre a vítima e o autor da ocorrência, sendo que, entre as relações identificadas, cônjuge ou companheiro(a) (15,1%) e ex-cônjuge ou ex-companheiro(a) (13,1%) são as mais comuns.

Tabela 51: Relação vítima/autor

Relação	Quant.	(%)
Sem relação	456	19,3%
Cônjuge ou companheiro(a)	355	15,1%
Ex-cônjuge ou ex-companheiro(a)	308	13,1%
Não informado	273	11,6%
Amigo ou conhecido	206	8,7%
Vizinho(a)	143	6,1%
Filho(a) ou enteado(a)	133	5,6%
Outro parentesco	129	5,5%
Irmão(ã)	124	5,3%
Namorado(a)	92	3,9%
Pai, mãe ou responsável legal	90	3,8%
Colega de trabalho ou superior	19	0,8%
Avós, bisavós ou tataravós	16	0,7%
Coabitação, hóspede ou relações domésticas	7	0,3%
Netos, bisnetos ou tataranetos	3	0,1%
Relacionamento extraconjugal	2	0,1%
Sócio ou condômino	1	0,0%
Total	2.357	100,0%

Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), 2022.

Com relação ao fato comunicado nas ocorrências registradas destaca-se ameaça - Art. 147 do Código Penal (44,7%), seguida de lesão corporal - Art. 129 do Código Penal (19,4%) e vias de fato/agressão – Art. 21 da Lei das Contravenções Penais (17,6%).

Tabela 52: Fato comunicado nas ocorrências registradas

Fato comunicado	Quant.	(%)
Ameaça	1.054	44,7%
Lesão corporal	458	19,4%
Vias de fato/agressão	415	17,6%
Outras infrações contra a pessoa	75	3,2%
Injúria	69	2,9%
Difamação	64	2,7%
Calúnia	46	2,0%
Invasão de dispositivo informático	33	1,4%
Perseguição	21	0,9%
Violação de domicílio	17	0,7%
Importunação sexual	15	0,6%
Abandono de incapaz	14	0,6%
Estupro de vulnerável	12	0,5%
Maus-tratos	10	0,4%
Outras infrações contra a dignidade sexual	9	0,4%
Perturbação da tranquilidade	8	0,3%
Ato obsceno	6	0,3%
Abandono material	5	0,2%
Assédio sexual	4	0,2%
Condições análogas à escravidão	3	0,1%
Constrangimento ilegal	3	0,1%
Homicídio	3	0,1%
Abandono intelectual	2	0,1%
Importunação ofensiva ao pudor	2	0,1%
Negligência à pessoa idosa	2	0,1%
Violência psicológica	2	0,1%
Constrangimento/vexame de menor de idade sob guarda	1	0,0%
Divulgação de cena de estupro, sexo, nudez ou pornografia	1	0,0%
Privação de liberdade a menor de idade	1	0,0%
Rixa	1	0,0%
Favorecimento de prostituição	1	0,0%
Total	2.357	100,0%

Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), 2022.

11.1.2. CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA SEJUSP

Região 1 e Região 11 se destacam com a maior e menor taxa de crianças e adolescentes vítimas de ocorrências registradas na SEJUSP entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 80,3% e (-) 80,3%.

Regiões geográficas	População de 0 a 17 anos	Vítimas de ocorrências	Indicador (por mil hab.)
Região 14	329	-	-
Região 11	2.220	3	1,4
Região 12	1.099	3	2,7
Região 13	1.697	6	3,5
Região 3	2.714	13	4,8
Região 4	2.286	11	4,8
Região 2	4.822	28	5,8
Região 5	2.742	17	6,2
Região 10	2.691	17	6,3
Região 9	1.150	8	7,0
Região 8	4.179	38	9,1
Região 7	1.865	18	9,7
Região 6	1.835	21	11,4
Região 1	2.262	29	12,8
Não informado	-	15	-
Município	31.891	227	7,1

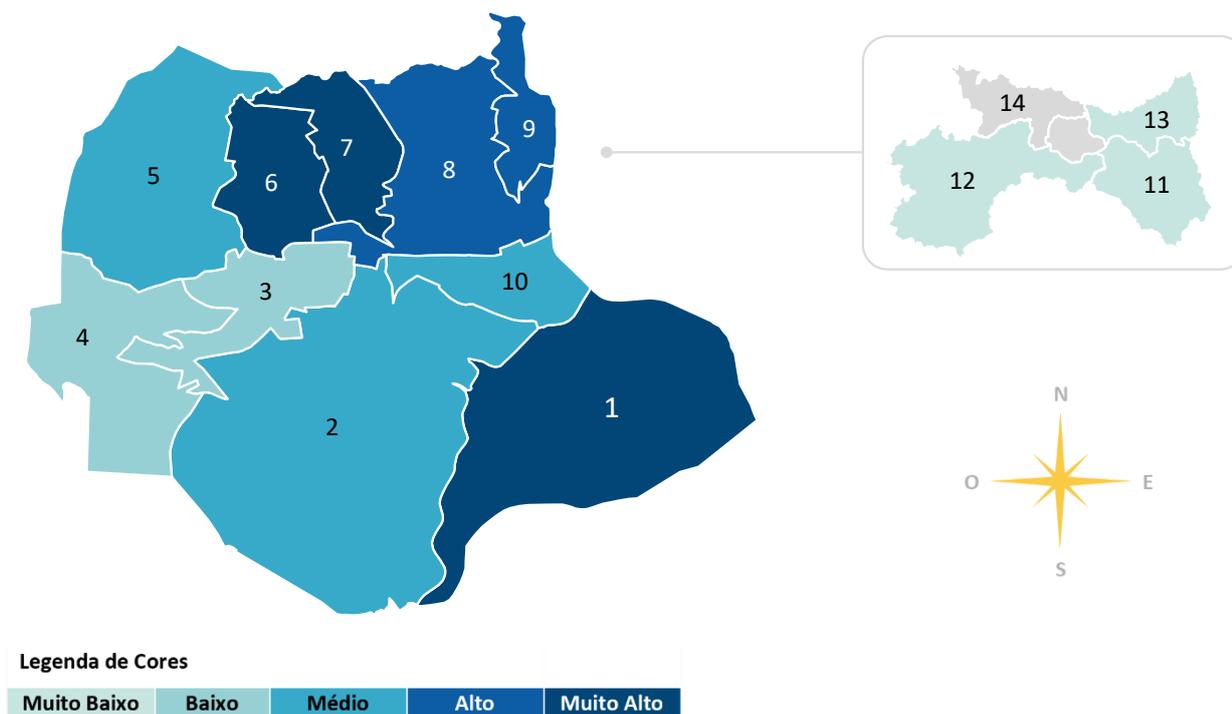
Definição: Crianças e adolescentes vítimas de ocorrências registradas na SEJUSP dividido pelo total da população de 0 a 17 anos, vezes 1000

Menor Valor	Região 11	1,4
Média	Barbacena	7,1
Maior Valor	Região 1	12,8

9,1 vezes

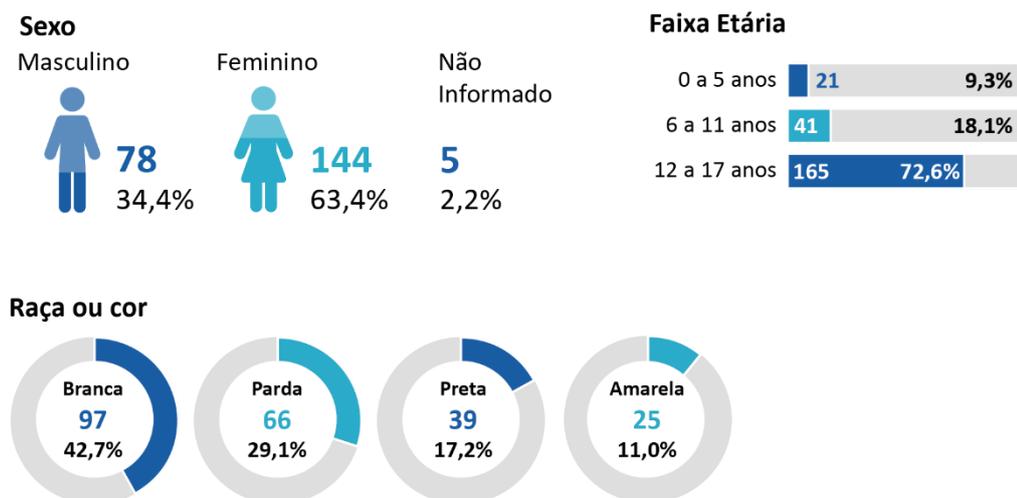
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010; Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), 2022.



No perfil das crianças e adolescentes vítimas de ocorrências registradas na SEJUSP, destacam-se o sexo feminino (63,4%), a faixa etária de 12 a 17 anos (72,6%) e a raça ou cor branca (42,7%).

Figura 36: Perfil das crianças e adolescentes vítimas de ocorrências registradas na SEJUSP



Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), 2022.

Na maior parte dos casos (29,1%) em que a vítima da ocorrência é uma criança ou adolescente, o autor do fato é o próprio pai, mãe ou responsável legal.

Tabela 53: Relação vítima/autor

Relação	Quant.	(%)
Filho(a) ou enteado(a)	66	29,1%
Sem relação	41	18,1%
Não informado	34	15,0%
Amigo ou conhecido	28	12,3%
Outro parentesco	17	7,5%
Vizinho(a)	12	5,3%
Irmão(ã)	8	3,5%
Cônjuge ou companheiro(a)	7	3,1%
Ex-cônjuge ou ex-companheiro(a)	5	2,2%
Namorado(a)	5	2,2%
Coabitação, hospitalidade ou relações domésticas	3	1,3%
Colega de trabalho ou superior	1	0,4%
Total	227	100,0%

Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), 2022.

Com relação ao fato comunicado nas ocorrências registradas envolvendo crianças e adolescente, destaca-se ameaça - Art. 147 do Código Penal (30,4%), seguida de vias de fato/agressão – Art. 21 da Lei das Contravenções Penais (17,2%) e lesão corporal - Art. 129 do Código Penal (16,3%).

Tabela 54: Fato comunicado nas ocorrências registradas

Fato comunicado	Quant.	(%)
Ameaça	69	30,4%
Vias de fato/agressão	39	17,2%
Lesão corporal	37	16,3%
Outras infrações contra a pessoa	13	5,7%
Abandono de incapaz	12	5,3%
Estupro de vulnerável	11	4,8%
Importunação sexual	11	4,8%
Maus-tratos	7	3,1%
Outras infrações contra a dignidade sexual	5	2,2%
Calúnia	3	1,3%
Difamação	3	1,3%
Abandono intelectual	2	0,9%
Abandono material	2	0,9%
Importunação ofensiva ao pudor	2	0,9%
Injúria	2	0,9%
Invasão de dispositivo informático	2	0,9%
Assédio sexual	1	0,4%
Ato obsceno	1	0,4%
Constrangimento ilegal	1	0,4%
Divulgação de cena de estupro, sexo, nudez ou pornografia	1	0,4%
Favorecimento da prostituição	1	0,4%
Homicídio	1	0,4%
Privação de liberdade a menor de idade	1	0,4%
Total	227	100,0%

Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), 2022.

11.1.3. MULHERES VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA SEJUSP

Região 9 e Região 13 se destacam com a maior e menor taxa de mulheres vítimas de ocorrências registradas na SEJUSP entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 451,9% e (-) 74,8%.

Regiões geográficas	População feminina	Vítimas de ocorrências	Indicador (por mil hab.)
Região 13	2.609	14	5,4
Região 14	513	3	5,8
Região 11	3.904	32	8,2
Região 2	14.249	142	10,0
Região 8	8.990	103	11,5
Região 5	4.286	50	11,7
Região 12	2.375	31	13,1
Região 10	5.905	104	17,6
Região 1	3.562	92	25,8
Região 4	4.365	119	27,3
Região 6	3.794	108	28,5
Região 7	3.288	95	28,9
Região 3	6.369	201	31,6
Região 9	1.913	226	118,1
Não informado	-	97	-
Município	66.122	1.417	21,4

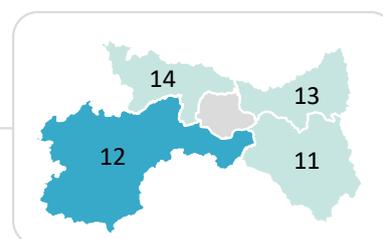
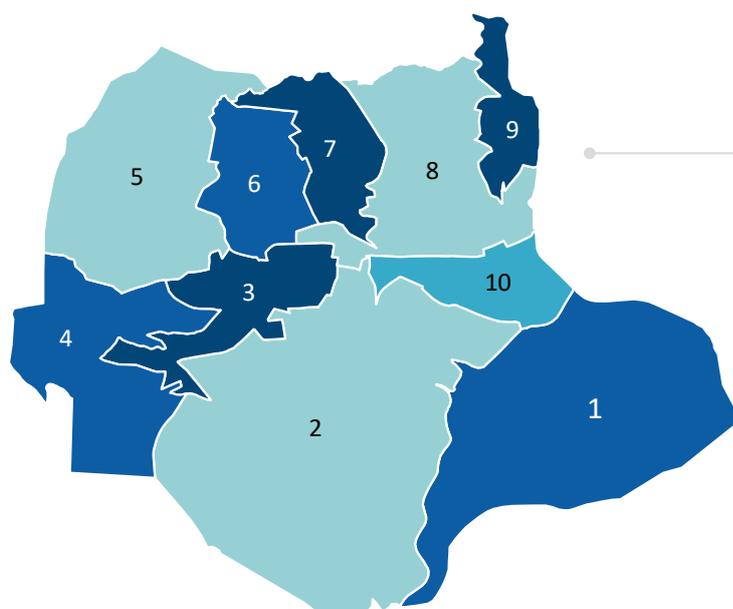
Definição: Mulheres vítimas de ocorrências registradas na SEJUSP dividido pelo total da população residente do sexo feminino, vezes 1000

Menor Valor	Região 13	5,4
Média	Barbacena	21,4
Maior Valor	Região 9	118,1

21,9 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010; Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), 2022.



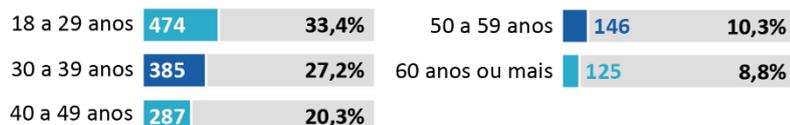
Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

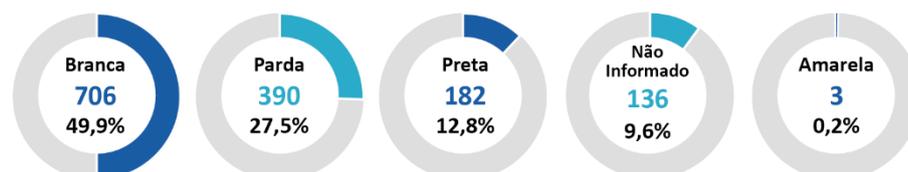
No perfil das mulheres residentes de Barbacena que foram vítimas de ocorrências registradas na SEJUSP durante o ano de 2022, destacam-se a faixa etária de 18 a 29 anos (33,4%) e a raça ou cor branca (49,9%).

Figura 37: Perfil das mulheres vítimas de ocorrências registradas na SEJUSP

Faixa Etária



Raça ou cor



Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), 2022.

Na maior parte dos casos de ocorrências em que a vítima é uma mulher, o autor é o cônjuge/companheiro (23,0%) ou o ex-cônjuge/ex-companheiro (18,7%).

Tabela 55: Relação vítima/autor

Relação	Quant.	(%)
Cônjuge ou companheiro(a)	326	23,0%
Ex-cônjuge ou ex-companheiro(a)	265	18,7%
Sem relação	179	12,6%
Não informado	107	7,6%
Amigo ou conhecido	85	6,0%
Namorado(a)	82	5,8%
Irmão(ã)	80	5,6%
Vizinho(a)	80	5,6%
Outro parentesco	77	5,4%
Filho(a) ou enteado(a)	60	4,2%
Pai, mãe ou responsável legal	52	3,7%
Avós, bisavós ou tataravós	13	0,9%
Colega de trabalho ou superior	7	0,5%
Relacionamento extraconjugal	2	0,1%
Coabitação, hóspede ou relações domésticas	1	0,1%
Netos, bisnetos ou tataranetos	1	0,1%
Total	1.417	100,0%

Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), 2022.

Com relação ao fato comunicado nas ocorrências registradas envolvendo mulheres, destaca-se ameaça - Art. 147 do Código Penal (44,4%), seguida de vias de fato/agressão – Art. 21 da Lei das Contravenções Penais (21,3%) e lesão corporal - Art. 129 do Código Penal (17,2%).

Tabela 56: Fato comunicado nas ocorrências registradas

Fato comunicado	Quant.	(%)
Ameaça	629	44,4%
Vias de fato/agressão	302	21,3%
Lesão corporal	244	17,2%
Outras infrações contra a pessoa	50	3,5%
Injúria	45	3,2%
Difamação	44	3,1%
Calúnia	25	1,8%
Invasão de dispositivo informático	22	1,6%
Perseguição	16	1,1%
Violação de domicílio	11	0,8%
Ato obsceno	5	0,4%
Perturbação da tranquilidade	5	0,4%
Importunação sexual	4	0,3%
Abandono material	2	0,1%
Assédio sexual	2	0,1%
Condições análogas à escravidão	2	0,1%
Outras infrações contra a dignidade sexual	2	0,1%
Violência psicológica	2	0,1%
Abandono de incapaz	1	0,1%
Constrangimento ilegal	1	0,1%
Estupro de vulnerável	1	0,1%
Maus-tratos	1	0,1%
Negligência à pessoa idosa	1	0,1%
Total	1.417	100,0%

Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), 2022.

11.1.4. PESSOAS IDOSAS VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA SEJUSP

Região 7 e Região 11 se destacam com a maior e menor taxa de pessoas idosas vítimas de ocorrências registradas na SEJUSP entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 102,0% e (-) 74,8%.

Regiões geográficas	População de 60 anos ou mais	Vítimas de ocorrências	Indicador (por mil hab.)
Região 11	820	3	3,7
Região 10	1.392	9	6,5
Região 12	554	4	7,2
Região 3	1.859	16	8,6
Região 6	805	9	11,2
Região 2	4.896	59	12,1
Região 13	517	7	13,5
Região 14	136	2	14,7
Região 9	275	5	18,2
Região 1	522	10	19,2
Região 4	857	17	19,8
Região 8	2.115	43	20,3
Região 5	676	20	29,6
Região 7	572	17	29,7
Não informado	-	14	-
Município	15.996	235	14,7

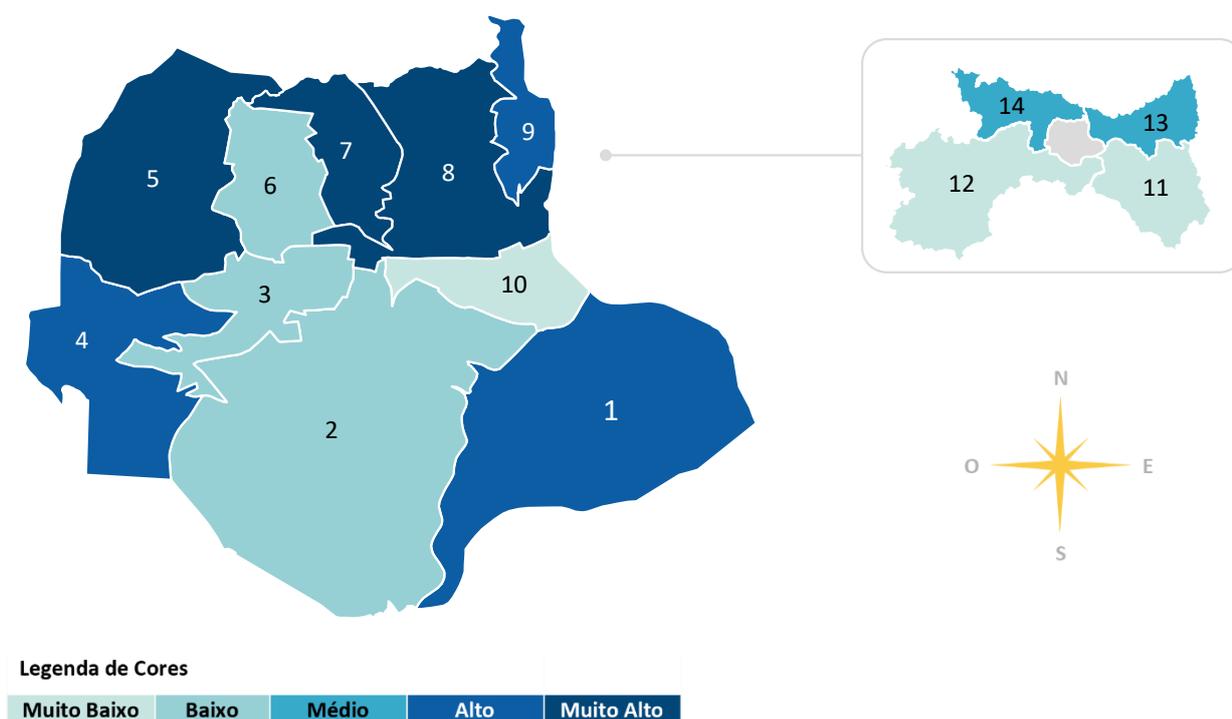
Definição: Pessoas idosas vítimas de ocorrências registradas na SEJUSP dividido pelo total da população de 60 anos ou mais, vezes 1000

Menor Valor	Região 11	3,7
Média	Barbacena	14,7
Maior Valor	Região 7	29,7

8,0 vezes

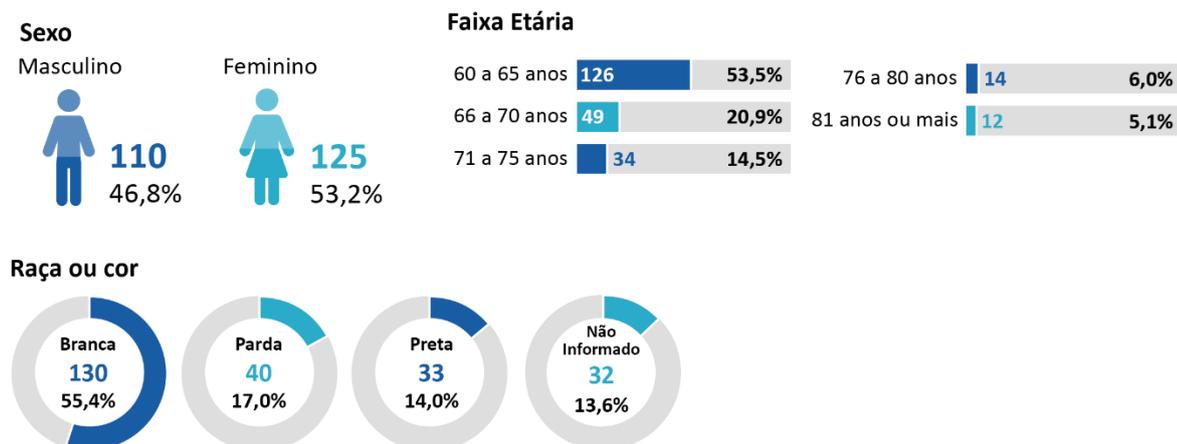
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010; Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), 2022.



No perfil das pessoas idosas vítimas de ocorrências registradas na SEJUSP, destacam-se o sexo feminino (53,2%), a faixa etária de 60 a 65 anos (53,5%) e a raça ou cor branca (55,4%).

Figura 38: Perfil das pessoas idosas vítimas de ocorrências registradas na SEJUSP



Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), 2022.

Na maior parte dos casos (26,0%) em que a vítima da ocorrência é uma pessoa idosa, o autor do fato é filho(a) ou enteado(a) da vítima. Em 18,3% dos casos não existe relação entre vítima e autor e em 9,8% o autor é um vizinho.

Tabela 57: Relação vítima/autor

Relação	Quant.	(%)
Pai, mãe ou responsável legal	61	26,0%
Sem relação	43	18,3%
Vizinho(a)	23	9,8%
Outro parentesco	21	8,9%
Cônjuge ou companheiro(a)	19	8,1%
Não informado	16	6,8%
Avós, bisavós ou tataravós	16	6,8%
Amigo ou conhecido	15	6,4%
Ex-cônjuge ou ex-companheiro(a)	10	4,3%
Irmão(ã)	8	3,4%
Coabitação, hospitalidade ou relações domésticas	1	0,4%
Colega de trabalho ou superior	1	0,4%
Sócio ou condômino	1	0,4%
Total	235	100,0%

Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), 2022.

Com relação ao fato comunicado nas ocorrências registradas envolvendo pessoas idosas, destaca-se ameaça - Art. 147 do Código Penal (60,4%), seguida de vias de fato/agressão – Art. 21 da Lei das Contravenções Penais (10,2%) e lesão corporal - Art. 129 do Código Penal (9,4%).

Tabela 58: Fato comunicado nas ocorrências registradas

Fato comunicado	Quant.	(%)
Ameaça	142	60,4%
Vias de fato/agressão	24	10,2%
Lesão corporal	22	9,4%
Difamação	10	4,3%
Injúria	10	4,3%
Outras infrações contra a pessoa	7	3,0%
Calúnia	6	2,6%
Maus-tratos	3	1,3%
Negligência à pessoa idosa	2	0,9%
Perseguição	2	0,9%
Perturbação da tranquilidade	2	0,9%
Abandono de incapaz	1	0,4%
Abandono material	1	0,4%
Condições análogas à escravidão	1	0,4%
Invasão de dispositivo informático	1	0,4%
Violação de domicílio	1	0,4%
Total	235	100,0%

Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), 2022.

11.1.5. AUTORES DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA SEJUSP

Região 1 e Região 14 se destacam com a maior e menor taxa de autores de ocorrências registradas na SEJUSP entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 66,4% e (-) 86,6%.

Regiões geográficas	População residente	Autores de ocorrências	Indicador (por mil hab.)
Região 14	1.140	2	1,8
Região 11	8.001	18	2,2
Região 13	5.344	36	6,7
Região 12	4.889	34	7,0
Região 10	11.103	88	7,9
Região 3	11.948	119	10,0
Região 2	25.729	270	10,5
Região 4	8.286	113	13,6
Região 8	17.064	263	15,4
Região 9	3.720	61	16,4
Região 7	6.361	119	18,7
Região 5	8.406	159	18,9
Região 6	7.254	145	20,0
Região 1	7.039	157	22,3
Não informado	-	103	-
Município	126.284	1.687	13,4

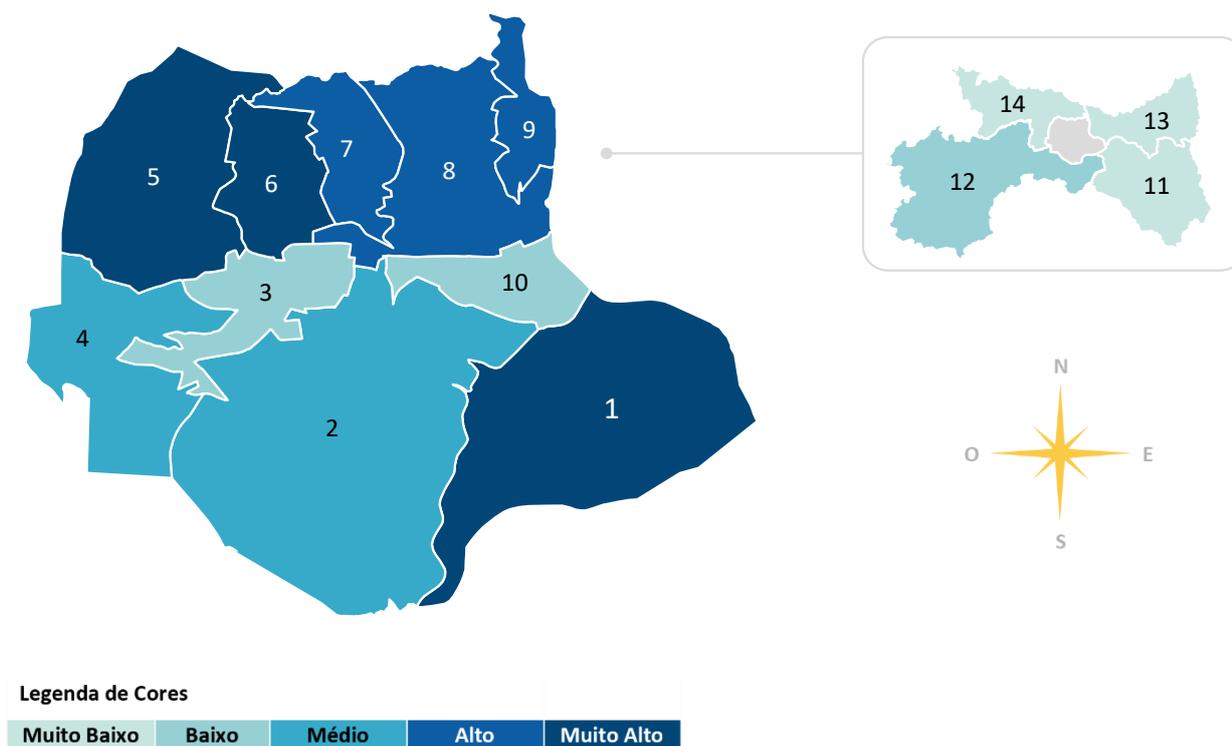
Definição: Autores de ocorrências registradas na SEJUSP dividido pelo total da população residente, vezes 1000

Menor Valor	Região 14	1,8
Média	Barbacena	13,4
Maior Valor	Região 1	22,3

12,4 vezes

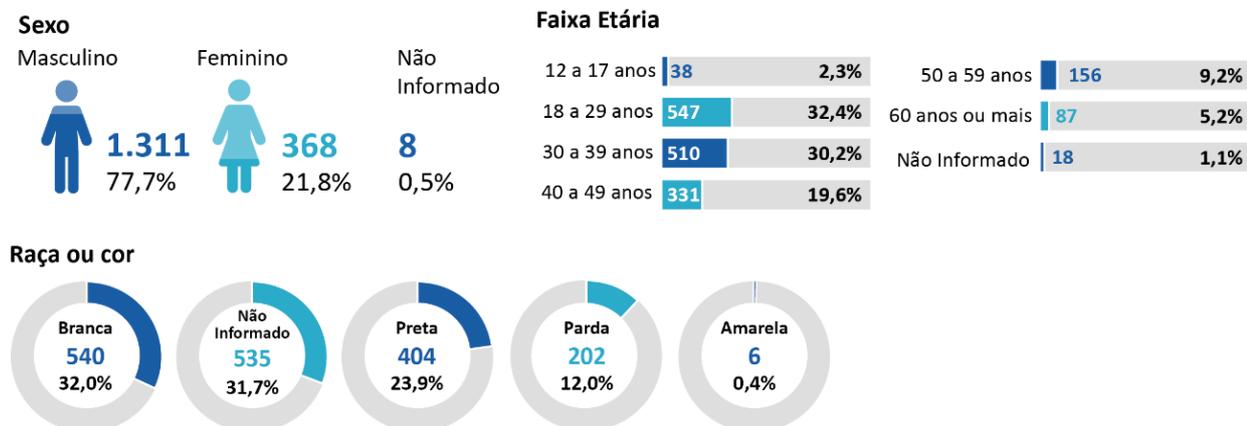
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010; Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), 2022.



No perfil dos residentes de Barbacena que foram autores de ocorrências registradas na SEJUSP durante o ano de 2022, destacam-se o sexo masculino (77,7%), a faixa etária de 18 a 29 anos (32,4%) e de 30 a 39 anos (30,2%) e a raça ou cor branca (32,0%).

Figura 39: Perfil dos autores de ocorrências registradas na SEJUSP



Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), 2022.

Nestas notificações também é possível perceber uma distribuição homogênea com relação aos meses do ano e novamente a maior concentração de ocorrência está nos meses de março (9,7%) e julho (10,2%).

Tabela 59: Mês das ocorrências registradas

Mês	Quant.	(%)
Janeiro	134	7,9%
Fevereiro	133	7,9%
Março	164	9,7%
Abril	151	9,0%
Maio	119	7,1%
Junho	121	7,2%
Julho	172	10,2%
Agosto	137	8,1%
Setembro	120	7,1%
Outubro	158	9,4%
Novembro	126	7,5%
Dezembro	152	9,0%
Total	1.687	100,0%

Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), 2022.

Com relação ao fato comunicado nas ocorrências registradas destaca-se ameaça - Art. 147 do Código Penal (40,5%), seguida de lesão corporal - Art. 129 do Código Penal (22,8%) e vias de fato/agressão – Art. 21 da Lei das Contravenções Penais (22,5%).

Tabela 60: Fato comunicado nas ocorrências registradas

Fato comunicado	Quant.	(%)
Ameaça	683	40,5%
Lesão corporal	384	22,8%
Vias de fato/agressão	380	22,5%
Injúria	41	2,4%
Outras infrações contra a pessoa	32	1,9%
Violação de domicílio	19	1,1%
Calúnia	18	1,1%
Abandono de incapaz	16	0,9%
Difamação	16	0,9%
Maus-tratos	15	0,9%
Rixa	13	0,8%
Estupro de vulnerável	11	0,7%
Importunação sexual	9	0,5%
Perseguição	9	0,5%
Perturbação da tranquilidade	8	0,5%
Homicídio	7	0,4%
Abandono material	3	0,2%
Assédio sexual	3	0,2%
Outras infrações contra a dignidade sexual	3	0,2%
Constrangimento ilegal	2	0,1%
Constrangimento/vexame de menor de idade sob guarda	2	0,1%
Jogo de azar	2	0,1%
Negligência à pessoa idosa	2	0,1%
Abandono intelectual	1	0,1%
Ato obsceno	1	0,1%
Condições análogas à escravidão	1	0,1%
Desobediência de ordem judicial	1	0,1%
Divulgação de cena de estupro, sexo, nudez ou pornografia	1	0,1%
Importunação ofensiva ao pudor	1	0,1%
Instigação ao suicídio	1	0,1%
Privação de liberdade a menor de idade	1	0,1%
Satisfação lasciva na presença de criança ou adolescente	1	0,1%
Total	1.687	100,0%

Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), 2022.

11.2. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

As medidas socioeducativas são um conjunto de intervenções jurídicas aplicadas a adolescentes que praticaram atos infracionais, visando sua ressocialização e inserção adequada na sociedade. Estas medidas são previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e têm como objetivo primordial a promoção do desenvolvimento do adolescente, assegurando-lhe direitos fundamentais e oportunidades de reinserção social.

O processo de aplicação de medidas socioeducativas inicia-se com a apuração do ato infracional, seguindo princípios específicos do sistema de justiça voltado para adolescentes, diferenciado do sistema aplicado a adultos. Diante da constatação da prática do ato infracional, o adolescente é submetido a uma avaliação individualizada, considerando sua idade, desenvolvimento, circunstâncias familiares e histórico de vida.

As medidas socioeducativas podem ser de natureza diversa, variando desde advertências e prestações de serviços à comunidade até internação em estabelecimento específico. A escolha da medida adequada é norteadada pelos princípios da proporcionalidade, brevidade e excepcionalidade, buscando evitar a criminalização precoce e priorizando a ressocialização do adolescente.

O funcionamento das medidas socioeducativas baseia-se na ideia de promover a conscientização do adolescente acerca das consequências de seus atos, proporcionar-lhe oportunidades de aprendizado e reintegrá-lo ao convívio social de forma construtiva. Dessa forma, o sistema socioeducativo busca atuar de maneira pedagógica e não apenas punitiva, considerando o caráter peculiar da fase de desenvolvimento em que se encontram os adolescentes.

Durante o ano de 2022, o município de Barbacena contava com apenas quatro adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, sendo dois em prestação de serviço à comunidade e os outros dois em liberdade assistida. Por se tratar de uma amostra muito baixa não serão apresentados dados georreferenciados nem de perfil dos adolescentes em questão, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

11.3. SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVO DE NOTIFICAÇÃO (SINAN)

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) tem como objetivo principal registrar e processar informações sobre agravos e doenças relacionadas à saúde. Ele desempenha um papel fundamental na coleta e análise de dados epidemiológicos, contribuindo para a compreensão da situação de saúde de uma determinada região.

O SINAN é alimentado principalmente por meio da notificação e investigação de casos de doenças e agravos que estão listados como de notificação compulsória. Essa lista é composta por doenças que representam um risco à saúde pública e requerem um monitoramento cuidadoso devido à sua gravidade, transmissibilidade ou impacto na comunidade.

A notificação compulsória é um procedimento estabelecido por lei ou regulamento em que profissionais de saúde, serviços de saúde e laboratórios são obrigados a informar às autoridades competentes sobre a ocorrência de certas doenças e agravos. Essa notificação tem como objetivo permitir uma resposta rápida e eficaz por parte das autoridades de saúde, visando controlar a disseminação de doenças, prevenir surtos e promover ações de saúde adequadas.

Ao receber as notificações de casos de doenças de notificação compulsória, o SINAN registra esses dados em um banco de dados centralizado, permitindo sua análise e processamento. Essas informações são utilizadas para monitorar a ocorrência e a distribuição geográfica de doenças, identificar surtos e tendências, direcionar ações de prevenção e controle, e subsidiar políticas de saúde.

Além disso, o SINAN também pode indicar os riscos aos quais as pessoas estão expostas, fornecendo uma visão mais abrangente da realidade epidemiológica de uma determinada área geográfica. Essa compreensão é essencial para o planejamento e implementação de medidas de saúde pública, permitindo o direcionamento de recursos, a adoção de estratégias de prevenção e a promoção de intervenções adequadas.

Dentre os diversos agravos monitorados pelo SINAN, destaca-se a notificação de casos relacionados à violência, abrangendo diferentes formas como agressões físicas, sexuais, maus-tratos, entre outras. A notificação compulsória desses casos é essencial para compreender a magnitude e a distribuição geográfica desses eventos, bem como para embasar a formulação e implementação de políticas públicas de prevenção e intervenção.

11.3.1. AGRAVOS DE NOTIFICAÇÕES POR VIOLÊNCIA REGISTRADOS NO SINAN

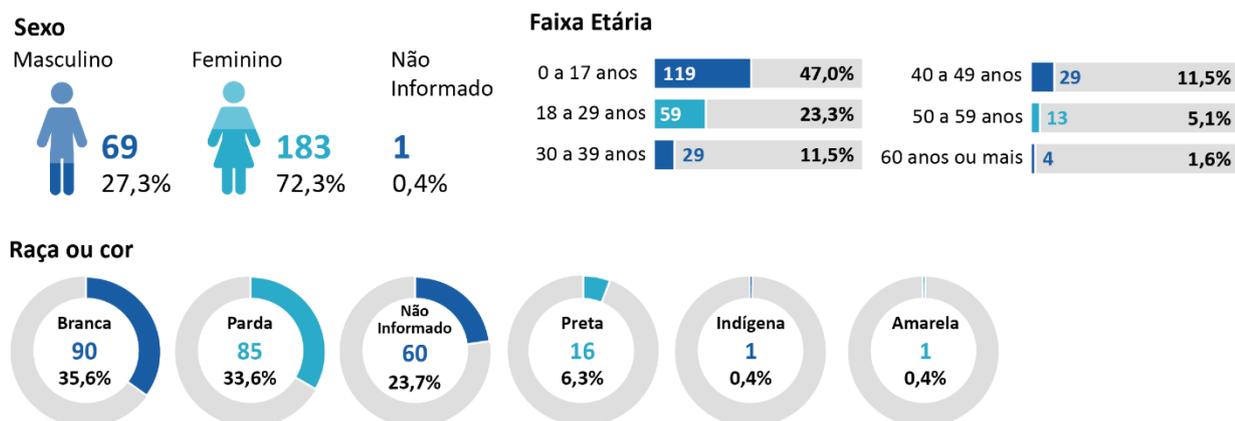
Durante o ano de 2022, o SINAN do município de Barbacena registrou 253 agravos de notificações por violência, uma taxa de 2 agravos a cada mil habitantes. No perfil das pessoas vítimas de violência destacam-se o sexo feminino (72,3%), a faixa etária de 0 a 17 anos (47,0%) e a raça ou cor branca (35,6%).

Figura 40: Agravos de notificações por violência registrados no SINAN



Fonte: IBGE, 2022; Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), 2022.

Figura 41: Perfil das pessoas com agravo de notificação por violência



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), 2022.

Com relação ao tipo de violência destaca-se a violência física, presente em 76,3% das notificações, seguida da violência psicológica (13,4%) e violência sexual (12,3%), além de três casos de tortura (1,2%).

Tabela 61: Tipo de violência

Tipo de violência	Quant.	(%)
Violência física	193	76,3%
Violência psicológica	34	13,4%
Violência sexual	31	12,3%
Tortura	3	1,2%
Total	253	*

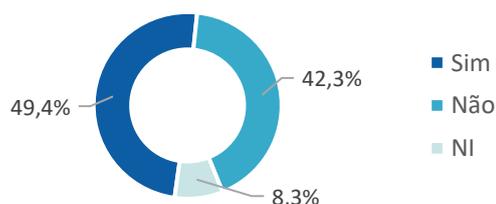
Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), 2022.

Nota (*): O mesmo agravo pode ser consequência de mais de um tipo de violência.

Em 49,4% dos casos o agravo foi fruto de uma lesão autoprovocada e em 37,9% dos casos a violência ocorreu outras vezes.

Tabela 62: A violência foi autoprovocada?

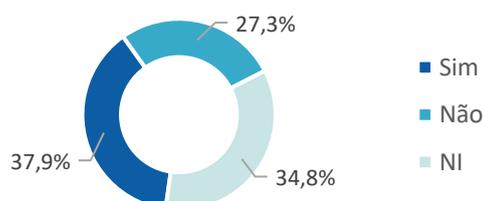
Lesão autoprovocada?	Quant.	(%)
Sim	125	49,4%
Não	107	42,3%
Não informado	21	8,3%
Total	253	100,0%



Fonte: Sistema de Informação de Agravo de Notificação (SINAN), 2022.

Tabela 63: A violência ocorreu outras vezes?

Ocorreu outras vezes?	Quant.	(%)
Sim	96	37,9%
Não	69	27,3%
Não Informado	88	34,8%
Total	253	100,0%



Fonte: Sistema de Informação de Agravo de Notificação (SINAN), 2022.

Quanto ao meio de agressão, destacam-se a força corporal ou espancamento (34,0%), envenenamento ou intoxicação (25,3%) e objeto perfurocortante (23,3%).

Tabela 64: Meio de agressão

Meio de agressão	Quant.	(%)
Corporal ou espancamento	86	34,0%
Envenenamento ou intoxicação	64	25,3%
Objeto perfurocortante	59	23,3%
Ameaça	10	4,0%
Abuso ou violência sexual	10	4,0%
Objeto contundente	9	3,6%
Enforcamento	8	3,2%
Não informado	6	2,4%
Arma de fogo	1	0,4%
Total	253	100,0%

Fonte: Sistema de Informação de Agravo de Notificação (SINAN), 2022.

11.4. MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA ATENDIDAS PELA CASA DA MULHER

Região 6 e Região 11 se destacam com a maior e menor taxa de mulheres vítimas de violência atendidas pela Casa da Mulher entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 84,8% e (-) 84,8%.

Regiões geográficas	População do sexo feminino	Atendidas pela Casa da Mulher	Indicador (por mil hab.)
Região 11	3.904	2	0,5
Região 2	14.249	28	2,0
Região 12	2.375	5	2,1
Região 10	5.905	13	2,2
Região 13	2.609	6	2,3
Região 9	1.913	5	2,6
Região 3	6.369	17	2,7
Região 8	8.990	27	3,0
Região 4	4.365	15	3,4
Região 1	3.562	13	3,6
Região 14	513	2	3,9
Região 7	3.288	14	4,3
Região 5	4.286	20	4,7
Região 6	3.794	23	6,1
Não informado	-	31	-
Município	66.122	221	3,3

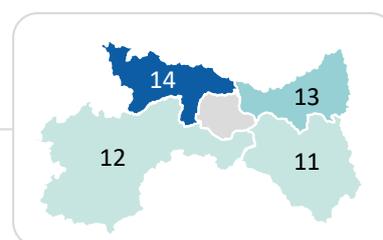
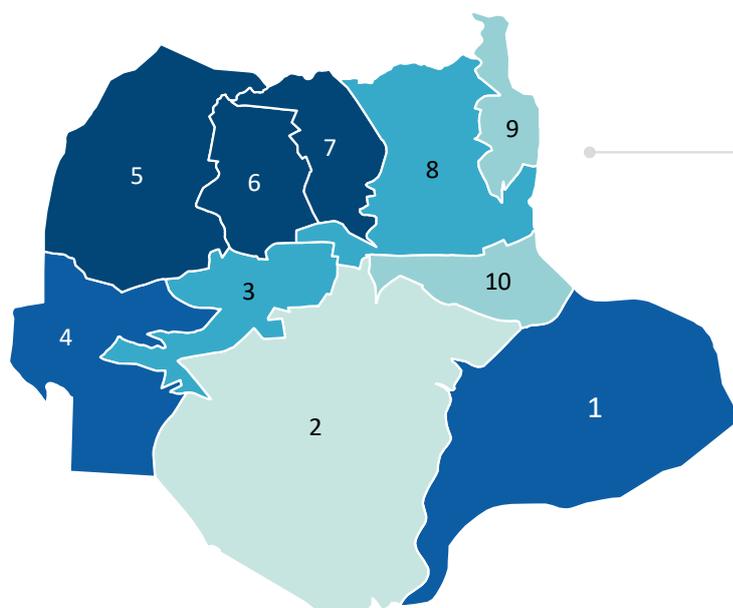
Definição: Mulheres vítimas de violência atendidas pela Casa da Mulher dividido pelo total da população do sexo feminino, vezes 1000

Menor Valor	Região 11	0,5
Média	Barbacena	3,3
Maior Valor	Região 6	6,1

12,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: IBGE, 2010; Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.



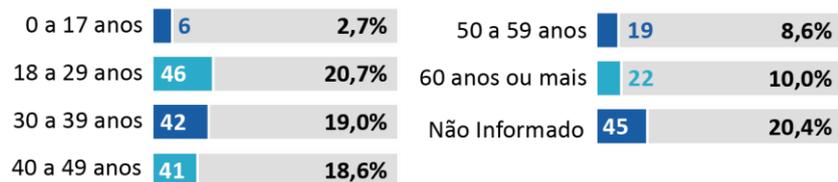
Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

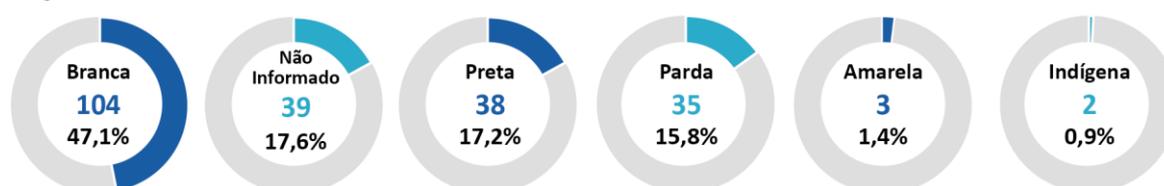
No perfil das mulheres vítimas de violência atendidas pela Casa da Mulher destacam-se a faixa etária de 18 a 29 anos (20,7%) e a raça ou cor branca (47,1%). Com relação ao tipo de violência destacam-se a violência física (34,8%) e a violência psicológica (14,0%). Em 43,0% dos casos o tipo de violência não foi informado.

Figura 42: Perfil das mulheres vítimas de violência atendidas pela Casa da Mulher

Faixa Etária



Raça ou cor



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.

Tabela 65: Tipo de violência

Tipo de violência	Quant.	(%)
Não informado	95	43,0%
Violência física	77	34,8%
Violência psicológica	31	14,0%
Violência sexual	11	5,0%
Violência moral	5	2,3%
Violência patrimonial	2	0,9%
Total	221	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), 2022.

11.5. ÓBITOS POR CAUSAS EXTERNAS

Durante o ano de 2022 foram registrados 85 óbitos por causas externas (eventos ou fatores que contribuem para a morte de uma pessoa e que não estão diretamente relacionados a doenças ou condições internas do organismo), uma taxa de 0,7 a cada mil habitantes. No perfil das pessoas que faleceram por causas externas destaca-se o sexo feminino (68,2%), a faixa etária de 60 anos ou mais (41,1%) e a raça ou cor branca (71,7%). Apesar de a maioria dos óbitos terem sido resultado de queda (29,4%) ou acidente de trânsito (24,7%), foram registrados casos de lesão autoprovocada, disparo de arma de fogo e autointoxicação intencional.

Figura 43: Óbitos por causas externas

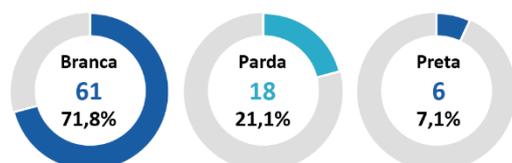


Fontes: IBGE, 2022; Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2022.

Figura 44: Perfil dos Óbitos por causas externas



Raça ou cor



Fontes: IBGE, 2022; Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2022.

Tabela 66: Causas externas de mortalidade

Causa	Quant.	(%)
Queda	25	29,4%
Acidente de trânsito	21	24,7%
Lesão autoprovocada	9	10,6%
Inalação do conteúdo gástrico	6	7,1%
Agressão por meio de disparo de arma de fogo	5	5,9%
Afogamento e submersão	4	4,7%
Autointoxicação intencional	4	4,7%
Eventos não especificados	4	4,7%
Agressão por meio de objeto cortante	3	3,5%
Agressão por meio de força corporal	2	2,4%
Obstrução do trato respiratório por alimento	1	1,2%
Reação anormal à remoção de órgão	1	1,2%
Total	85	100,0%

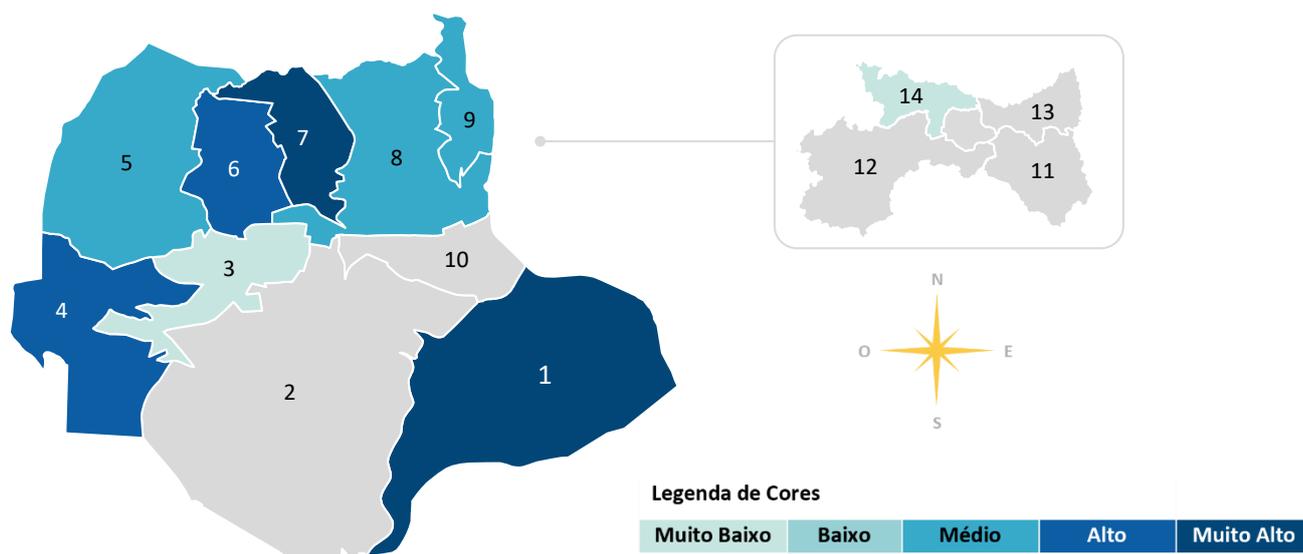
Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2022.

11.6. MAPA SOCIAL DO DIREITO À LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE

No direito à Liberdade, Respeito e Dignidade foram analisados seis indicadores sobre vítimas e autores de ocorrências registradas no SEJUSP. As regiões 1 e 7 aparecem com a maior contagem, seis indicadores acima da média do município; e, as regiões 4 e 6 está na segunda posição com cinco indicadores acima da média municipal.

Classificação Quintil	Indicadores do Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade – 6 Indicadores							CLASSIFICAÇÃO TOTAL	
	Média Geral	18,7	7,1	21,4	14,7	13,4	3,3		
		>	>	>	>	>	>	Contagem de Indicadores por região	Participação Percentual por região
REGIÕES GEOGRÁFICAS		Pessoas vítimas de ocorrências registradas na SEJUSP	Crianças e adolescentes vítimas de ocorrências registradas na SEJUSP	Mulheres vítimas de ocorrências registradas na SEJUSP	Pessoas idosas vítimas de ocorrências registradas na SEJUSP	Autores de ocorrências registradas na SEJUSP	Mulheres vítimas de violência atendidas pela Casa da Mulher		
	11	3,7	1,4	8,2	3,7	2,2	0,5	-	-
	12	8,8	2,7	13,1	7,2	7,0	2,1	-	-
	13	9,7	3,5	5,4	13,5	6,7	2,3	-	-
	10	13,2	6,3	17,6	6,5	7,9	2,2	-	-
	2	15,2	5,8	10,0	12,1	10,5	2,0	-	-
	14	3,5	-	5,8	14,7	1,8	3,9	1	16,7%
	3	14,8	4,8	31,6	8,6	10,0	2,7	1	16,7%
	5	21,2	6,2	11,7	29,6	18,9	4,7	4	66,7%
	8	22,0	9,1	11,5	20,3	15,4	3,0	4	66,7%
	9	21,8	7,0	118,1	18,2	16,4	2,6	4	66,7%
	4	19,2	4,8	27,3	19,8	13,6	3,4	5	83,3%
	6	25,4	11,4	28,5	11,2	20,0	6,1	5	83,3%
	7	23,1	9,7	28,9	29,7	18,7	4,3	6	100,0%
	1	31,7	12,8	25,8	19,2	22,3	3,6	6	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

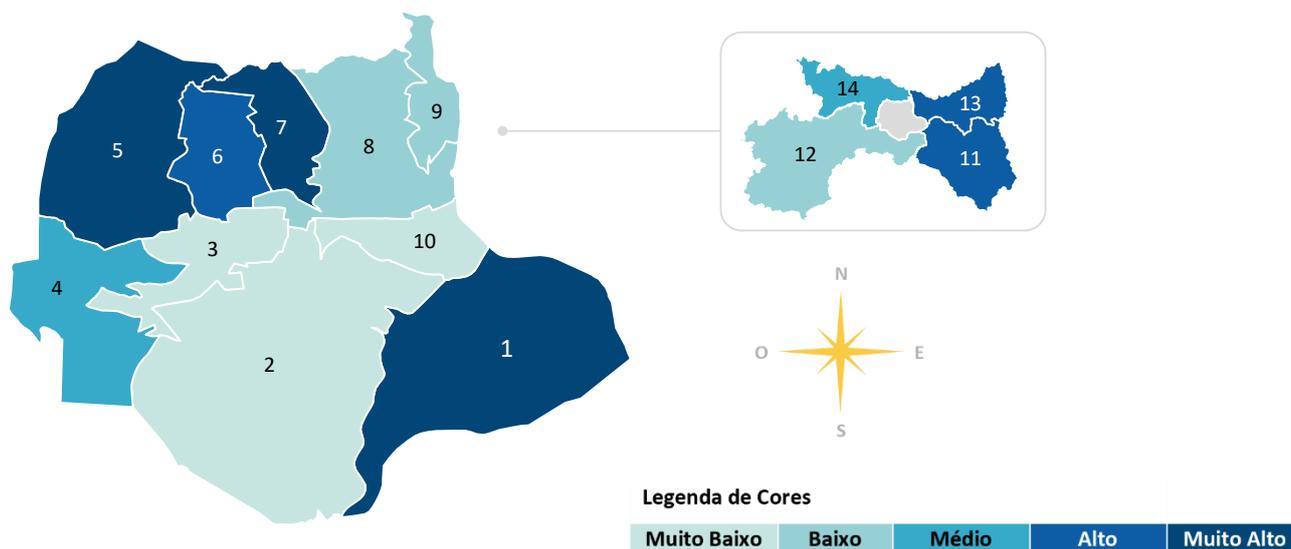


12. RANKING GERAL DE INDICADORES

O quadro a seguir sintetiza todos os resultados apresentados até aqui, mostrando o total de indicadores acima da média Municipal em cada região geográfica por direito fundamental e os destaques ficam com a regiões 1, 5 e 7 na posição de muito alta prioridade de atenção e as regiões 6, 11 e 13 com “Alta prioridade” de atenção.

Classificação Quintil	Indicadores acima da média do Município, por Eixo - 51 Indicadores								CLASSIFICAÇÃO TOTAL		
	TOTAL	7	5	6	23	4	6	TOTAL DE INDICADORES ACIMA DA MÉDIA	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL (%)	RANKING GERAL DE VULNERABILIDADE	
	REGIÕES GEOGRÁFICAS	Indicadores do Perfil Demográfico	Indicadores do Perfil Socioeconômico	Indicadores do Direito à Habitação e Transporte	Indicadores da Política de Assistência Social	Indicadores do Direito à Educação	Indicadores do Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade				
Quintil 1	Região 5	4	5	5	16	4	4	38	74,5%	1º	
	Região 1	3	5	3	16	4	6	37	72,5%	2º	
	Região 7	4	4	3	12	4	6	33	64,7%	3º	
Quintil 2	Região 6	4	1	3	16	2	5	31	60,8%	4º	
	Região 13	4	5	5	11	4	-	29	56,9%	5º	
	Região 11	4	4	4	9	4	-	25	49,0%	6º	
Quintil 3	Região 4	4	3	-	8	3	5	23	45,1%	7º	
	Região 14	3	4	5	8	2	1	23	45,1%	7º	
Quintil 4	Região 8	2	1	1	12	2	4	22	43,1%	8º	
	Região 12	2	4	4	9	3	-	22	43,1%	8º	
	Região 9	4	4	1	5	3	4	21	41,2%	9º	
Quintil 5	Região 3	3	1	-	10	-	1	15	29,4%	10º	
	Região 10	3	1	-	10	1	-	15	29,4%	10º	
	Região 2	3	1	-	5	-	-	9	17,6%	11º	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023



13. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCS)

As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) são entidades formadas por grupos de pessoas que se reúnem voluntariamente para trabalhar em prol de causas sociais, culturais, ambientais, políticas, econômicas, entre outras. Elas são conhecidas por diversos nomes, como organizações não governamentais (ONGs), associações, fundações, institutos, movimentos sociais, entre outros.

O objetivo principal das OSCs é promover mudanças e melhorias na sociedade, geralmente atuando em áreas onde o Estado ou o setor privado não conseguem atender plenamente as necessidades da população. Essas organizações buscam mobilizar recursos e pessoas para enfrentar problemas, desenvolver projetos e programas, e influenciar políticas públicas.

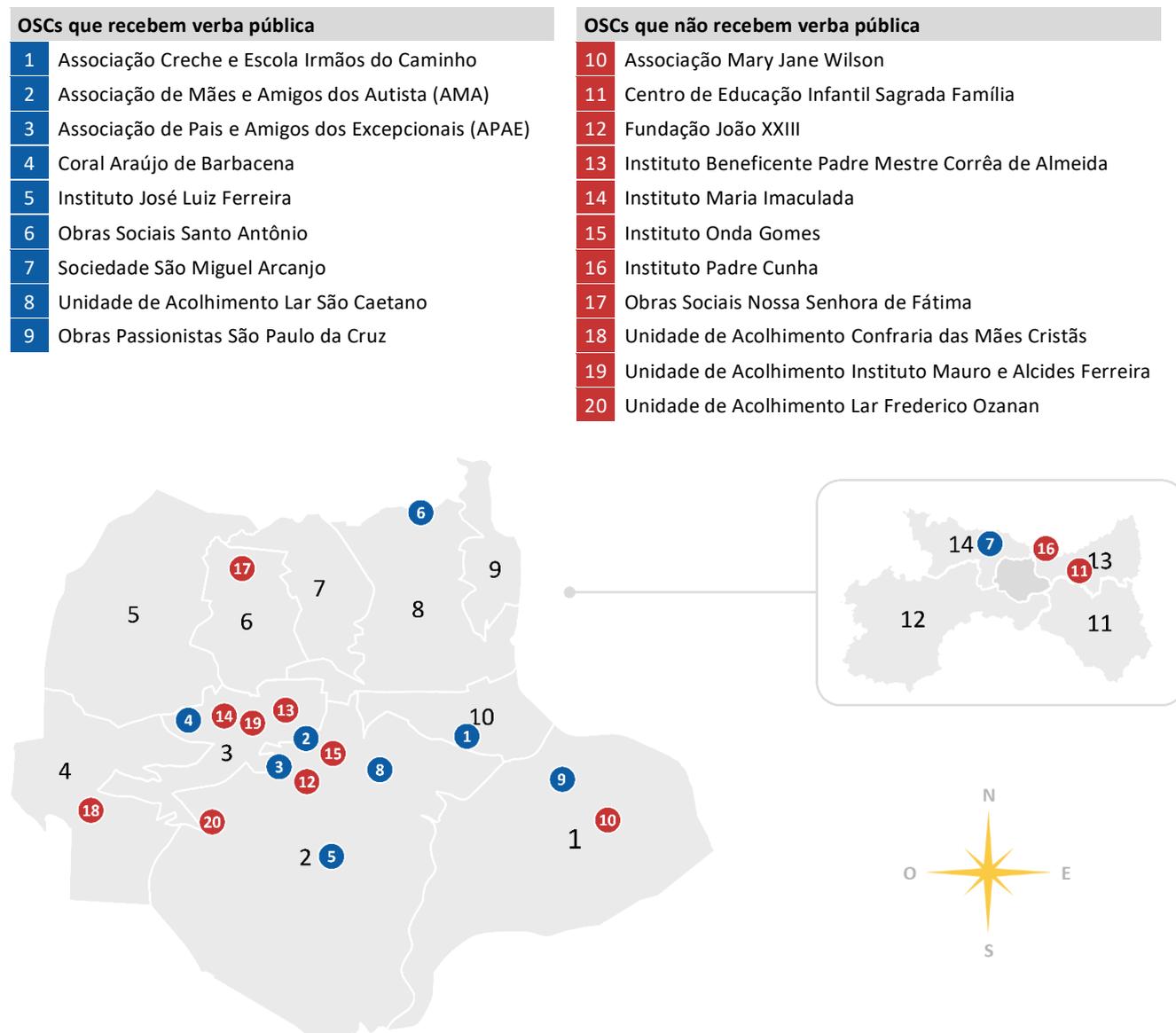
As OSCs funcionam de forma independente do Estado, não sendo governamentais, mas também não visam o lucro como as empresas privadas. Elas são financiadas por meio de doações, parcerias com empresas, convênios com órgãos públicos, captação de recursos junto a fundações nacionais e internacionais, entre outras fontes.

Essas organizações possuem uma estrutura interna que varia de acordo com seu tamanho e objetivos. Elas são gerenciadas por uma equipe de colaboradores remunerados e/ou voluntários, que podem incluir diretores, coordenadores, especialistas técnicos, administradores, entre outros. Além disso, as OSCs podem contar com a participação de voluntários que contribuem com seu tempo, conhecimento e habilidades para realizar as atividades propostas. As OSCs desempenham diversas funções, tais como:

- **Advocacia e defesa de direitos:** atuam como vozes da sociedade civil, defendendo causas específicas e lutando por mudanças políticas e sociais.
- **Prestação de serviços:** oferecem assistência e serviços diretos às comunidades, como educação, saúde, alimentação, moradia, capacitação profissional, entre outros.
- **Desenvolvimento comunitário:** promovem o desenvolvimento sustentável das comunidades, realizando projetos de infraestrutura, empoderamento social, geração de renda, preservação ambiental, entre outros.
- **Monitoramento e controle social:** fiscalizam a atuação do Estado e das empresas, garantindo a transparência, a participação popular e a responsabilidade social.
- **Mobilização e engajamento social:** promovem a conscientização e a mobilização da sociedade em torno de causas relevantes, envolvendo a população nas questões sociais e estimulando a participação cidadã.

Foram mapeadas, ao todo, 20 Organizações da Sociedade Civil atuantes em Barbacena. O mapa a seguir mostra a localização de cada uma delas, além de indicar se receberam ou não, fomento público durante o ano de 2022.

Mapa 2: Organizações da Sociedade Civil



14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Diagnóstico Socioterritorial do município de Barbacena/MG, ora apresentado, possibilita o conhecimento e reconhecimento da realidade local do Município no que diz respeito à Política Pública da Assistência Social e às demais instituições que compõe a Rede de Atendimento. Este estudo pode ser utilizado tanto pelos governos quanto pela sociedade civil organizada, a fim de propor, planejar e executar políticas públicas, bem como para reivindicar as melhorias necessárias para enfrentar as fragilidades municipais identificadas nos dados aqui apresentados.

Nessa construção conjunta, destaca-se a atribuição da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de subsidiar as suas futuras ações com base nesses resultados. Ainda, ajustes podem ser realizados visando qualidade nos serviços prestados, bem como a possibilidade de planejar ações e atividades, levando-se em conta que a análise da realidade deve ser tratada tanto pelos dados numéricos, como também pelo que pensam e propõem os indivíduos e a comunidade do município em questão.

É importante destacar que os apontamentos do diagnóstico não devem ser avaliados apenas de forma isolada. Muito embora, em alguns momentos, o foco poderá ser em temas específicos, é necessário levar em consideração que as informações levantadas possuem o objetivo de iluminar e estimular as diversas áreas, instituições e responsáveis que fazem parte a Rede de Atendimento. É imprescindível que a Política de Assistência Social se construa de maneira conjunta com as outras Secretarias Municipais, Unidades de Atendimento, Conselhos Setoriais e de Direito, visando políticas públicas intersetoriais e abrangentes.

O mapeamento, coleta, padronização e consolidação dos dados da Rede de Atendimento, por meio de indicadores sociais e estatísticas complementares estruturados a partir dos Eixos de Direito, possibilitou a visualização das principais demandas, necessidades e fragilidades por áreas geográficas, observando abrangência e identificando lacunas dos serviços e de políticas públicas. Além disso, os Mapas Sociais, apresentados ao final de cada Eixo, sintetizam as informações apresentadas.

O Perfil Demográfico mostra que a população residente do Município está concentrada na área urbana, sendo apenas 8,5% da população residente na área rural. Mais de 70,0% da população é natural do Município, sendo que, dos que não são naturais de Barbacena, a maioria vem de outros municípios de Minas Gerais, com apenas 4,2% da população residente natural de outros Estados brasileiros. A densidade domiciliar é, em média, 3,19 habitantes por domicílio, variando de 2,94 a 3,56 entre as regiões. Os dados no novo censo demográfico do IBGE, referentes ao ano de 2022, mostram que, apesar da população residente ter variado pouco nos últimos 12 anos, a densidade domiciliar diminuiu para 2,69 habitantes por domicílio. Com relação à estrutura etária, crianças e adolescentes de 0 a 17 anos representam 25,3% do total da população. O Índice de Envelhecimento, em 2010, era de 62,9%, ou seja, existiam no Município

cerca de 63 pessoas de 60 anos ou mais a cada 100 crianças de 0 a 14 anos, os dados de 2022 mostram que esse número dobrou, passando para 125,1%, o que evidencia o envelhecimento da população.

Já o Perfil Socioeconômico revela que existe grande desigualdade de renda no Município e que esta desigualdade aumentou entre os anos 2000 e 2010. Segundo os dados do Censo de 2010, a renda nominal *per capita* era de R\$ 649,50, variando mais de quatro vezes entre a Região 13 (R\$ 294,60) e a Região 2 (R\$ 1.203,20). As Regiões 1, 5 e 13 aparecem entre as mais vulneráveis em todos os indicadores referentes à renda. Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), referentes ao ano de 2021, mostram que o Município contava com 40.448 trabalhadores formais, 37,9% da população de 14 anos ou mais. Mais da metade destes trabalhadores possuem Ensino Médio completo e recebem de 1 a 2 salários-mínimos, sendo que os subsetores econômicos que mais contratam no Município são os de serviços em geral (26,6%) e de comércio atacadista ou varejista (25,0%). Abrindo por ocupação (de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO), os principais destaques são vendedor de comércio varejista (6,9%), alimentador de linha de produção (4,7%) e auxiliar de escritório (4,1%).

As Regiões 13 e 5 aparecem novamente em destaque nos indicadores referentes à Habitação e Transporte. A Região 14 também se destaca, apresentando 5 indicadores acima da média, além de possuir o maior percentual de domicílios sem abastecimento de água da rede geral e o menor percentual de domicílios com rede geral de esgotamento sanitário. As Regiões 11 e 12 vem em seguida, ambas com 4 indicadores acima da média. É possível perceber que todas as regiões rurais estão classificadas com prioridade alta ou muito alta no Mapa Social de Habitação e Transporte.

No Eixo de Direito à Vida e Saúde, embora a análise e apresentação das informações de forma georreferenciada não tenham sido viáveis, foram fornecidos dados cruciais que abrangem todas as fases da vida, desde a gestação e nascimento até o óbito. No decorrer do ano de referência, foram registrados 1.234 nascimentos no município, correspondendo a uma taxa de natalidade de 9,8 nascidos vivos para cada mil habitantes. Em relação aos principais fatores de risco, destaca-se que 5,8% dos nascimentos foram casos de gravidez na adolescência, 12,6% dos bebês nasceram prematuros e 10,5% apresentaram baixo peso ao nascer. No entanto, é preocupante observar que 24,1% das gestantes tiveram menos de sete consultas de pré-natal, indicando a necessidade de maior atenção e acompanhamento durante a gestação. Os dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) revelam que menos da metade das pessoas acompanhadas apresentam um estado nutricional adequado. No que diz respeito ao Sistema de Internações Hospitalares (SIH), destaca-se que 38,0% das 8.527 internações realizadas no ano foram de indivíduos com 60 anos ou mais. Além das causas de internação mais comuns, como doenças do aparelho circulatório (12,8%) e neoplasias (12,0%), chama a atenção o expressivo percentual de internações decorrentes de transtornos mentais e comportamentais (12,4%). Quanto à mortalidade, foram registrados 1.170 óbitos, resultando em uma taxa de mortalidade de 9,3 óbitos por cada mil habitantes, um número aproximado à taxa de natalidade. Essa proximidade entre as taxas de natalidade e mortalidade pode ser

um dos fatores que justificam a baixa variação no total da população residente nos últimos anos e ressalta a importância de ações preventivas e intervenções adequadas ao longo de toda a vida, visando garantir o direito à saúde e promover o bem-estar da população.

A Política Nacional de Assistência Social é o principal ponto focal do diagnóstico. Este Eixo, composto por 23 indicadores, traz todas as informações disponíveis que dizem respeito ao Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e aos atendimentos e acompanhamentos realizados por todas as etapas do Serviço de Proteção Social. Considerando os 46.664 domicílios particulares ocupados existentes no Município (IBGE, 2022) e as 20.596 famílias inscritas no CadÚnico, é possível afirmar que o cadastro abrange 44,1% do total de famílias residentes de Barbacena. Contudo, a análise desses indicadores exige cautela, pois os números apontam tanto para a demanda de atendimento em cada uma das Regiões, quanto para a falta de acesso aos serviços em outras. É interessante observar, por exemplo, que as Regiões 1 e 5 apresentam grande percentual de famílias inscritas no CadÚnico com cadastro atualizado, mas também com cadastro desatualizado, o que mostra a grande demanda existente nessas regiões. Por outro lado, a Região 14 possui poucas famílias cadastradas, apesar de possuir 35,8% do total de seus domicílios com renda *per capita* de até 1/2 salário-mínimo. Considerando apenas as 17.372 famílias com cadastro atualizado, 39,4% possuem renda *per capita* de até 1/8 de salário-mínimo, 45,8% recebem benefício do Programa Bolsa Família (PBF) e 51,9% são monoparentais femininas (quando a mãe é a única responsável pela criação e sustento dos filhos). Dentre as famílias que recebem PBF destacam-se todas as regiões rurais, além da Região 1 supracitada.

Analisando as 41.792 pessoas que compõe as 17.372 famílias inscritas, é possível perceber o grande percentual de crianças e adolescentes, correspondendo a 31,8% do total de pessoas inscritas. Com isso posto, fica evidente que o percentual de crianças e adolescentes é maior entre as famílias inscritas no CadÚnico do que no geral das famílias residentes (19,7% segundo o IBGE, 2022). Chama a atenção, também, o grande percentual de crianças de 4 e 5 anos inscritas no CadÚnico que não estão na escola (40,3%), é importante lembrar que a Lei Nº 12.796, de 4 de abril de 2013, estabelece que é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 anos de idade. Além disso, o percentual de adolescentes de 14 a 17 anos que não informaram estar trabalhando ou não, preocupa, pois pode indicar um indício de trabalho infantil.

Os indicadores referentes aos Serviços de Proteção Social (PAIF, SCFV e PAEFI) evidenciam a dificuldade de acesso por parte das regiões mais afastadas. As Regiões 11 e 14, por exemplo, contam com poucas famílias e indivíduos acompanhados. A Região 1, por outro lado, tem grandes taxas em todos eles. É importante destacar que o número de pessoas atendidos pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado (PAEFI) é maior que o de pessoas atendidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o que pode indicar que os serviços da Proteção Social Básica não estão conseguindo atingir seus objetivos com eficiência, sendo esse um tópico importante para o foco de atenção.

Dentro do Eixo de Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade são apresentados os dados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (SEJUSP) referentes às ocorrências registradas no Município durante o ano de 2022. Neste sentido, é interessante observar como, tanto as vítimas quanto os autores, estão mais concentrados no perímetro urbano do Município, principalmente nas Regiões 1, 6 e 7. O perfil das vítimas mostra predominância do sexo feminino e da faixa etária de 18 a 39 anos, além disso, em apenas 19,3% dos casos não existe algum tipo de relação entre a vítima e o autor da ocorrência, sendo que, entre as relações identificadas, cônjuge ou companheiro(a) (15,1%) e ex-cônjuge ou ex-companheiro(a) (13,1%) são as mais comuns (esses percentuais sobem para 23,0% e 18,7% quando analisamos só as vítimas do sexo feminino). Os fatos comunicados mais comuns nas ocorrências registradas são ameaça (Art. 147 do Código Penal), lesão corporal (Art. 129 do Código Penal) e vias de fato/agressão (Art. 21 da Lei das Contravenções Penais). Já com relação aos autores de ocorrências criminais, o destaque é do sexo masculino, correspondendo a 77,7% do total de fatos comunicados.

No decorrer deste volume foram analisados, ao todo, 51 indicadores, sendo 7 sobre o Perfil Demográfico, 5 sobre o Perfil Socioeconômico, 6 sobre o Direito à Habitação e Transporte, 23 sobre a Política de Assistência Social, 4 sobre o Direito à Educação e 6 sobre o Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade (aqui só estão sendo contabilizados os indicadores nos quais foi possível apresentar a informação georreferenciada, ou seja, por região geográfica do Município; além destes, muitos outros foram apresentados através de quadros, tabelas, infográficos etc.).

Por fim, o Ranking Geral de Indicadores sintetiza toda a informação analisada no decorrer do Diagnóstico. Considerando todos os indicadores, independentemente do eixo, a Região 5 (9 de Março, Floresta, João Paulo II, Nossa Senhora Aparecida, Santa Maria) se destaca, apresentando taxas piores que a média municipal em 38 dos 51 indicadores, um percentual de 74,5%, ficando em primeiro lugar no ranking geral de vulnerabilidade, apontando, portanto, maior demanda por políticas públicas.

15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm [acessado em 15 de agosto de 2023].

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar, 2022**. Brasília: MEC, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Banco de dados do **Sistema Único de Saúde-DATASUS**. Disponível em <http://www.datasus.gov.br> [acessado em 3 de agosto de 2023].

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)** Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Decreto nº 11.016: **Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. Brasília, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11016.htm#art15 [acessado em 6 março 2024].

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 5 de abril de 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm [Acesso em: 14 de fevereiro de 2024].

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **CNJ Serviço: O que faz um conselho tutelar?** Brasília: 2016. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-o-que-faz-um-conselho-tutelar/> [acessado em 30 de agosto de 2023].

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. [acessado em: 13 de agosto de 2023].

Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm. [acessado em: 13 de agosto de 2023].

Lei Orgânica Nacional do Ministério Público. Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8625.htm. [acessado em: 7 de agosto de 2023].

SOLIGO. Valdecir. Indicadores: **Conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais**. Maio, 2012.

painel

Pesquisas e Consultoria

www.painelpesquisas.com.br

e-mail: atendimento@painelpesquisas.com.br

Cel: (55) 47 9 9993 1043

SANTA CATARINA



Rua Ibirapuera, 715D
Joinville/SC
(47) 3025-5467

SÃO PAULO



Rua Buenos Aires, 611
Sala 53 | Guarujá/SP

O Poder da Informação muda o Mundo.



painel
Pesquisas e Consultoria
Uma empresa do grupo 3 Elemento.

Idealização e Apoio:



Prefeitura de Barbacena

SEMAS